

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

WORKING PAPERS

#48

O não observado na
Contabilidade Nacional
Das origens até 2008

Mariana Ribeiro Oliveira



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

>> **FICHA TÉCNICA****O NÃO OBSERVADO NA CONTABILIDADE NACIONAL.
DAS ORIGENS ATÉ 2008**

WORKING PAPERS Nº 48 / 2016

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Autores: Mariana Ribeiro Oliveira¹

Editor: Edições Húmus

1ª Edição: Janeiro de 2016

ISBN: 978-989-755-196-3

Localização web: <http://www.gestaodefraude.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos a sua opinião sobre este trabalho.

Relatório final do estágio realizado no OBEGEF

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

©: Permission to copy parts of this document, without modification, for individual use. The reproduction of parts of the text only is permitted in scientific papers, with bibliographic information of the source.

No commercial use is allowed. Not allowed put it in any network or in any form of electronic sharing.

In case of doubt or request authorization, contact directly the OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

¹ Licenciada em Economia. Mestranda em Economia. mariana-17-oliveira@hotmail.com

>> ÍNDICE

PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	23
O OBSERVADO E O NÃO OBSERVADO	26
O FORMAL E O INFORMAL	29
(In) FORMAL E O (NÃO) OBSERVADO	29
A IMPORTÂNCIA DO SETOR INFORMAL	30
O QUE DETERMINA A (IN) FORMALIDADE DAS ATIVIDADES	31
Definição de Setor Informal, segundo a OIT	32
COMPARABILIDADE INTERNACIONAL DA INFORMAÇÃO	34
APONTAMENTOS GERAIS SOBRE CONTABILIDADE NACIONAL	37
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DA CONTABILIDADE NACIONAL: O SCN E O SEC	37
O SEC 2010 e o SCN 2008: principais diferenças	38
A INCLUSÃO DO NÃO OBSERVADO	39
Inclusão Implícita	40
Inclusão Explícita	41
O problema da dupla contabilização	43
HARMONIZAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS	45
QUADROS ANALÍTICOS PARA A ENO	48
QUADRO ANALÍTICO DO ISTAT	49
ESTRUTURA TABULAR DO EUROSTAT	50
Primeiro Projeto (1998-2000)	50
Segundo Projeto (2002-2003)	50
ALEMANHA	53
DEFINIÇÕES E CONCEITOS	53
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	53
ESTIMAÇÕES EXPLÍCITAS RELATIVAS A ATIVIDADES INFORMAIS/ NÃO OBSERVADAS	54
ÁUSTRIA	56
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	56
Não resposta	56
Cobertura estatística incompleta (Under-recording)	57
Comparação por classes de volume de negócios	58
Ajustamentos aos consumos intermédios	58
Rendimentos não registados (Revenues off the books – ROB)	59
Abordagem teórica do estudo	59
Do excedente de exploração ao produto – que valores serão considerados “não observados”	60
Evasão Fiscal	61
Alojamento/Aluguer de quartos	62
Gorjetas	62
Hotéis e restaurantes	62

<i>Cabeleireiros</i>	63
Atividades não observadas	63
<i>Construção</i>	63
<i>Reparação de veículos motorizados</i>	64
RESULTADOS	64
BÉLGICA	65
CONCEITOS	65
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	66
Cálculo do Valor Acrescentado para as Empresas Não Financeiras	67
Cálculo dos Agregados “Administrativos”	67
<i>Empresas Não-Financeiras</i>	67
<i>Empresas sem personalidade jurídica, incluídas no setor das Famílias</i>	70
<i>Estimação da Economia Subterrânea</i>	70
IMPACTOS NAS CONTAS NACIONAIS E NAS ESTIMATIVAS DO PIB	71
BULGÁRIA	73
MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	73
Abordagem da produção	73
<i>N1 – Produtores deliberadamente não registados</i>	73
<i>N2 – Produção Ilegal</i>	74
<i>N3 – Produção do Setor Informal</i>	74
<i>N4, N5 – Pessoas jurídicas (unidades) e empresários não inquiridos</i>	74
<i>N6 – Reporte de dados incorretos</i>	75
<i>N7 – Outras insuficiências estatísticas</i>	75
Abordagem da despesa	76
<i>Despesas de consumo final das famílias</i>	76
<i>Produção das famílias para autoconsumo</i>	76
<i>Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)</i>	77
<i>Exportação e Importação de Bens e Serviços</i>	77
FONTES DE INFORMAÇÃO	77
Dados empresariais	77
<i>Dados do Emprego</i>	78
<i>Fontes de informação estatística para medição do emprego</i>	78
<i>Conceito de Emprego Doméstico</i>	79
<i>Horas trabalhadas</i>	79
<i>O Emprego nas Contas Nacionais</i>	80
<i>Ajustamento ao valor acrescentado devido à existência de emprego não registado</i>	81

SUMÁRIO DOS AJUSTAMENTOS	82
CROÁCIA	84
N1 – PRODUTORES NÃO REGISTRADOS	84
N2 – PRODUTORES ILEGAIS	87
N3 – PRODUTORES NÃO OBRIGADOS A REGISTO	90
N4 – ENTIDADES JURÍDICAS REGISTRADAS E NÃO INQUIRIDAS	91
N5 – EMPRESAS NÃO CONSTITUÍDAS EM SOCIEDADE, REGISTRADAS MAS NÃO INQUIRIDAS	91
N6 – REPORTE INCORRETO DOS DADOS POR PARTE DOS PRODUTORES	92
<i>Reporte incorreto de dados por entidades jurídicas</i>	<i>92</i>
Reporte incorreto do rendimento, por parte de artistas e freelancers	94
Rendimento não reportado do aluguer de quartos e habitações	95
N7 – INSUFICIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (STATISTICAL DEFICIENCIES)	96
O MÉTODO DE ESTIMAÇÃO DAS RENDAS IMPUTADAS E O SEU IMPACTO NO PIB	97
Método de cálculo das rendas brutas imputadas	97
Recomendação do Eurostat para o cálculo das rendas imputadas, utilizando o método do custo de utilização	99
SUMÁRIO DOS AJUSTAMENTOS	100
ESPANHA	104
CONCEITOS E DEFINIÇÕES	104
Atividades Não Observadas Estatisticamente (T1, T2, T3)	104
Atividades Não Observadas por Motivos Económicos (T4, T5)	105
Setor Informal (T6)	105
Produção Ilegal (T7)	105
Outros tipos de atividades não observadas (T8)	105
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	106
Estimações segundo a ótica da produção	106
<i>Ajustamentos a unidades não cobertas pelas estatísticas</i>	<i>106</i>
<i>Ajustamentos relativos à subavaliação da produção</i>	<i>106</i>
Estimações segundo a ótica do rendimento	108
Estimações segundo a ótica da despesa	108
<i>Despesas para consumo final das Famílias</i>	<i>108</i>
<i>Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)</i>	<i>109</i>
IMPLICAÇÕES E EFEITOS NO CÁLCULO DO PIB	109
ESTÓNIA	110
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO – A ABORDAGEM DA PRODUÇÃO	110
Ajustamentos para a Economia Não Registada (N1)	110

Ajustamentos para a Economia Ilegal (N2)	111
Ajustamentos para o reporte de dados incorretos (N6)	111
Outros dados não cobertos no cálculo do PIB (N7)	113
Exportações e Importações	113
SUMÁRIO DOS AJUSTAMENTOS	113
FINLÂNDIA	115
DADOS DE AUDITORIAS FISCAIS	115
EXEMPLOS DE MÉTODOS PARA O CÁLCULO DA ECONOMIA NÃO OBSERVADA E DA ECONOMIA INFORMAL	116
Construção	116
Comércio por grosso e a retalho	117
IMPACTOS NO CÁLCULO DO PIB	117
Construção	117
Comércio	117
Hotéis e Restaurantes	117
Transportes e Comunicação	117
HUNGRIA	119
ÓTICA DA PRODUÇÃO	119
Economia Subterrânea do tipo N1 e N2	119
Economia Subterrânea do tipo N6	120
Economia Informal (N3)	121
Outros ajustamentos (N7)	121
<i>Gorjetas</i>	<i>121</i>
<i>Gratificações</i>	<i>121</i>
<i>Salários em espécie</i>	<i>122</i>
ÓTICA DA DESPESA	122
Despesas de Consumo Final das Famílias	122
Exportação e Importação de Bens e Serviços	122
ÓTICA DO RENDIMENTO	123
Remuneração dos Trabalhadores	123
SUMÁRIO DOS AJUSTAMENTOS	123
IRLANDA	124
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	124
Balanceamento final dos procedimentos adotados	125
ESTIMATIVAS DO LADO DO RENDIMENTO	125
Excedentes de Exploração e Rendimentos Mistos	126
Inclusão de atividades isentas de imposto e exclusão da dupla contabilização	127
Não reporte da totalidade dos rendimentos	127
Alguns setores especiais	128

<i>Construção, distribuição comercial, hotéis, restaurantes e catering</i>	128
<i>Cuidado Infantil</i>	128
<i>Correção relativa a fraudes fiscais</i>	128
ESTIMATIVAS DO LADO DA DESPESA	129
Despesas de consumo final das famílias	129
<i>Rendas Imputadas</i>	129
<i>Serviços de reparação em habitações</i>	129
<i>Casas de repouso (lares de idosos)</i>	130
<i>Cuidados Infantis</i>	130
<i>Produção para autoconsumo</i>	130
Despesas de Consumo Final da Administração Pública	131
<i>Formação de Capital</i>	131
<i>Exportações e Importações</i>	131
<i>Trocas comerciais não declaradas</i>	131
<i>Exportações e Importações de Serviços</i>	131
ITÁLIA	132
DEFINIÇÕES E CONCEITOS	132
Quadro analítico do ISTAT para a ENO	132
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	133
Medidas do Emprego	133
<i>Emprego Não Registrado</i>	133
Harmonização de conceitos	134
Integração dos dados referentes ao trabalho imputado	135
Comparação dos dados	135
Ótica da Produção	137
Economia Subterrânea e as estimativas do Produto	138
<i>Ajustamentos aos valores declarados</i>	138
QUANTIFICAÇÃO DA ENO	139
LETÓNIA	142
AJUSTAMENTOS DE EXAUSTIVIDADE SEGUNDO A ÓTICA DA PRODUÇÃO	142
N1 – Produtores deliberadamente não registados (Subterrâneo)	143
N2 – Produtores deliberadamente não registados (Ilegais)	144
N3 – Produtores não sujeitos a registo	145
N4 – Pessoas Coletivas não inquiridas	145
N5 – Empresários registados e não inquiridos	145
N6 – Produtores que reportam dados incorretos	145
N7 – Outras Insuficiências Estatísticas	146
Sumário dos Ajustamentos	146

AJUSTAMENTOS DE EXAUSTIVIDADE SEGUNDO A ÓTICA DA DESPESA	147
N5 – Empresários registados e não inquiridos	148
N6 – Produtores que reportam dados incorretos	148
N7 – Outras Insuficiências Estatísticas	148
Sumário dos ajustamentos	149
LITUÂNIA	150
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	151
ESTIMATIVAS DA ENO E O SEU IMPACTO NO PIB	156
HOLANDA	157
EVASÃO FISCAL	157
Indústria têxtil e do couro	158
Construção	158
Comércio e reparação	158
Hotéis, restaurantes e cafés	159
Cuidados de saúde	159
Creches	159
Serviços personalizados (Personal Services)	160
Gorjetas	161
<i>Hotéis, restaurantes e cafés</i>	<i>161</i>
<i>Táxis</i>	<i>161</i>
<i>Serviços de estética (cabeleireiras, manicuras,...)</i>	<i>162</i>
RENDIMENTOS EM ESPÉCIE	162
Benefícios relativos à taxa de juro de acesso ao crédito	162
Contributos do empregador para creches	163
Uso de viaturas da empresa para fins particulares	163
EFEITOS NO PIB	163
POLÓNIA	165
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	165
Ótica da Produção	165
<i>N1 – Produtores que deliberadamente não se encontram registados (Produtores subterrâneos)</i>	<i>165</i>
<i>Inquérito ao Emprego Não Registado</i>	<i>166</i>
<i>Estimação do rendimento obtido através de trabalho não registado</i>	<i>168</i>
<i>N2 – Produtores deliberadamente não registados – Produtores ilegais</i>	<i>169</i>
<i>Drogas</i>	<i>169</i>
<i>Prostituição</i>	<i>171</i>
<i>Contrabando</i>	<i>172</i>
<i>Roubo e recetação</i>	<i>173</i>

<i>N5 – Empresários registados, mas não inquiridos</i>	175
<i>N6 – Produtores que deliberadamente reportam dados incorretos</i>	175
<i>Produção Oculta</i>	175
Fraude relativa ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado	177
<i>N7 – Outras Insuficiências Estatísticas</i>	177
<i>N7a – Nem toda a informação necessária é recolhida</i>	177
<i>N7b – Não resposta</i>	178
Ótica da Despesa	178
<i>Despesas de Consumo Final das Famílias</i>	178
<i>N1 – Produtores que deliberadamente não se encontram registados (Produtores subterrâneos)</i>	178
<i>N3 – Produtores não sujeitos a registo</i>	179
<i>N6 – Produtores que deliberadamente reportam dados incorretos</i>	179
<i>Formação Bruta de Capital Fixo</i>	179
N6 – Produtores que deliberadamente reportam dados incorretos	179
<i>Importações e Exportações de Bens e Serviços</i>	180
N2 – Produtores deliberadamente não registados – Produtores ilegais	180
N3 – Produtores não sujeitos a registo	180
IMPLICAÇÕES E EFEITOS DOS AJUSTAMENTOS NAS CONTAS NACIONAIS	181
Ótica da Produção	181
Ótica da Despesa	182
Impacto das atividades ilegais no PIB	182
REINO UNIDO	184
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	184
Qualidade dos dados	184
Inquéritos	185
Confronto dos dados ao nível macroeconómico	185
ÓTICA DO RENDIMENTO	186
Dados do PAYE	186
Inquérito ao Rendimento Pessoal (Survey of Personal Income)	187
Declarações Fiscais das empresas	187
ÓTICA DA DESPESA	187
ATIVIDADES ILEGAIS	189
RENDIMENTOS OCULTOS	190
REPÚBLICA CHECA	192

ÓTICA DA PRODUÇÃO	192
N1 – Produtores que deliberadamente não se encontram registados (Produtores subterrâneos)	192
N2 – Produtores deliberadamente não registados – Produtores ilegais	193
<i>Prostituição</i>	194
<i>Consumo de droga</i>	194
<i>Venda de Produtos Roubados</i>	195
<i>Venda de produtos contrabandeados</i>	195
N3 – Produtores Não Sujeitos a Registo	196
<i>Setor Informal</i>	196
<i>Construção de moradias</i>	196
<i>Produção agrícola para consumo final próprio</i>	197
N4 – Pessoas Singulares não inquiridas	198
N5 – Empresários registados e não inquiridos	199
N6 – Reporte Incorreto de dados por parte do produtor	199
N7 – Insuficiências Estatísticas	201
Sumário dos ajustamentos segundo a ótica da produção	203
ÓTICA DA DESPESA	204
Despesas de Consumo Final das Famílias	204
Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas e ISFLSF	205
Formação Bruta de Capital Fixo	205
Exportações e Importações de Bens e Serviços	205
Sumário dos ajustamentos segundo a ótica da despesa	206
ÓTICA DO RENDIMENTO	206
ROMÉNIA	208
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	209
Reporte incorreto dos rendimentos	209
<i>Estimação do trabalho oculto</i>	209
<i>Estimação da evasão fiscal ao imposto sobre o valor acrescentado</i>	211
Setor Informal	212
SUMÁRIO DOS AJUSTAMENTOS REALIZADOS	214
19. SUÉCIA	216
FONTES E MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO	216
A ótica da produção	216
<i>Rendimentos em espécie e outras gratificações</i>	217
A ótica do Rendimento	218
O método do Emprego	218

<i>Total de horas de trabalho</i>	<i>218</i>
<i>Confronto de estimativas</i>	<i>220</i>
CONCLUSÃO	222
BIBLIOGRAFIA	224

>> **ÍNDICE DE TABELAS**

<i>Tabela 1 (Áustria) - Afetação dos ajustamentos por tipos de NOE</i>	64
<i>Tabela 1 (Bulgária) - Estimação de total de emprego e horas trabalhadas - 2001 (milhões)</i>	80
<i>Tabela 2 (Bulgária) - Ajustamentos exaustivo devido a emprego irregular, parte de N6 - 2001</i>	82
<i>Tabela 3 (Bulgária) - Ajustamentos ao PIB</i>	83
<i>Tabela 1 (Croácia) - Diferença entre o número total de empregados segundo as estatísticas oficiais e o Inquérito ao Emprego</i>	86
<i>Tabela 2 (Croácia) - Rendimento não registado de produtores subterráneos (N1), por atividade</i>	86
<i>Tabela 3 (Croácia) - Estimativa do rendimento anual médio gerado por atividades ilegais, 2000-2003 (milhões de HRK)</i>	89
<i>Tabela 4 (Croácia) - Estimativa de rendimento por produtores sem registo (milhões de HRK)</i>	90
<i>Tabela 5 (Croácia) - Estimativa do rendimento por produtores registados e não inquiridos (N5) (milhões HRK)</i>	92
<i>Tabela 6 (Croácia) - Evasão fiscal por atividade (% do total de evasão)</i>	93
<i>Tabela 7 (Croácia) - Reporte impreciso por parte dos produtores (N6), entidades legais</i>	94
<i>Tabela 8 (Croácia) - Reporte incorreto por parte dos produtores (N6), artesãos</i>	95
<i>Tabela 9 (Croácia) - Estimativa do rendimento não reportado que advém de rendas (N6) (milhões HRK)</i>	95
<i>Tabela 10 (Croácia) - Deficiências dos dados estatísticos (N7)</i>	97
<i>Tabela 11 (Croácia) - Cálculo das rendas imputadas (de acordo com a presente metodologia) 1998-2002 (milhões HRK)</i>	99
<i>Tabela 12 (Croácia) - Cálculo do valor bruto das rendas habitacionais (de acordo com a metodologia recomendada pelo Eurostat) 1998-2002 (milhões HRK)</i>	100
<i>Tabela 13 (Croácia) - Total dos ajustamentos por atividade</i>	100
<i>Tabela 14 (Croácia) - Peso dos ajustamentos no total do VAB das atividades específicas (%)</i>	101
<i>Tabela 15 (Croácia) - Ajustamentos por tipologia</i>	102
<i>Tabela 16 (Croácia) - Peso dos ajustamentos no total do VAB, por tipologia (%)</i>	102
<i>Tabela 17 (Croácia) - PIB total, incluindo o valor dos ajustamentos a preços correntes (milhões HRK)</i>	102
<i>Tabela 1 (Espanha) - Ajustamentos às Contas Nacionais para diferentes tipos de ENO, 2000 (% PIB)</i>	109

<i>Tabela 1 (Estónia) - Total dos ajustamentos para a ENO, por atividade económica, em 2000 (milhões EEK)</i>	114
<i>Tabela 1 (Finlândia) - Ajustamentos para a ENO, em 2002</i>	117
<i>Tabela 1 (Hungria) - Ajustamento por tipo de atividade (legal), 2000</i>	123
<i>Tabela 1 (Irlanda) - Excedente operacional e rendimento misto de atividades isentas de tributação e rendimentos, 2003</i>	127
<i>Tabela 2 (Irlanda) - Produção agrícola e consumo de combustível sem recurso ao processo mercantil, 2004</i>	130
<i>Tabela 1 (Itália) - Derivação do emprego doméstico para efeitos de contabilidade nacional</i>	134
<i>Tabela 2 (Itália) - Principais fontes de informação para a estimação do emprego</i>	136
<i>Tabela 1 (Letónia) - Fonte dos dados para compilações e ajustamentos nas contas de produção</i>	142
<i>Tabela 2 (Letónia) - Ajustamentos aos agregados das contas de produção por tipos de não exaustividade (milhões de Lats)</i>	146
<i>Tabela 3 (Letónia) - Fontes de informação e ajustamentos para os agregados de despesa</i>	147
<i>Tabela 4 (Letónia) - Sumário dos ajustamentos ao PIB segundo a ótica da despesa</i>	149
<i>Tabela 1 (Lituânia) - Sumário dos ajustamentos ao valor acrescentado bruto: ótica da produção sendo 2001 o ano de referência (milhões de LTL)</i>	150
<i>Tabela 2 (Lituânia) - A percentagem de rendimentos não declarados por tipos de atividade económica, em 2002 (em %)</i>	152
<i>Tabela 3 (Lituânia) - Percentagem de rendimentos não declarados na indústria transformadora em 2002 (%)</i>	153
<i>Tabela 4 (Lituânia) - Distribuição dos trabalhadores não declarados por tipo de atividade económica</i>	155
<i>Tabela 5 (Lituânia) - Peso da ENO no total do PIB</i>	156
<i>Tabela 1 (Polónia) - Pessoas empregadas na economia oculta, por tipo de atividades (% do total de empregados em cada atividade)</i>	167
<i>Tabela 2 (Polónia) - Pessoas empregadas na economia oculta: repartição por tipo de empregados</i>	168
<i>Tabela 3 (Polónia) - Valor acrescentado bruto para trabalho não registado, 2002</i>	169
<i>Tabela 4 (Polónia) - Principai drogas transaccionadas, 2002 (milhões de zlotys a preços correntes)</i>	171
<i>Tabela 5 (Polónia) - Estimativa do valor dos serviços de prostituição</i>	171

<i>Tabela 6 (Polónia) - Margem comercial e valor acrescentado dos bens contrabandeados</i>	173
<i>Tabela 7 (Polónia) - Estimativa do valor das vendas decorrentes do roubo</i>	174
<i>Tabela 8 (Polónia) - Valor das atividades ilegais (todos os tipos), 2002 (milhões de zlotys)</i>	174
<i>Tabela 9 (Polónia) - Valor acrescentado bruto criado por produção oculta em 2002</i>	175
<i>Tabela 10 (Polónia) - Cálculo de evasão ao IVA “sem cumplicidade”, 2002</i>	177
<i>Tabela 11 (Polónia) - Valor dos ajustamentos relacionados com a não resposta por componentes da contabilidade nacional no setor das empresas não financeiras</i>	178
<i>Tabela 12 (Polónia) - Despesa das famílias em serviços criados pela economia oculta, 2002</i>	179
<i>Tabela 13 (Polónia) - Formação Bruta de Capital Fixo na economia oculta, 2002</i>	180
<i>Tabela 14 (Polónia) - Peso da economia não observada no PIB por setor institucional, em 2002, ótica da produção (%)</i>	181
<i>Tabela 15 (Polónia) - Peso da economia não observada no PIB em 2002 (%)</i>	181
<i>Tabela 16 (Polónia) - Peso da economia não observada no PIB em 2002, ótica da despesa (%)</i>	182
<i>Tabela 17 (Polónia) - PIB e estimativa de atividades ilegais (milhões de zlotys)</i>	183
<i>Tabela 1 (Reino Unido) - Ajustamento da cobertura do consumo final das famílias</i>	187
<i>Tabela 2 (Reino Unido) - Atividades ilegais que geram valor acrescentado, 1996</i>	189
<i>Tabela 1 (Rep. Checa) - Estimativa da produção por produtores deliberadamente não registados, 2000</i>	193
<i>Tabela 2 (Rep. Checa) - Estimativa da produção de serviços de pessoal doméstico</i>	196
<i>Tabela 3 (Rep. Checa) - Produção florestal (milhões de CZK)</i>	197
<i>Tabela 4 (Rep. Checa) - Produtos agrícolas para consumo próprio (milhões de CZK)</i>	198
<i>Tabela 5 (Rep. Checa) - Taxas de distorção intencional dos dados reportados (%)</i>	200
<i>Tabela 6 (Rep. Checa) - Estimação do reporte incorreto de dados intencional (milhões de CZK)</i>	200

<i>Tabela 7 (Rep. Checa) - Rendimentos em espécie e gorjetas: estimativa e registo nas contas nacionais, 2000 (milhões de CZK)</i>	202
<i>Tabela 8 (Rep. Checa) - Gorjetas: estimativa em percentagem do consumo final, 2000 (milhões CZK)</i>	203
<i>Tabela 9 (Rep. Checa) - Gorjetas: estimativa por número de pessoas, 2000 (milhões de CZK)</i>	203
<i>Tabela 10 (Rep. Checa) - Sumário dos ajustamentos pela ótica da produção 2000 (milhões de CZK)</i>	203
<i>Tabela 11 (Rep. Checa) - Consumo privado das famílias por tipo de ajustamento, 2000 (milhões de CZK)</i>	204
<i>Tabela 12 (República Checa) - Sumário dos ajustamentos na ótica da despesa, 2000 (milhões de CZK)</i>	206
<i>Tabela 13 (República Checa) - Sumário dos ajustamentos na ótica do rendimento, 2000</i>	207
<i>Tabela 1 (Roménia) - Parte da ENO no PIB</i>	209
<i>Tabela 2 (Roménia) - Produção, consumos intermédios e valor acrescentado por trabalho oculto</i>	211
<i>Tabela 3 (Roménia) - Estimativa da fraude ao IVA</i>	211
<i>Tabela 4 (Roménia) - Estimativa do valor acrescentado bruto do setor informal</i>	212
<i>Tabela 5 (Roménia) - Estimativa dos agregados das contas nacionais para as unidades não registadas (milhares de milhões de Lei)</i>	213
<i>Tabela 6 (Roménia) Ótica da produção, ajustamento do VAB</i>	214
<i>Tabela 7 (Roménia) - Ótica da Produção, ajustamento ao VAB associado à fraude ao IVA e economia subterrânea</i>	214
<i>Tabela 8 (Roménia) - Ótica da despesa</i>	214
<i>Tabela 9 (Roménia) - Ótica do rendimento</i>	215
<i>Tabela 1 (Suécia) - Ajustamentos explícitos para as atividades ocultas e informais e a relação com o valor acrescentado nestas indústrias e com o PIB, 2000 (milhões de SEK)</i>	217
<i>Tabela 2 (Suécia) - Total de horas trabalhadas (x 10000) de acordo com o Inquérito ao Emprego e as Contas Nacionais</i>	219
<i>Tabela 3 (Suécia) - Comparação entre o Inquérito ao Emprego e as estatísticas empresariais, 1998 (centenas de pessoas)</i>	219

>> ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1: A ENO e o Setor Informal</i>	29
<i>Figura 2: Composição do setor institucional das Famílias.</i>	34
<i>Figura 3: Atividades produtivas não observadas</i>	49
<i>Figura 4: Todas as atividades produtivas</i>	51
<i>Figura 1 (Áustria) - Rendimento de referência</i>	60
<i>Figura 1 (Itália) - Limites mínimos e máximo da economia subterrânea calculada em percentagem do PIB</i>	140
<i>Figura 1 (Lituânia) - A partilha do volume de negócios não declarados no total das empresas de comércio a retalho em 2002 (%)</i>	154
<i>Figura 1 (Suécia) - Confrontando diferentes estimativas</i>	220

>> RESUMO

O presente artigo aborda as principais técnicas e métodos de estimação utilizados para quantificar a componente não observada das economias com vista à sua inclusão nas contas nacionais.

Na primeira parte, apresentar-se-ão os conceitos teóricos mais relevantes, bem como os fundamentais contributos e recomendações que visem orientar os países na estimação da economia não observada. Finalmente, na segunda parte revelam-se as técnicas e métodos de estimação adotados em 19 países europeus, tendo por base um inquérito conduzido pelas Nações Unidas em 2008.

>> ABSTRACT

This working paper presents the main techniques and estimation methods used to quantify the non-observed economy with the intention of including those estimates in the national accounts.

The first part introduces the major concepts, as well as the contributions and recommendations made in order to help countries with the estimation of the non-observed economy. Finally, the second part reveals the techniques and estimation methods adopted by 19 European countries, based on a UNECE's survey conducted in 2008.

Abreviaturas

CIS STAT – Interstate Statistical Committee of the Commonwealth of Independent States

ENO – Economia Não Observada

FMI – Fundo Monetário Internacional

HBS – Household Budget Survey (o equivalente ao inquérito ao orçamento das famílias)

ISFLSF – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

ISTAT – Instituto Nacional de Estatística de Itália

IVA – Imposto sobre o valor acrescentado

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECD – sigla inglesa da OCDE

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PPE – Projeto Piloto de Exaustividade

SCN – Sistema de Contas Nacionais

SCN 93 – Sistema de Contas Nacionais de 1993

SCN 2008 – Sistema de Contas Nacionais de 2008¹

SEC – Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas

SEC 95 – Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas de 1995

SEC 2010 – Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas de 2010²

UE – União Europeia

UNECE – United Nations Commission for Europe (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa)

VAB – Valor Acrescentado Bruto

¹ Referência bibliográfica; European Commission et al. 2008

² Referência bibliográfica: União Europeia, 2010

>> PREFÁCIO

1. Há diferentes formas de caracterização da Contabilidade Nacional¹ que podem ser englobadas em duas concepções alternativas: a formalista e a substantiva. A primeira centra-se na técnica utilizada. A segunda na natureza das redes que os homens estabelecem entre si nas actividades consideradas económicas. A primeira admite os conceitos da Economia que lhe estão subjacentes como um dado anteriormente assumido. A segunda centra-se no significado social e económico das acções das pessoas, individuais e colectivas. Na primeira é uma «variante» da Contabilidade. Na segunda um segmento da Economia².

Ambas concepções estão de acordo que a Contabilidade Nacional tem de ter em conta o que a Economia afirma mas a forma de o encarar é diferente. Culmann, defensor da primeira posição, afirma-o claramente: “há sem dúvida uma ciência em causa, a Ciência Económica, a quem compete definir os elementos contabilizados para que a Contabilidade Nacional, por seu lado, traga qualquer coisa ao economista; mas se o estudo da realidade económica é uma ciência, a sua descrição através das contas não pode ser senão uma técnica”.³ Contudo, para os segundos, este distanciamento tende a ignorar que a Economia é atravessada por múltiplos paradigmas que ressaltam diferentes sequências lógicas conceptuais que podem alterar profundamente as variáveis e a técnica a reter pela Contabilidade Nacional, e esta pode exigir uma reconstrução da Economia em algumas das suas vertentes. Segundo Delaunay “apesar dos «floreados» que os contabilistas nacionais possam fazer na passagem a esta ou aquela teoria, acontece frequentemente que consideram o seu instrumental como uma técnica, um modelo reduzido da economia. Isto mostra que têm o sentimento de dispor de um dado utensílio, ao abrigo de todo o debate doutrinal, e portanto, em dada medida, de toda a teoria”.⁴

Provavelmente a chamada de atenção da óptica substantiva remete para repensar o que é produzir e a produção, o que é valor acrescentado, a diferença entre rendimento criado e apropriado e sobretudo a distinção e articulação

¹ A referência nesta abordagem inicial foi Pimenta *et al.* (1975). *Apontamentos de Contabilidade Nacional - Complementos*. Texto policopiado de apoio às aulas

² Para não tomar no absurdo de que “a economia estuda a economia” e distinguir claramente a ciência do seu objecto, designamos este com minúscula e aquela com maiúscula.

³ Ver pág. 9 de Culmann, Henri. (1973). *Les Comptabilités Nationales* (3 ed.). Paris: PUF.

⁴ Pág. 20 de Delaunay, Jean-Claude. (1971). *Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale*. Paris: Editions Sociales.

entre as dimensões individual e social do acontecimento. O individual pode encobrir e distorcer a leitura da dinâmica social, que constitui o essencial da Contabilidade Nacional¹.

Reflectindo a ruptura de Robbins² nos paradigmas da Economia, a Contabilidade Nacional formalista acabou por se impor nos meios oficiais, pelo que é útil apresentarmos uma sua definição:

“A Contabilidade Nacional é uma técnica inspirada na contabilidade comercial que se propõe apresentar da actividade económica de um país uma síntese de informações escolhidas e numéricas”³

Como o autor salienta “inspirada na contabilidade comercial”, mas não dela derivada; “actividade”, e não situação; “síntese” organizada, e não uma mera colecção; nem todas as “informações” existentes, mas as “escolhidas”.

Em síntese, quer se opte por uma definição formal ou por uma substantiva, a Contabilidade Nacional não é uma actividade neutra, é influenciada pela opções teóricas assumidas, consciente ou inconscientemente, pela classificação adoptada no sistema de contas nacionais, que inclui hipóteses de partida, raramente explicitadas. Como o próprio autor refere, a escolha das informações é uma prática sempre presente.

Desde o nascimento da concepção e montagem da Contabilidade Nacional, e sua correspondente institucionalização, houve a preocupação em definir o que é incluído, ou não, o que é registado. Nos países capitalistas, com o predomínio da teoria do valor-utilidade, houve a tendência de privilegiar o comportamento individual e a produção de utilidade. «Ser útil» tende para «ser produtivo». E como nem tudo que é útil está monetariamente quantificado desde cedo recorreram a estimativas a serem incluídas na contabilidade nacional. Algumas, entre muitas, dúvidas: As actividades de crédito são actividades produtivas⁴? Qual o valor do autoconsumo, que não foi ao mercado? Qual a produção do trabalho das «donas de casa», elemento

¹ À margem da nossa preocupação nestes apontamentos, podemos dizer que o conceito de «produção» está na base da contabilidade nacional, se quisermos evitar ausências encobertas ou duplicações que não o aparentam ser. Saber o que aquele conceito reflecte da realidade social impõe retomar o debate da Teoria do Valor.

² Referimo-nos a Robbins, Lionel. (1945). *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. Londres: Macmillan and Co. Limited.

³ Pág. 7, Culmann, *ob. cit.*

⁴ Esta é uma pergunta ausente de quase todos os sistemas de contabilidade nacional, mas que foi colocada em alguns casos. Por exemplo, no sistema contabilístico em França do início da década de 70, embora se defina “produção como a criação de um bem novo, de um serviço ou de uma margem [diferença do preço que remunera uma actividade comercial]” (Culmann, *ob. cit.*, p. 86), é preciso que “essa criação emane das empresas não financeiras ou das famílias: o serviço de crédito não é uma produção” (88).

essencial da estrutura familiar e social? Porquê supor que todas pessoas vivem em casa alugada?

A Contabilidade Nacional sempre englobou estimativas de valores que não estavam quantificados.

2. A existência de actividades económicas que não estavam contabilizadas em nenhum lado era considerada inicialmente um resíduo. A tendência dominante era admitir que essas actividades fora do mercado oficial eram reminiscências dos modos de produção pré-capitalistas. Esta leitura simplista, associada à importância atribuída após a guerra 1939/45 à «cooperação para o desenvolvimento»¹, fez com que até à década de 70 se tendesse a considerar que a «economia paralela» era uma reminiscência apenas significativa nas economias subdesenvolvidas, tendo sido bastante estudada na América Latina, pelos economistas ligados à CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e o Caribe). Depois aceitou-se que também havia nas economias desenvolvidas, embora se admitisse que tendesse a desaparecer. Finalmente, a partir da década de 80, foi reconhecido que era uma realidade universal e que o capitalismo gerava actividades “não observadas”.

Em 2002, a OCDE, após um prolongado estudo do problema, publica a sua bíblia sobre o tema². Primeiro em inglês, um ano depois em francês e em 2007, em colaboração com outras instituições, em espanhol.

Não é nosso propósito fazer a síntese desse trabalho, mas tão-somente chamar a atenção sobre alguns aspectos:

- A OCDE centra-se sobre a economia não observada e há uma hierarquia conceptual nos agregados não registados na contabilidade nacional: economia subterrânea, economia ilegal, economia informal, autoconsumo e erros estatísticos. A ordem não é arbitrária e comanda a inclusão das actividades económicas numa das cinco categorias. As três primeiras são as principais.
- A prioridade subjacente a essa classificação são as receitas do Estado. A classificação apresentada é uma das muitas possíveis e está marcada por essa preocupação política e económica. Partindo da importância do Estado enquanto recebedor de impostos, visa aumentar as suas receitas (apesar de o documento ter sido gerado e publicado num período de redução da actividade do Estado na economia e de debilidade de regulação).
- Há a preocupação deliberada de construir técnicas e metodologias para incluir essa economia não-observada na Contabilidade Nacional. Criticando

¹ Sobre a indústria da «cooperação para o desenvolvimento» veja-se Pimenta, Carlos. (2008). Embuste do Desenvolvimento. *Africana Studia*, 10(2007), 89-154.

² OECD. (2002). *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*. Paris: OCDE.

quase todas as utilizadas até então para o cálculo da economia não-observada, ou de alguns dos seus segmentos, sugere formas sistemáticas de recolha de informação.

Mais uma constatação de que não há classificações neutras¹, elas são o resultado de escolhas predominantemente políticas, pragmáticas, económicas e ideológicas. É certo que a “contabilidade nacional oficial” inclui alguma “economia não oficial”.

3. A economia não-observada tem sido uma das profícuas linhas de investigação do Observatório de Economia e Gestão de Fraude. Importante nos conhecimentos científicos aportados, validados pela comunidade científica internacional, eficazes na elucidação da opinião pública, peça fundamental para uma prevenção da fraude fiscal e das actividades proibidas por lei.

Admitimos que, havendo tantas metodologias possíveis para o cálculo da economia não-observada, comportando cada uma preocupações específicas e foco privilegiado sobre alguns dos seus segmentos, seria preferível distinguir claramente a economia observada e a não-observada; não englobar partes desta, geralmente diminutas, ao sabor de preocupações diversas, chamemos-lhe burocráticas.

Mas uma coisa é o que propomos, e outra a realidade. Por isso o OBEGEF colocou como objectivo estudar como é que as Contabilidades Nacionais englobam a economia não-observada. É nosso propósito estudá-lo à escala internacional, com incidência na Europa, e em Portugal, desde os primórdios até à actualidade.

É um vasto trabalho que exige diversas etapas e uma colaboração académica variada. O relatório que aqui se apresenta é uma das peças do todo. Um vasto e longo trabalho realizado pela mestranda Mariana Oliveira, a quem agradecemos o empenhamento nesta árdua tarefa.

Ficamos aguardando a oportunidade de continuarmos este trabalho: continuar a análise internacional até aos dias de hoje; proceder ao levantamento das práticas de estimação na Contabilidade Nacional portuguesa.

Carlos Pimenta
carlos.pimenta@gestaodefraude.eu

¹ Agradeço ao meu colega e amigo Manuel Castelo Branco termo-lo recordado a propósito da contabilidade.

>> INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo a Contabilidade Nacional tem adquirido especial atenção, em grande medida devido à sua indubitável importância ao nível da condução da política económica.

De entre os vários utilizadores da informação divulgada na Contabilidade Nacional poder-se-á destacar, por um lado, os decisores da política. Estes beneficiam do acesso aos dados das contas nacionais na medida em que se tornam capazes de diagnosticar eventuais problemas a resolver, monitorizando e avaliando a evolução das economias. Por outro lado, os cidadãos tornando-se capazes de avaliar a performance dos governantes que elegeram formando uma opinião fundamentada sobre os mesmos.

As contas nacionais propõem-se a espelhar as mais diversas dimensões da sociedade em dados quantitativos, cabendo ao utilizador da informação (analistas, políticos, investidores, meios de comunicação ou o público em geral) uma análise “para além dos números”.

Face ao exposto, facilmente se depreende a importância de dispor de um sistema de contabilização que seja capaz de produzir resultados em conformidade com a realidade. Quer isto dizer que o objetivo será estimar as diversas componentes da vertente económica de um país da forma mais completa possível, sem prejuízo da qualidade dos dados, para que as contas nacionais reflitam verdadeiramente o contexto económico que procuram mensurar.

A complexidade prática inerente à elaboração das contas nacionais faz com que este objetivo, aparentemente simples, se torne numa meta bastante ambiciosa, isto porque nem sempre existem dados para todas atividades produtivas levadas a cabo numa economia. Por outras palavras, a Economia Não Observada (ENO) apresenta-se como um obstáculo à obtenção de contas nacionais exaustivas, exigindo um esforço adicional no que respeita à mensuração destas atividades.

A discussão quanto aos melhores procedimentos e metodologias a adotar para estimar a ENO constitui um fenómeno relativamente recente, mas representa um ponto de viragem na história da Contabilidade Nacional. Passa-se de um processo de compilação das contas nacionais em que, apesar de se reconhecer a não observância da totalidade das atividades económicas desenvolvidas, não se denota uma especial preocupação com a sua estimação, para uma realidade muito distinta. Muitos são os profissionais que se dedicam ao estudo deste tema, procurando a melhor forma de, se

assim se pode dizer, “conhecer o desconhecido” da forma mais verosímil possível.

Atualmente dispõe-se de uma vasta literatura no que concerne a ENO, com destaque para os trabalhos desenvolvidos pela Organização para a Co-operação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Eurostat e da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (sigla inglesa, UNECE). Tanto o SCN (Sistema de Contas Nacionais), que emana as principais diretivas mundiais de Contabilidade Nacional, como o SEC (Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas), mais direcionado para a realidade europeia, procuram incorporar gradualmente algumas dessas indicações para estimar a ENO, tornando notório o esforço desenvolvido não só no sentido de assegurar uma maior cobertura da atividade económica, mas também de harmonizar conceitos de modo a que a comparabilidade internacional dos dados não seja afetada pela introdução destas novas diretivas.

O ponto 2 do presente trabalho dedicar-se-á à distinção entre o que é ou não observado, isto é, o que determina que umas atividades sejam consideradas como observadas e outras não.

O ponto seguinte visa distinguir as atividades formais das informais. Clarificar-se-ão estes conceitos de modo a não os confundir com os do ponto 2 deste trabalho. Abordar-se-á a importância do setor informal na atividade económica, bem como a inexistência de definições e critérios claros e universais que determinem a (in)formalidade das atividades produtivas. A definição proposta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) constitui um ponto de partida para que cada país seja capaz de delinear uma fronteira entre as atividades de carácter formal e as atividades que pertencerão ao setor informal, todavia, a liberdade que cada país tem para definir o que pertence ou não ao setor informal da sua economia conduz, inevitavelmente, a uma perda da comparabilidade internacional da informação, exigindo um maior cuidado na análise de dados.

A primeira parte do ponto 4 incide sobre duas das principais referências internacionais associadas à Contabilidade Nacional: o SCN e o SEC. Far-se-á uma breve alusão à história dos dois regulamentos, distinguindo-os quanto ao seu âmbito de aplicação e enumerando as principais diferenças quanto ao seu conteúdo. A segunda parte será dedicada ao modo de inclusão das atividades não observadas nas contas nacionais, distinguindo a inclusão implícita da explícita, que poderá originar o problema da dupla contabilização.

O ponto 5 trata da importância da harmonização das contas nacionais, não só em termos conceituais, mas também nos métodos de estimação a adotar, sobretudo no domínio da ENO. A ideia central é que a *standardização* dos conceitos e do tratamento estatístico da informação trará benefícios

para a comparabilidade internacional dos dados, especialmente relevante num contexto de globalização.

No ponto 6 consta uma apresentação sucinta dos quadros analíticos da ENO mais utilizados pelos diferentes países. Destacar-se-á o trabalho do ISTAT e os dois projetos de exaustividade encetados pelo Eurostat. A leitura deste ponto revelar-se-á útil para uma melhor compreensão do ponto seguinte deste trabalho.

O ponto 7 tem por base a análise de um inquérito relativo às práticas de 45 países quanto à estimação das atividades não observadas e respetiva inclusão nas contas nacionais (*United Nations Economic Commission for Europe, 2008, "Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices"*). Elegeram-se alguns países europeus para análise neste trabalho, tendo sido selecionadas as informações que se consideraram mais pertinentes e interessantes. Reitera-se que, apesar deste ponto seguir muito de perto o inquérito supracitado, estão contempladas neste trabalho apenas algumas dessas informações, pelo que uma análise mais aprofundada deste tema, para os países europeus em causa, requer a consulta do referido inquérito. Na parte final far-se-á uma leitura de conjunto, tendo em conta o exposto na primeira parte desta secção.

Finalmente, o ponto 8 será dedicado à conclusão, na qual constarão as principais ideias a reter, sumarizando as reflexões críticas efetuadas ao longo do trabalho.

>> O OBSERVADO E O NÃO OBSERVADO

A Contabilidade Nacional não se resume à quantificação do valor gerado pelas atividades económicas diretamente observáveis. Quanto a estas, desde que hajam bases de dados fiáveis e completas, não se levantam, à partida, grandes problemas. Assim, os progressos na elaboração das contas nacionais surgiram não só para tirar melhor partido das informações disponíveis, referentes à economia observada (isto é, às atividades económicas captadas estatisticamente), mas também no sentido de assegurar, tanto quanto possível, a plenitude dos dados obtidos. Por outras palavras, a constante melhoria das técnicas e métodos adotados na elaboração das contas nacionais visa, sobretudo, garantir que os resultados reportados são precisos (ou que estão o mais próximo possível do seu valor real/efetivo) e que abrangem, no limite (e idealmente), todas as atividades produtivas levadas a cabo numa determinada economia. Em suma, o que se pretende é que a Contabilidade Nacional seja capaz de refletir, de uma forma realista, as atividades económicas observadas (para as quais se dispõe de dados), bem como as não observadas (cujo valor é estimado).

O inquérito da UNECE (2008) propõe uma definição de Economia Não Observada (ENO), considerando que esta abrange todas as atividades produtivas que não são cobertas pelas principais fontes de informação utilizadas na compilação das contas nacionais. Assim, as atividades subterrâneas, informais (incluindo as que são desenvolvidas pelos agregados familiares para autoconsumo), ilegais e todas as que são omissas devido a deficiências das próprias bases de dados, poderão ser incluídas neste grupo de atividades que constituem a ENO.

Ora, o facto de serem atividades não observadas, seja por motivos estatísticos, económicos ou legais, não significa que sejam irrelevantes para economia do país. Se se defende que as contas nacionais devem ser exaustivas/completas, de modo a obter uma quantificação mais precisa da riqueza criada pelos agentes económicos, facilmente se depreende a importância da estimação do valor gerado pela ENO. De facto, trata-se de uma dimensão da economia à qual não é possível aceder através das fontes de informação convencionais, pelo que a estimação será a melhor forma de contornar o problema da inobservância destas atividades económicas.

Nesse sentido, o Sistema de Contas Nacionais adotado pela Comissão Estatística das Nações Unidas em 2008 (SCN 2008) introduz um conjunto de recomendações, acordadas internacionalmente, quanto à mensuração das atividades económicas e respetiva compilação. O inquérito desenvolvido pela

UNECE (2008) propõe as seguintes definições (com base na versão de 1993 deste regulamento – SCN 1993):

Produção subterrânea: atividades produtivas legais, deliberadamente ocultas das autoridades para evitar o pagamento de impostos (quer sobre o valor acrescentado (IVA), quer sobre o rendimento) ou de contribuições para a Segurança Social. É frequente surgirem conceitos como “atividades escondidas” (“*concealed activities*”), “economia oculta” (“*hidden economy*”) ou “economia negra” (“*black economy*”) utilizados como sinónimos para fazer referência a este tipo de atividades produtivas.

Atividades informais: atividades produtivas legais, caracterizadas por um reduzido nível de organização e pouca ou nenhuma divisão entre o trabalho e capital utilizados como fatores produtivos. Encontra-se fundamentalmente associado à produção de bens e serviços em pequena escala, cujo principal objetivo é criar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas. Pormenorizar-se-á este conceito no ponto seguinte.

Atividades ilegais: atividades produtivas proibidas por lei, ou que se tornam ilegais quando desenvolvidas por pessoas não autorizadas. A produção, importação e venda de drogas, prostituição, venda de produtos roubados e contrabando de bens são algumas das atividades contempladas neste grupo.

O SCN 2008 é claro no que respeita às atividades ilegais, referindo que apenas se deve incluir nas contas nacionais as práticas ilegais que vão de encontro ao conceito de transação económica, isto é, quando há um acordo mútuo entre as partes envolvidas. O principal objetivo da inclusão de certas atividades ilegais é eliminar (ou, pelo menos, atenuar) um possível efeito de distorção que surgiria se a compra de bens e serviços ilegais não fosse contabilizada nas contas nacionais. Haveria uma sobrestimação do valor da poupança das famílias e uma falta de correspondência entre os ativos detidos e os ativos adquiridos pelas famílias.

Contudo, as práticas ilegais que constituem um crime relativamente a uma pessoa e/ou ao direito de propriedade não poderão ser consideradas como transações (é o caso, por exemplo, do roubo), logo, não deverão ser estimadas, pois não são passíveis de inclusão nas contas nacionais. Excecionalmente poder-se-á ter em conta o valor destas práticas, caso se tratem de roubos ou atos de violência (incluindo situações de guerra) que induzam uma significativa redistribuição ou destruição de ativos, sendo tratados como outros fluxos¹ e não como transações pelas razões acima descritas.

¹ A classificação «outros fluxos» é utilizada quando há alterações no valor dos ativos e passivos que não resultem de transações. Na falta de uma ou mais características típicas das transações, uma determinada operação será classificada como fluxo e não como transação.

Da mesma forma, o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas de 2010 (SEC 2010), que constitui o principal referencial para a elaboração das contas nacionais a nível europeu¹, refere que “O valor das atividades de produção não diretamente observadas é, em princípio, incluído nos limites da produção das contas nacionais”, contemplando as “atividades ilegais em que as partes são parceiros que participam voluntariamente numa operação económica”; atividades ocultas e subterrâneas “em que as operações em si não são contrárias à lei, mas não são declaradas a fim de evitar o controlo por parte das autoridades”; e as “atividades descritas como “informais”, relativamente às quais não costuma haver qualquer registo”. De notar que, em conformidade com o SCN 2008, as atividades ilegais “em que uma das partes é um participante involuntário (por exemplo, roubo) não são operações económicas, não sendo, por isso, incluídas nos limites da produção”.

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido a grandes progressos no domínio da ENO, sobretudo no que respeita à clarificação de conceitos e ao processo de estimação associado.

O trabalho desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo CIS STAT (*Interstate Statistical Committee of the Commonwealth of Independent States*) e publicado em 2002, “*Measuring the Non-Observed Economy – A Handbook*”, tornou-se a principal referência para a estimação das atividades económicas não observadas.

¹ O SEC 2010 é, em geral, coerente com o SCN 2008, a fim de garantir a comparabilidade dos dados a nível internacional.

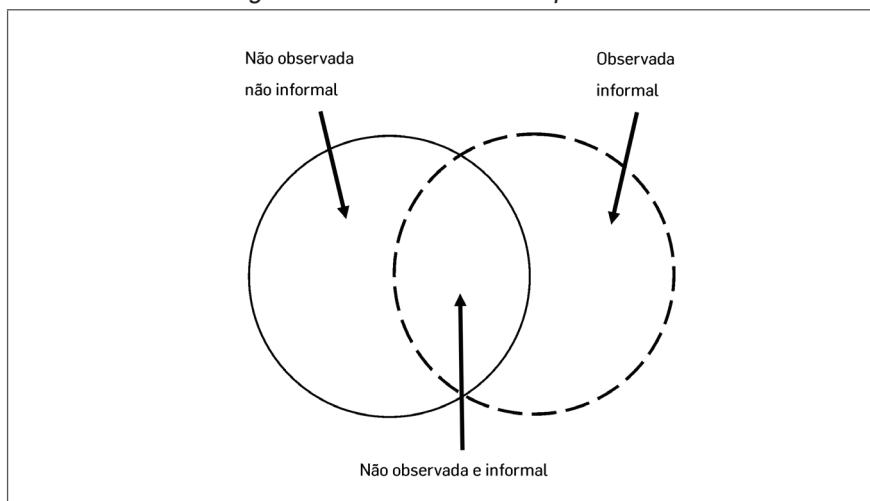
>> O FORMAL E O INFORMAL

(In) Formal e o (Não) Observado

No domínio da Economia Não Observada existem algumas noções cuja definição não é suficientemente clara, de tal modo que a fronteira entre conceitos é muito ténue. Tal constitui um entrave a uma adequada estimação das atividades económicas que se pretendem mensurar.

Apesar da ambiguidade e indefinição de alguns termos, importa salientar que Economia Informal e Economia Não Observada são dois conceitos diferentes, apesar de relacionados. É frequente a sua utilização como sinónimos, contudo, em bom rigor, não o são.

Figura 1: A ENO e o Setor Informal



Fonte: SCN 2008, página 471; figura 25.1.

Na figura acima, o círculo preenchido representa a ENO, enquanto o círculo a tracejado simboliza o setor informal. Torna-se evidente, por observação do esquema, que existem situações em que os dois conceitos se aplicam à mesma realidade (atividades não observadas e informais), mas nem sempre tal acontece: podem existir atividades não observadas e formais, bem como atividades observadas e informais. A dimensão dos três segmentos apresentados (e o interesse na estimação de cada um deles) varia de país para país.

Para demonstrar que alguma informação referente ao setor informal da economia pode ser captada estaticamente, o SCN 2008 dá o exemplo de um agregado familiar que aluga um ou mais quartos da sua habitação para

turistas: não se trata de uma quase-sociedade¹ porque é impossível separar os custos da atividade de aluguer de quartos, dos custos usuais do agregado familiar (a título de exemplo, da despesa total em eletricidade suportada pela família em causa, não se consegue fazer uma separação clara e inequívoca da porção desse valor que foi consumida pelos turistas durante a sua permanência na habitação), todavia, esta atividade desenvolvida informalmente poderá ser captada estatisticamente através de inquéritos (inquéritos às famílias, inquéritos especiais relacionados com a atividade turística,...).

Na situação oposta encontrar-se-á, por exemplo, uma empresa com 5 a 10 funcionários (em certos países será considerada como uma atividade formal) dedicada à reparação de automóveis, mas que, dada a sua pequena dimensão, poderá não ser coberta pelos inquéritos estatísticos às empresas (será, portanto, uma atividade formal e não observada). Já os taxistas e vendedores de rua desenvolvem uma atividade informal e, muitas vezes, não observada (por não serem declarados os rendimentos obtidos, ou por se ocultar uma parte deles).

A Importância do Setor Informal

A dimensão e importância do setor informal varia de país para país, contudo, o manual da OCDE (OECD et al., 2002) não deixa de realçar o seu impacto na economia, particularmente no mercado de trabalho. Nos países em desenvolvimento, as atividades informais assumem especial importância na criação de emprego, produção de bens e serviços e geração de rendimentos, constituindo, frequentemente, uma estratégia de sobrevivência necessária em países com meios de proteção social (como o subsídio de desemprego) ainda pouco desenvolvidos e/ou salários e pensões manifestamente inferiores ao custo de vida. No entanto, não se deve entender este fenómeno como exclusivo dos países em desenvolvimento, dado que também nas economias mais avançadas há lugar a este tipo de atividades.

Contrariamente às atividades ilegais, a produção do setor informal é legal e não está necessariamente associada a uma deliberada intenção de evitar o pagamento de impostos ou contribuições para a segurança social, nem a uma transgressão da legislação laboral ou quaisquer outras regulações, como acontece com a produção subterrânea (apesar de se admitir que certas empresas permanecem não registadas/ não licenciadas para po-

¹ O SCN define quase-sociedades como unidades que dispõem (ou que podem dispor) de contabilidade organizada, isto é, são unidades que possuem informação suficiente para elaborar as principais demonstrações financeiras.

derem reduzir alguns custos, o que leva à necessidade de análise não só da dimensão do setor informal, mas também da sua composição).

Face ao exposto, torna-se evidente a necessidade de um estudo mais aprofundado deste tema para que o conhecimento adquirido possibilite uma correta mensuração (refletida nas contas nacionais) do impacto do setor informal na atividade económica, isto é, só com um maior conhecimento será possível quantificar, da forma mais precisa possível, o valor gerado na economia por atividades informais, que nem sempre estão cobertas pelas fontes de informação utilizadas na Contabilidade Nacional.

Chegados a este ponto é possível compreender que a estimação da ENO segue uma abordagem diferente da adotada para estimar as atividades informais, isto porque as motivações e finalidades são também distintas. Por um lado, a estimação da ENO surge como resposta à impossibilidade de medir todas as atividades produtivas de uma economia (ou porque não existem dados disponíveis nas bases de dados, ou porque o valor reportado não é o correto) e visa alcançar uma maior exaustividade e precisão das contas nacionais, podendo estimar tanto a produção informal levada a cabo pelo setor institucional das Famílias (denominadas frequentemente como “empresas informais”), como a produção oculta realizada por unidades produtivas reconhecidas como pertencentes ao setor formal. Por outro lado, a estimação da dimensão do setor informal emerge, sobretudo, do reconhecimento que as medidas de política a adotar numa economia com um setor informal muito pronunciado serão, inevitavelmente, diferentes das medidas a aplicar numa economia em que este setor não é muito representativo; trata-se, portanto, de conhecer melhor as especificidades das economias para delinear as políticas mais adequadas.

O Que Determina a (In) Formalidade das Atividades

O SCN 2008 dedicou um capítulo¹ ao estudo das atividades informais, ao qual atribuiu o título “Aspetos Informais da Economia”. Porquê este título e não outro como, por exemplo, “A Economia Informal” ou “Definição e Caracterização do Setor Informal² da Economia”?

Não se trata de um mero acaso. A utilização deste título visa, precisamente, alertar para o facto de existir uma certa discricionariedade quanto

¹ “Chapter 25: Informal aspects of the economy”; página 471.

² É frequente, na literatura, a alusão ao conceito de “setor informal”, contudo, nestas situações, a definição de “setor” não é a mesma da Contabilidade Nacional, isto é, não é feita referência a um setor institucional, mas sim a uma fração ou grupo de indivíduos numa economia que desempenham atividades informais.

às atividades que são ou não consideradas como formais. Ou seja, o facto de não existir uma harmonização dos critérios que determinam o carácter formal ou informal das unidades produtivas leva a que a mesma atividade possa ser considerada como formal num país e informal noutro.

Dada a inexistência de critérios objetivos e de aplicação universal, apenas será possível apresentar algumas características comuns a este setor (ou que surgem com uma certa regularidade), ficando a cargo de cada país a adaptação ao contexto da sua economia. Exemplificando, segundo o critério “número de trabalhadores”, um país cujo tecido empresarial é fortemente caracterizado por micro e pequenas empresas poderá definir que uma unidade com mais de 5 trabalhadores será considerada como formal (podendo até estar sujeita a registo¹), enquanto outro país poderá estipular que só a partir de 10 trabalhadores é que a atividade desenvolvida será formal. Neste exemplo foi utilizado somente um critério, de modo a expor a problemática em causa de uma forma mais simples, contudo, é prática corrente (e aconselhável, segundo o SCN 2008: 25.18) surgir uma combinação de um conjunto de regras para determinar a (in) formalidade das atividades.

Definição de Setor Informal, segundo a OIT

No sentido de ultrapassar algumas dificuldades que cada país poderá enfrentar (dúvidas quanto à classificação a atribuir a cada empresa, tratamento estatístico necessário, método de estimação a adotar,...), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou, em janeiro de 1993, uma conferência (“*Fifteenth International Conference of Labour Statisticians*” (15th ICLS)) com o intuito de auxiliar os institutos nacionais de estatística no tratamento dos dados da atividade do setor informal. Para tal, tornou-se necessário clarificar alguns conceitos e garantir que cada país fosse capaz de conduzir os seus próprios inquéritos de forma a recolher toda a informação estatística que necessita.

Segundo o manual “*Measuring the Non-Observed Economy*” (OECD et al., 2002), encarar o setor informal como um conceito analítico/político, em vez de estatístico, foi o ponto de partida da supracitada conferência para criação de uma definição mais esclarecedora. No parágrafo 5 (1) da resolução adotada na conferência² (OIT, 1993) consta o seguinte:

¹ O registo é frequentemente referido como característica distintiva (as empresas obrigadas a registo são consideradas formais, enquanto as restantes serão informais). O SCN 2008 propõe alguns critérios para além deste (como o número de trabalhadores, volume de negócios, cobertura por inquéritos estatísticos,), recomendando a sua utilização conjunta.

² “*Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians (January 1993)*”.

De um modo geral, o setor informal abrange as unidades produtoras de bens e serviços cujo principal objetivo da sua atividade é gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas. Tipicamente, estas unidades operam com um reduzido nível de organização, pouca ou nenhuma divisão do trabalho e do capital enquanto fatores de produção e a uma baixa escala. As relações laborais, quando existem, baseiam-se essencialmente no emprego casual e em relações familiares, pessoais ou sociais, e não tanto em relações contratuais com garantias formalmente convencionadas.¹

A definição assim concebida é passível de aplicação nos diversos países e é suficientemente abrangente para poder incluir as diferentes formas que a Economia Informal assume. Ao mesmo tempo, há alguma flexibilidade que possibilita que cada país construa conceitos mais específicos, adequados às características da sua atividade económica, o que não seria possível com uma definição demasiado restrita e baseada em critérios fixos e universais. A introdução de alguma flexibilidade leva, no entanto, a uma perda em termos de comparabilidade internacional da informação, pelo que há um *trade-off* a que se deve atender.

Importa referir que, segundo a OIT, o setor informal é considerado como uma parte das empresas contempladas no setor institucional das Famílias, isto é, apesar de todas as empresas do setor informal pertencerem ao setor institucional das Famílias, o contrário já não será necessariamente verdade.² Excluem-se do setor informal as empresas familiares³ que destinam a totalidade da produção a consumo próprio (o que significa que só serão incluídas se pelo menos uma parte da produção for vendida) e as atividades com características formais (tendo em conta o critério do número de trabalhadores e do registo⁴ das atividades definidas por cada país). A figura seguinte consta no SCN 2008 e visa esquematizar a situação descrita.

¹ "The informal sector may be broadly characterised as consisting of units engaged in the production of goods or services with the primary objective of generating employment and incomes to the persons concerned. These units typically operate at a low level of organisation, with little or no division between labour and capital as factors of production and on a small scale. Labour relations - where they exist - are based mostly on casual employment, kinship or personal and social relations rather than contractual arrangements with formal guarantees."

² OCDE, 2002: página 163.

³ Utiliza-se, neste contexto, o conceito de "empresas" num sentido mais lato, designando não só as unidades produtivas que recorrem a trabalhadores contratados, mas também os trabalhadores por conta própria que, sozinhos ou com a ajuda de familiares não remunerados, executam uma atividade produtiva (OECD et al., 2002: página 163).

⁴ A obrigatoriedade ou não de registo da atividade depende das leis regulatórias, comerciais, contributivas e fiscais de cada país.

Figura 2: Composição do setor institucional das Famílias.

Governo	empresas financeiras e não-financeiras	Famílias			ISFLSs
		Famílias com uma empresa registada ou com mais que um determinado número de empregados	Empresas do setor informal (a) sem empregados "empresas informais por conta própria" (b) com empregados "empresas com trabalhadores informais"	Famílias institucionais, famílias que não incluem empresas, empresas que apenas levam a cabo a produção para consumo final próprio (incluindo a ocupação de habitações próprias)	

Fonte: SCN 2008, página 475, figura 25.2.

Em geral, as atividades informais são desenvolvidas nas habitações dos agregados familiares, em pequenas oficinas, pequenos estabelecimentos, ou pode até nem existir uma localização fixa (é o que acontece, por exemplo, com os vendedores ambulantes). Abrangem uma panóplia de atividades, desde as que requerem pouco ou nenhum capital e/ou competências (como o comércio de rua, engraxadores,...), a atividades que exigem algum investimento e/ou qualificação (como alfaiates, costureiras, reparação de automóveis e serviços profissionais); tanto podem ser desenvolvidas por conta própria, por um único indivíduo, como podem contar com a colaboração de familiares (não pagos) e/ou funcionários remunerados.

O capital fixo empregue na produção poderá também ser aproveitado pelo agregado familiar (é o caso, por exemplo, do automóvel que é simultaneamente utilizado pelos membros da família nas suas deslocações para a escola ou para o trabalho e para o transporte dos bens produzidos ao respetivo consumidor final). Consequentemente, as empresas enquadradas no setor institucional das Famílias, sejam formais ou informais, não costumam dispor de contabilidade organizada¹.

Comparabilidade Internacional da Informação

Poder-se-ia argumentar que a fixação de critérios universais (pelo menos com aplicabilidade num conjunto de países como, por exemplo, os países pertencentes à União Europeia) seria benéfica em termos de comparabilidade da informação, uma vez que se estaria a garantir que as atividades

¹ É por este motivo que as empresas em causa são enquadradas no setor institucional das famílias e não no setor das sociedades como quase-sociedades.

económicas teriam a mesma classificação em qualquer país que adotasse os critérios definidos. Todavia, poder-se-ia colocar uma outra questão: será correto definir critérios universais, sabendo que cada economia tem as suas especificidades?

Quer isto dizer que os benefícios em termos de comparabilidade internacional, que poderiam surgir como resultado da fixação de critérios, não são automaticamente garantidos, pelo facto de não se ter em conta a heterogeneidade das economias. A inadequação das regras definidas ao contexto económico e legislativo¹ do(s) país(es) exigirá certamente um cuidado especial na análise da informação, pelo que a solução não é tão óbvia e simples como aparenta ser.

Relativamente a esta questão merece destaque o trabalho desenvolvido, desde 1997, pelo *Delhi Group* (grupo de especialistas em estatísticas do setor informal da Comissão Estatística das Nações Unidas) que procurou harmonizar definições e identificar dados internacionalmente comparáveis, apesar de reconhecer os limites que impedem uma perfeita harmonização. A afirmação seguinte ilustra bem a problemática em causa, explicada pelo *Delhi Group*:

Uma vez que o setor informal se manifesta sob várias formas nos mais diversos países, as definições nacionais de setor informal não podem, presentemente, ser totalmente harmonizadas. As organizações internacionais devem disseminar dados relativos ao setor informal em concordância com as definições nacionais utilizadas. No sentido de promover a comparabilidade internacional das estatísticas associadas ao setor informal, dever-se-ia disseminar dados relativamente ao subsector informal para o qual se dispõe de uma definição uniforme. (OECD et al., 2002; página 168)²

Este “subgrupo comparável” a que é feita referência (subgrupo do setor informal que apresenta características relativamente homogéneas nos diversos países) é ainda de reduzida dimensão, ou melhor, representa ainda uma pequena parte do total das atividades informais. O *Delhi Group* tem vindo a efetuar um conjunto de recomendações quanto à informação que os países devem reportar, aconselhando a utilização de conceitos e critérios universais que este grupo de especialistas considera necessário (a liberdade

¹ Cada país define as suas regras quanto à necessidade ou não de registo das empresas, bem como a legislação laboral a respeitar.

² “Since the informal sector manifests itself in different ways in different countries, national definitions of the informal sector cannot be fully harmonised at present. International agencies should disseminate informal sector data according to the national definitions used. In order to enhance the international comparability of informal sector statistics, they should also disseminate data for the subset of the informal sector, which can be defined uniformly.”

para a adaptação da informação às características das economias não pode ser total; haverá algumas noções, em maior ou menor número, que devem ser definidas universalmente; caso contrário não seria possível comparar quaisquer dados) no sentido de recolher dados comparáveis, todavia, admitem que são necessários alguns progressos para que a informação comparável atinja uma dimensão mais satisfatória.

>> APONTAMENTOS GERAIS SOBRE CONTABILIDADE NACIONAL

Principais Referências da Contabilidade Nacional: o SCN e o SEC

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) e o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas (SEC) constituem as principais referências no que concerne ao processo de elaboração das contas nacionais dos países.

O SCN (SCN 2008; 1.1) traduz-se num conjunto de recomendações, com aplicabilidade em qualquer país, relativamente ao modo de compilação das principais medidas da atividade económica, em concordância com as convenções contabilísticas baseadas em princípios económicos. Este regulamento disponibiliza um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contabilísticas que permitem o cálculo do PIB (apontado como o principal indicador do desempenho económico dos países) e o cumprimento dos principais objetivos da Contabilidade Nacional já abordados na Introdução do presente trabalho.

Todas as contas e tabelas, classificações e setorização previstas no SCN 2008 não devem ser entendidas como fixas. Este regulamento é suficientemente flexível para permitir que cada país possa adaptar todas as recomendações de contabilização ao contexto da sua economia e à informação de que dispõe, com o nível de agregação/desagregação desejado¹.

O *website* das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division*) disponibiliza informação quanto às versões do SCN que foram surgindo ao longo do tempo, bem como as principais alterações introduzidas. É possível constatar que, desde 1947 (ano da publicação do primeiro relatório), existiu sempre uma preocupação em delinear um conjunto de estatísticas internacionais padronizadas, pelo que as sucessivas revisões do SCN marcaram sucessivos progressos na compilação das contas nacionais. A primeira versão, com um formato semelhante ao que vigora atualmente, surgiu em 1953 (posteriormente revista em 1960 e 1964), seguindo-se a versão de 1968, 1993 e, mais recentemente, a versão de 2008.

De igual modo, o SEC (SEC 2010; página 1 e 2: (3) – (8)) surge da necessidade de aceder a contas “elaboradas com base num único conjunto de princípios que não dão azo a interpretações divergentes” de forma a obter informação o mais “precisa, completa e oportuna quanto possível, a fim de assegurar a máxima transparência para todos os setores”. Trata-se de um

¹ SCN 2008: 1.71.

regulamento mais adaptado ao contexto europeu, representando a “versão comunitária do sistema de contas nacionais das Nações Unidas” (SCN).

A primeira versão foi publicada em 1970, por iniciativa e responsabilidade do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias, sendo posteriormente atualizado em 1979. A terceira versão (SEC 1993) foi criada com o objetivo de assegurar a coerência com o SCN 1993, para que, assim, a comparabilidade internacional da informação não fosse afetada. Da mesma forma, a mais recente versão do SEC (SEC 2010) visou acompanhar as alterações previstas no SCN 2008, “a fim de tornar as contas nacionais mais conformes com o novo ambiente económico, com os avanços na investigação metodológica e com as necessidades dos utilizadores”.

Em suma, ambos os regulamentos abordados têm como finalidade fornecer as principais recomendações no que respeita ao processo de elaboração e compilação das contas nacionais, disponibilizando todo um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contabilísticas que auxiliarão os países (mais concretamente, os institutos nacionais de estatística de cada país) a produzir contas nacionais mais precisas e completas. Apesar do SEC ter sido concebido para colmatar as necessidades de informação mais específicas dos países da Comunidade Europeia, os dados produzidos continuam a ser comparáveis com os que têm como referência o SCN, dada a constante preocupação em assegurar a comparabilidade internacional da informação.

O SEC 2010 e o SCN 2008: principais diferenças

O SEC 2010 (SEC 2010: 1.50), apesar de se basear nos conceitos definidos pelo SCN 2008, apresenta algumas diferenças face a este último.

Em primeiro lugar, há diferenças quanto à forma de apresentação da informação. A divisão dos diversos capítulos é diferente, bem como a informação reportada. Por exemplo, enquanto o “SEC 2010 descreve um conceito fornecendo a sua definição e enumerando as características que nele se incluem e as que se excluem (...) o SCN 2008 descreve os conceitos em termos mais gerais e explica a fundamentação subjacente às convenções adotadas”.

Em segundo lugar, há “conceitos do SEC 2010 que são mais específicos e precisos que os do SCN 2008”. A este respeito o SEC 2010 destacou as seguintes situações:

O SCN 2008 não contém critérios específicos que permitam estabelecer uma distinção entre produção mercantil, para utilização final própria e não

mercantil. O SEC 2010 introduziu, por isso, orientações mais pormenorizadas para assegurar uma abordagem uniforme;

O SEC 2010 parte do princípio de que vários tipos de produção de bens pelas famílias, como a tecelagem ou o fabrico de móveis, não são significativos nos Estados-Membros da UE e, por conseguinte, não necessitam de ser registados;

O SEC 2010 faz referência a disposições institucionais da UE, como o sistema Intrastat para registar os fluxos de bens intra-UE e as contribuições dos Estados-Membros para a UE;

O SEC 2010 contém nomenclaturas específicas da UE, por exemplo, a Classificação de produtos por atividade (CPA) para os produtos e a NACE Rev. 2 para os ramos de atividade (ambas harmonizadas com as nomenclaturas correspondentes das Nações Unidas);

O SEC 2010 inclui uma nomenclatura adicional para todas as operações externas: dividem-se em operações entre residentes da UE e operações com residentes de países terceiros;

O SEC 2010 contém uma reorganização dos subsectores do setor das sociedades financeiras do SCN 2008, para responder às necessidades da União Monetária Europeia. O SEC 2010 pode ser mais específico do que o SCN 2008 porque se aplica sobretudo aos Estados-Membros. Em relação às necessidades de informação da União, o SEC deve igualmente ser mais específico.

A Inclusão do Não Observado

A inclusão das atividades não observadas nas contas nacionais é justificada pelo facto destas operações económicas, não contempladas nas bases estatísticas convencionais, serem também elas geradoras de riqueza. Quer isto dizer que, se se advogar que as contas nacionais devem ser o mais fidedignas possível, então o cálculo do PIB deverá incluir todas as atividades produtivas que criem riqueza e para as quais existam dados fiáveis (atividades observadas) ou informação suficiente para as estimar (atividades não observadas).

Além do mais, tomando como exemplo as atividades ilegais, a não inclusão destas atividades levaria a sérias distorções nas contas nacionais de cada país (SCN 2008), tendo também consequências ao nível da comparabilidade internacional: por exemplo, a prostituição e comercialização de alguns tipos de estupefacientes serão ilegais nuns países, mas legais noutros, pelo que a exclusão destas transações impediria uma correta comparação dos dados da atividade económica (OECD et al., 2002).

Por outro lado, a análise da dinâmica económica de um país ao longo do tempo poderia ser igualmente afetada. Se uma determinada economia legalizasse uma atividade anteriormente considerada como ilegal, poder-se-ia verificar um aumento do PIB pelo simples facto de se passar a contabilizar essas transações, sem que tenha necessariamente ocorrido um aumento da riqueza criada.

Em suma, ainda que possam existir dificuldades em mensurar transações que não são observadas e uma certa controvérsia relativamente à sua inclusão nas contas nacionais (sobretudo no que respeita às atividades ilegais, que não são “socialmente aceites”) há interesse em fazê-lo, sobretudo do ponto de vista analítico (quer ao nível económico, quer ao nível político).

Inclusão Implícita

Uma vez que o foco dos estatistas está na exaustividade das contas nacionais, e não tanto na identificação e quantificação em separado do valor da ENO, poder-se-á incluir o valor destas atividades de uma forma implícita ou explícita, procurando sempre garantir que não há uma dupla contabilização.

O SCN 2008 (página 474; 25.32 – 25.34) alude ao uso dos quadros de recursos e utilizações como uma boa forma de cobrir implicitamente atividades não observadas. A definição dada pelo SEC 2010 permite ter uma ideia mais clara das vantagens que estes quadros podem proporcionar no domínio da estimação da ENO:

“Os quadros de recursos e utilizações apresentam o conjunto da economia por ramo de atividade (por exemplo, indústria dos veículos automóveis) e produtos (por exemplo, artigos de desporto). Os quadros mostram as ligações entre as componentes do VAB, as entradas e saídas do ramo de atividade e a oferta e a procura do produto. Os quadros de recursos e utilizações estabelecem a ligação entre diferentes setores institucionais da economia (por exemplo, sociedades públicas) e fornecem dados sobre a importação e a exportação de bens e serviços, a despesa das administrações públicas, a despesa das famílias e das ISFLSF e a formação de capital.

A elaboração dos quadros de recursos e utilizações permite examinar a fiabilidade e a coerência das componentes das contas nacionais no âmbito de um único quadro pormenorizado e, mediante a incorporação das componentes das três óticas de medição do PIB (ou seja, produção, rendimento e despesa), estabelecer uma estimativa única do PIB.” (SEC 2010; página 55; 1.137, 1.138)

O alcance de uma “estimativa única do PIB” implica, como se depreende da definição acima, que esta medida apresente o mesmo valor, independentemente da ótica de cálculo utilizada. Se existirem diferenças, ao nível das componentes do PIB, entre os valores apurados segundo as três óticas, poder-se-á considerar o diferencial como uma estimativa do montante não observado. Como apenas se pode apresentar um valor para cada item, para efeitos de contabilidade nacional, é prática corrente (pelo menos nos países da UE em análise neste trabalho) considerar o maior desses montantes, o que significa que há lugar a uma inclusão implícita de atividades não observadas. O valor constante nas contas nacionais incluirá uma estimativa da ENO, contudo, como não há uma separação entre o “valor comum” a todas as óticas e essa mesma estimativa, surge a designação de “estimativa implícita”.

O SCN 2008 (25.32) exemplifica o recurso a estas estimativas: os indivíduos que se dedicam ao contrabando de tabaco podem não reportar o rendimento que obtêm através dessa atividade, no entanto, se os agregados familiares responderem a inquéritos ao consumo (partindo do pressuposto que estes são suficientemente completos para recolher essa informação e que a resposta dada corresponde efetivamente ao valor despendido na compra de tabaco), o valor desta componente da despesa poderá ser captado estatisticamente, originando uma estimativa implícita das importações ilegais. Neste caso, a estimativa advém da diferença entre o valor apurado segundo a ótica da despesa (montante mais elevado por se dispor de informação mais completa) e a ótica do rendimento (em valor mais reduzido dado o não reporte dos rendimentos da atividade de contrabando).

Importa realçar que o facto de determinada atividade ser ilegal não significa que não seja captada estatisticamente. Ou melhor, é possível surgirem situações em que os indivíduos que levam a cabo este tipo de atividades reportam os rendimentos auferidos, mas segundo uma denominação diferente. O exemplo mais comum (OECD et al., 2002) é o da prostituição. O rendimento proveniente destas atividades pode ser declarado como resultado do exercício de uma atividade legal (como uma prestação de um serviço de cuidados pessoais – “personal care services”). Nestes casos, as contas nacionais conseguem captar alguma informação de atividades que, à partida, nem sequer seriam reportadas.

Inclusão Explícita

Apesar do processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações levar a uma estimação (implícita) de uma parte significativa da ENO, o SCN

2008 (p. 474; 25.33) alerta para o facto de, ainda assim, poderem subsistir alguns dados não captados estatisticamente. Assim, justificar-se-á (sempre que existirem dados disponíveis e com alguma qualidade e fiabilidade) estimar explicitamente o valor dessas transações que permanecem omissas.

As estimações explícitas surgem com maior frequência nos casos em que há atividades que devem constar nas contas nacionais (por caírem nos limites da produção definidos no regulamento utilizado como referência¹), mas a reduzida qualidade da informação disponível (comparativamente às restantes contas, para as quais a informação recolhida se mostra fiável) leva a que seja mais prudente efetuar uma estimação em separado, para que o utilizador da informação saiba que o valor apresentado constitui uma estimativa que não detém o mesmo grau de qualidade e credibilidade, relativamente às demais contas.

O SEC 2010 (página 34; 1.13, 1.14) é claro quanto a esta questão:

“Tendo em conta os montantes avultados do sistema de contribuições e prestações gerido pela UE, é essencial que o sistema de medição seja aplicado de uma forma coerente em cada Estado-Membro. Nessas circunstâncias, é importante adotar uma abordagem cautelosa relativamente a estimativas que não podem ser observadas diretamente no mercado, evitando a utilização de procedimentos baseados em modelos para estimar as medidas nas contas nacionais.

(...) Este requisito imperioso de estimativas coerentes e sólidas deu origem à identificação de um conjunto fundamental de contas nacionais na UE. Nos casos em que o nível de coerência da medição nos vários Estados-Membros é insuficiente, tais estimativas são, em geral, incluídas nas chamadas “contas não fundamentais” que abrangem os quadros suplementares e as contas satélite.”

As contas satélite podem ser elaboradas não só para manter a coerência das contas, mas também para suprir a necessidades de dados, por exemplo, no que respeita à produção das famílias e estimativas fiscais (SEC 2010: 1.40)².

¹ Os regulamentos mais utilizados são o Sistema de Contas Nacionais (SCN) e o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas (SEC). O primeiro tem aplicabilidade ao nível mundial enquanto o segundo está mais adaptado aos países da União Europeia (adotando, em certos casos, conceitos mais específicos do que o SCN), todavia estes dois regulamentos seguem uma estrutura muito semelhante.

² São referidos mais exemplos no SEC 2010, mas estes dois estão mais relacionados com a ENO. Em certas situações, estas contas permitem estabelecer uma ligação entre *stocks* e fluxos que não facilmente observáveis em termos monetários com as contas nacionais do sistema central (SEC 2010: 1.44;1.45; página 42).

De igual modo, o SCN 2008 faz menção às contas satélite, dedicando um capítulo (Capítulo 29) à clarificação dos objetivos e âmbito de aplicação das mesmas (que segue de perto o previsto pelo SEC 2010), destacando a sua utilização para a exploração de novas metodologias e procedimentos contabilísticos que, quando totalmente desenvolvidos, poderão ser incluídos nas contas principais previstas pelo SCN¹.

Convém ainda realçar que nem sempre se justifica a estimativa explícita de atividades não observadas. Tal como é referido no manual da OCDE (OECD et al., 2002), e retomando o exemplo das atividades ilegais, há países em que estas transações não são quantitativamente significativas, pelo que seria preferível alocar recursos e direcionar esforços no sentido de reduzir o montante das atividades subterrâneas, informais e de produção para autoconsumo que não constam no cálculo do PIB.

O problema da dupla contabilização

O problema da dupla contabilização é abordado no manual da OCDE (OECD et al., 2002) no contexto da estimativa das atividades ilegais, contudo, a compreensão da questão em causa leva a que facilmente se compreenda que este fenómeno não é exclusivo das atividades ilegais. Pode acontecer que determinado país proceda à estimativa (explícita) de transações entendidas como ocultas, mas que, na verdade, já haviam sido incluídas implicitamente nas contas nacionais.

Este problema pode assumir diferentes formas. Em primeiro lugar, podem existir empresas registadas como desempenhando atividades legais, mas que, na verdade, se dedicam a atividades ilegais. Consequentemente, parte da sua produção ilegal será coberta estatisticamente por inquéritos direcionados às empresas, pelo que a estimativa explícita de atividades ilegais levaria a uma dupla contabilização. É dado como exemplo o caso de empresas que prestam serviços de prostituição, mas que se encontram registadas como centros de massagem, aluguer de quartos, cafés, estúdios de cinema,... Ao nível individual podem surgir também estes casos: indivíduos que declaram os seus rendimentos como provenientes de funções legais, quando provieram de funções ilegais.

Independentemente da atividade em causa, se houver um processo de balanceamento que leve à inclusão de atividades não observadas, a sua estimativa explícita, quando adicionada às contas nacionais, traduzir-se-á também numa dupla contabilização.

¹ SCN 2008: 1.73.

A resolução deste problema, apesar de óbvia, é de difícil execução. Dever-se-á ter o cuidado de analisar os itens incluídos implicitamente nas contas nacionais (que são os que geram discrepâncias no cálculo do PIB segundo as diferentes óticas) de modo a excluir o seu valor da estimativa calculada explicitamente. Alternativamente, se existissem quadros de recursos e utilizações para todas as atividades económicas (incluindo as ilegais) tornar-se-ia desnecessário efetuar estimações explícitas, resolvendo-se a questão (proceder-se-ia apenas a estimações implícitas).

>> HARMONIZAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS

Tal como referido nos tópicos anteriores deste trabalho, existem duas principais referências no domínio do processo de compilação das contas nacionais nos diversos países: um com aplicabilidade a nível mundial (SCN) e outro mais direcionado para o contexto europeu (SEC). Adicionalmente, procurou-se mostrar que estes dois regulamentos adotam conceitos, classificações e regras contabilísticas bastante semelhantes, o que equivale a dizer que se tratam de dois sistemas compatíveis. A compatibilidade de conceitos a nível internacional (SEC 2010: 1.20 – 1.27) torna-se vantajosa por permitir comparar os dados estatísticos entre diferentes países, pois sabemos que os conceitos em análise se referem à mesma realidade.

Por outro lado, numa determinada economia, a harmonização dos conceitos da contabilidade nacional “com outras estatísticas sociais e económicas contribui para estabelecer a ligação e permitir a comparação com esses dados, de forma a poder assegurar a qualidade dos dados” (SEC 2010: 1.22). Quer isto dizer que os conceitos adotados nas fontes de dados administrativas nem sempre são os mesmos utilizados na contabilidade nacional, pelo que a produção de estatísticas comparáveis internacionalmente exige que cada país seja capaz de assegurar uma correta transição dos conceitos da fonte de informação para os conceitos das contas nacionais.

As duas vertentes da harmonização referidas (harmonização entre os conceitos da contabilidade nacional dos diferentes países e, dentro do mesmo país, a harmonização desses conceitos com outras estatísticas sociais e económicas) remetem para a dimensão concetual deste processo, isto é, (SCN 2008: 1.57; 1.58) procura-se alcançar uma coerência em termos de definições e nomenclaturas que garanta a consistência numérica dos dados reportados que, por essa via, se tornam internacionalmente comparáveis, potenciando a utilidade analítica das estatísticas. Permanecem ainda algumas diferenças conceptuais em situações muito particulares e que se justificam pelo carácter específico de diferentes tipos de dados, ou de requisitos especiais de diferentes utilizadores da informação.

Importa, todavia, alertar que o SCN (SCN 2008: 1.71) foi delineado de modo a que a sua implementação possa ser efetuada de um modo relativamente flexível pelos diferentes países, pelo que as contas, tabelas, classificações e setorização apresentadas não devem ser encaradas como fixas. Aliás, (SCN 2008: 1.35) apesar de diversas organizações internacionais utilizarem o SCN para recolher dados de contabilidade nacional internacio-

nalmente comparáveis, dever-se-á ter em atenção que o SCN não foi criado para este propósito (apesar de ser adotado a nível mundial por vários países, com poucas ou nenhuma alterações).

Apesar de se ter alcançado uma harmonização concetual de forma satisfatória, uma leitura atenta destes dois sistemas de Contabilidade Nacional permite detetar algumas insuficiências, sobretudo no domínio da ENO. O reconhecimento da necessidade de inclusão destas atividades no cálculo do PIB é um fenómeno relativamente recente, pelo que atualmente ainda se denota alguma incerteza quanto à concretização deste objetivo, nomeadamente no que respeita à mensuração destas atividades e como as incluir nas contas nacionais (criar novas contas para adicionar à estrutura principal do sistema de contas nacionais? Incluir o seu valor em contas satélite ou incluir noutras contas principais?).

Constata-se, portanto, que existem várias opiniões sobre este tema e que, tanto o SCN como o SEC, apesar de definirem os mais variados tipos de ENO (atividades informais, ilegais, produção subterrânea,...), apresentam ideias/ noções muito vagas e não providenciam, regra geral, recomendações claras e incisivas quanto aos métodos de estimação a adotar, nem sobre modo de inclusão nas contas nacionais.

É certo que cada país enfrenta realidades muito distintas no que concerne à ENO, pelo que formular regras e/ ou definir critérios muito específicos nem sempre trará vantagens para a análise da informação. Ou seja, por vezes, a adoção de um sistema de contabilização da ENO mais adaptado ao contexto do país poderá conduzir à obtenção de informação mais rica do ponto de vista analítico e, em certas situações, poderão ser reportados dados mais precisos e próximos do valor real.

Ainda assim, tal como se poderá verificar no próximo capítulo deste trabalho (relativo às práticas de mensuração da ENO em alguns países europeus), as abordagens seguidas pelos diferentes países no sentido de contabilizar atividades não observadas são muito díspares, pelo que a comparabilidade da informação reportada, a nível internacional, é seriamente afetada.

Perante economias com características distintas e a vantagem analítica de dispor de informação internacionalmente comparável quanto à ENO, torna-se necessário encontrar a melhor forma de equilibrar os dois lados da balança.

O manual da OCDE, "*Measuring the Non-Observed Economy*" (OECD et al., 2002), constitui, indubitavelmente, uma referência para os diversos países estimarem o valor das atividades não observadas, podendo representar

o ponto de partida para levar o conceito de harmonização a um outro nível, no entanto, há ainda um longo caminho a percorrer.

Nos últimos anos tem-se assistido a sucessivos progressos com o intuito de ultrapassar algumas das dificuldades inerentes à contabilização da ENO, nomeadamente através de trabalhos publicados por diversas entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE – *United Nations Economic Commission for Europe*), o Eurostat, ... sem esquecer as conferências e comunicação entre estatistas e entre institutos nacionais de estatística de diversos países, que potenciam a cooperação e a troca de ideias. A criação de quadros analíticos para ENO, o aparecimento das contas satélite, o desenvolvimento de novos modelos para estimar o valor das atividades não observadas, as recomendações e auxílio prestado aos institutos nacionais de estatística para que estes formulem inquéritos relativamente *standardizados* (para que todos os países recolham o mesmo tipo de informação), as recomendações feitas para garantir que os dados recolhidos cumprem os requisitos necessários (não só em termos de exaustividade, mas também de qualidade), representam pequenos passos com vista ao alcance de um objetivo ambicioso, mas que faz todo o sentido nos tempos modernos.

As contas nacionais deixaram de ser vistas como simples documentos contabilísticos, em que se agregam as principais contas macroeconómicas representativas de uma dada economia, e passaram a ser encaradas como um instrumento de análise, na medida em que refletem não só as operações económicas para as quais se dispõe de informação, mas também aquelas que são frequentemente ocultadas. A possibilidade de aceder a este tipo de dados traz inúmeras vantagens, contudo, ainda não existem referências suficientemente fortes e objetivas que auxiliem os países na produção de tais estatísticas.

>> QUADROS ANALÍTICOS PARA A ENO

O manual da OECD et al., (2002) contempla alguma informação no que concerne aos quadros analíticos que, como será possível constatar na análise do não observado por países da Europa, constituem uma referência para a inclusão da ENO nas contas nacionais. A existência de quadros analíticos no domínio da ENO reveste-se de especial importância por dividir as atividades não observadas em grupos, possibilitando uma mensuração mais apropriada das operações económicas em causa.

Para tal, os grupos devem ser mutuamente exclusivos (de modo a assegurar que uma mesma atividade não poderá constar em dois grupos distinto ou, dito de outro modo, o objetivo será garantir que a cada atividade corresponde um e um só grupo) e exaustivos, no sentido de cobrir toda atividade produtiva não observada.

No entanto, tal como foi referido ao longo do presente trabalho, a fronteira entre conceitos e classificações dos diversos segmentos da ENO é, por vezes, muito ténue, pelo que surgem frequentemente dúvidas quanto à classificação a atribuir (sobretudo na distinção entre atividades subterrâneas e informais). A situação torna-se ainda mais grave se tivermos em atenção que as chamadas “áreas problemáticas” da ENO¹ (designadamente, produção subterrânea, produção ilegal, produção do setor informal, produção das famílias para autoconsumo e a produção não coberta estatisticamente devido à existência de falhas do próprio sistema estatístico de recolha de dados) não são mutuamente exclusivas.

A solução apontada no supracitado manual passa por selecionar uma das áreas problemáticas como primeiro grupo e definir os restantes a partir deste. Exemplificando:

- 1.º Grupo: produção subterrânea;
- 2.º Grupo: produção ilegal (que, por definição, não é subterrânea);
- 3.º Grupo: produção do setor informal que nem é subterrânea, nem ilegal;
- 4.º Grupo: produção das famílias para autoconsumo que não é subterrânea, nem ilegal (e que, por definição, não pertence ao setor informal);
- 5.º Grupo: outras atividades produtivas não cobertas.

Os grupos assim formados, apesar de mutuamente exclusivos, são demasiado abrangentes. Para tirar melhor partido dos quadros analíticos, estes devem ser estruturados com um maior nível de desagregação no sen-

¹ OECD et al, (2002); capítulo 3

tido de providenciar informação mais esclarecedora quanto ao fenómeno em causa, sendo frequente a utilização de um conjunto de características típicas das atividades como critério de alocação das atividades ao respetivo grupo. Todavia, um excessivo número de grupos poderá impedir a inferência de conclusões relevantes, dificultando a análise por parte dos utilizadores da informação.

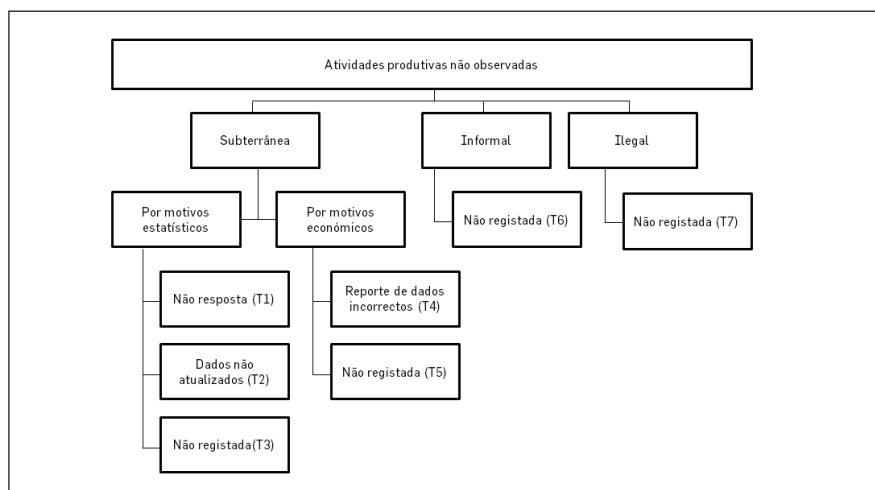
Conclui-se, portanto, que a compreensão das causas da ENO através da análise das suas componentes será facilitada se se recorrer a estruturas de análise como quadros ou tabelas analíticas, contudo, deverá existir algum cuidado na constituição de grupos de atividades não observadas: se estes forem escassos, a sua análise não será muito esclarecedora, mas se, pelo contrário, o grau de desagregação for excessivo, poderá acontecer que questões relevantes passem “despercebidas”.

São vários os quadros analíticos propostos na literatura, contudo, este trabalho dará destaque a três deles (os mais referidos e utilizados pela generalidade dos países). O primeiro foi elaborado pelo Istat (Instituto Nacional de Estatística de Itália) e contempla sete grupos. O segundo e o terceiro surgiram no contexto dos Projetos Piloto de Exaustividade (PPE) desenvolvidos pelo Eurostat. Os parágrafos seguintes providenciam informação mais pormenorizada sobre estas estruturas analíticas.

Quadro Analítico do ISTAT

O manual da OECD et al., (2002) apresenta as principais características da estrutura analítica proposta pelo Istat. A ideia central consiste em relac-

Figura 3: Atividades produtivas não observadas



Baseada na figura 3.1 do manual da OECD et al. (2002); pág. 43

onar as áreas da ENO com os problemas estatísticos que emergem com maior regularidade na contabilização dessas atividades. A Figura 3 visa explicar a ideia em causa.

Neste contexto, os problemas relacionados com possíveis falhas do sistema de recolha de dados estatísticos estão associados ao grupo da produção subterrânea por motivos estatísticos. Adicionalmente, assume-se que o setor informal inclui a produção das famílias para autoconsumo. Assim, surgem sete tipos de ENO, cada um com características diferentes e associado a métodos de estimação também distintos (mais adaptados ao problema em causa).

Estrutura Tabular do Eurostat

Primeiro Projeto (1998-2000)

A estrutura proposta pelo Eurostat no seu primeiro projeto do PPE¹ (1998-2000) foi criada, segundo a OCDE (OECD et al. 2002), com o objetivo de providenciar assistência técnica aos países candidatos à União Europeia, de modo a que as suas estimativas do PIB sejam comparáveis com as dos restantes países e, simultaneamente, exaustivas.

Trata-se de uma extensão do quadro proposto pelo Istat (abordado no tópico anterior), de modo a incluir, para além dos sete tipos de ENO descritos, a categoria T8. Esta nova categoria abrange atividades com elevada representatividade nestes países, nomeadamente, a produção para consumo próprio, gorjetas, salários e rendimentos em espécie.

Segundo Projeto (2002-2003)

Este segundo projeto do Eurostat trata-se de um aperfeiçoamento da primeira estrutura proposta em 1998, para alcançar uma maior exaustividade. O *paper* relativo à conferência dos estatistas europeus (UNECE 2007), que teve lugar na República do Quirguistão em 2007, faculta informações bastante detalhadas no que respeita a este projeto.

De uma forma sucinta, a ideia já não é associar as “áreas problemáticas” da ENO aos respetivos problemas estatísticos, mas sim estabelecer uma ligação entre as características dos produtores e as fontes de informação. Assim, adota-se uma abordagem mais direcionada para a ótica da produção, em que o recurso ao conceito “produtores” e não “empresas”, por ser mais abrangente, possibilita a inclusão das empresas familiares não mercantis.

¹ Projeto Piloto de Exaustividade (*Pilot Project on Exhaustiveness*).

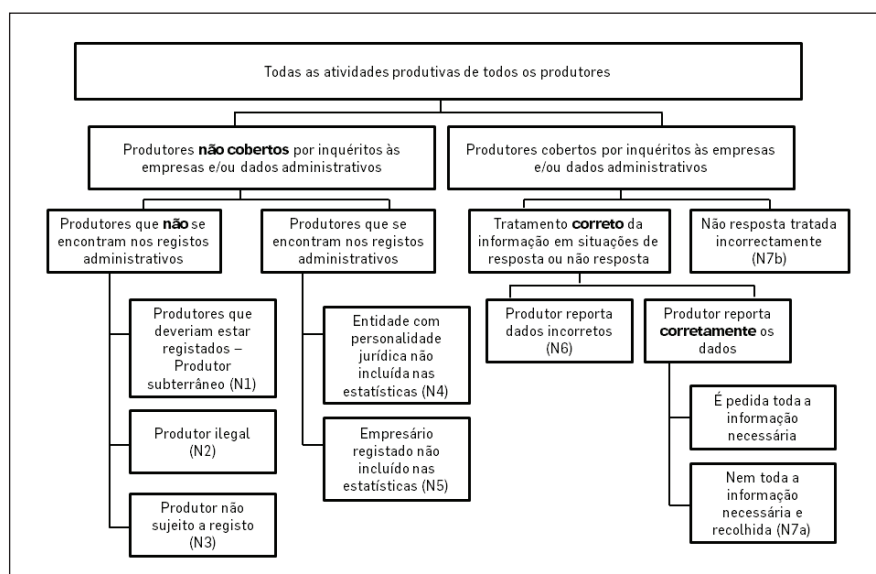
s características das unidades produtivas serão o critério a utilizar para constituir grupos/tipos de ENO mutuamente exclusivos. A lógica subjacente é a que se apresenta de seguida:

- O produtor encontra-se registado administrativamente ou não?
- O produtor encontra-se nas bases de dados de registo da atividade empresarial (*statistical business register*) ou não?
- Qual a principal fonte dos dados: inquéritos ao produtor/ bases de dados administrativas/ outras?
- O produtor é uma entidade com personalidade jurídica (*legal person*)/empresário/ produtor familiar não mercantil?
- Responde a inquéritos estatísticos ou não?
- A informação reportada é correta (no sentido de corresponder ao verdadeiro valor) ou não?
- É recolhida toda a informação necessária à elaboração das contas nacionais ou não?

As anteriores características dão origem a oito tipos de ENO (de N1 a N7, sendo que N7 se subdivide em N7a e N7b), tal como demonstra a figura 4, construída a partir da figura anterior.

Os quadros analíticos foram abordados neste trabalho a um nível introdutório, para familiarizar o leitor com a terminologia e classificações utilizadas, facilitando a análise do próximo ponto do trabalho, respeitante às práticas de contabilização do não observado em alguns países europeus. No entanto, as referências bibliográficas feitas ao longo desta secção remetem

Figura 4: Todas as atividades produtivas



para documentos que disponibilizam informações mais detalhadas, sobretudo quanto às atividades contempladas em cada um dos tipos de ENO.

Apresentemos, pois, a situação específica de diversos países.

>> ALEMANHA

Definições e Conceitos

Com o intuito de obter uma estimativa para o PIB o mais próxima possível do seu real valor, o **Instituto Federal de Estatística (FSO)** efetua imputações explícitas, sobretudo em áreas que apenas estão sujeitas a censos em intervalos de tempo muito espaçados (como é o caso dos censos de atividades ligadas ao artesanato e os censos relacionados com comércio, hotelaria e restauração). São também levados a cabo cálculos especiais para a construção por conta própria e gorjetas.

Contudo, em muitos casos, o próprio método de cálculo utilizado leva a que se produzam estimativas, mas de uma forma implícita. A título de exemplo, a produção agrícola é calculada com base na área sob cultivo e o rendimento médio relevante¹. Do mesmo modo, as rendas imputadas têm em conta o *stock* de imóveis destinados à habitação disponíveis no país (desagregadas por características como, por exemplo, a dimensão) e a renda média por metro quadrado. Torna-se claro que, nestes casos, é dada uma maior importância à exaustividade na cobertura de tais atividades, do que em destringer a parte observada da não observada.

Fontes e Métodos de Estimação

A revisão das contas nacionais, levada a cabo em 2005, permitiu melhorar a quantificação do PIB segundo a abordagem da produção e da despesa.

Por um lado, foi possível incluir dados de censos mais recentes (o censo de 2001 relativo à eletricidade e fornecimento de água; o censo de 1999, 2000 e 2001 das indústrias do comércio, hotéis e restaurantes; e o microcenso de 2002 utilizado para atualização do stock de habitações) e inquéritos plurianuais (novos resultados do “*time budget survey*”, das estatísticas dos serviços e das contas agrícolas), permitindo, portanto, uma atualização dos dados. Por outro lado, procurou-se aprimorar o cálculo de estimativas especiais e ajustamentos, através da introdução de estatísticas que foram desenvolvidas entretanto.

Dispondo de dados mais atuais, torna-se interessante efetuar comparações e analisar a evolução de determinadas estatísticas. Por exemplo, em

¹ Depreende-se que este método de cálculo permite cobrir implicitamente uma parte da produção agrícola não observada (por exemplo, por insuficiências associadas às fontes de informação estatística, subavaliação da produção, por parte do produtor, para evitar ou reduzir o pagamento de taxas, impostos e/ou outras contribuições,).

1999 foram realizados ajustamentos ao valor de algumas contas (sobretudo nas áreas ligadas ao comércio, hotelaria e restauração) em resultado da comparação dos dados obtidos nos inquéritos às famílias, relativos ao seu rendimento e despesa, com os dados recolhidos junto dos setores que fornecem os bens e serviços que as famílias necessitam. O mesmo procedimento foi realizado em 2005, mas com os dados mais atuais.

Da mesma forma, as estimativas da formação de capital fixo na construção, maquinaria e equipamento foram comparadas com os dados recolhidos junto dos investidores, relativos ao investimento efetuado, originando ajustamentos em algumas situações.

Para além das comparações de dados foram realizados estudos para aferir da exaustividade das contas obtidas, tanto pela ótica da produção como da despesa. Estes estudos socorreram-se de dados não oficiais e/ou dados específicos de determinada atividade, com o intuito de os comparar com os dados oficiais apurados, e incidiram, sobretudo, sobre atividades relacionadas com a construção por conta própria, prostituição, aulas privadas, gorjetas e rendimentos em espécie. Finalmente, realizaram-se estimações suplementares para dados não recolhidos devido à existência de limites (“cut-off limits”).

Estimações explícitas relativas a atividades informais/ não observadas¹

O instituto de estatística alemão (FSO) não realiza estimações explícitas de atividades informais/ não observadas por três motivos. Em primeiro lugar, considera que o objetivo primordial das contas nacionais é o de apurar, o mais exaustivamente possível, o valor das atividades económicas, tendo em conta os conceitos adotados pelo SEC, tornando-se irrelevante a natureza da atividade (legal, ilegal ou não observada).

Em segundo lugar, não há uma definição internacional universal de Economia Não Observada, nem de Economia Informal. A primeira tanto pode incluir apenas as atividades legais não declaradas intencionalmente, como também pode incluir atividades ilegais. Adicionalmente, a existência de atividades não captadas estatisticamente devido à existência de “*cut-off limits*” agrava a situação. Infere-se, portanto, que para além da dificuldade em delinear uma fronteira que distinga estes conceitos, há uma certa ambiguidade

¹ A análise das práticas contabilísticas alemãs dá a entender que, em certos casos, as atividades informais são encaradas como atividades não observadas. Neste trabalho manter-se-á a terminologia original que consta na publicação da UNECE, contudo, reitera-se, estes conceitos são distintos.

quanto à classificação a atribuir, até porque não são conceitos mutuamente exclusivos.

Finalmente, importa lembrar que há certas atividades não observadas que são cobertas implicitamente através dos métodos de cálculo adotados. Assim, a realização de estimativas em separado (estimativas explícitas) conduziria ao problema da dupla-contabilização. Uma das soluções passaria por expurgar das contas nacionais a parte estimada implicitamente, contudo, facilmente se compreende que este seria um processo de difícil execução, dada a falta de informação quanto à grandeza deste efeito.

Ainda assim, à data da realização do inquérito em análise, estavam a ser feitos esforços no sentido de encontrar uma forma de estimar o tráfico de droga, bem como a produção e contrabando de tabaco e álcool; caso os valores obtidos se mostrassem suficientemente credíveis, admitia-se a possibilidade de inclusão nas contas nacionais.

>> ÁUSTRIA

Fontes e Métodos de Estimação

As contas nacionais austríacas procuraram ajustar as suas estatísticas, tendo em conta as classificações propostas pelo Eurostat no que respeita à Economia Não Observada ("*Eurostat Tabular Approach*"; primeiro projeto (1998-2000)). Assim, são efetuados ajustamentos para nas seguintes situações:

- Não resposta a inquéritos estatísticos;
- Falta de dados (sobretudo de pequenas unidades)
- Reporte de dados manipulados por parte de entidades sujeitas a inquéritos estatísticos (subestimação do volume de produção e/ou sobrestimação dos consumos intermédios);
- Produtores que não se registam intencionalmente, dada a natureza da sua atividade (por exemplo, atividades clandestinas);
- Produtores não obrigados a registo (agregados familiares);
- Outros (por exemplo, gorjetas).

Não resposta

Nestes casos, procedem-se a ajustamentos antes dos dados serem introduzidos nas contas nacionais, podendo surgir duas situações distintas: a unidade institucional não respondeu ao inquérito (porque se recusou a preencher e a proceder à sua entrega, ou porque, estando em atividade no período de referência do inquérito, não foi possível aceder aos dados devido a alteração da morada, cessação da atividade ou insolvência); ou, tendo respondido, não o preencheu na totalidade, havendo, por isso, itens sem resposta.

No primeiro caso, adotar-se-á uma de duas possíveis soluções: se a unidade em causa tiver uma dimensão significativa ou se operar num mercado com poucos concorrentes, proceder-se-á a uma substituição dos dados em falta por dados obtidos junto de outras fontes (por exemplo, fontes administrativas); nos restantes casos, os valores imputados têm por base a média observada para a atividade e dimensão da entidade em causa. Segundo os dados da SBS ("*Structural Business Statistics*") de 2001, a taxa média de ocorrência deste tipo de situações rondou os 7.4%.

Quanto ao segundo caso, a prática corrente será a de imputar os valores em falta de acordo com a média observada para a atividade e dimensão da entidade em causa.

Cobertura estatística incompleta (Under-recording)

Antes de abordar as práticas estatísticas adotadas nestes casos, importa explicar sucintamente o fenómeno em causa (*under-recording*) e distingui-lo do *misreporting* (isto é, da manipulação das contas de resultados, por parte do produtor, para que reduzir a carga fiscal).

Sabe-se que, ao longo da sua atividade, as empresas realizam operações com outros agentes económicos que, posteriormente, serão tributadas. Assim, no sentido de apurar qual o montante a entregar aos “cofres do Estado”, torna-se necessário que estas entidades entreguem documentos nos quais declarem as operações que desenvolveram ao longo de determinado período de tempo. Este é o procedimento adotado pela generalidade dos países (podendo existir algumas particularidades do sistema tributário de cada país) que permite angariar receitas públicas através das empresas.

Assim sendo, é frequente surgirem situações em que as empresas subavaliem o montante das suas vendas e/ou prestações de serviços (ocultando uma parte destes rendimentos), podendo simultaneamente declarar uma importância de consumos intermédios (gastos) superior ao que foi efetivamente realizado. O objetivo é diminuir o resultado do período e, consequentemente, reduzir a quantia de imposto a pagar.

Segundo uma diferente perspetiva, as estatísticas anuais da atividade das empresas (aqui representadas pelo SBS) poderão estar a subavaliar o valor real da atividade empresarial, não porque tenha ocorrido manipulação fraudulenta dos dados por parte das entidades obrigadas ao preenchimento dos inquéritos (*misreporting*), mas sim pelo facto de existirem unidades produtivas para as quais não há registos da sua atividade (*under-recording*)¹. Face ao exposto, é dada especial atenção às pequenas empresas/estabelecimentos que apresentem um reduzido volume de negócios.

Nestas situações, os estatistas austríacos recorrem ao “VAT test” (em português, será o equivalente ao “teste do IVA”), encarado como um teste à exaustividade do SBS. Este método permite determinar se todas as unidades teoricamente sujeitas a reporte de dados estão efetivamente a fazê-lo, ao confrontar os valores de rendimento apurados pelo SBS com os montantes de rendimento sujeitos a imposto segundo as estatísticas do VAT (do inglês “*Value-Added Tax*” que significa “Imposto sobre o Valor Acrescentado”) segregadas por ramos de atividade (classificadas de acordo com a nomen-

¹ Enquanto no primeiro caso apenas uma parte das atividades será não observada, no segundo nenhuma das operações é captada estatisticamente.

clatura das atividades económicas NACE - *Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne*; em Portugal corresponde ao CAE – Classificação das Atividades Económicas) e por estrato/classe de volume de negócios (*"size class"*).

Comparação por classes de volume de negócios

Tal como referido anteriormente, as atividades com um volume de negócios mais reduzido atraem a atenção dos estatistas, uma vez que é mais propícia a ocultação de informação nestes casos. Assim, o VAT test iniciar-se-á nestes estratos mais baixos.

Se, para um dado ramo de atividade, o montante de rendimentos apurado segundo as estatísticas do VAT for superior ao obtido segundo dados recolhidos no SBS, considera-se que a diferença entre os dois representa o valor não observado (*under-recording*). Proceder-se-á de forma análoga para os estratos superiores de volume negócios até atingir o reverso da situação (isto é, até que o valor apurado através da primeira estatística referida se torne inferior ao valor encontrado para a segunda).

Os estratos de volumes de negócio considerados são os seguintes:

- Estrato 1: até 0.363 milhões de euros;
- Estrato 2: de 0.363 milhões de euros até 0.727 milhões de euros;
- Estrato 3: de 0.727 milhões de euros até 3.634 milhões de euros;
- Estrato 4: de 3.634 milhões de euros até 7.267 milhões de euros.

Para volumes de negócio superiores a 7.267 milhões de euros os casos de *under-recording* não só são raros, como se destacariam nas contas nacionais, pelo que seriam facilmente identificados e corrigidos individualmente pela *Statistics Austria* (instituto nacional de estatística austríaco).

Ajustamentos aos consumos intermédios

Para além do SBS existe um inquérito especial, com carácter voluntário, para obter informação sobre a repartição dos rendimentos e das componentes de custos. Será com base nesta informação adicional que se corrigem determinadas variáveis dos inquéritos, adaptando-as aos conceitos da Contabilidade Nacional. Por exemplo, as contribuições obrigatórias para a Câmara do Comércio, o pagamento de quotas, taxas e obrigações similares são incluídos no item "Outros gastos operacionais", mas não considerados como consumo intermédio para a Contabilidade Nacional. O ajustamento a efetuar reduzirá

os consumos intermédios, aumentando o valor acrescentado pelo mesmo montante.

Nestas situações, os inquiridos não agem com o objetivo de ocultar rendimentos; trata-se sim de um ajustamento que visa adaptar os conceitos da atividade empresarial aos da Contabilidade Nacional ¹.

Rendimentos não registados (Revenues off the books – ROB)

Os rendimentos não declarados de atividades não observadas de pequenas empresas, sujeitas a registo e/ou a inquérito², foi estimado com base nos dados do censo de atividades não-agrícolas de 1995 (os rácios obtidos foram aplicados nos anos subsequentes). A introdução deste ajustamento nas contas nacionais representa um progresso no sentido de garantir uma maior exaustividade do PIB e do PNB, ao incluir no seu cálculo atividades que, se nada fosse feito, permaneceriam omissas das contas do país.

Abordagem teórica do estudo

O pressuposto base assumido neste estudo (que procura quantificar os rendimentos não observados estatisticamente) é o de que uma pessoa que trabalha por conta própria gostaria de auferir o mesmo rendimento por unidade de trabalho que obteria se trabalhasse por conta de outrem, o que significa que o seu valor de referência em termos de rendimento será determinado em função dos rendimentos arrecadados pelos trabalhadores dependentes que laboram no mesmo contexto económico. Deste modo, nos casos em que os rendimentos declarados pelos trabalhadores por conta própria se revelam inferiores aos obtidos pela classe de trabalhadores dependentes, parece razoável (à luz do pressuposto enunciado) assumir que, pelo menos, a diferença entre as duas importâncias será o montante não declarado às autoridades tributárias e/ou não reportadas às entidades responsáveis pelas estatísticas oficiais.

Adicionalmente pressupõe-se, tal como em estudos anteriores, que o “rendimento de referência” será o excedente de exploração (líquido de juros) tal como a figura seguinte explana (o *business census* será a fonte dos dados a considerar):

¹ Tal como referido no capítulo anterior, a respeito da harmonização das estatísticas, trata-se de assegurar uma correta transição dos conceitos utilizados nas fontes de informação, com os conceitos da Contabilidade Nacional.

² Enquanto o *under-recording* está associado a insuficiências inerentes à base de dados (por exemplo, por não serem suficientemente exaustivas), nos rendimentos não declarados há uma intenção deliberada, por parte do(s) produtor(es), em ocultar os dados da sua atividade.

Figura 1 (Áustria) - Rendimento de referência

Valor acrescentado bruto
- remuneração dos empregados
- consumo de capital fixo
- impostos sobre a produção e a importação
+ subsídios
- juros
= rendimento de referência

Fonte: UNECE; 2008: página 40

O cálculo do rendimento por unidade de tempo de trabalho (*income per working time unit*) exige dados referentes ao rendimento per capita dos trabalhadores (obtido através do *business census*) e do número médio de horas de trabalho dos trabalhadores por conta própria e por conta de outrem (recolhido através de um micro-censo de 1995).

O estudo revelou que os dois estratos mais baixos de volume de negócios (até 0.363 milhões de euros e até 0.727 milhões de euros) apresentaram um maior número de casos de rendimento declarado inferior ao valor de referência, indiciando que o pressuposto base assumido possa ser verossímil, uma vez que a ocorrência de rendimentos ocultos é mais frequente nestes estratos.

O caso dos *freelancers* (exceto os artistas *freelancers*) assume contornos especiais. A abordagem descrita originou valores poucos significativos de rendimentos não declarados, contudo, não podemos concluir de imediato que se tratam de situações pouco sujeitas a este fenómeno. Será mais prudente (e, provavelmente, mais realista) acreditar que o método adotado poderá não estar bem adaptado ao tipo de atividade em causa, exigindo um tratamento diferente.

Do excedente de exploração ao produto – que valores serão considerados “não observados”

Considerar que o montante do excedente de exploração oculto estará ao mesmo nível da produção oculta equivale a assumir que o valor dos rendimentos não declarados apurados não dariam origem a um aumento dos

custos sob forma de ordenados e salários, uma vez que, sendo um custo, a empresa não tem interesse em omitir esse valor.

Quanto aos consumos intermédios, a lógica não será a mesma. Importa distinguir três tipos de consumo: o consumo intermédio fixo (por exemplo, a renda paga pelas instalações ocupadas pela empresa), o consumo intermédio que dificilmente será não declarado (como é o caso da energia) e o consumo intermédio variável (como os *inputs* materiais). Os dois primeiros não suscitam grande problema, uma vez que na maioria os casos há interesse em declarar esses montantes (mesmo que, em parte, se destinem a atividades não observadas), contudo, o mesmo não se pode dizer quanto ao terceiro. O proprietário de uma empresa que leve a cabo atividades não declaradas tende a omitir estes consumos intermédios variáveis para que não se levantem suspeitas: um desencontro demasiado evidente entre *input-output* despertaria a atenção das autoridades tributárias. Este fenómeno é frequente, sobretudo no setor da indústria transformadora, reparação, hotelaria e restauração.

Face ao problema exposto, tornou-se necessário avaliar, para cada ramo de atividade, se poderão ou não existir consumos intermédios não observados estatisticamente. Caso a resposta seja afirmativa, importa decidir qual a grandeza a considerar (isto é, em que medida é que os consumos intermédios não declarados poderão ser utilizados para a formação de excedentes de exploração não observados estatisticamente); nos restantes casos (como, por exemplo, o comércio), assumir-se-á que o excedente de exploração oculto será igual à produção oculta.

Evasão Fiscal

No que respeita a este tema importa distinguir duas situações: evasão fiscal com o consentimento das partes envolvidas na transação e evasão fiscal sem consentimento.

No primeiro caso, o comprador não paga imposto porque sabe que se trata de uma atividade que se quer esconder das autoridades, contudo, no segundo caso, o consumidor do produto ou serviço paga imposto porque acredita que o produtor irá declarar a venda efetuada. Todavia, se este último não o fizer (evasão fiscal sem consentimento), o montante em causa deverá ser adicionado às estimativas do valor acrescentado oculto, dado que o produtor dispôs de um rendimento adicional.

Alojamento/Aluguer de quartos

O turismo tem uma importância significativa para a economia austríaca, sendo que uma grande parte se desenvolve fora dos parâmetros institucionais. Assim, torna-se necessário efetuar cálculos adicionais (com base em estatísticas do setor) para o aluguer de quartos privados, distinguindo o pernoitamento em quintas das dormidas noutros locais.

Existem bons motivos para acreditar que uma porção considerável destas atividades não é captada estatisticamente. Em primeiro lugar, apenas 1 500 dos 2 500 municípios austríacos reportam as dormidas de apenas uma noite (*overnight stays*), sendo que os restantes 1 000 não mantêm qualquer tipo de registo. Em segundo lugar, mesmo para os municípios para os quais existe informação disponível, parece observar-se alguma falta de dados, sobretudo no que respeita a férias com uma curta duração.

Por estes motivos, 66% do montante apurado será imputado adicionalmente às contas nacionais. Assume-se que 22% do preço pago pelas estadas de apenas uma noite serão representativas dos consumos intermédios (15% para o pequeno-almoço e 7% destinado a outros custos).

Foram também realizadas estimativas para a evasão fiscal sem consentimento neste tipo de atividades, bem como para o emprego não reportado. Neste último caso, a falta de registo dos recursos humanos surge no sentido de evitar o pagamento de impostos e contribuições sociais obrigatórias, estando simultaneamente associada à característica da sazonalidade do setor, aumentando o incentivo ao não registo.

Gorjetas

Hotéis e restaurantes

As estatísticas do rendimento obtidas através do *Hauptverband der Sozialversicherungsträger* (HV, *Main Association of the Austrian Social Security Institutions*) permitem recolher informações relativas aos salários praticados pela indústria hoteleira e da restauração, salários esses que se mostram inferiores aos praticados noutros ramos de atividade, bem como ao auferido pelos trabalhadores do comércio (que se considera como um grupo comparável).

Assim, assumindo que as expectativas de rendimento são semelhantes em ambos os grupos (trabalhadores da indústria hoteleira e da restauração *versus* trabalhadores associados ao comércio), parece razoável aceitar que os indivíduos pertencentes ao primeiro grupo compensam a diferença do seu

salário face ao grupo que lhe é comparável através de gorjetas, permitindo nivelar os rendimentos auferidos por ambos.

Considerou-se que 30% do rendimento terá essa origem, pelo que o valor encontrado será adicionado aos valores das estatísticas dos salários no ramo hoteleiro e da restauração segundo o censo de 1995 respeitante a atividades não-agrícolas. Esta percentagem será também considerada para o caso dos taxistas, uma vez que não se dispõem de dados sobre o rendimento suficientemente detalhados que permitam adotar um valor diferente.

Cabeleireiros

Os montantes de volume de negócios e de valor acrescentado foram majorados em 10%, utilizando como fonte de dados o inquérito ao rendimento das famílias, para cobrir a parte das gorjetas e outras componentes do valor acrescentado não captadas estatisticamente.

Atividades não observadas

Construção

A construção de habitações por conta própria é um fenómeno frequente na Áustria, justificando-se assim a realização de estimativas, a incluir nas contas nacionais.

A contribuição, através da força do trabalho, por parte do proprietário, familiares deste, vizinhos, trabalho clandestino,... para atividades que representam formação de capital fixo (construção de novos edifícios, reparação e restauração de edifícios existentes) deverá ser estimada e adicionada ao valor total da produção ou ao valor acrescentado do setor da construção, incluindo os casos em que essa construção se destine a atividades agrícolas.

Segundo dados de estudos e inquéritos, foi possível apurar que, em média, 23% da construção de habitações para uma ou duas famílias (*one-family and two-family houses*) foi realizada por conta própria, sendo que o trabalho prestado para este serviço (quer por pessoas ligadas ao proprietário, quer por trabalhadores contratados clandestinamente) representa cerca de 4% dos custos totais da construção no país. Esta atividade representa, por isso, cerca de 36% dos custos totais de construção que constam oficialmente nas estatísticas.

No que respeita à reparação e manutenção de edifícios existentes, as estimações são conduzidas separadamente, uma vez que o capital despendido para estas atividades poderá ser obtido com maior facilidade, através um pedido de concessão de crédito, e com taxas de juro mais acessíveis. Por

oposição, a construção de um edifício exige um maior dispêndio de recursos, o acesso ao crédito é mais difícil (porque o montante do empréstimo é mais avultado) e as taxas de juro são, geralmente, mais elevadas.

No entanto, ainda que seja possível aceder ao crédito através de condições mais favoráveis, convém realçar que o acesso a subsídios será vedado, uma vez que estes só serão atribuídos a empresas de construção.

Face ao exposto, a percentagem a imputar será de 30%, inferior ao considerado para a construção de novos edifícios.

Reparação de veículos motorizados

A percentagem considerada como não observada ronda os 11% da produção e resulta da comparação de dados recolhidos junto dos consumidores e dos produtores. Acredita-se que haverá uma ligação entre o número de quilómetros percorridos e o montante gasto em reparações, dando origem aos anteriores 11% que representam tanto a produção como o valor acrescentado oculto (assumindo que o material usado, como, por exemplo, as peças sobressalentes, já estará incluído no consumo privado das famílias).

Resultados

Os ajustamentos efetuados nas contas nacionais austríacas, respeitantes à Economia Não Observada, ascendem a 15.7 biliões de euros (7.9% do PIB sem ajustamentos).

A tabela 1 fornece informação mais pormenorizada.

Tabela 1 (Áustria) - Afetação dos ajustamentos por tipos de NOE

T1:	T2:	T3:	T4:	T5:	T6:	T7:	T8:	Total
Estatística-mente não-observado: não-resposta	Estatística-mente não-observado: registo desatualizado	Estatística-mente não-observado: unidades não registadas ou não inquiridas	Não observada por razões económicas: subnegante do volume de negócios / rendimentos	Não observada por razões económicas: unidades intencionalmente não registadas	Setor informal (não registado, subnegante)	Atividades ilegais	Outros tipos de PIB subcoberto	
Ajustamento por não-resposta nas estatísticas estruturais de negócios	Teste do IVA	Rendimentos não contabilizados, ajustamento do consumo intermédio, provisão de pessoal não observada	Reparação de veículos a motor, trabalho doméstico	Produção por conta própria e trabalho clandestino na construção privada de moradias		Gorjetas		
Ajustamentos em milhões de euros para o ano de 2001								
	4062		8325		2464		873	15723
% do PIB (sem ajustamento)								
	2.0		4.2		1.2		0.4	7.9

Fonte: (UNECE; 2008: página 45).

>> BÉLGICA

Segundo o estudo da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (sigla UNECE, em inglês), a passagem do SEC 79 para o SEC 95 mostrou-se como uma oportunidade para rever não só as fontes de informação utilizadas para a elaboração das contas nacionais belgas, mas também os métodos de estimação utilizados, de tal modo que a estimação da Economia Não Observada foi totalmente revista.

De notar que a compilação das contas nacionais é da responsabilidade do Instituto Belga das Contas Nacionais (NAI – *National Accounts Institute*) que, não tendo o seu próprio staff, coordena a atividade desenvolvida por três instituições: o instituto nacional de estatística (NSI – *National Statistical Institute*) que se ocupa da recolha dos dados necessários, excetuando os que se referem ao comércio internacional; a agência de planeamento federal (FPB – *Federal Planning Bureau*) que tem a seu cargo a compilação das tabelas *input-output* e a previsão orçamental (*budget forecast*); e o Banco Nacional Belga (NBB – *National Bank of Belgium*), mais direcionado para as contas anuais relacionadas com o setor financeiro, contas trimestrais, regionais, estatísticas do comércio internacional e, juntamente com o FPB, as contas das autoridades/entidades públicas.

O PIB é calculado de acordo com a ótica da produção, do rendimento e da despesa, com recurso aos quadros de recursos e utilizações (*supply-and-use tables*).

Conceitos

As contas nacionais belgas utilizam uma estrutura concetual idêntica à do SEC 95. Assim, consideram que a economia subterrânea englobará a “economia oculta” (*black economy*) e as atividades ilegais. A primeira refere-se a unidades de produção clandestinas (não registadas estatisticamente como unidades economicamente ativas, por não preencherem os requisitos legais necessários) e atividades não declaradas às autoridades responsáveis; quanto à economia ilegal, não são efetuadas quaisquer estimativas.

O ajustamento levado a cabo para as atividades desenvolvidas clandestinamente será considerado como um “ajustamento associado ao trabalho oculto” (*adjustment for hidden labour*), enquanto a estimativa das atividades não declaradas será denominado como um “ajustamento associado a evasão fiscal” (*adjustment for tax evasion*). Este último destinar-se-á, por um lado, a corrigir uma componente oculta relacionada com rendimentos tributáveis,

mas que não foram declarados e, por outro lado, cobrir casos relacionados com fraude fiscal sem o consentimento do comprador, referentes ao imposto sobre o valor acrescentado.

Para efeitos de Contabilidade Nacional, o valor apurado para a fraude fiscal associada ao imposto sobre o valor acrescentado será considerado como parte do volume de negócios das empresas.

Fontes e Métodos de Estimação

As estimativas do PIB são calculadas com base nos registos da atividade empresarial (*business register*) que constam no instituto nacional de estatística (NSI). Trata-se de uma base de dados que agrega todos os agentes economicamente ativos na Bélgica, contudo, as empresas não registadas para efeitos de apuramento do imposto sobre o valor acrescentado e que não empreguem trabalhadores, não são consideradas como entidades com personalidade jurídica, pelo que nestes casos não há dados disponíveis. No entanto, referiu-se uma intenção de incluir estas atividades na base de dados em causa.

Será com base nestes dados que o Banco Nacional Belga fará o seu reportório anual de empresas, com os respetivos números de identificação e características relevantes para a Contabilidade Nacional, permitindo um cálculo detalhado e pormenorizado dos agregados administrativos (como o volume de negócios, salários,...) que darão origem às variáveis a que o SEC 95 faz referência (transição para as contas nacionais). Os principais agregados a nível nacional são sempre calculados por ramo e setor institucional.

Em teoria, todas as empresas belgas têm de declarar a sua atividade através de um documento formulado pelo Banco Nacional Belga, sendo esta a principal fonte de informação para o cálculo dos agregados relativos à produção e distribuição primária do rendimento relativo às Empresas Não Financeiras. As empresas de maior dimensão terão de preencher o formulário na sua versão completa, enquanto as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) poderão preencher um formato mais reduzido.

As receitas fiscais relativas ao imposto sobre o valor acrescentado são utilizadas para deduzir o volume de negócios, despesas correntes em bens e serviços e aquisição de bens de investimento que seria expectável obter.

Cálculo do Valor Acrescentado para as Empresas Não Financeiras

A produção e rendimento gerados por este setor institucional são calculados simultaneamente e de uma forma integrada, assegurando assim a consistência entre o valor acrescentado apurado e as suas componentes.

Cálculo dos Agregados “Administrativos”

Nesta fase do processo de compilação das contas nacionais é possível efetuar aferir da qualidade dos valores obtidos (uma vez que o detalhe das contas, desagregadas segundo o reportório anual do Banco Nacional Belga, assim o permite), corrigindo quaisquer valores anormais que possam surgir a este nível.

Empresas Não-Financeiras

Neste setor são identificáveis as seguintes categorias¹:

Categoria	Descrição
A1	Grandes empresas que preenchem a versão completa do formulário de reporte de contas
A2	Grandes empresas cujos dados não são passíveis de utilização
B1	Pequenas e Médias empresas usando o formato abreviado e que registam o volume de negócios e compras
B2	Pequenas e Médias empresas usando o formato abreviado sem volume de negócios e compras
B3	Pequenas e médias empresas cujos dados não são passíveis de utilização
H	Instituições sem fins lucrativos incluídas no setor institucional das empresas não financeiras (S11)

a. (A1) Grandes Empresas que preenchem a versão completa do formulário de reporte de contas

Nestes casos dispõe-se de toda a informação relevante, quer ao nível do rendimento operacional, quer ao nível dos custos operacionais².

¹ Fonte: “Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices”; United Nations Economic Commission for Europe (UNECE; 2008: página 56)

² Fonte: “Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices”; United Nations Economic Commission for Europe (UNECE; 2008: página 56)

Receitas operacionais

Código contabilístico	Descrição
70	Volume de negócios
71	Variação dos stocks de produção (aumento +, diminuição -)
72	Produção própria dos ativos fixos
74	Outro rendimento operacional
740	Subsídios operacionais
741/9	Diversos rendimentos operacionais

Despesas operacionais

Código contabilístico	Descrição
60	Consumo de mercadorias, matérias-primas e complementares
600/8	Aquisição de mercadorias, matérias-primas e complementares
609	Variação no stock de bens adquiridos (aumento -, diminuição +)
61	Aquisição de serviços e bens diversos (não incluídos em 600/8)
62	Remuneração, encargos com a segurança social e pensões
64	Outras despesas operacionais
640	Impostos sobre a atividade
641/8	Despesas operacionais diversas
649	Despesas operacionais capitalizadas como custos de reestruturação (-)

Através destas variáveis será possível calcular os seguintes agregados¹:

Agregado	Código contabilístico
Produção	70+71+72+74-740
Consumo intermediário	60+61+641/8
Valor acrescentado bruto	70+71+72+74-740-60-61-641/8
Despesas pessoal	62
Impostos líquidos sobre a atividade	640-740
Excedente bruto de exploração	70+71+72+74-60-61-62-640/8

b. (A2) Grandes Empresas cujos dados não são passíveis de utilização

¹ Fonte: "Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices"; United Nations Economic Commission for Europe (UNECE; 2008: página 57)

A informação prestada pelas empresas não poderá ser utilizada para posterior processamento estatístico se se reunirem duas condições em simultâneo: o ano fiscal (*financial year*) não coincide com o ano civil (*calendar year*) e não possível a conversão dos mesmos para o período pretendido (ano civil). Estas entidades serão tratadas da mesma forma que as empresas para as quais não se dispõe de dados referentes à atividade desenvolvida.

Nestes casos, o valor do volume de negócios e das compras das empresas será deduzido através do montante dos salários e do imposto sobre o valor acrescentado apurado para o período (*VAT return*).

c. (B1-B3) Pequenas e Médias Empresas (PMEs)¹

Código contabilístico	Descrição
70	Volume de negócios (<i>informação opcional</i>)
60/61	600/8 + 609 + 61 = consumo de bens e serviços (<i>informação opcional</i>)
62	Remuneração, encargos com a segurança social e pensões
640/8	640+641/8 (outras despesas operacionais incluindo impostos sobre a atividade)
70/61	70+71+72+74-60-61: se a margem bruta é >0
61/70	70+71+72+74-60-61: se a margem bruta é <0

Caso não se disponha da informação de carácter opcional, referente ao volume de negócios e ao consumo de bens e serviços (população B2), a sua estimação terá como referência os valores apontados pelas empresas que preencheram esses itens (população B1), que serão multiplicados pelo rácio da margem bruta da população B2 na margem bruta da população B1.

No caso das PME's cuja informação não poderá ser utilizada para posterior processamento estatístico (população B3) e das instituições sem fins lucrativos incluídas neste setor institucional (população H), a estimação terá por base os dados disponíveis do imposto sobre o valor acrescentado relacionado com as vendas (*VAT turnover*) e dos salários.

As populações A2, B3 e H para as quais não se dispõem de dados anuais (carecendo, portanto, de estimação por outras vias) representam apenas 9% do total do valor acrescentado das Empresas Não Financeiras.

¹ Fonte do quadro seguinte: "Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices"; United Nations Economic Commission for Europe (UNECE; 2008: página 57).

Empresas sem personalidade jurídica, incluídas no setor das Famílias

Para os trabalhadores por conta própria que se encontrem registados e que cobrem imposto pelos serviços prestados, o cálculo do valor acrescentado basear-se-á no apuramento do imposto sobre o valor acrescentado. Caso não haja lugar ao referido registo, a estimação terá por base o imposto sobre o rendimento do diretor/gestor do negócio (no caso dos serviços médicos há bases de dados que poderão ser utilizadas).

Estimação da Economia Subterrânea

Em primeiro lugar, convém realçar que o “trabalho oculto” (entenda-se, não observado estatisticamente) e a evasão fiscal não são fenómenos que se excluem. Para clarificar a ideia, note-se que uma empresa registada pode cometer fraude se efetuar algum tipo de pagamento a um trabalhador e não declarar a importância paga, independentemente da pessoa em causa estar ou não registada como colaborador da empresa. Uma empresa não registada, que procura esconder a atividade por si desenvolvida, por definição, apenas utiliza “trabalho oculto”, pelo que se trata também de uma situação de evasão fiscal (neste caso, poderá ser considerado como evasão com consentimento das partes).

Face ao exposto, facilmente se conclui que é difícil separar os casos fraude fiscal dos casos de evasão fiscal não relacionada com fraude, sendo que, até à data da publicação do estudo em análise, a estimação em separado destes dois fenómenos não era sequer possível.

A melhor solução encontrada foi a de proceder a um ajustamento geral, com recurso aos quadros de recursos e utilizações por ramo de atividade, aplicando percentagens ao valor do volume de negócios e/ou ao valor das compras das empresas contempladas no setor das Empresas Não Financeiras e das Famílias. São aplicáveis diferentes percentagens, consoante se considere que a atividade em causa é mais ou menos propícia à ocorrência de ocultação de dados.

Tal como na maioria dos países europeus, a economia subterrânea encontra-se mais desenvolvida nos setores cuja produção final se destina, sobretudo, aos particulares. É o caso da construção, comércio a retalho, reparação e manutenção de veículos motorizados, hotéis, restaurantes e serviços prestados a particulares.

As contas nacionais belgas publicadas em Setembro de 2005 refletem a grande revisão das contas nacionais levada a cabo nesse mesmo ano, mas cujo impacto nas estimativas da economia subterrânea, apesar de positivo,

foi ainda diminuto. Procederam-se, grosso modo, a quatro tipos de ajustamentos:

- Rendimentos ocultos pagos a indivíduos do setor das Famílias (5% dos salários oficialmente reportados); o valor da produção foi aumentado por esse mesmo montante (99 milhões de euros, em 2002);
- Rendimentos em espécie atribuídos por empregadores do setor da montagem de automóveis, hotéis, restaurantes e cafés (62 milhões de euros, em 2002);
- Produção oculta em atividades piscatórias (5 milhões de euros, em 2002);
- Percentagens aplicadas em alguns ramos de atividade, no sentido de majorar as vendas e/ou as compras, no sentido de capturar atividades não observadas.

Os quadros de recursos e utilizações são o instrumento mais apropriado para garantir uma maior exaustividade das contas, abrangendo 120 ramos de atividade e 320 produtos. Neste aspeto, o recurso a dados relativos ao emprego tem um desempenho inferior para apurar o valor acrescentado. Por esse motivo, os dados do emprego não são considerados para o cálculo do valor acrescentado nas contas belgas; será útil sim para um posterior confronto dos valores apurados (contribuem indiretamente para as contas nacionais).

Foi levada a cabo uma auditoria fiscal para determinar os rácios de ajustamento a aplicar, para cobrir atividades subterrâneas, mas os resultados obtidos não foram utilizados nas contas nacionais, isto porque as autoridades fiscais não investigam evasão fiscal com o objetivo de encontrar rácios que se mostrem como representativos de uma categoria NACE completa.

Impactos nas contas nacionais e nas estimativas do PIB

O valor acrescentado foi aumentado em 5.803 milhões de euros no setor das Empresas Não Financeiras. Quanto às Famílias, o ajustamento explícito ascendeu a 3.932 milhões de euros.

Os ajustamentos relacionados com o ramo da Agricultura, Florestas e Pesca são baseados em dados do Centro da Economia Agrícola (*Center of Agricultural Economy*) e incluídos implicitamente, o mesmo acontecendo com os agregados familiares com empregados ao serviço (o salário médio horário é multiplicado pelo número estimado de horas de trabalho).

Os salários em espécie deram origem a um ajustamento de 56 milhões de euros no setor das Empresas Não Financeiras e de 5 milhões de euros o setor das Famílias. O consumo intermédio foi reduzido em 712 milhões de

euros para que as compras de bens e serviços disponibilizados sob a forma de salários em espécie possam ser transferidos para salários.

No setor da hotelaria, serviços de catering, cabeleireiros e táxis, o volume de negócios foi majorado para que tivesse em conta as gorjetas. Tal resultou num ajustamento de 286 milhões de euros e de 108 milhões de euros, respetivamente para o setor das Empresas Não Financeiras e das Famílias.

Em suma, o ajustamento global destinado a cobrir a economia subterrânea representou entre 3% e 4% do PIB (após o processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações).

>> BULGÁRIA

As contas nacionais búlgaras baseiam-se no PPE promovido pelo Eurostat e utilizam a metodologia prevista pelo SEC 95.

O PIB é calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento, sendo que as duas primeiras abordagens providenciam estimativas independentes do PIB, tanto a preços correntes como a preços constantes do ano anterior. A compilação das contas de rendimentos não são independentes e socorrem-se de fontes de dados ligadas à produção.

Os dados anuais do PIB, publicados oficialmente, são baseados na abordagem da produção, incluindo itens adicionais para montantes não balanceados nas componentes de uso final.

Métodos de estimação

Abordagem da produção

O valor das estimativas de transações específicas do lado da produção está diretamente relacionado com categorias de procura final, tais como a produção das famílias para autoconsumo e a construção por conta própria de edifícios residenciais. Assim, alguns dados do lado da procura são utilizados para levar a cabo ajustamentos na produção. É o caso, por exemplo, do recurso aos dados do HBS (*Household Budget Survey*), referentes à despesa em bens consumíveis (geralmente, bens alimentares), para ajustar o valor da produção de determinados produtores e retalhistas.

Deste modo, a abordagem da produção assume especial importância na elaboração de ajustamentos que têm em vista uma maior exaustividade das contas nacionais, no entanto, deve sempre existir uma preocupação em garantir a consistência dos ajustamentos realizados do lado da despesa e do lado da produção.

N1 – Produtores deliberadamente não registados

Dados de um pequeno inquérito amostral realizado em 2000 demonstram que cerca de 4% das unidades de negócios em pequena escala (ativas) não se encontravam registadas.

As pequenas empresas em que há uma divisão pouco clara entre trabalho e capital são consideradas como pertencentes ao setor informal.

N2 – Produção Ilegal

Os ajustamentos relativos a atividades ilegais não são incorporados na estimativa do PIB. Apesar disso foram conduzidas investigações, numa base experimental, relativas à distribuição e consumo de droga. Os resultados mostram que a produção ilegal, distribuição e consumo de droga terão um possível impacto de 1,3% no PIB.

N3 – Produção do Setor Informal

As atividades do setor informal incluem a produção por conta própria das famílias e o processamento de bens agrícolas, incluindo os que se destinam a autoconsumo. Dentro da produção agrícola dos agregados familiares é feita a distinção entre produção mercantil e não mercantil, em vez de se separar as unidades que produzem exclusivamente para autoconsumo. Na prática, os agregados familiares que desenvolvem informalmente atividades agrícolas produzem tanto para o mercado, como para consumo próprio.

Estes agregados familiares não estão obrigados a registo formal, desde que não estejam cobertos por segurança social. A principal fonte de informação para estimar estas atividades são os saldos agrícolas (agricultural balances) por tipo de cultura e de produtos animais, uma vez que estes saldos estão desagregados por tipo de unidade produtiva, permitindo aferir quais as unidades que estão associadas ao setor das famílias.

As atividades de construção levadas a cabo pelos agregados familiares são estimadas com recurso a informação administrativa, enquanto a estimação das atividades de reparação em habitações recorre a dados provenientes do HBS.

N4, N5 – Pessoas jurídicas (unidades) e empresários não inquiridos

Estas unidades, apesar de formais, não estão cobertas estatisticamente por falta de atualização das bases de dados, sobretudo as que estão relacionadas com o registo da atividade empresarial (Statistical Register). Distinguem-se as unidades ativas das não ativas com base na informação referente à última observação anual, contudo, as pequenas unidades produtivas são caracterizadas por uma elevada mobilidade, pelo que a frequência anual não é a mais adequada para fazer esta distinção.

Na Bulgária, qualquer unidade produtiva está obrigada a registo, logo, não se coloca o problema da não cobertura devido à falta de registo. Todavia, os trabalhadores por conta própria (como é o caso dos advogados)

apenas necessitam de um registo fiscal, não estando, por isso, abrangidos pelo BULSTAT, que constitui o principal registo administrativo das unidades produtivas. A estimação do resultado das suas atividades será calculada com base noutras fontes de informação administrativas, tais como a declaração anual de rendimentos e dados de unidades sindicais.

N6 – Reporte de dados incorretos

O ajustamento referente à subavaliação do valor da atividade económica desenvolvida é calculado com base em métodos indiretos, nomeadamente:

Investigação dos rácios input-output referentes a um dado grupo homogéneo de unidades produtivas (a um nível micro), para que estimar em que medida houve sobrestimação de consumos intermédios e subestimação do valor bruto da produção;

Método do Emprego (Labour input method);

Fontes de dados do lado da procura (sobretudo o HBS) para avaliar a subestimação das atividades comerciais retalhistas e algumas atividades da indústria transformadora (vendas e produção). Tradicionalmente, o HBS apresenta montantes superiores de despesa em consumo de bens alimentares do que aquele que é registado pelas unidades registadas de comércio a retalho deste tipo de produtos. Haverá lugar, portanto, a um ajustamento ao volume de negócios dos retalhistas e alguns grossistas, bem como ao valor da produção reportado pelos respetivos produtores desses bens.

N7 – Outras insuficiências estatísticas

- *Não resposta*

Em primeiro lugar são identificadas as unidades associadas à não resposta, as respetivas atividades desenvolvidas e número de trabalhadores dessas unidades. O rendimento médio das vendas por empregado é calculado com recurso aos dados referentes a unidades produtivas comparáveis (isto é, com uma atividade e número de empregados semelhante) que responderam aos inquéritos. O rácio obtido será utilizado para estimar as atividades levadas a cabo por estas unidades não cobertas. O ajustamento resultante representa cerca de 5% do PIB.

- *Salários e rendimentos em espécie*

À data do estudo em análise, as estimativas dos salários e rendimentos em espécie eram calculadas segundo as três abordagens (produção, rendimento

e despesa), com base em informações do relatório anual do trabalho e no número de trabalhadores por atividade.

- *Gorjetas*

Até à data do estudo, não era realizada qualquer tipo de estimativa explícita, para efeitos de Contabilidade Nacional, referentes a gorjetas.

Abordagem da despesa

Este tipo de abordagem para o cálculo do PIB é conduzido de uma forma independente da abordagem da produção, sendo que as estimativas resultantes são cerca de 1 a 2% superiores comparativamente às que surgem do lado da produção.

Os principais ajustamentos que visam uma maior exaustividade das contas nacionais estão associados aos rendimentos em espécie, produção agrícola das famílias e construção por conta própria. Por sua vez, estes ajustamentos do lado do rendimento estão ligados aos que surgem do lado da produção.

Despesas de consumo final das famílias

A comparação das estimativas das despesas de consumo final das famílias por COICOP (Classificação do Consumo Individual por Objetivo) revela algumas discrepâncias em alguns itens, sobretudo os que estão associados a bens alimentares.

Como as estimativas do HBS excediam constantemente os dados relativos ao comércio a retalho, optou-se por adicionar questões mais específicas ao inquérito do HBS (entre as quais, a indicação do local de compra). Concluiu-se que a génese das discrepâncias estava na existência de múltiplos locais de compra, isto é, a despesa em bens alimentares é realizada não só através do sistema de comércio a retalho, mas também via outros agregados familiares, empresas produtoras, estabelecimentos de comércio grossista e bancas de comércio ao ar livre.

Produção das famílias para autoconsumo

A produção das famílias para autoconsumo inclui a produção agrícola, sendo que esta poderá ser subdividida em produtos agrícolas processados e não processados (frescos). Os primeiros são classificados como produção levada a cabo por produtores não constituídos em sociedade e é estimada a preços

de base, enquanto os segundos são estimados ao preço de venda médio, utilizando a informação dos saldos agrícolas (agricultural balances).

Na estimação do PIB segundo a utilização final, os bens agrícolas produzidos para autoconsumo são ajustados pelo volume de negócios interno e pela parte que é vendida diretamente no mercado ou entre agregados familiares.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A FBCF é mensurada de acordo com a despesa na aquisição de ativos fixos (despesa real em construção, remodelação/modernização de ativos já existentes, entrega e montagem de ativos fixos, incluindo construções inacabadas pagas por clientes), subtraída da alienação de ativos fixos existentes.

Os investimentos do setor das famílias ou do setor informal, especialmente os que se destinam à construção, são estimados com base em informação relativa a licenças de construção de novos projetos, os quais fornecem indicações relativas a despesas.

Exportação e Importação de Bens e Serviços

As exportações e importações de bens são calculadas com base nas declarações aduaneiras. Os dados são recolhidos através do Departamento Estatístico de Comércio Internacional do Instituto Nacional de Estatística. Este mesmo montante é incluído na Balança de Pagamentos.

Os ajustamentos realizados visam uma adaptação dos dados à metodologia adotada nas contas nacionais, isto é, torna-se necessário realizar um ajustamento (de cerca de 8%) para que as importações sejam valoradas com base no “fob” (“free on board”) e não na forma “cif” (“cost, insurance and freight”, o equivalente a “custo, seguro e transporte”).

Fontes de Informação

Dados empresariais

A BULSTAT constitui o registo único das unidades económicas da Bulgária. Por lei, todas as unidades produtivas estão sujeitas a registo na BULSTAT, pelo que é possível aceder a uma variedade de informação referente a empresas, subdivisões (estabelecimentos com contabilidade completa) e unidades locais (para estas unidades apenas é possível recolher dados refe-

rentes a salários e vencimentos). Excluem-se, portanto, atividades secundárias desenvolvidas por conta própria, trabalhos temporários, ocasionais,...

Por sua vez, o Registo Estatístico (Statistical Register) deriva do BULSTAT e contém informações relativas às unidades registadas para fins estatísticos, nomeadamente, a atividade principal, número de funcionários, emprego total, volume de negócios e ativos tangíveis a longo prazo.

O facto de uma unidade produtiva se encontrar registada não implica necessariamente que já se encontre operacional (caso frequente nos registos mais recentes), pelo que será através das autoridades tributárias que se poderá aferir da operacionalidade das unidades.

Os trabalhadores por conta própria, como os advogados e juizes, têm de requerer o respetivo número fiscal e encontram-se registados num registo fiscal especial. Como se tratam de registadores individuais não é necessária uma decisão judicial para poder efetuar o registo, logo, estes podem registar-se diretamente no BULSTAT.

À data da realização do estudo estava a ser criado um novo registo especial, para todos os produtores agrícolas (incluindo agregados familiares), com base no Registo do Ministério da Agricultura e Florestas, da Segurança Social e nos censos populacionais, habitacionais e agrícolas.

O Registo da Segurança Social e os registos fiscais são utilizados para cruzamento de dados. Uma vez que, desde 2003, o limiar mínimo que determina a obrigatoriedade de registo para efeitos de IVA baixou de 75 000 Levs (moeda da Bulgária) para 50 000 Levs, poder-se-á esperar um aumento das unidades produtivas registadas para efeitos fiscais, tendo um impacto positivo na exaustividade das estimativas das contas nacionais.

Ainda assim, a informação prestada pelas empresas continua a representar a principal fonte de informação para a compilação das contas nacionais. Os inquéritos estatísticos são conduzidos com base nas unidades registadas para esse fim, sendo que os questionários são diferenciados consoante a atividade desenvolvida e o tipo de registos contabilísticos ("double- or single-entry bookkeeping").

Dados do Emprego

Fontes de informação estatística para medição do emprego

O Relatório Trimestral do Emprego (Quarterly Labour Report) contém informação relativa ao número médio trimestral de empregados com contrato de trabalho, bem como o respetivo tempo de trabalho e remuneração. São também recolhidos dados para outros tipos de emprego. O inquérito cobre todas as unidades registadas com pelo menos um trabalhador, sendo exaus-

tivo para as empresas do setor público e empresas privadas com mais de 50 trabalhadores. A observação das empresas com 1 a 50 trabalhadores é feita com recurso a uma amostra aleatória estratificada. As pessoas que trabalham apenas meio dia, meia semana, meio mês ou menos de quatro horas por dia são incluídas no número médio de trabalhadores, após a conversão em equivalentes a tempo inteiro.

O Inquérito ao Emprego tem uma frequência trimestral e recolhe dados de uma amostra da população com mais de 15 anos, que pertencem a uma família não institucional. A amostra inclui 24 000 agregados familiares.

Uma vez que todos os dados referentes ao emprego têm uma frequência trimestral, os dados anuais são calculados com base na média dos quatro trimestres do ano de referência.

Conceito de Emprego Doméstico

Os dados do Inquérito ao Emprego, assim como os dados das Estatísticas do Emprego, são ajustados e combinados no sentido de obter um valor do emprego em conformidade com o conceito de emprego doméstico.

Os dados são preparados separadamente para trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria. Os primeiros são ainda subdivididos entre aqueles que se encontram a laborar sob contrato de trabalho e os restantes trabalhadores por conta de outrem (incluindo aqueles que não possuem qualquer tipo de contrato com o empregador). Como não há muitos trabalhadores por conta própria na Bulgária, o Inquérito ao Emprego não consegue providenciar estimativas fiáveis, pelo que se torna preferível recorrer ao Censo Populacional para obtenção de melhores dados.

No entanto, não se segue a mesma abordagem no que respeita aos trabalhadores por conta própria associados à atividade agrícola. Para estes, utilizam-se dados do FSS (Farm Structure Surveys) que representam inquéritos conduzidos pelo Ministério da Agricultura e Florestas. Todavia, a informação prestada é ainda limitada no que concerne à distinção entre empregos primários e secundários.

Os valores dos equivalentes a tempo inteiro serão utilizados para o cálculo do número de unidades de trabalho por ano.

Horas trabalhadas

As horas trabalhadas são calculadas trimestralmente combinando informação das Estatísticas do Emprego e do Inquérito ao Emprego (exceto no caso das atividades agrícolas abordadas anteriormente, em que se utiliza

uma outra fonte de informação). As horas de trabalho anual serão, portanto, a soma dos valores apurados nos quatro trimestres do ano de referência. Os cálculos são efetuados separadamente para trabalhadores por conta de outrem e para os trabalhadores por conta própria.

O Emprego nas Contas Nacionais

Em 2001, o procedimento de estimação do emprego para efeitos de Contabilidade Nacional conduziu ao apuramento de 3 229 118 pessoas empregadas, das quais 7,3% não se encontravam registadas (sem contrato de trabalho). É mais frequente o surgimento de trabalhadores não registados em atividades ligadas à indústria transformadora, comércio, hotelaria e restauração. A particular incidência deste fenómeno na agricultura deve-se, sobretudo, ao carácter sazonal desta atividade.

A tabela seguinte mostra as estimativas finais do emprego total e número de horas trabalhadas.

Tabela 1 (Bulgária) - Estimação de total de emprego e horas trabalhadas - 2001 (milhões)

Setores		Trabalhadores estimados			Horas trabalhadas estimadas		
		Empregados	Por conta própria	Total	Empregados	Por conta própria	Total
A+B	Agricultura, caça, silvicultura e pesca	107,7	676,3	784,0	190,1	1255,2	1445,3
C	Minas e pedreiras	36,4	0,0	36,6	59,6	0,3	60,0
D	Indústria transformadora	614,9	36,9	651,8	1022,4	67,2	1089,6
E	Elettricidade, gás e água	61,3	0,0	61,4	103,6	0,2	103,8
F	Construção	120,2	11,7	131,9	205,2	19,0	224,2
G	Comércio	288,0	122,0	410,0	501,1	223,3	724,5
H	Hotéis e restaurantes	90,8	22,7	113,6	158,5	43,7	202,2
I	Transporte e comunicações	179,3	18,4	197,7	301,8	32,2	334,0
J	Intermediação financeira	29,7	1,1	30,7	50,9	2,4	53,3
K	Imobiliário	110,2	18,6	128,7	186,0	33,8	219,8
L	Administração pública	242,2	0	242,2	441,6	0	441,6
M	Educação	205,0	1,3	206,3	319,9	1,8	321,7
N	Saúde	136,6	10,0	146,6	223,8	19,5	243,3
O	Outros serviços sociais e pessoais	73,4	13,7	87,1	126,4	19,5	145,9
P	Domésticas	0	0,0	0,0	0,8	0	0,8
Total		2296,2	932,9	3229,1	3891,8	1718,2	5610,0

Fonte: UNECE 2008, página 72.

Ajustamento ao valor acrescentado devido à existência de emprego não registado

No sentido de estimar a produção não observada devido à existência de trabalho não registado, o número de pessoas empregadas utilizadas para o cálculo do PIB (2 968 069) é comparado com o emprego standardizado calculado para as contas nacionais (3 229 118). Posteriormente é realizada uma análise a um nível detalhado da atividade económica, em que se comparam os empregos/postos de trabalho com o número de trabalhadores. Dessa comparação apurou-se uma diferença de 121 006 que poderá ser interpretada como o número de pessoas empregadas na vertente oculta da atividade económica.

A estimação das atividades subterrâneas devido à existência de trabalho irregular é calculada da seguinte forma:

- As pessoas empregadas são desagregadas consoante a atividade. Adicionalmente, a divisão empregados por conta de outrem/empregados por conta própria dará origem a uma desagregação tendo em conta a dimensão da empresa:
- Empresas com menos de 10 funcionários;
- Entre 11 a 50 funcionários; e
- Mais de 50 funcionários.
- Os trabalhadores familiares não pagos serão considerados como trabalhadores por conta própria;
- Tendo em conta as horas trabalhadas, haverá uma conversão de pessoas empregadas em equivalentes a tempo inteiro, do qual será derivado o emprego irregular a tempo inteiro (*full-time*);
- As estimativas da produção por unidade de trabalho (*output per unit of labour input*) e do valor acrescentado por unidade de trabalho (*value added per unit of labour input*) advêm dos dados do emprego registado;
- Assume-se que os rácios de trabalho registado relativamente ao trabalho irregular são iguais para todas as atividades;
- A estimação da produção/valor acrescentado por unidade de trabalho irregular é feita através da aplicação dos rácios calculado na etapa anterior;
- Assim, o valor estimado da produção bruta/valor acrescentado bruto por unidade de trabalho irregular é integrado no valor efetivamente medido da produção bruta/valor acrescentado bruto.
- A implementação do método do emprego deu origem aos seguintes ajustamentos:

*Tabela 2 (Bulgária) - Ajustamentos exaustivo devido a emprego irregular,
parte de N6 - 2001*

Setores		Tipo de ajustamento não exaustivo			
		VA bruto - milhões de Levs		% do PIB	
		N6 corrente	N6 experimental	N6 corrente	N6 experimental
A+B	Agricultura, caça, silvicultura e pesca	0,4	0,4	0	0
C	Minas e pedreiras	0,3	0,2	0	0
D	Indústria transformadora	29,1	273,9	0,1	0,9
E	Elettricidade, gás e água	0,2	0,3	0	0
F	Construção	21,3	37,1	0,1	0,1
G	Comércio	50,4	237,5	0,2	0,8
H	Hotéis e restaurantes	16,3	158,2	0,1	0,5
I	Transporte e comunicações	9,0	36,4	0	0,1
J	Intermediação financeira	1,0	0,9	0	0
K	Imobiliário	5,0	12,9	0	0
L	Administração pública	0	0	0	0
M	Educação	0,8	6,6	0	0
N	Saúde	0,9	8,3	0	0
O	Outros serviços sociais e pessoais	4,1	17,9	0	0,1
Total		138,7	790,6	0,5	2,7

Fonte: UNECE 2008, página 74.

Sumário dos Ajustamentos

A tabela seguinte contempla os ajustamentos publicados nas contas nacionais.

O valor global dos ajustamentos ascende a 10,2% do PIB, sendo que os mais significativos, tendo em conta o setor de atividade, são os que estão relacionados com o VAB da indústria transformadora, construção, comércio, hotéis e restaurantes, transportes e comunicações.

O ajustamento referente a salários e rendimentos em espécie representa cerca de 0,4% do PIB.

Tendo em conta o tipo de ajustamento, destacam-se os que se destinam a corrigir a subestimação da produção e a sobrestimação dos consumos intermédios que, juntamente com o trabalho oculto, constituem 7% do PIB.

Tabela 3 (Bulgária) - Ajustamentos ao PIB

Setores		Informal & Autoconsumo (N3)	Subterrânea (N1,N4, N5, N6, N7)	Total	Informal e Autocon- sumo (N3)	Subterrânea (N1,N4, N5, N6, N7)	Total
		Milhões de Levs			% do PIB		
A+B	Agricultura, caça, silvicultura e pesca	639,2	31,6	670,8	2,2	0,1	2,3
C	Minas e pedreiras		318,0	8,0		0,0	0,0
D	Indústria transformadora		770,5	770,5		2,6	2,6
E	Elettricidade, gás e água		0,3	0,3		0,0	0,0
F	Construção	94,3	361,2	455,5	0,3	1,2	1,5
G	Comércio		277,6	277,6		0,9	0,9
H	Hotéis e restaurantes		40,9	40,9		0,1	0,1
I	Transporte e comunicações		507,1	507,1		1,7	1,7
J	Intermediação financeira		1,5	1,5		0,0	0,0
K	Imobiliário		133,3	133,3		0,4	0,4
M	Educação		46,9	46,9		0,2	0,2
N	Saúde		25,5	25,5		0,1	0,1
O	Outros serviços sociais e pessoais		84,7	84,7		0,3	0,3
Total		733,5	2289,2	3022,7	2	7,7	10,2

Fonte: UNECE 2008, página 74.

>> CROÁCIA

A Croácia segue a classificação proposta pelo Eurostat no âmbito do PPE, pelo que os tipos de ENO seguem a tipologia N1 até N7.

N1 – Produtores não registados

O ajustamento referente aos produtores subterrâneos é efetuado através do método do emprego (*labour input method*). Os dados do Inquérito ao Emprego e do Relatório Estatístico Anual das Agências Financeiras (FINA) são utilizados para calcular o PIB criado através de emprego registado.

A estimação do emprego subterrâneo segue a seguinte estrutura:

- a. População economicamente não ativa:
- b. Não disponível para inclusão na força de trabalho;
- c. Disponível para inclusão na força de trabalho.
- d. População desempregada (oficialmente registada):
- e. Indivíduos que não trabalham;
- f. Indivíduos que procuram um emprego permanente ou um trabalho a *part-time*.
- g. População oficialmente empregada (com segurança social):
- h. Com apenas um emprego;
- i. Com mais do que um emprego.
- j. Estrangeiros em idade ativa com situação não regularizada (*Working age foreigners with unregulated status*).
- k. *A soma dos quatro grupos constitui a população total do país.*

Para estabelecer a diferença entre o número de pessoas oficialmente empregadas e o número de pessoas efetivamente empregadas, tem-se utilizado como base o valor total da população residente que constam no Censo da População (4 184 677 indivíduos). A este valor serão adicionados os não residentes que se encontravam na Croácia na altura da realização do Censo e serão deduzidos os residentes que se encontram a laborar no exterior.

A diferença a que se aludiu no parágrafo acima é significativa, podendo representar entre 4% e 4,7% da população acima dos 15 anos (o equivalente a 150 000 – 175 000 indivíduos). No entanto, uma grande parte desta diferença poderá ser atribuída à definição de emprego utilizada no Inquérito ao Emprego: um indivíduo será considerado como empregado se for pago pelo

seu trabalho (em dinheiro ou em espécie) e se tiver trabalhado pelo menos uma hora por semana.

Esta discrepância entre valores assume particular relevância nas atividades agrícolas, uma vez que, se estas atividades fossem excluídas, a diferença nas taxas de emprego seria reduzida, representando apenas entre 0,6% a 1,8% da população com mais de 15 anos (o equivalente a 25 000 – 70 000 indivíduos).

O número de não residentes empregados na Croácia deverá ser adicionado ao número de residentes empregados. Segundo os dados de 2001 do Serviço de Emprego da Croácia, foram emitidos 5 791 vistos de trabalho a trabalhadores estrangeiros para laborar na construção naval, construção e turismo.

Para aferir o total dos rendimentos associados a este tipo de ENO, segundo o método de estimação referido, torna-se também necessário comparar a produtividade e as horas de trabalho dos empregados.

Dos dados da estrutura do emprego foram distinguidos os trabalhadores a tempo inteiro (full-time) dos trabalhadores a tempo parcial (part-time), de modo a converter estes últimos em equivalentes a tempo inteiro.

Adicionalmente, procedeu-se a uma comparação (com base nos equivalentes a tempo inteiro) do número de empregados por atividade segundo o Inquérito ao Emprego, com o número de empregados segundo os relatórios anuais de estatística utilizados no cálculo do PIB. Considera-se que a diferença representa o número de trabalhadores não registados, aos quais se irá aplicar o valor da produção bruta, consumos intermédios e valor acrescentado por trabalhador, gerado por pequenos empresários associados à mesma atividade.

Este método tem sido aplicado a todas as atividades, exceto as que estão relacionadas com a Agricultura e Administrações Públicas. Como o número oficial de empregados, que constam no relatório anual estatístico das Agências Financeiras (FINA), é incompleto no que respeita às Administrações Públicas e Defesa, e Segurança Social obrigatória¹, assumiu-se que não há emprego não registado nestas atividades.

A tabela 1 mostra que a diferença entre o número oficial de empregados e o número de empregados segundo o Inquérito ao Emprego tem diminuído, sobretudo no comércio, mas também na saúde, transportes, hotéis e restaurantes. Apenas na indústria, especialmente a indústria transformadora, se verifica uma tendência diferente. Nos serviços das categorias K e O (imobiliários, atividades empresariais e outras atividades comunitárias, sociais

¹ O emprego militar não é incluído, apesar das remunerações associadas serem incluídas no PIB.

e serviços pessoais) e na intermediação financeira as diferenças são diminutas. Existem dados que confirmam uma tendência descendente do emprego ilegal desde o ano 2000.

Tabela 1 (Croácia) - Diferença entre o número total de empregados segundo as estatísticas oficiais e o Inquérito ao Emprego

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002
A	Agricultura, caça e silvicultura*	-	-	-
B	Pesca	0	0	0
C	Minas e pedreiras	100	245	217
D	Indústria transformadora	12948	28336	25103
E	Elettricidade, gás e água	224	466	432
F	Construção	11349	5945	6027
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motociclos e bens pessoais e de autoconsumo	32668	16895	7292
H	Hotéis e restaurantes	10268	5297	5356
I	Transporte, armazenamento e comunicações	11672	2952	2611
J	Intermediação financeira	1046	411	599
K	Imobiliário, atividades de aluguer e atividades de negócios	5966	0	0
L	Administração pública	0	0	0
M	Educação	3846	1368	1537
N	Saúde	14017	7522	5808
O	Outros serviços sociais e pessoais	9377	2091	167
Total		113516	71528	55148

Observações: (*) O método não pode ser utilizado para a agricultura devido à dificuldade de definição de emprego.

Fonte: UNECE, 2008; página 79.

As estimativas do rendimento não reportado por produtores subterrâneos, por atividade, são obtidas através da multiplicação das diferenças no total do emprego, por atividade, pelo valor acrescentado médio por empregado. Os resultados obtidos encontram-se na tabela seguinte:

Tabela 2 (Croácia) - Rendimento não registado de produtores subterrâneos (N1), por atividade

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			Parte do total de rendimento não registado (%)		
A	Agricultura, caça e silvicultura*	0	0	0	0	0	0
B	Pesca	0	0	0	0	0	0
C	Minas e pedreiras	10	17	12	0,1	0,3	0,2

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			Parte do total de rendimento não registado (%)		
D	Indústria transformadora	1061	2570	2862	13,8	39,3	50,8
E	Elettricidade, gás e água	20	34	50	0,3	0,5	0,9
F	Construção	689	596	574	8,9	9,1	10,2
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor e motociclos	2414	1613	810	31,4	24,7	14,4
H	Hotéis e restaurantes	446	392	446	5,8	6,0	7,9
I	Transporte, armazenamento e comunicações	1298	350	326	16,9	5,4	5,8
J	Intermediação financeira	164	138	149	2,1	2,1	2,6
K	Imobiliário, atividades de aluguer e atividades negócios	529	0	0	6,9	0	0
L	Administração pública	0	0	0	0	0	0
M	Educação	131	91	75	1,7	1,4	1,3
N	Saúde	438	329	287	5,7	5,0	5,1
O	Outros serviços sociais e pessoais	502	408	45	6,5	6,2	0,8
Total		7701	6538	5636	100	100	100

Fonte: UNECE, 2008; página 80.

N2 – Produtores Ilegais

A mensuração das atividades ilegais exige o recurso a outras fontes de informação e a métodos de estimação diferentes dos convencionais. Têm sido alocados esforços no sentido de desenvolver estimativas fiáveis para este tipo de atividades e, para tal, tem-se recorrido a dados do Ministério da Administração Interna, do Instituto Nacional de Saúde Pública da Croácia, bem como descobertas e relatórios da Inspeção da Croácia (*State Inspectorate of Croatia*) e estimativas elaboradas por especialistas de criminologia, distribuição de *software*, discografia,...

Têm sido estimados os rendimentos obtidos através da distribuição de narcóticos, tráfico humano, abuso dos direitos de autor e corrupção. Existem informações mais detalhadas sobre o método de cálculo destas estimativas numa publicação intitulada “*Estimation of the total non-exhaustiveness value in the coverage of NA in the Republic of Croatia*”.

O rendimento proveniente do *tráfico de droga* é estimado com base nas quantidades apreendidas (por tipo de estupefaciente), nas percentagens de apreensão pela polícia e nos preços dos narcóticos quando entram no país e quando são vendidos ao consumidor final.

Estima-se que a polícia confisque cerca de 20% a 33% do montante total de estupefacientes distribuídos no “mercado negro”.

Assume-se que o preço de compra estimado para a importação de grandes quantidades de estupefacientes na Croácia representa, em média, cerca de 20% do preço de venda, em pequenas quantidades, ao consumidor final. Os restantes 80% do valor das vendas a retalho representam a distribuição de rendimento proporcionada por este mercado na Croácia. Os rácios de lucro dependem do tipo de estupefaciente em causa, da quantidade, do grau de pureza das drogas importadas relativamente ao grau de pureza do produto final para venda a retalho, da origem, do meio de transporte utilizado, da altura (*time*) em que a compra é efetuada, das condições de mercado, da quantidade de vendas diretas (comprador-vendedor) realizadas no país, do número de intermediários, dos riscos de importação e distribuição, entre muitos outros fatores.

O rendimento proveniente dos serviços de *prostituição* são estimados com base no número total de prostitutas, no número de dias em que desenvolvem essa atividade e nos preços médios cobrados. De acordo com estimativas realizadas por especialistas, das 700 a 1 000 prostitutas existentes, cerca de 70% desenvolve esta atividade a tempo inteiro, enquanto as restantes 30% têm um emprego “normal”, pelo que esta atividade constitui uma fonte adicional de rendimento. Estima-se que o primeiro grupo mencionado trabalhe 250 dias por ano, enquanto para o segundo grupo este valor é de apenas 100 dias anuais. Estima-se também que o número de serviços prestados por cada prostituta ronde os 5-6 por dia. Estimativas não oficiais reportam que o preço por serviço possa ir desde 200 kunas croatas (HRK) até 1 000 HRK, sendo que 500 HRK será o valor médio.

Estima-se que, do total da receita obtida, cerca de 20% correspondem a custos inerentes à atividade (vestuário, alojamento, entre outros), pelo que os restantes 80% representam o rendimento líquido.

O rendimento obtido através do *tráfico humano* (definido como a transferência ilegal de pessoas para além da fronteira do país) é estimado com base no número de estrangeiros capturados a atravessar ilegalmente a fronteira durante um ano e o preço médio pago aos contrabandistas. Assumindo que a Polícia impediu a ocorrência de cerca de 50% desta atividade, estima-se que o valor aproximado destas transferências ilegais de seres humanos seja o dobro dos imigrantes ilegais encontrados. Multiplicando este valor pelo preço médio pago por pessoa, obtém-se o rendimento estimado, dos quais 20% representam custos. Os restantes 80% serão, portanto, o lucro estimado.

O rendimento gerado pela *produção e distribuição de produtos “pirateados”*, que constituem uma violação dos direitos de autor, é estimado com base na quantidade de produtos confiscados durante o período de análise. O

preço de venda de cada produto (como, por exemplo, CDs e DVDs) depende de vários fatores e tem-se alterado ao longo do tempo, contudo, regra geral, varia entre 15% a 30% do valor do produto original. De acordo com as estimativas da Associação de Proteção dos Direitos de Autor, cerca de 50% das vendas de produtos de música correspondem a vendas de produtos “pirateados”, enquanto a percentagem respeitante a filmes e *software* informático é de 30% e 67%, respetivamente.

Estima-se que os custos de produção e distribuição destes produtos representem cerca de 15% do preço de venda. O remanescente (85%) corresponderá, portanto, aos ganhos associados à venda de produtos não autorizados.

O rendimento gerado por atividades associadas a *corrupção* poderá ser estimado com base no número total reportado de infrações criminais e no valor do ganho associado a cada infração. De notar que se pretende estimar o rendimento gerado pela corrupção e não o rendimento obtido ou pago como forma de suborno.

Atente-se no facto de que as estimativas obtidas são imprecisas, uma vez que se recorrem aos registos obtidos junto da Polícia. Estes registos providenciam informações quanto a alegados casos de corrupção, sendo que só após a decisão do tribunal será possível aferir da efetiva ocorrência destes casos e qual o valor associado ao crime em causa.

O rendimento anual médio gerado por atividades ilegais ascende, no total, a cerca de 1,8 biliões de HRK, pouco mais de 1% do PIB entre 2000 e 2003. Corrupção, distribuição de estupefacientes e prostituição constituem as principais fontes de rendimento deste tipo.

Tabela 3 (Croácia) - Estimativa do rendimento anual médio gerado por atividades ilegais, 2000-2003 (milhões de HRK)

Tipo de rendimento ilegal	Rendimento anual médio gerado por atividades ilegais	Parte do PIB (%)
Distribuição de narcóticos	469,2	0,27
Prostituição	328,0	0,19
Tráfico	71,0	0,04
Abuso aos direitos de autor	17,6	0,01
Corrupção	870,0	0,50
Total	1755,8	1,02

Fonte: UNECE, 2008; página 82.

N3 – Produtores não obrigados a registo

Este tipo de ajustamento visa cobrir as atividades levadas a cabo por produtores que não são obrigados a registo pelo facto de a sua produção ser considerada como não mercantil. Esta categoria abarca os produtores agrícolas a título individual, os que produzem bens para autoconsumo e os agregados familiares envolvidos na construção e manutenção de habitações por conta própria.

Uma vez que o Inquérito à Produção Agrícola engloba todos os produtores agrícolas, incluindo aqueles que produzem exclusivamente para autoconsumo, os ajustamentos ao rendimento agrícola são classificados como pertencentes à categoria N7 (insuficiências associadas aos dados estatísticos recolhidos). Esta correção é feita com base nos preços médios e não no número de produtores não registados.

O tipo de ENO classificado como N3 cobre toda a construção por conta própria de habitações realizada pelo setor das Famílias. Segundo o SCN 93, dever-se-á estimar o valor da construção levada a cabo por pessoas singulares deste setor (excluindo artesãos e pequenas empresas). Se a este montante se deduzir o valor dos consumos intermédios (custos de construção), obter-se-á o rendimento obtido a imputar ao setor das Famílias pela realização destas atividades.

Estima-se que cerca de 10% dos investimentos em trabalhos de construção são realizados por pessoas singulares (e por conta própria). Será com base nesta percentagem que se estima o valor da produção bruta associada à construção encetada por produtores não sujeitos a registo.

Os consumos intermédios são estimados com base na proporção dos consumos intermédios relativamente ao valor da produção bruta para pequenos empresários e artesãos. A tabela seguinte mostra o rendimento total estimado associado à construção de edifícios residenciais realizados pelo setor das Famílias.

*Tabela 4 (Croácia)- Estimativa de rendimento por produtores sem registo
(milhões de HRK)*

	1998	2000	2002
N3	117,6	180,5	291,4
Parte do N3 no PIB oficial, %	0,09	0,12	0,16

Fonte: UNECE, 2008; página 83.

N4 – Entidades jurídicas registadas e não inquiridas

Para efeitos de cálculo do PIB é dada maior preferência à utilização dos dados que constam no FINA (em detrimento aos convencionais inquéritos estatísticos que originam as estatísticas estruturais da atividade empresarial – *structural business statistics*) por se considerar mais exaustivo na cobertura da atividade económica.

Todas as entidades legais são divididas em grupos: empresários, bancos e outros intermediários financeiros, companhias de seguros, beneficiários do orçamento (*budget beneficiaries*), fundos orçamentais e instituições sem fins lucrativos.

A comparação do número de indivíduos empregados com recurso a outras fontes administrativas leva a crer que o número de entidades legais ativas que não submetem o seu relatório anual estatístico é negligenciável.

Ainda assim, para garantir total cobertura destas entidades, recorrem-se a fontes de informação adicionais, tais como as estatísticas da Administração Fiscal relativas ao rendimento dos artesãos, a estimação das rendas das habitações e a produção agrícola dos agregados familiares.

Face ao exposto, considera-se que o tipo de ENO N4 não terá grande representatividade na Croácia, dado o recurso a fontes de informação diversificadas e com um grau de exaustividade satisfatório.

N5 – Empresas não constituídas em sociedade, registadas mas não inquiridas

As empresas não constituídas em sociedades, que se encontram registadas, podem ser excluídas da cobertura estatística por diversos motivos, entre os quais a não entrega dos registos administrativos em tempo útil ou o preenchimento incompleto dos dados requeridos.

Além disso, N5 deverá também incluir o rendimento proveniente do arrendamento de habitações, quartos e escritórios, o qual é reportado, por exemplo, às repartições das Finanças, e não é incluído nos dados oficiais para o cálculo do PIB. Assim, os registos destas instituições serão utilizados para o cálculo da categoria N5.

Tabela 5 (Croácia) - Estimativa do rendimento por produtores registados e não inquiridos (N5) (milhões HRK)

	1998	2000	2002
N5: Rendimento total gerado pelo arrendamento / aluguer de habitações, quartos e escritórios	380,2	476,7	631,7
Parte do N5 no PIB oficial, %	0,28	0,31	0,35

Fonte: UNECE, 2008; página 84.

Os dados relativos ao rendimento auferido por artesãos e *freelancers* são recolhidos junto das repartições das Finanças, estando assegurada uma total cobertura destas atividades. As elevadas penalizações financeiras associadas ao não reporte da declaração anual de rendimento dos artesãos leva a que se admita que este tipo de ENO não será muito significativo na Croácia.

N6 – Reporte incorreto dos dados por parte dos produtores

Para estimar o reporte incorreto de dados por parte dos produtores, torna-se necessário recorrer a indicadores como os rendimentos e custos por empregado, bem como os resultados de auditorias fiscais. Serão analisadas, de acordo com a dimensão da empresa, as diferenças entre os rendimentos reportados e os imputados (por trabalhador), procedendo-se da mesma forma para os custos.

Em todas as atividades verifica-se uma tendência para os pequenos empresários reportarem valores mais baixos de produção bruta e valores mais elevados de custos incorridos por trabalhador.

Reporte incorreto de dados por entidades jurídicas

Inicialmente procede-se a uma desagregação da produção bruta, consumos intermédios e valor acrescentado em 13 grupos, de acordo com a dimensão da empresa e a atividade desenvolvida.

Em cada atividade, a produção bruta por trabalhador (com base nas horas de trabalho completas – *full working hours*), associada a empresários com menos de 10 funcionários, é comparada com a produção bruta por trabalhador de unidades com mais de 10 trabalhadores. Nos casos em que este indicador apresentava valores mais reduzidos para as pequenas unidades, assumia-se que o valor real seria igual ao valor médio reportado pelas unidades de maior dimensão. Este procedimento tem sido aplicado a todas as atividades, exceto aquelas em que se registam grandes diferenças

em termos de produtividade devido à tecnologia aplicada (como é o caso da extração de petróleo, telecomunicações e eletricidade).

O próximo passo será a análise dos consumos intermédios para os grupos acima referidos, de acordo com a atividade e dimensão da unidade. O procedimento adotado será análogo ao anteriormente descrito para a produção bruta por trabalhador.

Os resultados das auditorias fiscais foram utilizados para identificar as atividades em que há uma maior probabilidade de subestimação dos rendimentos para fins de evasão fiscal.

A tabela seguinte apresenta os resultados dessas mesmas auditorias entre 2000 e 2002. Existem informações mais detalhadas na publicação *“Estimation of the total non-exhaustiveness value in the coverage of NA in the Republic of Croatia”*.

Tabela 6 (Croácia) - Evasão fiscal por atividade (% do total de evasão)

Atividades de acordo com NACE		2000	2001	2002
A	Agricultura, caça e silvicultura*	4,9	2,8	3,2
B	Pesca	0,3	0,6	0,1
C	Minas e pedreiras	0,6	0,3	0,4
D	Indústria transformadora	16,0	23,2	15,5
E	Eletricidade, gás e água	0,3	1,3	2,3
F	Construção	16,7	15,8	12,7
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motociclos e bens pessoais e de autoconsumo	35,7	30,0	31,9
H	Hotéis e restaurantes	7,5	6,6	4,0
I	Transporte, armazenamento e comunicações	4,2	4,8	5,6
J	Intermediação financeira	0,6	1,0	1,2
K	Imobiliário, atividades de aluguer e atividades de negócios	7,0	10,5	10,1
L	Administração pública	0,0	0,0	0,0
M	Educação	0,1	0,4	0,8
N	Saúde	0,6	0,2	0,2
O	Outros serviços sociais e pessoais	5,3	2,5	12,1
Total		100,0	100,0	100,0

Fonte: UNECE, 2008; página 85.

A Tabela 7 mostra os níveis de subestimação do valor acrescentado por parte das entidades legais. No que concerne aos pequenos empresários, as estimativas obtidas baseiam-se na comparação com grandes empresários e nos resultados das auditorias fiscais. Já no que respeita aos grandes empresários, a correção ao valor acrescentado é exclusivamente baseada nos dados das auditorias fiscais.

*Tabela 7 (Croácia) - Reporte impreciso por parte dos produtores (N6),
entidades legais*

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			Parte do total de registos imprecisos (%)		
A	Agricultura, caça e silvicultura*	40	296	153	2,3	9,0	3,1
B	Pesca	13	1	29	0,7	0	0,6
C	Minas e pedreiras	12	5	18	0,7	0,2	0,4
D	Indústria transformadora	285	590	668	16,4	18,0	13,5
E	Elettricidade, gás e água	3	11	19	0,2	0,3	0,4
F	Construção	205	317	583	11,8	9,7	11,8
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motociclos e bens pessoais e de autoconsumo	636	1265	1887	36,5	38,6	38,1
H	Hotéis e restaurantes	43	118	155	2,5	3,6	3,1
I	Transporte, armazenamento e comunicações	245	258	322	14,1	7,9	6,5
J	Intermediação financeira	34	63	201	2,0	1,9	4,1
K	Imobiliário, atividades de aluguer e atividades negociais	157	295	610	9	9,0	12,3
L	Administração pública	0	0	0	0	0	0
M	Educação	18	14	17	0,1	0,4	0,3
N	Saúde	18	4	12	1,0	0,1	0,2
O	Outros serviços sociais e pessoais	33	43	273	1,9	1,3	5,5
Total		1741	3279	4947	100	100	100

Fonte: UNECE, 2008; página 86.

Pela análise da tabela é possível constatar que o reporte incorreto dos dados da atividade empresarial, por parte dos produtores, quase triplicou no período em análise, passando de 1,7 biliões de HRK em 1998 para 4,9 biliões de HRK em 2002.

Reporte incorreto do rendimento, por parte de artistas e freelancers

No sentido de determinar o reporte incorreto de rendimentos por parte de artistas e freelancers, procedeu-se à comparação do valor acrescentado por trabalhador neste setor com o indicador equivalente associado a pequenos empresários (com um número de empregados não superior a 10). Quando o valor acrescentado por artesão (incluindo funcionários) é menor do que o valor acrescentado por trabalhador associado a pequenos empresários, assume-se que o real valor será igual à média ponderada do valor acrescentado reportado (com uma ponderação de 60%) e do valor acrescentado por trabalhador de pequenos empresários (com uma ponderação de 40%).

A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos.

*Tabela 8 (Croácia) - Reporte incorreto por parte dos produtores (N6),
artesãos*

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			(%)		
A	Agricultura, caça e silvicultura*	52	28	33	2,4	1,1	1
B	Pesca	34	44	77	1,6	1,7	2,4
C	Minas e pedreiras	1	0	0	0	0	0
D	Indústria transformadora	421	483	482	19,8	19,2	15,0
E	Elettricidade, gás e água	0,3	0	-0,2	0	0	0
F	Construção	271	387	379	12,7	15,4	11,8
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motociclos e bens pessoais e de autoconsumo	478	556	752	22,4	22,1	23,4
H	Hotéis e restaurantes	63	196	459	3	7,8	14,3
I	Transporte, armazenamento e comunicações	378	340	342	17,7	13,5	10,6
J	Intermediação financeira	13	38	21	0,6	1,5	0,6
K	Atividades imobiliárias	288	334	451	13,5	13,3	1,4
L	Administração pública	0	0	0	0	0	0
M	Educação	2	2	5	0,1	0,1	0,2
N	Saúde	54	10	45	2,5	0,4	1,4
O	Outros serviços sociais e pessoais	77	96	164	3,6	3,8	5,1
Total		2131	2513	3210	100	100	100

Fonte: UNECE, 2008; página 86.

Rendimento não reportado do aluguer de quartos e habitações

A categoria N6 inclui também o rendimento não declarado proveniente do aluguer de quartos ou habitações, por parte de pessoas singulares. De notar que os senhorios registados nas repartições das Finanças são incluídos na categoria N5.

A estimação dos consumos intermédios terá por base os custos associados a pequenas agências de aluguer, sendo a partir desta estimativa que se deduzirá o valor acrescentado associados a estas atividades levadas a cabo por pessoas singulares.

A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos.

*Tabela 9 (Croácia) - Estimativa do rendimento não reportado que advém de
rendas (N6) (milhões HRK)*

	1998	2000	2002
Parte de N6 - Total das rendas não reportadas	991	655	851

	1998	2000	2002
Parte (%) dos rendimentos não reportados no PIB	0,72	0,43	0,47

Fonte: UNECE, 2008; página 87.

N7 – Insuficiências estatísticas (statistical deficiencies)

Esta categoria de ENO inclui:

- Rendimento familiar proveniente da produção agrícola por conta própria, corrigida pelos preços de mercado;
- Gorjetas;
- Rendimentos em espécie;
- Rendimento do agregado familiar proveniente de atividades secundárias.

O rendimento familiar associado ao desenvolvimento de atividades agrícolas é calculado de acordo com a quantidade produzida. Esta informação poderá ser obtida através de inquéritos (realizados regularmente na Croácia, ao longo de várias décadas), pelo que há bons registos quanto ao valor total das quantidades produzidas. No entanto, o cálculo deste rendimento individual auferido pelos agregados encontra-se registado ao preço de compra, preço este que se mostra significativamente mais baixo face ao potencial preço de mercado.

Assim, para cada grupo de produtos agrícolas, estima-se o uso final que será dado a esses bens (comércio grossista, autoconsumo, venda a outros agregados familiares,...). As quantidades adquiridas são valoradas ao preço de compra, enquanto o valor das vendas a outros agregados é calculado através da diferença média entre o preço de mercado e o preço de compra no mercado grossista. Diferentemente, o valor dos produtos que se destinam a autoconsumo é calculado através da média entre o preço de compra no mercado grossista e o preço de mercado.

O valor das gorjetas tem sido estimado para hotéis e restaurantes, de acordo com a abordagem proposta pelo Eurostat e tendo por base o valor recomendado pelo Posto de Informação Turístico no que respeita ao montante das gorjetas atribuídas consoante o serviço. Para esta estimação importa também recolher dados referentes ao volume de negócios de bares e restaurantes, bem como o montante médio das respetivas despesas.

No que concerne à estimação dos salários em espécie, o Inquérito aos Orçamentos Familiares (HBS) apresenta-se como a principal fonte de dados. No entanto, como não é possível desagregar os valores tendo como critério a atividade desenvolvida, a importância associada a rendimentos deste tipo

tem sido alocada de acordo com a estrutura do valor acrescentado por atividade.

Os dados referentes a rendimentos obtidos pelo desenvolvimento de atividades secundárias (valores pagos diretamente ao setor das Famílias) também são recolhidos através do Inquérito aos Orçamentos Familiares.

A tabela seguinte sumariza os ajustamentos abordados. A relativa estabilidade dos valores apurados indicia a necessidade de melhorar os métodos de estimação aplicados, bem como as fontes de informação utilizadas.

Tabela 10 (Croácia) - Deficiências dos dados estatísticos (N7)

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			Parte do total de registos imprecisos (%)		
A	Agricultura, caça e silvicultura	1074	955	1088	41,3	34,7	40,2
B	Pesca	1	1	1	0	0	0
C	Minas e pedreiras	2	3	3	0,1	0,1	0,1
D	Indústria transformadora	81	82	88	3,1	3,0	3,3
E	Elettricidade, gás e água	12	12	13	0,5	0,4	0,5
F	Construção	26	18	25	1,0	0,7	0,9
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motociclos e bens pessoais e de autoconsumo	46	40	55	1,8	1,5	2,0
H	Hotéis e restaurantes	79	65	83	3,0	2,4	3,1
I	Transporte, armazenamento e comunicações	32	38	47	1,2	1,4	1,7
J	Intermediação financeira	16	18	24	0,6	0,6	0,9
K	Atividades imobiliárias	772	938	731	29,7	34,1	27,0
L	Administração pública	39	39	35	1,5	1,4	1,3
M	Educação	16	20	21	0,6	0,7	0,8
N	Saúde	19	22	23	0,7	0,8	0,8
O	Outros serviços sociais e pessoais	386	502	467	14,8	18,3	17,3
Total		2601	2752	2705	100	100	100

Fonte: UNECE 2008; página 88.

O Método de Estimação das Rendas Imputadas e o seu Impacto no PIB

Método de cálculo das rendas brutas imputadas

De acordo com o SCN 2008, as rendas imputadas devem ser incluídas no PIB. O valor destes serviços, associados a habitações ocupadas pelos respetivos proprietários, é calculado com base nos preços praticados no mercado ou de acordo com os custos de produção, sempre que não seja possível obter informação quanto aos preços de mercado.

Uma grande parte dos agregados familiares da Croácia reside em habitações próprias. Este fenómeno é de tal forma relevante que, segundo o Censo Populacional de 2001, 96% dos domicílios constituem propriedade privada e os restantes 4% pertencem a entidades legais. 2.9% das habitações são ocupadas por arrendatários com contrato e 0.9% têm por base um arrendamento parcial.

Tendo em atenção o panorama apresentado, considerou-se mais apropriada a aplicação do método indireto do “custo de utilização”.

O valor bruto dos serviços habitacionais (isto é, a renda bruta das habitações) refere-se não só ao valor das rendas efetivamente pagas por inquilinos, mas também ao valor bruto das rendas imputadas (ou seja, ao montante dos serviços habitacionais que são estimados no caso das habitações serem ocupadas pelos proprietários da mesma).

O método do custo de utilização (*user-cost method*) assume que o montante das rendas imputadas deverá corresponder à soma dos consumos intermédios e do valor acrescentado bruto. Os consumos intermédios incluem os custos associados à aquisição de materiais e de trabalho especializado para serviços de manutenção e reparação, bem como as despesas associadas a seguros à habitação. Por sua vez, o valor acrescentado respeita ao consumo de capital fixo, outros impostos (líquidos) que incidem sobre a produção e ao excedente de exploração líquido.

Até 2008, o valor bruto dos serviços habitacionais é calculado com base no stock habitacional total (sem desagregar o montante que respeita a habitações alugadas do montante que concerne a rendas imputadas). O stock habitacional inclui apenas as habitações destinadas a residência permanente, pelo que se excluem as habitações cuja ocupação tem carácter temporário (como, por exemplo, as casas de férias).

Para o cômputo deste stock recorreu-se a dados dos Censos Habitacionais de 1991 e 2001. Para os anos entre censos torna-se necessário o recurso a estatísticas do setor da construção, sobretudo no que respeita ao número e área total ocupada por habitações recentemente construídas e as que foram demolidas.

O preço médio das habitações novas incluem o preço do terreno, bem como outros custos associados à construção, e o seu cálculo será necessário para aferir o valor do stock habitacional. Para estimar o valor de compra recorreu-se aos dados referentes aos custos de construção. Assim, na valoração do stock habitacional é feita uma correção para que se tenha em conta a qualidade desse mesmo stock. Adicionalmente, entre 1991 e 2001 foi feita uma correção associada às habitações que foram demolidas

durante a guerra (no total, 3.7 milhões de metros quadrados, ou 3.3% do stock residencial total).

O consumo de capital fixo (associado ao stock habitacional), utilizado no cômputo das rendas brutas, representa o decréscimo no valor do stock devido à sua utilização e deterioração. Na Croácia estima-se que a vida útil associada a este tipo de construções seja de 77 anos, com uma depreciação anual de 1.3%. Adicionalmente, estima-se que os consumos intermédios (custos de pequenas reparações) representem cerca de 1% do valor do stock habitacional a preços correntes¹.

Na maioria dos países da UE o valor bruto das rendas imputadas representa cerca de 10% do PIB, no entanto, de acordo com esta metodologia, a referida percentagem foi de 6.5% para a Croácia, em 2002. Depreende-se, portanto, que possa existir alguma subestimação do valor em causa.

Tabela 11 (Croácia) - Cálculo das rendas imputadas (de acordo com a presente metodologia) 1998-2002 (milhões HRK)

	Rendas das habitações (milhões de HRK)		
	1998	2000	2002
1. Valor de compra do stock habitacional	456483	525655	588697
2. Valor corrente do stock habitacional	319538	367959	412088
3. Consumo de capital fixo	5934	6834	7653
4. Custos de manutenção e reparação de habitações	3195	3819	4121
5. Valor bruto da produção (renda habitacional bruta)	9130	10653	11774
6. PIB	137604	152519	181231
7. Valor bruto das rendas habitacionais, relativamente ao PIB (%)	6,6	7,0	6,5

Fonte: UNECE 2008; página 90.

Recomendação do Eurostat para o cálculo das rendas imputadas, utilizando o método do custo de utilização

A decisão da Comissão Europeia (95/309/EC) visa providenciar mais detalhes no que respeita aos diversos métodos de cálculo de rendas imputadas. O Eurostat recomenda que, nos países em que a percentagem de habitações arrendadas seja inferior a 10% do número total de habitações e em que haja

¹ Considera-se que o valor do stock habitacional a preços correntes representa cerca de 70% do valor de compra desse mesmo stock.

uma grande diferença entre a renda de mercado e a renda paga, dever-se-á aplicar o método da estratificação para as habitações arrendadas, enquanto o método do custo de utilização poderá ser aplicado como alternativa, no caso das habitações ocupadas pelos proprietários.

Segundo o método do custo de utilização, o valor bruto das rendas imputadas corresponde à soma dos consumos intermédios, consumo de capital fixo, outros impostos (líquidos) sobre a produção e o excedente bruto de exploração líquido (para este último o Eurostat recomenda a aplicação de uma taxa fixa de 2.5% ao valor líquido do stock habitacional). Todos os valores estimados deverão ser revistos a cada 5 anos.

Tendo em conta os dados disponíveis e as recomendações feitas pelo Eurostat, foi realizado um cálculo experimental alternativo para o montante das rendas habitacionais desde 1998 até 2002. A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos.

*Tabela 12 (Croácia) - Cálculo do valor bruto das rendas habitacionais
(de acordo com a metodologia recomendada pelo Eurostat) 1998-2002
(milhões HRK)*

	1998	2000	2002
1. Consumo intermédio	1559	1811	2019
2. Consumo de capital fixo	4065	46810	5242
3. Excedente líquido de exploração (2,5%)	7988	9199	10302
4. rendas habitacionais brutas	13612	15691	17563
5. PIB (oficial)	137604	152519	181231
6. PIB (ajustado de acordo com as estimativas de N1 - N7)	154632	170469	201333
7. Rendas habitacionais brutas em relação ao PIB oficial (%)	9,9	10,3	9,7
8. Rendas habitacionais brutas em relação ao PIB ajustado (%)	8,8	9,2	8,7

Fonte: UNECE 2008; página 91.

Sumário dos ajustamentos

Tabela 13 (Croácia) - Total dos ajustamentos por atividade

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			(%)		
A	Agricultura, caça e silvicultura*	1166	1278	1274	7,4	7,8	7,0
B	Pesca	47	46	106	0,3	0,3	0,6

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			(%)		
C	Minas e pedreiras	25	24	34	0,2	0,1	0,2
D	Indústria transformadora	1849	3725	4100	11,8	22,7	22,4
E	Elettricidade, gás e água	36	571	81	0,2	0,3	0,4
F	Construção	1308	1497	1853	8,3	9,1	10,1
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motocicletas e bens pessoais e de autoconsumo	3574	3474	3504	22,8	21,2	19,2
H	Hotéis e restaurantes	1012	1248	1775	6,5	7,6	9,7
I	Transporte, armazenamento e comunicações	1953	986	1037	12,5	6,0	5,7
J	Intermediação financeira	228	256	395	1,5	1,6	2,2
K	Atividades imobiliárias	2737	2221	2643	17,5	13,5	14,5
L	Administração pública	39	39	35	0,2	0,2	0,2
M	Educação	166	128	118	1,1	0,8	0,6
N	Saúde	528	366	367	3,4	2,2	2,0
O	Outros serviços sociais e pessoais	997	1050	949	6,4	6,4	5,2
Total (excluindo atividades ilegais)		15663	16908	18.272	100	100	100
Atividades ilegais		1404	1556	1830			
Total (incluindo atividades ilegais)		17028	17950	20102			

Fonte: UNECE 2008; página 92.

De acordo com os dados da tabela 13, os ajustamentos realizados em 2002 ascenderam a 20.1 biliões de HRK. Se se excluirmos as atividades ilegais, os ajustamentos ascenderam a 18.3 biliões de HRK, o que representou cerca de 10.2% do PIB de 2002 (em 1998 esta percentagem era de 11.4%).

Tabela 14 (Croácia) - Peso dos ajustamentos no total do VAB das atividades específicas (%)

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002
		Milhões de HRK		
A	Agricultura, caça e silvicultura	10,9	11,7	10,1
B	Pesca	19,8	15,8	26,7
C	Minas e pedreiras	3,8	2,9	2,9
D	Indústria transformadora	7,5	13,9	13,8
E	Elettricidade, gás e água	0,9	1,5	1,9
F	Construção	16,9	25,5	21,7
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos a motor, motocicletas e bens pessoais e de autoconsumo	25,9	26,4	19,1
H	Hotéis e restaurantes	28,3	29,6	33,7
I	Transporte, armazenamento e comunicações	20,0	7,9	6,6
J	Intermediação financeira	4,6	4,5	4,8
K	Atividades imobiliárias	49,3	35,3	31,7
L	Administração pública	0,3	0,3	0,3

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002
		Milhões de HRK		
M	Educação	3,4	2,0	1,7
N	Saúde	9,3	5,1	4,8
O	Outros serviços sociais e pessoais	37,1	28,0	19,9
Total, incluindo a produção ilegal N2 (em % do VAB)		15,4	14,9	13,9
Total incluindo N2 (em % do VAB)		12,4	11,8	11,2
Total excluindo N2 (em % do VAB)		11,4	10,7	10,2

Fonte: UNECE 2008; página 92.

Tabela 15 (Croácia) - Ajustamentos por tipologia

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002	1998	2000	2002
		Milhões de HRK			(% do total dos ajustamentos)		
N1		7701	6538	5636	45,2	36,4	28,0
N2		1404	1556	1830	8,2	8,7	9,1
N3		118	181	291	0,7	1,0	1,4
N4		-	-	-	-	-	-
N5		380	477	632	2,2	2,7	3,1
N6		4863	6447	9008	28,5	35,9	44,8
N7		2601	2752	2705	15,2	15,3	13,5
Total		17028	17950	20102	100	100	100

Fonte: UNECE 2008; página 93.

Tabela 16 (Croácia) - Peso dos ajustamentos no total do VAB, por tipologia (%)

Atividades de acordo com NACE		1998	2000	2002
		(%)		
N1		7,0	5,4	3,9
N2		1,3	1,3	1,3
N3		0,1	0,3	0,2
N4		0,0	0,0	0,0
N5		0,3	0,4	0,4
N6		4,4	5,3	6,3
N7		2,4	2,3	1,9
Peso no total do VAB (total)		15,4	14,9	13,9

Fonte: UNECE 2008; página 93.

Tabela 17 (Croácia) - PIB total, incluindo o valor dos ajustamentos a preços correntes (milhões HRK)

	1998	2000	2002
1. PIB oficial	137604	152519	179390
2. Total dos ajustamentos (N1 - N7)	17028	17950	20102
3. Peso dos ajustamentos no total do PIB oficial (%)	12,4	11,8	11,2

	1998	2000	2002
4. PIB, incluindo o valor dos ajustamentos	154632	170469	199492
5. Peso dos ajustamentos no total do PIB ajustado (%)	11,0	10,5	10,1
6. Alterações associadas à nova metodologia de cálculo das rendas habitacionais	6391	7359	8242
7. Total dos ajustamentos (incluindo as novas rendas habitacionais)	23419	25310	28344
8. PIB ajustado total (incluindo as novas rendas habitacionais))	161022	177828	207734
9. Peso dos ajustamentos no PIB oficial (incluindo o valor das rendas calculado de acordo com a nova metodologia)	17,0	16,6	15,8

Fonte: UNECE 2008; página 94.

>> ESPANHA

Conceitos e definições

As maiores revisões e alterações das contas nacionais são levadas a cabo principalmente nos anos em que há mudança do ano base. Em Espanha, as contas nacionais publicadas em Maio de 2005 foram as primeiras que tiveram o ano 2000 como ano base, tendo-se previamente executado uma revisão das contas de modo a contemplar novas fontes de dados, nomeadamente o Inquérito ao Emprego (LFS – *Labour Force Survey*), com informação mais atualizada (recolhida através do Censo à População de 2001) e novas metodologias.

Além do mais, foram utilizados os resultados de inquéritos desenvolvidos pelo instituto nacional de estatística espanhol, específicos para o setor dos serviços, que também contribuíram para uma melhoria dos dados utilizados, não só em termos quantitativos (por se dispor de novos dados), mas também qualitativos (pela introdução de novas metodologias).

As contas nacionais espanholas, no que respeita à mensuração da economia não observada, têm como referência o estudo publicado pela OECD et al. (2002) (*Measuring the Non-observed Economy – A Handbook*), bem como a abordagem tabular, proposta pelo Eurostat nos seus projetos para uma exaustividade na medição do PIB¹, e o inquérito de 2003 da UNECE, respeitante às práticas dos países no que respeita a este tema.

Atividades Não Observadas Estatisticamente (T1, T2, T3)

Segundo o reportado no estudo em análise, este tipo de atividades não observadas não têm grande representatividade em Espanha. Em primeiro lugar, desde 1992, as estatísticas da atividade económica são baseadas nos dados da Central de Registos Empresariais (*Central Business Register*; DIRCE) que abrange todas as atividades contempladas no NACE 93 Rev.1. Trata-se de uma base de dados que recolhe informação relevante de várias fontes (nomeadamente, os registos fiscais e de Segurança Social), sendo regularmente atualizada (pelo que não se coloca o problema da não observação das atividades por falta de atualização dos dados (T2)) e disponibilizada a utilizadores externos, tendo como data de referência o primeiro dia

¹ Pela classificação adotada (de T1 a T8), deduz-se que se tomará como referência o primeiro projeto do Eurostat (1998-2000).

do mês de Janeiro de cada ano. A regular atualização dos dados leva a que não sejam efetuados quaisquer ajustamentos relativos a T2.

Além disso, o tratamento dado aos inquéritos para os quais não se obteve resposta (T1) segue os procedimentos recomendados internacionalmente. Assim, apenas as unidades não registadas (T3) darão origem a um ajustamento mais significativo; por exemplo, as empresas sem trabalhadores assalariados são abrangidas pela base de dados acima referida, mas não pelos inquérito às indústrias feitos pelo instituto nacional de estatística espanhol, pelo que será necessário corrigir a situação.

Atividades Não Observadas por Motivos Económicos (T4, T5)

As estimativas para as atividades não observadas que surgem como consequência do reporte incorreto de dados no sentido de diminuir o pagamento de impostos e outras contribuições (T4), ou da ocultação total (por parte do produtor) dos dados relativos a uma determinada atividade (T5) são elaboradas globalmente, uma vez que se torna difícil estimar em separado (ainda que a motivação intrínseca a cada situação seja diferente).

Setor Informal (T6)

Considerou-se que este setor deixou de ser significativo em Espanha, pelo que se infere que não são feitas quaisquer estimativas neste domínio.

Produção Ilegal (T7)

É possível encontrar dados referentes a uma parte das atividades ilegais em bases de dados estatísticas, mas também nas contas nacionais, sob diferentes códigos de atividade legais. Por exemplo, parte das atividades relacionadas com prostituição são consideradas como atividades de centros de massagem e saúde, e as apostas ilegais são incluídas nas atividades de clubes noturnos.

Não são feitos quaisquer ajustamentos a estimativas de atividades ilegais que não estejam implicitamente contempladas nas contas nacionais.

Outros tipos de atividades não observadas (T8)

Considera-se que não têm grande incidência em Espanha. Quanto às gorjetas e rendimentos em espécie há legislação específica que visa a sua mensuração (para uma maior exaustividade do cálculo do PNB).

É referida a existência de uma certa ambiguidade quanto ao que se deve ou não incluir em T4 e T8, uma vez que, a título de exemplo, as gorjetas não declaradas pela pessoa que as recebe origina simultaneamente uma subavaliação da produção e do rendimento.

Fontes e Métodos de Estimação

As contas nacionais espanholas recorrem às três abordagens (produção, rendimento e despesa), privilegiando a utilização dos quadros de recursos e utilizações, com desagregação por produtos e indústrias/ramos de atividade. Há ainda uma ligação dos dados referentes ao emprego às estimações que constam nas contas nacionais.

Estimações segundo a ótica da produção

As estimativas da produção são obtidas através de inquéritos conduzidos pelo instituto nacional de estatística espanhol. Tal como referido anteriormente, não são feitos quaisquer ajustamentos a T2 e, quanto a T1, o ajustamento será apenas considerado nas contas nacionais de uma forma implícita.

O processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações poderá dar origem a correções nos setores caracterizados por uma maior incidência de casos de não resposta e/ou ocultação parcial de dados, dificultando a distinção entre os tipos T1, T4 e T5.

Ajustamentos a unidades não cobertas pelas estatísticas

Em alguns casos, os inquéritos às empresas não cobrem todas as unidades ou atividades dos diferentes ramos de atividade. Contudo, como essas empresas estão registadas no DIRCE, procurar-se-á obter rácios do valor acrescentado bruto (VAB) e da produção através de dados recolhidos por outras fontes. Em alguns casos, estes rácios são obtidos através de inquéritos anuais, escolhendo-se aquele que mais se adequa às características empresa não inquirida (geralmente, tratam-se de empresas de dimensão mais reduzida).

Ajustamentos relativos à subavaliação da produção

Esta situação traz problemas sobretudo no setor agrícola. A produção agrícola está ligada à Contas Económicas Agrícolas, que não incluem dados relativos à produção secundária, pelo que esta deverá ser estimada sepa-

radamente com a colaboração do Ministério da Agricultura. A produção secundária está relacionada, na maior parte dos casos, com atividades como a caça, touradas e criação de cavalos.

Por outro lado, há determinados ramos de atividade caracterizados por um elevado número de trabalhadores por conta própria e por empresas de reduzida dimensão, que mais facilmente escapam ao controlo fiscal. A subestimação da produção tanto pode advir da subavaliação do volume de negócios (valor gerado pela atividade da empresa), como da sobreavaliação dos custos. Assim, nestes casos, uma comparação entre a procura e a oferta, bem como o recurso às tabelas anuais de *input-output*, permitirão detetar algumas destas situações. Poder-se-á também recorrer a uma análise da discrepância entre a remuneração por trabalhador e o excedente por unidade produtiva e/ou por trabalhador por conta própria. O ajustamento a efetuar basear-se-á, mais uma vez, em rácios obtidos através de outras fontes de informação.

O setor da construção apresenta características especiais, originando a condução de estudos em larga escala, relativos aos contratos de empreitada neste setor. Os resultados das investigações conduzidas revelam a existência de uma grande discrepância entre o valor da produção inicialmente atribuído às entidades subcontratadas (empreiteiros) e o valor efetivo reportado pelo dono da obra (entidade contratante). Será aplicado um rácio de produtividade, referente à classe de empresas de menor dimensão (*smallest-sized company stratum*), obtido através de inquéritos estruturais, e a diferença entre estes dois valores será adicionada ao rendimento da entidade contratante que trabalha por conta própria (*self-employed subcontractors*).

No que respeita aos serviços de distribuição (comércio e transporte) há informação disponível suficiente para calcular a margem de alguns produtos, sendo possível confrontar os valores apurados com as estimativas de inquéritos estruturais.

Poderão também existir dados ocultos no setor da educação, uma vez que os inquéritos associados apenas refletem os dados da educação pública. No sentido de superar este problema são conduzidos inquéritos especiais para as unidades não abrangidas pelos inquéritos.

Os serviços de limpeza, em Espanha, constituem um nicho com elevada importância para a economia não observada. Os Inquéritos às Despesas das Famílias e os Inquéritos ao Emprego não são capazes de captar este tipo de atividade, pelo que o instituto nacional de estatística espanhol tem utilizado inquéritos especiais, realizados pelo Ministério do Trabalho, que incidem sobre a população imigrante (principal fornecedor deste tipo de serviços). Alguns rácios são derivados do Inquérito às Despesas das Famílias, para o

cálculo das remunerações auferidas pela prestação deste tipo de serviços, mas, ainda assim, poderão subsistir algumas atividades não cobertas pelas estimativas.

Estimações segundo a ótica do rendimento

As estimativas do rendimento são efetuadas separadamente das estimativas da produção, apesar das correções levadas a cabo numa das perspetivas terem implicações na outra; é o caso dos ajustamentos relativos às remunerações e/ou rendimentos mistos.

Tanto para o rendimento como para a produção são efetuadas correções para ter em conta as gorjetas recebidas (T8), especialmente na atividade hoteleira, bares, restaurantes, táxis, entretenimento público, apostas e determinadas prestações de serviços a particulares. Nesse sentido, foram realizados vários estudos e inquéritos especiais, importando distinguir as gorjetas em montante fixo, das gorjetas cujo montante depende do preço pago pelo serviço. Consoante o caso, o tratamento da informação será diferente.

Os salários e rendimentos em espécie também estarão sujeitos a ajustamentos. A sua estimação é, no entanto, considerada mais fácil, uma vez que as leis fiscais espanholas e o Plano Geral de Contas obrigam a que as empresas registem os rendimentos em espécie como parte integrante do rendimento recebido pelos trabalhadores. Assim, teoricamente, os dados disponíveis através de inquéritos estruturais já contemplam os valores em causa, sendo utilizados nas contas nacionais.

Estimações segundo a ótica da despesa

Despesas para consumo final das Famílias

Neste domínio o Inquérito às Despesas das Famílias assume especial importância. Ainda assim, será vantajoso confrontar os dados recolhidos com outras fontes de informação, nomeadamente os que se referem à oferta de bens e serviços, uma vez que, se tal não fosse feito, haveria certos itens de despesa cujo valor se mostraria inferior ao efetivo. É o caso do consumo de bebidas alcoólicas, tabaco, valor gasto em apostas,...

Em certos itens o problema é atenuado pelo forte controlo exercido pelas autoridades, sobretudo no que respeita ao tabaco e apostas. O tabaco foi, durante várias décadas, um monopólio de distribuição pública, mas atualmente assume a forma de um oligopólio com uma forte presença de empresas semipúblicas (*quasi-public companies*). Por outro lado, as apostas são to-

talmente reguladas e supervisionadas pelo Estado. Assim, é possível obter boas estimativas para este tipo de despesas, não se tratando, em bom rigor, de ajustamentos, mas sim de casos especiais que dão lugar a uma substituição dos dados base utilizados por outros que sejam mais adequados.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Será com base nos fluxos de mercadorias (*commodity-flow type procedure*) que se efetuará o ajustamento. Em primeiro lugar é analisado o fornecimento e importação de bens de capital, recorrendo a estatísticas da produção e do comércio internacional; os valores serão revistos após o processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações. Posteriormente, os valores da oferta serão confrontados com os da procura através das estimativas que constam no Inquérito às Despesas das Famílias. O objetivo será o de obter uma matriz de FBCF por produto e por ramo de atividade.

Para a atividade agrícola há uma estimação especial nas contas nacionais que tem por base um estudo feito pelo Ministério da Agricultura.

Implicações e efeitos no cálculo do PIB

A tabela seguinte apresenta alguma sobreposição de dados devido às dificuldades em distinguir determinados tipos de atividades não observadas. É o caso de T4, T5 e, em parte, de T1. T3 inclui todos os casos em que a principal fonte de informação não pode ser substituída por uma outra que assegure uma maior exaustividade. Não são revelados dados referentes a atividades ilegais (T7), uma vez que estas não são estimadas de uma forma explícita.

Tabela 1 (Espanha) - Ajustamentos às Contas Nacionais para diferentes tipos de ENO, 2000 (% PIB)

Indústrias (A6)	T3	T4/5	T8
1. Agricultura, caça, silvicultura e pesca	0,03	0,02	
2. Indústria, incluindo energia	0,25	1,22	
3. Construção		1,31	
4. Comércio por grosso e retalho, hotéis e restaurantes, transportes e comunicações		4,20	0,65
5. Atividades financeiras, imobiliárias, arrendamento e negócios			
6. Outros serviços	2,67	0,8	0,04
Total	2,95	7,55	0,69

Fonte: UNECE; 2008: página 283.

>> ESTÓNIA

A Estónia constitui um dos vários países que aderiram ao PPE promovido pelo Eurostat, em 2002. Como resultado, durante o ano de 2005, os métodos de mensuração da ENO foram revistos e melhorados, conduzindo a um novo cálculo dos ajustamentos relativos a alguns tipos de ENO (como é o caso das atividades ilegais), de acordo com os métodos propostos.

Tendo em conta a classificação proposta para os vários tipos de ENO, consideram-se que os seguintes ajustamentos são os mais importantes nas contas nacionais, sendo incluídos no cálculo do PIB: ajustamentos referentes à economia subterrânea não registada (N1), reporte de dados incorretos (N6) e outros tipos de atividades não cobertas (N7). As atividades ilegais (N2) são também estimadas e incluídas no cálculo do PIB.

O setor das Famílias e das Empresas Não Financeiras dão origem a uma parte representativa dos ajustamentos. Ainda assim, existem pequenas correções relativas aos rendimentos em espécie das ISFLSF e das Empresas Financeiras, bem como alguns ajustamentos no que concerne ao setor das Administrações Públicas.

Assume-se que as atividades ilegais (como a prostituição e contrabando de tabaco, bebidas alcoólicas e combustíveis) estão associadas ao setor das Empresas Não Financeiras, enquanto a comercialização de drogas está incluída no setor das Famílias.

Fontes e Métodos de Estimação – A Abordagem da Produção

As principais fontes de dados para o cálculo do PIB segundo a ótica da produção são: o SBS (*Structural Business Statistics*), a Direção Fiscal e Alfandegária da Estónia (*Estonian Tax and Customs Board*) e o Inquérito ao Emprego (ELFS – *Estonian Labour Force Survey*).

Ajustamentos para a Economia Não Registada (N1)

Este tipo de ajustamento surge como resultado da aplicação do método do emprego (*labour input method*). A ideia base é que a discrepância entre os dados do emprego do lado da oferta (com base no Inquérito ao Emprego) e do lado da procura (segundo o SBS) será representativa do emprego oculto. Será com base nessa quantia que se irá estimar a produção não observada.

Este tipo de ajustamento abarca as atividades subterrâneas levadas a cabo por produtores pertencentes ao setor das Empresas Não Financeira e ao setor das Famílias. Para estes últimos só não se utilizam os dados do SBS.

Ajustamentos para a Economia Ilegal (N2)

Uma vez que os dados administrativos, como o SBS, não contêm a informação pretendida, a estimação das atividades ilegais será realizada com base em dados disponibilizados pela Direção da Polícia Estoniana (*Estonian Police Board*), estudos sociológicos, Direção Fiscal e Alfandegária da Estónia (quantidade de produtos confiscados) e pelos meios de comunicação social (nomeadamente, investigações jornalísticas).

As atividades ligadas à prostituição são estimadas através da recolha de informação do lado da oferta. Assim, o volume de negócios dos serviços de prostituição será estimado a partir do preço médio cobrado por serviço prestado, do número de serviços diários realizados por prostíbulo ("brothel-clubs and apartment-brothels") e do número de prostíbulos existentes no país.

A produção e distribuição de estupefacientes é estimada com recurso a dados obtidos junto da polícia, no que respeita às apreensões realizadas por tipo de narcóticos, preços dos diferentes tipos de droga e de um pressuposto quanto às taxas de apreensão. A experiência de outros países leva a crer que apenas 5% dos bens que circula no mercado ilegal serão confiscados pelas autoridades, pelo que esta percentagem parece ser a mais verosímil.

Até à data da realização do estudo da UNECE, a estimação relativa a contrabando baseava-se na quantidade de tabaco confiscada (segundo dados reportados pela Direção Fiscal e Alfandegária da Estónia) e num pressuposto quanto às taxas de apreensão.

Ajustamentos para o reporte de dados incorretos (N6)

O reporte de dados incorretos por parte dos produtores, no que respeita aos principais indicadores da atividade económica, constitui o principal ajustamento realizado nas contas nacionais estonianas, relativo a atividades não observadas.

O reporte de um montante inferior de volume de negócios e salários pagos, bem como a sobreavaliação do valor de certas componentes da despesa das empresas, constituem evasão fiscal (quer através do imposto que incide sobre o valor acrescentado, quer do imposto que incide sobre o rendimento) e fuga ao pagamento de contribuições para a Segurança Social.

O principal objetivo da ocultação de rendimentos em empresas não constituídas em sociedade será a evasão ao pagamento de impostos sobre o rendimento por parte dos empresários detentores dessas empresas.

O reporte de dados em valor inferior ao efetivo (*underreporting*) dá origem a uma correção ao valor da produção, salários e lucros, de modo a assegurar uma cobertura total destes montantes, que nem sempre se encontram registados pelo correto valor nas contas das empresas. Assim, procede-se da seguinte forma:

- Recolha de dados dos inquéritos às famílias junto do Instituto de Investigação Económica Estoniano (*EIER – Estonian Institute of Economic Research*), no sentido de aferir o montante de rendimentos recebidos sob a forma de salários (payments of “envelope” salaries);
- Comparação dos salários, vencimentos e lucros *per capita* declarados em inquéritos estatísticos pelas empresas, por estrato e ramo de atividade/indústria;
- Correção dos salários, vencimentos e lucros se os valores apurados forem demasiado baixos tendo em conta a média da indústria respetiva.

As estimativas da produção, consumos intermédios e valor acrescentado das empresas não constituídas em sociedade são baseadas em dados administrativos (tais como as declarações fiscais de rendimentos dos proprietários).

A informação prestada pelos proprietários é considerada como pouco fiável, uma vez que os produtores tendem a reportar dados incorretos no que concerne aos rendimentos e custos da sua atividade (aumentando estes últimos e ocultando parte dos rendimentos empresariais). Além disso, tendo em conta que as auditorias e as declarações fiscais das grandes empresas são os principais instrumentos de análise da Direção Fiscal e Alfandegária da Estónia, o facto dos dados contabilísticos das empresas não constituídas em sociedade não estarem obrigatoriamente sujeitos a auditorias (de acordo com as leis relativas à contabilidade) tem repercussões negativas na qualidade destes dados.

Face ao exposto, proceder-se-á a uma correção (em alta) ao valor da produção bruta e valor acrescentado com base nos coeficientes de ajustamento utilizados em pequenas empresas (em casos de reporte incorreto de dados). Os consumos intermédios serão igualmente ajustados, mas, desta vez, em baixa.

Outros dados não cobertos no cálculo do PIB (N7)

Neste contexto, estimar-se-á o montante de salários e vencimentos em espécie com base em dados administrativos e no HBS (*Household Budget Survey*). Os dados disponibilizados pela Direção Fiscal e Alfandegária são o ponto de partida para o cálculo dos rendimentos em espécie das sociedades e do setor das ISFLSF. O HBS constitui uma fonte de informação adicional que poderá ser utilizada para efetuar comparações ou outros cálculos necessários.

Os dados administrativos serão corrigidos tendo em conta os resultados apresentados pelo HBS, uma vez que este último é considerado mais exaustivo e, além disso, poderá existir alguma subestimação, por parte dos inquiridos, no reporte destes “benefícios extra” nas declarações fiscais, no sentido de evitar uma dupla tributação.

Para o setor das Administrações Públicas, os salários e vencimentos em espécie são estimados através das declarações de execução orçamental estaduais e municipais.

De notar que, segundo o SEC 95, este tipo de rendimento deverá ser incluído no valor das remunerações dos trabalhadores, todavia, é frequente serem classificados pelas empresas, em resposta ao SBS, como consumos intermédios. Consequentemente, as despesas em bens e serviços postos à disposição dos trabalhadores de uma forma gratuita devem ser realocados para a componente de custos adequada.

Não dispondo de dados passíveis de utilização para o cálculo das gorjetas, a sua estimação será realizada por especialistas, tendo em conta a informação a que é possível aceder. São estimadas as gorjetas recebidas em hotéis, restaurantes e táxis, tendo em conta fatores como a localização e dimensão da unidade em causa.

Exportações e Importações

A estimação da economia ilegal contempla uma componente referente a importações de tabaco contrabandeado e de comercialização de estupefacientes. No que concerne às exportações, os dados disponíveis ainda se revelam insuficientes para proceder a estimativas.

Sumário dos Ajustamentos

A tabela seguinte apresenta os principais dados relativos à ENO, por atividades económicas, em 2000.

Tabela 1 (Estónia) - Total dos ajustamentos para a ENO, por atividade económica, em 2000 (milhões EEK)

Atividades NACE	Tipos de ajustamento					% PIB	%VAB
	N1	N2	N6	N7	Total		
A	294,9		29,2	6,7	330,8	0,3	9,3
B	27,1		4,4	0,4	31,8	0,03	13,5
C	4,6		10,6	4,5	19,7	0,02	2,0
D	689,8	68,8	511,3	99,3	1369,2	1,4	9,9
E	0,2		111,5	12,9	124,5	0,1	4,8
F	956,4		277,7	24,0	1258,1	1,3	35,7
G	701,3	423,6	838,2	66,4	2029,5	2,1	23,9
H	184,0		72,9	99,5	356,4	0,4	35,7
I	659,7		562,8	173,8	1396,3	1,5	12,6
J	0,0			50,5	50,5	0,1	1,5
K	138,2		508,5	43,2	689,9	0,7	4,9
L				206,5	206,5	0,2	4,1
M	212,9		9,4	19,6	241,8	0,3	5,8
N	133,6		23,8	9,1	166,5	0,2	6,9
O	43,6	75,0	65,9	12,4	197,0	0,2	9,1
P	0,0				0,03	0,00003	0,1
Total	4046,3	567,4	3026,3	828,7	8468,7	8,9	11,0
% do PIB	4,2	0,6	3,2	0,9	8,9		

Fonte: UNECE 2008; página 117.

>> FINLÂNDIA

As contas nacionais finlandesas são elaboradas segundo a ótica da despesa, com recurso a dados provenientes das fontes mais utilizadas pela generalidade dos países (*Business Register* e *Structural Business Statistics*) que asseguram uma cobertura completa das unidades económicas registadas.

Merecem especial atenção as unidades registadas que poderão ocultar alguns dados relativos à sua atividade, bem como as unidades, sobretudo as de menor dimensão, que não se encontram registadas por motivos de evasão fiscal. A estimação destas atividades não observadas socorre-se de informação obtida através estudos especiais, mas também pela comparação entre vários dados relativos ao emprego (os que constam no Inquérito ao Emprego, nas contas nacionais e nos dados fiscais).

Estudos demonstram que a Economia Não Observada na Finlândia não tem uma grande representatividade, uma vez que os dados recolhidos para efeitos de Contabilidade Nacional asseguram uma cobertura exaustiva e satisfatória das atividades económicas levadas a cabo neste país. Além disso, as fontes e métodos de cálculo do PIB providenciam estimativas para o setor da construção e serviços prestados aos agregados familiares (como, por exemplo, serviços de limpeza), garantindo assim que as contas nacionais têm em conta as atividades não observadas dos setores mais críticos. Quanto às atividades ilegais, não são feitas quaisquer estimativas.

Para uma maior exaustividade das contas, a entidade responsável pela compilação das estatísticas finlandesas efetua uma comparação entre o imposto sobre o valor acrescentado arrecadado e aquele que, teoricamente, seria expectável obter.

Apesar de se considerar que as atividades não observadas são pouco significativas, é destacada a necessidade de realizar novos estudos, isto porque as fontes e métodos de estimação utilizados têm por base um estudo especial realizado no final da década de 90.

Dados de auditorias fiscais

Os dados de auditorias fiscais encontram-se disponíveis desde 1996, contudo, é difícil incorporá-los nas contas nacionais. Em primeiro lugar, este tipo de auditorias surgem quase exclusivamente em empresas nas quais foram detetadas irregularidades ao nível fiscal, existindo apenas dois casos em que se conduziram auditorias mais gerais (táxis e restaurantes); para as

restantes atividades este tipo de auditoria apenas poderá dar uma noção do teto máximo da economia subterrânea. Dadas as limitações apresentadas, esta fonte de informação não será passível de uma utilização isolada, mas sim de uma utilização em conjunto com outras fontes.

Neste contexto, poderão surgir três tipos de rendimento: salários ocultos, rendimentos ocultos e distribuição de dividendos oculta. Uma vez que as contas nacionais adotam a ótica da produção, o mais relevante será apurar o rendimento oculto dado que este terá um impacto direto na estimação do Rendimento e do Produto do país. Os outros dois conceitos fazem parte do valor acrescentado, que assume uma maior importância se a ótica adotada for a do rendimento.

Exemplos de Métodos para o Cálculo da Economia Não Observada e da Economia Informal

Construção

Neste domínio, sendo a construção efetuada pelo setor das Famílias, importa saber se esta se destina a utilização final por parte do construtor (construção por conta própria) ou se se trata da denominada “produção de mercado” (“*market output*”).

No primeiro caso, a produção será estimada com base nas horas de trabalho imputadas ao setor da construção e na taxa salarial horária média dos trabalhadores que laboram neste setor (excluindo contribuições sociais dos trabalhadores, salários suplementares e outros custos inerentes). De notar que o primeiro indicador é retirado de um estudo privado realizado entre 1990 e 1996, especificamente para as atividades não observadas no setor da construção. Após 1996 este tipo de produção foi valorado através do crescimento anual do valor das construções de habitações unifamiliares e reparações anuais.

A remuneração dos trabalhadores e o consumo de capital fixo não são estimados para este setor. Do valor total da produção apurado considera-se que 35% corresponde ao valor acrescentado e os restantes 65% a consumos intermédios.

Quanto à segunda situação referida, a estimação da produção passa por aplicar taxas horárias (semelhantes às anteriores) às horas de trabalho imputadas. Neste caso, assume-se que os consumos intermédios representam apenas 25% do valor da produção final, pelo que os restantes 75% correspondem ao valor acrescentado (neste caso, o valor do trabalho prestado).

(a leitura deste ponto não ficou muito clara)

Comércio por grosso e a retalho

Um inquérito conduzido pela Federação Finlandesa do Comércio, em 1995, concluiu que a economia subterrânea neste setor terá um peso reduzido (entre 1% e 5%), apesar de assumir alguma importância em certas atividades como, por exemplo, a venda de automóveis e o mercado dos *outdoors*. Uma empresa de consultoria procedeu também a um estudo, revelando que o rendimento oculto neste setor, em 1997, apresentava valores entre os 222 e os 444 milhões de marcos finlandeses (entre 0.3% e 0.6% da produção do setor).

Impactos no cálculo do PIB

Nos ramos de atividade abaixo discriminados, a percentagem não observada representa entre 0% a 5% da produção. Todavia, reitera-se que os cálculos têm por base estudos que necessitam de revisão.

Construção

O valor oculto foi estimado em 2424 milhões de marcos finlandeses.

Comércio

Apenas são feitos ajustamentos para a venda e reparação de veículos motorizados (um terço do total do ajustamento) e para o comércio a retalho (dois terços). Apenas 2% se referem ao comércio grossista.

Hotéis e Restaurantes

Do ajustamento total para estas duas atividades apenas 15% se refere ao setor hoteleiro.

Transportes e Comunicação

O ajustamento realizado ascende a 1.235 milhões de marcos finlandeses.

Tabela 1 (Finlândia) - Ajustamentos para a ENO, em 2002

Atividade	ENO (milhões EUR)	% Produção
Construção	387	2,7

Atividade	ENO (milhões EUR)	% Produção
Transportes	238	5,0
Comércio	80	0,8
Hotéis, restaurantes	98	2,1
Negócios	62	0,4

Fonte: "Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices"; United Nations Economic Commission for Europe (UNECE; 2008: página 121).

>> HUNGRIA

As informações disponibilizadas em seguida referem-se aos resultados obtidos através do segundo PPE, encetado pelo Eurostat, pelo que a classificação da ENO segue a tipologia N1-N7.

O PIB da Hungria é estimado segundo a ótica da produção e da despesa. Esta última encontra-se menos desenvolvida, mas não é considerada como independente da primeira, uma vez que as estimativas para a remuneração dos trabalhadores, excedente de exploração, rendimento misto, impostos e subsídios à produção são obtidas com recurso às mesmas (ou a semelhantes) fontes de informação, comparativamente à abordagem da produção. Consequentemente, ambas as abordagens quase coincidem (a discrepância ronda os 2%). Não existe nenhum procedimento detalhado de reconciliação que recorra, por exemplo, às tabelas de recursos e utilizações. Além do mais, foram introduzidas algumas modificações às estimativas das contas nacionais na altura em que se passou a considerar o ano 2000 como ano base.

Em geral, o Instituto de Estatística da Hungria (*Hungarian Central Statistical Office – HCSO*) considera que as estimativas obtidas segundo a ótica da produção são mais fiáveis. Ainda assim, existe um sistema de cruzamento de dados eletrónicos que asseguram a qualidade dos dados obtidos.

Ótica da Produção

Economia Subterrânea do tipo N1 e N2

O Registo Empresarial (*Business Register*) contém dados estatísticos e administrativos de todas as unidades produtivas às quais está associado um número fiscal.

Desde 2000 que os dados deste registo têm sido atualizados através de um questionário provisório que faz parte do Programa Nacional de Recolha de Dados Estatísticos. Anualmente, quase 40 000 organizações recebem este questionário, que é distribuído 5 vezes por ano. A cada trimestre, quase 8 000 organizações são consideradas como fornecedoras de dados. A quinta entrega é especial, uma vez que conta com 8 000 a 10 000 inquiridos.

Para as unidades relativamente às quais não se dispõe de dados estatísticos ou fiscais, é requerida a entrega de informação, junto do Instituto de Estatística, no que respeita à atividade dos dois anos anteriores.

No sentido de estimar a produção gerada pela atividade de empresários a título individual, torna-se essencial recorrer às declarações fiscais do

rendimento pessoal desses mesmos empresários. Apesar da referida declaração fornecer dados relativos às vendas e custos da empresa, considera-se que esses dados são pouco fiáveis para a estimação da produção bruta e consumos intermédios. Todavia, as declarações recebidas permitem a estimação do número de unidades produtivas ativas (posteriormente convertidas em “equivalentes a tempo inteiro para o número de pessoas envolvidas na produção”), se se admitir que o Registo Empresarial não fornece dados credíveis a este respeito.

Assumem-se alguns pressupostos adicionais: alguns empresários não cumprem a obrigação de apresentar as declarações fiscais; o número de trabalhadores declarados não é fiável, tornando-se preferível estimar através dos dados do Inquérito ao Emprego; alguns empresários e funcionários não trabalham a tempo inteiro.

Como a qualidade dos dados disponíveis através das declarações fiscais fica aquém do desejado, a produção bruta, consumos intermédios e valor acrescentado bruto são estimados com recurso aos coeficientes verificados em pequenas empresas (por exemplo, o rácio dos consumos intermédios relativamente à produção bruta).

Para as atividades ilegais relacionadas com droga e prostituição, foi conduzida uma estimação em 1999 (que serviu como valor de referência), posteriormente atualizada em 2000 para ter em conta a oscilação dos preços. No caso da prostituição, estima-se que cerca de 25% do valor acrescentado bruto esteja já incluído nas estimativas oficiais do PIB.

A estimação de atividades ilegais iniciou recentemente e é conduzida de um modo independente face aos restantes ajustamentos de exaustividade. Apenas a parte que não é incluída nos dados oficiais do PIB é considerada como uma estimativa da categoria N2.

Tem-se procurado expandir as atividades ilegais a estimar: no caso do contrabando de tabaco existe muita informação disponível, seja através de jornais, pesquisa, ou até mesmo registos criminais. Admite-se que a estimação em causa gera muita controvérsia, pelo que ainda se encontra numa fase experimental. Aparentemente, esta atividade não afeta diretamente a produção, mas sim as exportações, importações e alguns indicadores de consumo.

Economia Subterrânea do tipo N6

Para a categoria N6, os métodos utilizados diferem consoante a dimensão e forma legal das empresas em causa.

Para empresas não financeiras existem dois tipos de correção a efetuar nas contas nacionais. Para pequenas empresas que efetuem registos contabilísticos de dupla entrada (também conhecido como o “método das partidas dobradas”) é necessário efetuar um ajustamento (com base na opinião de especialistas) pelo facto de se considerar que estas empresas reportam um valor de produção muito inferior ao valor real. Pressupõe-se que quanto menor a dimensão da empresa, maior a propensão a evitar o pagamento de impostos.

Da mesma forma, também são realizados ajustamentos, com base na opinião de especialistas, para empresas que adotem o método das partidas simples, dada a tendência para declarar custos superiores aos efetivos.

No caso dos empresários, nem o número de declarações fiscais de rendimento, nem os montantes de produção e consumo intermédio declarados parecem fiáveis, pelo que se opta por efetuar um correção do modo explicado no tópico anterior.

Economia Informal (N3)

Nesta categoria estimam-se as atividades produtivas levadas a cabo pelo setor das Famílias e para as quais não se exige o registo da atividade. É o caso das aulas privadas lecionadas por professores, aluguer de quartos, entre outros serviços.

Outros ajustamentos (N7)

Gorjetas

É frequente a atribuição de gorjetas em determinados serviços, nomeadamente: cabeleireiros e serviços de estética, táxis, restaurantes e bares. As gorjetas foram estimadas com recurso ao inquérito aos orçamentos familiares de 1997.

Gratificações

Na Hungria há lugar a um pagamento que, apesar de tolerado, constitui uma ilegalidade. Este pagamento, denominado como “gratificação monetária”, envolve o sistema de saúde húngaro e não é mais do que uma doação dos pacientes aos médicos. Estas gratificações não são cobertas pelo sistema de segurança social e constituem uma fuga ao pagamento de impostos. Assim, poder-se-á considerar este fenómeno como pertencente à ENO.

O Instituto de Pesquisa Social conduziu um estudo publicado em 1999, com base numa amostra composta por 1000 médicos e 1400 pacientes, procurando averiguar o montante e a regularidade destas doações. Os dados são revistos anualmente com recurso a estatísticas da saúde.

Salários em espécie

São estimados os salários em espécie que assumem as seguintes formas: serviços de bem-estar social (refeições subsidiadas, creches,...) disponibilizados aos funcionários a um custo reduzido ou gratuitamente, bens da própria empresa atribuídas aos funcionários e viaturas concedidas para uso pessoal. Para a estimação de cada item, recorre-se às bases de dados que possam providenciar dados mais fidedignos.

Ótica da Despesa

Despesas de Consumo Final das Famílias

O Inquérito às Despesas das Famílias e o Inquérito ao Comércio Retalhista constituem as principais fontes de informação para estimar as despesas de consumo final das famílias. Apesar das correções aos valores apurados por estas bases de dados não representarem ajustamentos de exaustividade (mas sim correções), existem certas componentes da despesa que requerem ajustamentos. É o que acontece com as bebidas alcoólicas e o tabaco.

No caso das bebidas alcoólicas, o ajustamento é obtido através das tabelas de recursos e utilizações a preços correntes. Para o ano 2000 foi possível o cruzamento de dados para as estimativas relativas a bebidas alcoólicas e tabaco.

Quanto às atividades ilegais, como drogas e prostituição, não são realizados quaisquer ajustamentos, apesar de haver sido realizado um estudo piloto em 2000. Neste estudo propuseram-se dois modelos para estimar a produção, despesa e rendimento gerado por estas atividades, sem que seja necessária informação estatística (apenas se recorrem a fontes administrativas e publicações).

Exportação e Importação de Bens e Serviços

O Instituto de Estatística da Hungria não realiza qualquer tipo de ajustamento de exaustividade para a exportação e importação de bens e serviços, uma vez que se considera que os dados disponíveis asseguram uma cobertura completa das transações a registar. Correções associadas ao contra-

bando e atividades ilegais ainda não foram incluídas nas contas nacionais húngaras.

Ótica do Rendimento

Remuneração dos Trabalhadores

Existem três fontes de informação essenciais para estimar os salários e rendimentos distribuídos: dados fiscais, o Inquérito Anual de Estatísticas Económicas Empresariais e os dados do Departamento do Emprego. Dadas as discrepâncias que, por vezes, se verificam entre as diferentes bases de dados, algumas estimativas relativas a empresas privadas são o resultado da média das estimativas obtidas segundo as três fontes.

São realizados alguns ajustamentos para as empresas constituídas em sociedades, como resultado da comparação com os salários pagos em empresas de dimensão e atividade semelhante. Tendencialmente, as sociedades sub-reportam estes valores, pelo que, nestes casos, o valor reportado é substituído pela média salarial verificada nas empresas comparáveis. Existem diferentes métodos para efetivar o ajustamento:

Empresas com funcionários: uma parte dos consumos intermédios é reclassificada como salários;

Trabalhadores por conta própria: o consumo intermédio é reclassificado como consumo final das famílias;

Reportes incorretos nas declarações fiscais: utilização dos rácios que constam no Inquérito ao Emprego.

Sumário dos Ajustamentos

Tabela 1 (Hungria) - Ajustamento por tipo de atividade (legal), 2000

	Mil milhões HUF	Milhões de Euros	% do PIB
N1	362,9	1451,6	2,8
N2	180,0	720,0	1,4
N3	16,6	66,4	0,1
N4	0	0	0
N5	0	0	0
N6	879,5	3518,0	6,7
N7	125,1	500,4	0,9
Total	1564,1	6256,4	11,9

Fonte: UNECE, 2008; página 138.

>> IRLANDA

O Produto irlandês é estimado com recurso a duas óticas, despesa e rendimento, utilizadas de forma independente. Há uma preocupação em assegurar que o sistema de compilação das contas permita a captação e mensuração das principais atividades, por ambas as abordagens e pelo valor apropriado.

As atividades ilegais não são incluídas nas contas nacionais, contudo, há itens que incluem uma estimativa das atividades que, apesar de legais, não são reportadas às autoridades.

Fontes e métodos de estimação

Quando a base de dados é incompleta, ou quando não é suficientemente abrangente, procura-se estimar os elementos em falta. No entanto, as abordagens da despesa e do rendimento produzem resultados que, em alguns casos, se mostram muito diferentes, pelo que as estimativas referidas contêm, diversas vezes, erros de mensuração e cobertura das atividades. Esta incongruência poderá advir, por exemplo, do registo de diversas transações em diferentes momentos do tempo consoante a abordagem em causa.

Como não há nenhum critério que leve a crer que determinada estimativa é preferível a outra, então, será a média dos dois valores que irá concorrer para o cálculo do PIB.

Os ajustamentos explícitos levados a cabo nas contas irlandesas derivam, sobretudo, do lado do rendimento, uma vez que as fontes de dados que lhe estão associadas são, regra geral, menos completas do que aquelas que estão relacionadas com a despesa.

Todos os ajustamentos efetuados que visaram garantir uma maior exaustividade das contas nacionais foram revistos e atualizados em 1998, na sequência de um programa especial com esse mesmo objetivo. Foram revistos os procedimentos realizados até então e introduzidos novos ajustamentos, nos casos em que a fonte de dados utilizada não era a mais apropriada.

As alterações anteriormente mencionadas tiveram, nessa mesma altura, um impacto positivo líquido, nas estimativas do PIB, na ordem dos 4%. As contas de 1988 foram também revistas para incorporar os novos ajustamentos.

Em 1996 o PIB irlandês era de, aproximadamente, 45.7 biliões de libras irlandesas.

Balanceamento final dos procedimentos adotados

Tal como foi anteriormente explicado, as estimativas obtidas do lado do rendimento são, normalmente, inferiores às da despesa. Isto acontece porque os dados primários recolhidos, referentes a esta última abordagem, são, regra geral, mais completos e abrangentes, pelo que não há necessidade de proceder a ajustamentos tão extensivos.

Ainda assim, há um facto a ter em consideração no que respeita às potenciais consequências da utilização de dados relacionados com a despesa na estimação do produto, sobretudo o que advém de trocas internacionais. Dados os elevados fluxos envolvidos, qualquer erro, por mais pequeno que seja, poderá gerar um resultado muito diferente do efetivo.

Esta questão apresenta especial importância se se tiver em conta o peso das trocas comerciais nesta economia: a soma das importações e exportações representa cerca de 150% do PIB do país. No sentido de minorar o problema, o ajustamento a considerar nas contas nacionais será a média dos ajustamentos obtidos segundo as duas abordagens (rendimento e despesa).

Além do mais, as principais empresas irlandesas exportadoras serão alvo de inquéritos especiais com o intuito de recolher informação adicional (que, posteriormente, será comparada com dados de outras fontes), permitindo verificar a consistência dos ajustamentos considerados para efeitos de Contabilidade Nacional. Caso necessário, serão feitas correções.

Estimativas do lado do rendimento

Esta abordagem centra-se na estimação de duas componentes: a remuneração dos trabalhadores e o excedente de exploração.

Quanto à primeira, o Inquérito Trimestral ao Consumo das Famílias será a principal fonte de dados, por se considerar que é a mais fiável. Uma experiência realizada em 1996 corroborou esta ideia, uma vez que, em certos casos, este questionário foi capaz de captar estatisticamente rendimentos provenientes do trabalho auferidos por pessoas oficialmente registadas como desempregadas.

A definição de emprego adotada neste questionário é a mesma da OIT (Organização Internacional do Trabalho): são consideradas empregadas todas as pessoas que trabalharam durante uma ou mais horas durante a semana anterior ao inquérito. É recolhida informação no que respeita ao número de horas de trabalho dedicadas ao emprego principal (seja *full-*

time ou *part-time*) e a possíveis empregos secundários, o que permitirá converter os empregos principais a *part-time* e os empregos secundários em equivalentes a tempo inteiro (FTE – full-time equivalents), calculados para cada ramo de atividade.

Há, todavia, o inconveniente da informação reportada poder ser insuficiente para permitir este cálculo. Isto acontece se, por exemplo, apenas existir informação quanto ao montante global de remunerações pagas, sendo desconhecida a proporção de trabalhadores a *full-time* e/ou a *part-time*. Neste sentido, há uma constante preocupação em melhorar os inquéritos, para que estes tenham o nível de desagregação necessário.

Será o CSO (*Central Statistics Office*) que fornecerá informação quanto à taxa de remuneração a imputar aos trabalhadores de cada ramo de atividade. Alguns questionários são bastantes detalhados, abrangendo quase todas as componentes da remuneração, contudo, quando há elementos importantes em falta (por exemplo, a remuneração em espécie), sendo necessário proceder a uma estimação. Nestes casos, a informação estatística recolhida através do Inquérito dos Custos do Trabalho (realizado a cada quatro anos) será essencial.

As gorjetas e outras gratificações não são cobertas pelos inquéritos estatísticos, por isso, assume-se que representarão entre 5% a 10% das vendas, consoante a atividade em causa.

Excedentes de Exploração e Rendimentos Mistos

Para a estimação desta componente do rendimento combinam-se dados estatísticos, que constam em inquéritos, com dados fiscais. Contudo, para empresas financeiras do Centro de Serviços Financeiros Internacionais, (IFSC – *International Financial Services Centre*) é dada maior preferência aos primeiros. Os dados fiscais exigem uma adaptação aos conceitos do SEC 95 e encontram-se, muitas vezes, incompletos.

No ramo agrícola e rendas de habitações, o valor acrescentado é estimado de acordo com a ótica da produção. As vendas de produtos agrícolas são calculadas do lado da procura, logo, são independentes do valor reportado pelos agricultores. O mesmo procedimento é adotado para as atividades relacionadas com a pesca.

Quanto aos trabalhadores por conta própria, os registos fiscais são utilizados para calcular a média do rendimento misto em cada ramo de atividade. Este resultado será aplicado ao número total de trabalhadores por

conta própria, por ramo, de acordo com o reportado no Inquérito Trimestral ao Consumo das Famílias.

Inclusão de atividades isentas de imposto e exclusão da dupla contabilização

O estudo à exaustividade das contas efetuado em 1998 detetou a existência de um pequeno número de empresas não registadas e atividades ocultadas. A maior parte encontra-se relacionada com instituições de caridade, cooperativas de crédito (*credit unions*), autoridades portuárias e desportos amadores.

Os ajustamentos feitos em 2003 constam na tabela seguinte:

Tabela 1 (Irlanda) - Excedente operacional e rendimento misto de atividades isentas de tributação e rendimentos, 2003

2003	milhões de euros
Ajustamento associado a subsídios ao emprego que estão isentos de tributação sobre o rendimento	32
Ajustamento associado ao excedente de exploração das empresas que se encontra isento de tributação	
Lojas de caridade	4
Cooperativas de crédito	-180
Agências de financiamento à habitação	1
Desportos comerciais	não captado
Corporações de desportos amadores	7
Organismo de intervenção irlandês	0
Outras corporações isentas, não captadas por outras fontes	3
Ajustamento que o rendimento não agrícola associado associado ao desempenho de atividades agrícolas	97
Rendimento agrícola	-10
Pisciculturas	-13
Total	-58

Fonte: UNECE; 2008: página 143.

Não reporte da totalidade dos rendimentos

No caso dos trabalhadores por conta própria, o ajustamento é efetuado com base nos rendimentos mistos líquidos de consumo de capital fixo.

Os rendimentos reportados por empresas de grande dimensão são considerados como credíveis, pelo que não estão sujeitos a qualquer ajustamento. Apenas haverá lugar a uma transposição de conceitos, isto é, uma

adaptação do conceito de lucro, em termos fiscais, ao conceito de excedente de exploração.

As contas das pequenas empresas não são auditadas com frequência, pelo que se acredita que a omissão de dados terá a mesma dimensão da verificada nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria. Assim, também neste caso é efetuado um ajustamento.

Alguns setores especiais

Construção, distribuição comercial, hotéis, restaurantes e catering

Estes são considerados os “setores críticos”, em que é mais frequente a ocultação de informação. Em 1998 a mensuração das atividades destes setores foi efetuada segundo a ótica do rendimento e a da produção, tendo-se verificado, após o confronto dos resultados obtidos segundo as duas abordagens, que a primeira conduz a uma estimação satisfatória. Foram feitas pequenas correções na metodologia utilizada, nomeadamente através de um aumento da percentagem considerada no ajustamento relacionado com a omissão de rendimentos (por parte dos trabalhadores por conta própria) às autoridades fiscais.

Cuidado Infantil

Os rendimentos obtidos pela prestação de serviços de cuidado infantil são muito difíceis de captar estatisticamente. Assim, considera-se que a despesa incorrida na aquisição destes serviços, apurada segundo o HBS (*Household Budget Survey*) será equivalente ao aumento do rendimento misto dos prestadores destes serviços (considera-se negligenciável o montante dos consumos intermédios).

Um estudo realizado pelo Instituto de Investigação Económica e Social (ESRI - *Economic and Social Research Institute*) apresentou resultados ligeiramente superiores, pelo que o ajustamento considerado para a Contabilidade Nacional será a média das duas importâncias a que se aludiu.

Correção relativa a fraudes fiscais

A estimação da fraude fiscal sem o consentimento do consumidor será elaborada com base na metodologia prevista pela legislação da União Europeia. Assim, confrontar-se-á o montante de IVA que, teoricamente, deveria ter sido arrecadado pelo Estado (tendo em conta todas as operações económicas desenvolvidas ao longo do ano) com o montante de IVA pago às

autoridades fiscais. A diferença entre estas duas importâncias inclui duas situações: o consumidor e o produtor acordam o não pagamento do IVA; ou o consumidor paga o IVA, mas o produtor não declara a transação efetuada (o IVA pago será, para si, um rendimento extra, sem que o consumidor tenha esse conhecimento).

Partindo do pressuposto que, no primeiro caso, o produtor nunca está registado para efeitos de pagamento de IVA (tratam-se, portanto, de trabalhadores por conta própria, considerados como empregados no Inquérito Trimestral ao Consumo das Famílias, mas que não preenchem o Anexo D referente ao pagamento de imposto pelo rendimento que auferem) será possível estimar a fraude fiscal sem o consentimento do consumidor. Em 1996, estima-se que este tipo de fraude tenha ascendido a 50 milhões de libras irlandesas.

Estimativas do lado da despesa

Despesas de consumo final das famílias

Rendas Imputadas

As rendas imputadas aos detentores de habitação própria são estimadas de acordo com o definido no SEC 95. Para tal são recolhidos dados do Censo da População e do Inquérito Trimestral ao Consumo das Famílias. O primeiro é utilizado como valor de referência para o cálculo das rendas a cada dez anos, permitindo também determinar a proporção de habitações alugadas e de habitações próprias. Adicionalmente, dispõe-se de informação relativa às características dos imóveis e às respetivas rendas pagas. Nos anos que intermedeiem a realização de censos, as rendas serão imputadas com base em projeções futuras realizadas no ano de referência para acomodar alterações ao nível do *stock* de imóveis habitacionais e ao nível do valor médio das rendas.

Serviços de reparação em habitações

Tal como referido anteriormente, o setor da construção merece especial atenção no domínio da economia não observada. Assim, também estes pequenos serviços de reparação e de construção realizados pelos agregados familiares devem ser tidos em conta. Nesse sentido, o Instituto de Investigação Económica e Social (IIES) conduz um inquérito às famílias, no qual estas deverão referir qual o montante despendido em pequenos serviços de reparação e manutenção nos últimos dois meses, bem como a importância

gasta em trabalhos de maior envergadura nos últimos 12 meses. O montante apurado pelo IIES, em 1996, foi de 565 milhões de libras irlandesas, enquanto o valor estimado pelo Inquérito às Famílias (segundo dados de 1994-95) foi de apenas 300 milhões de libras.

Poder-se-á concluir que, aparentemente, o estudo efetuado pelo IIES será mais exaustivo na cobertura destas atividades, pelo que, desde 1996, as estimativas deste tipo de despesa das famílias terão por base o referido estudo.

Casas de repouso (lares de idosos)

As estimativas da despesa referente a casas de repouso privadas são obtidas através do Departamento de Saúde, uma vez que não são captadas no Inquérito às Famílias.

Cuidados Infantis

As estimativas de 1999 obtidas através do Inquérito às Famílias apontam para valores na ordem dos 134 milhões de euros. Este montante aumenta anualmente dada a tendência para o aumento do número de mulheres ativas no mercado de trabalho e com filhos de idade inferior a 12 anos, sendo também influenciado pelo índice de preços associado a "Outros Serviços".

Produção para autoconsumo

O centro de estatísticas irlandês (CSO) estima a produção anual para autoconsumo com base no Inquérito às Famílias e no *National Farm Survey*, tendo-se obtido, para o ano de 2004, os seguintes valores:

Tabela 2 (Irlanda) - Produção agrícola e consumo de combustível sem recurso ao processo mercantil, 2004

Produtos	Valor (milhões €)
Carne	18,0
Leite, queijo e ovos	17,0
Frutas e vegetais	7,0
Batatas	3,0
Outros perecíveis	0,5
Combustíveis	30,0
Total	75,5

Fonte: UNECE; 2008: página 147

Despesas de Consumo Final da Administração Pública

Formação de Capital

Será com recurso a dados administrativos, fiscais, de inquéritos e também através do método do fluxo de mercadorias que se procede à estimação do consumo de capital fixo das entidades públicas. A *Construction Industry Review and Outlook (R&O)* produzida anualmente pelo *Department of Environment and Local Government (DELG)* será importante para estimar a formação bruta de capital fixo referente a construções públicas. Os valores apurados desta forma são entendidos como mais credíveis e extensivos, sobretudo por não se basearem em dados fornecidos pelos construtores.

Exportações e Importações

Estes valores são compilados com base nas informações do Intrastat para as trocas entre os membros da UE, bem como nas declarações alfandegárias para o comércio com países terceiros.

Trocas comerciais não declaradas

Em 1996, o ajustamento líquido relacionado com contrabando ou operações comerciais não declaradas rondou os 60 milhões de libras irlandesas e foi adicionado ao valor das Importações.

Exportações e Importações de Serviços

O montante destas operações será calculado com base nos dados da Balança de Pagamentos. Apenas são efetuados, quando necessário, alguns ajustamentos relacionados com a não reposta a inquéritos ou pela falta de cobertura de determinadas atividades.

>> ITÁLIA

No seguimento do incentivo da Comissão Europeia à harmonização no cálculo do PIB, o início da década de 90 marcou a adoção, nas contas nacionais italianas, de novas metodologias de medição da economia subterrânea. Esta abrange as atividades legais que, por motivos económicos ou estatísticos, não são observadas. As definições adotadas seguem de perto o SCN 93 e o SEC 95.

Definições e Conceitos

Em Itália, a Economia Não Observada (ENO) por motivos económicos encontra-se associada ao trabalho não registado, não reporte da totalidade da produção (ainda que esta seja legal) e ao reporte de consumos intermédios em montante superior ao efetivamente realizado. A economia subterrânea por motivos estatísticos advém, sobretudo, da falta de cobertura das fontes estatísticas, bem como da necessidade de atualização das mesmas. Este problema torna-se particularmente relevante no que respeita às pequenas unidades de produção e ao incremento da participação de *freelancers* no processo produtivo, assim como outros intervenientes difíceis de captar através dos habituais inquéritos às empresas.

Com o intuito de mensurar as atividades anteriormente referidas, seguem-se três abordagens: aplicação de técnicas de estimação aos dados obtidos através dos inquéritos, no sentido de detetar uma parte significativa do trabalho não registado; correção ao reporte parcial de rendimentos, por parte das empresas, através de ajustamentos que recorrem à produção *per capita* e ao valor acrescentado declarado por empresas de pequena dimensão (menos de 20 empregados); verificação da consistência dos agregados económicos, através do processo de balanceamento entre recursos e utilizações feitos por indústria/ramo de atividade.

As duas primeiras abordagens correspondem ao “*labour input method*” proposto pelo Istat durante os anos 80, sendo um método reconhecido internacionalmente.

Quadro analítico do ISTAT para a ENO

No quadro desenvolvido pelo ISTAT, os oito tipos de ENO (utilizando a classificação proposta pelo Eurostat) são associados a três categorias possí-

veis: unidades não registadas, não resposta e não reporte da totalidade da produção.

Segundo a classificação do SEC 95, as atividades ilegais e informais são consideradas como atividades produtivas, devendo ser mensuradas e incluídas nas contas nacionais, contudo, até à data do estudo, não se produziam quaisquer estimativas explícitas deste tipo de produção com o objetivo de as incluir nas contas nacionais.

Fontes e Métodos de Estimação

Medidas do Emprego

Emprego Não Registado

Com o intuito de estimar a totalidade do emprego utilizado na atividade produtiva procede-se ao cálculo dos equivalentes do trabalho a tempo inteiro (*full-time equivalente jobs*) e estima-se o número de trabalhadores residentes não registados e dos não residentes (estejam estes registados ou não). Os valores encontrados resultam da utilização conjunta de várias fontes de informação.

Para obter valores credíveis e exaustivos quanto aos equivalentes do trabalho a tempo inteiro (*full-time equivalente jobs*) há um conjunto de passos a seguir, nomeadamente:

A harmonização e integração das diferentes fontes de informação relativas ao emprego, tanto do lado da oferta como da procura de trabalho, no que respeita a conceitos e definições. Só assim se poderá proceder a uma primeira estimativa do emprego;

Comparação de estimativas conduzidas de uma forma independente, utilizando fontes de informação do lado da oferta e do lado da procura. Espera-se assim obter uma estimativa do trabalho afeto a atividades produtivas e de indicadores dos vários tipos de emprego (por exemplo, o registado e o não-registado com múltiplos empregos);

Utilização de fontes de dados adicionais, tais como inquéritos especiais e registos administrativos. Deste modo será possível captar alguns dados em falta nas fontes convencionais utilizadas;

Conversão dos dados do emprego em equivalentes a tempo inteiro.

O valor total das unidades equivalentes do trabalho a tempo inteiro resultará, portanto, da soma dos trabalhos a tempo inteiro (primários ou secundários) e dos *part-times* que são transformados em unidades a tempo inteiro. O trabalho a tempo parcial, primário e secundário, é convertido em

unidades a tempo inteiro através de coeficientes baseados no rácio de horas trabalhadas em empregos a tempo parcial relativamente às horas trabalhadas em empregos a tempo inteiro.

Harmonização de conceitos

Neste contexto, importa distinguir o emprego doméstico do emprego nacional. Enquanto o primeiro inclui os trabalhadores, residentes ou não residentes, que se encontram empregados no território nacional (não tendo em conta, portanto, os residentes que trabalham em unidades produtivas fora do território nacional), o conceito de emprego nacional abrange todos os residentes, quer estes contribuam com a força do trabalho em unidades produtivas no território nacional, ou fora dele (exclui, portanto, os trabalhadores não residentes).

O Inquérito ao Emprego encontrar-se-á mais próximo do conceito de emprego nacional, pelo que a transição para a definição de emprego utilizada nas contas nacionais seguirá o processo descrito na tabela abaixo.

Tabela 1 (Itália) - Derivação do emprego doméstico para efeitos de contabilidade nacional

Número de pessoas empregadas (Inquérito ao emprego, média anual)	
+	Trabalhadores não residentes presentes no território nacional por períodos superiores a um ano, mas não incluídos nos registos populacionais
+	Trabalhadores não residentes sazonais que laboram no país por um período inferior a um ano, não incluídos nos registos populacionais
+	Membros nacionais das forças armadas a laborar no Resto do Mundo
+	Forças recrutadas
+	Elementos responsáveis pelas embaixadas nacionais localizadas no exterior
+	Trabalhadores residentes que vivem permanentemente numa organização / instituição
-	Trabalhadores residentes na fronteira que trabalham em estabelecimentos não residentes
+	Trabalhadores não residentes na fronteira que trabalham em estabelecimentos nacionais
+	Estagiários não remunerados pelas empresas
+	Indivíduos empregados com menos de 15 anos
+	Trabalhadores empregados em atividades produtivas subterrâneas, não cobertos pelo Inquérito ao Emprego
+/-	Integração de outras fontes
=	Número de trabalhadores domésticos na contabilidade nacional (média anual)

Fonte: UNECE; 2008: página 153.

A consistência das definições e períodos de tempo permitirá a comparação de resultados de diversas fontes. A diferença dos resultados obtidos mostra-se, portanto, como um indicador do trabalho não observado estatisticamente.

Integração dos dados referentes ao trabalho imputado

A estimação do trabalho afeto a atividades produtivas advém da comparação de dados associados à oferta de emprego, com os dados relacionados com a procura. O Inquérito Trimestral ao Emprego e o Censo à População constituem as principais fontes de informação quanto a oferta de emprego. Quanto à procura, são conduzidos diversos inquéritos (agrícolas, industriais, mais direcionados para os serviços,...) cuja informação será complementada por dados fiscais fornecidos pelo Ministério das Finanças.

O confronto destes dois tipos de dados poderá permitir detetar situações em que os indivíduos declaram rendimentos obtidos pelo seu trabalho, mas em empresas em causa não são abrangidas por inquéritos estatísticos pela sua reduzida dimensão (não sendo obrigadas a preencher determinados inquéritos), ou quando o trabalhador declara rendimentos e o empregador não o faz com o objetivo de reduzir o pagamento de impostos e/ou evitar determinadas obrigações administrativas.

Comparação dos dados

A comparação do número de postos de trabalho é feita detalhadamente, por região, e diferenciando os trabalhadores por conta de outrem, dos indivíduos que desenvolvem o seu próprio negócio e ainda daqueles que auxiliam os seus familiares sem auferir qualquer tipo de remuneração. Conforme os resultados obtidos, surgem três situações possíveis:

- Trabalhadores registados com um emprego principal, quando o número de postos de trabalho declarados pela empresa iguala o número de indivíduos registados como empregados nos inquéritos aos agregados familiares;
- Trabalhadores a tempo inteiro não registados, quando o número de indivíduos registados como empregados nos inquéritos aos agregados familiares excede o número de postos de trabalho apurados pelos inquéritos às empresas;
- Registo de múltiplos empregos, quando o número de postos de trabalho se mostra superior ao número de trabalhadores.

Para completar a informação, admite-se a possibilidade de recorrer a fontes administrativas, sobretudo nos casos em que o processo de integração e comparação, descrito anteriormente, não possibilita a obtenção de estimativas suficientemente exaustivas. É frequente que tal aconteça em ramos de atividade relacionados com a agricultura, construção, hotéis, restaurantes, transportes e serviços domiciliários.

Outras tipologias de emprego, por não serem encontradas registadas nas bases de dados convencionais, requerem a adoção de métodos de estimação indiretos. É o que acontece com os indivíduos não residentes e não registados, bem como aqueles que exercem múltiplas atividades sem as declarar. A tabela seguinte discrimina as fontes de informação utilizadas.

Tabela 2 (Itália) - Principais fontes de informação para a estimação do emprego

Fontes	Tipologia de informação	Dados para o ano base	Dados para o ano corrente
Famílias e empresas			
1. Censo populacional	Indivíduos residentes e empregados por local de trabalho	*	
2. Inquérito ao emprego	Indivíduos residentes empregados	*	*
3. Inquérito geral	Indivíduos empregados em domicílios particulares		*
4. Inquérito à indústria, serviços e instituições	Emprego registado, atividades principais e secundárias	*	
5. Censo agrícola	Setor agrícola, atividades principais e secundárias	*	
6. Registos fiscais	Empresas e indivíduos empregados sujeitos a tributação	*	*
7. Registos do ISTAT relativos às empresas produtivas (A.S.I.A.)	Número de pessoas empregadas, por indústria		*
8. Instituto de Segurança Social (dados sobre empregados e trabalhadores familiares)	Empregados em agregados familiares e empresas, trabalhadores a tempo parcial registados, trabalhadores não residentes registados	*	*
9. Inquérito do ISTAT relativos às contas das empresas	Até 19 trabalhadores, 20 ou mais trabalhadores, mais de 500 trabalhadores		*
10. Balanços para setores empresariais específicos	Energia, tabaco, transportes ferroviários, correio, telefone e comunicações, crédito, seguros	*	*

Fontes	Tipologia de informação	Dados para o ano base	Dados para o ano corrente
11. Inquéritos periódicos do ISTAT a setores propensos ao desenvolvimento de atividades subterrâneas	Manutenção das habitações (normal e extraordinária)		caso a caso
12. Dados administrativos e inquéritos estatísticos associados a tipologias específicas de emprego	Trabalhadores não residentes e trabalhadores temporários demitidos	*	*
13. Dados administrativos para setores empresariais específicos	Transporte rodoviário de bens e passageiros, investigação e desenvolvimento, educação privada	*	*
Instituições			
14. Contabilidade geral do Estado, ministérios e outras instituições públicas	Dados sobre trabalhadores e horas trabalhadas no setor da Administração Pública	*	*
15. Inquéritos do ISTAT relativos a instituições públicas	Municípios, comunidades de montanha, províncias, regiões		*
16. Dados do Instituto da Segurança Social relativos a instituições sociais privadas (ISFLSF)	Instituições privadas sem fins lucrativos	*	*

Fonte: UNECE; 2008: página 155.

Ótica da Produção

No domínio da Contabilidade Nacional não importa apenas apurar o valor acrescentado. O valor da produção e dos consumos intermédios é também merecedor de análise.

A estimação do produto e do valor acrescentado segue a seguinte fórmula:

$$Y = \sum_{b=1}^m \sum_{c=1}^n X_{bc} \cdot U_{bc} + \sum_{b=m+1}^z YM_b + \sum_{b=1}^z YP_b + \sum_{b=1}^z YN_b$$

onde:

Y = Estimativa geral do agregado (isto é, o valor acrescentado)

b = Indicador da indústria (para i=1, ..., m, ..., z)

- $c =$ Indicador da dimensão do estabelecimento (para $c=1, \dots, n$)
- $X =$ Média per capita do valor agregado derivado de inquéritos empresariais
- $U =$ Unidades equivalentes a tempo inteiro

e onde os valores seguintes constituem valores agregados não estimados utilizando o método do emprego

$$\sum_{b=m+1}^z YM_b = \text{Valor do agregado referente a serviços mercantis}$$

$$\sum_{b=1}^z YP_b = \text{Valor do agregado referente a instituições públicas administrativas}$$

$$\sum_{b=1}^z YN_b = \text{Valor do agregado referente a serviços não mercantis de instituições públicas administrativas e ISFLSF}$$

Economia Subterrânea e as estimativas do Produto

Todo o processo de estimação do total do emprego visa a obtenção de valores para os agregados macroeconómicos, o mais abrangentes possível. Deste modo, as estimativas finais obtidas já têm em conta as atividades não observadas por motivos económicos e/ou estatísticos, incluindo aquelas que estão associadas ao setor informal da economia.

Ajustamentos aos valores declarados

Os ajustamentos feitos às estimativas iniciais das contas nacionais, para que estas incluam as estimativas da produção não observada, são calculados através da seguinte fórmula:

$$NA = SUR + \Delta CLA + \Delta RE + \Delta UNR + \Delta ESA + \Delta BAL$$

onde

$$NA = \text{estimativa do agregado final no contexto da Contabilidade Nacional (isto é, a produção ou o valor acrescentado)}$$

SUR	=	Valor acrescentado e produção no contexto dos inquéritos-padrão
Δ CLA	=	Ajustamento para a subestimação do agregado por emprego registado (1)
Δ RE	=	Ajustamento para a subestimação dos rendimentos ou subestimação dos custos (2)
Δ UNR	=	Ajustamento para custos e produção associados a trabalho não registado (3)
Δ ESA	=	Ajustamento para outras situações não cobertas, tais como o software desenvolvido por conta própria e pagamentos em espécie (4)
Δ BAL	=	Ajustamentos associados ao balanceamento dos resultados obtidos através das tabelas de recursos e utilizações e input-output

Observações:

(1) Compilado através da multiplicação do emprego total registado em equivalentes a tempo inteiro pelas estimativas, por conta do agregado ajustados para cada indústria.

(2) Baseado na relação entre a produção e os consumos intermédios em cada atividade. Os custos e os rendimentos são também ajustados de acordo com os resultados da análise dos rendimentos e da produção a que se refere o ponto (1) referido.

(3) Baseado na produção per capita e nos salários dos trabalhadores não registados. Procede-se também ao ajustamento dos custos e valor acrescentado.

(4) Estes itens são estimados através de uma recolha especial de dados.

Quantificação da ENO

Partindo do pressuposto que a evasão fiscal é a principal motivação para a ocultação de atividades económicas, procura-se obter estimativas, numa base experimental, do limite superior e inferior quanto ao valor ENO, seguindo a metodologia anteriormente apresentada.

A evasão fiscal poderá resultar de três situações: ocultação da totalidade da produção, reporte parcial das vendas efetuadas (declara-se um valor inferior ao efetivo) e/ou reporte de custos em montante superior ao efetivo.

O primeiro caso exige um ajustamento aos consumos intermédios, ao valor da produção e ao valor acrescentado criado que contou com o contributo de trabalho não registado. Implicitamente, este método assume que a ocultação da produção se deve à utilização de trabalhadores, no processo produtivo, que não estão registados nessa mesma unidade produtiva como

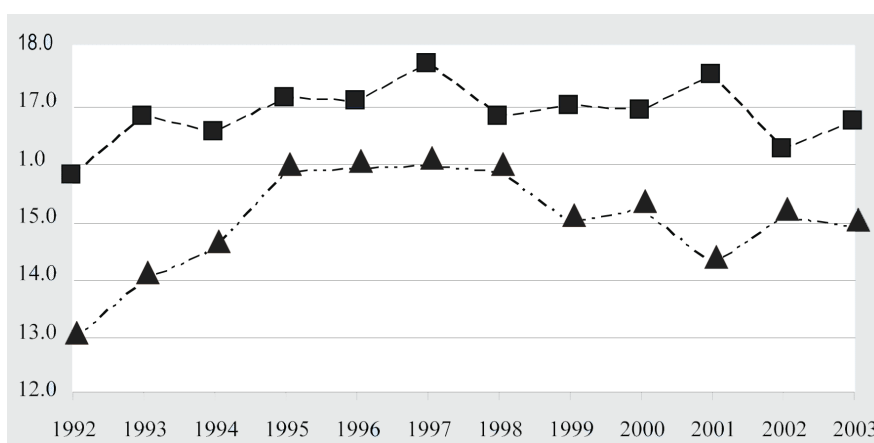
tal. Os custos e produção associados aos colaboradores referidos são, portanto, ocultos.

A subavaliação das vendas e/ou sobreavaliação dos custos será corrigida de duas formas: através de uma reavaliação do volume de negócios e através do processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações. Este último incluirá, inevitavelmente, elementos da ENO (quer por motivos económicos, quer por motivos estatísticos).

A produção *per capita* e o valor acrescentado, aferidos através dos inquéritos às empresas, serão também ajustados quanto à subavaliação do volume de negócios efetivo. Para tal, é considerado um pressuposto adicional: o rendimento de um empresário, enquanto trabalhador por conta própria, deverá, pelo menos, igualar o maior salário dos empregados registados, desagregados por estratos. Cada estrato é identificado pelo cargo a que está associado, estatuto legal, dimensão e duração da atividade da empresa. Ao valor acrescentado reportado pela empresa subtrai-se a remuneração dos trabalhadores, o consumo de capital e outras componentes referidas no SCN 93, obtendo-se, assim, o rendimento auferido pelo trabalhador por conta própria. Quando este último valor se apresenta inferior aos montantes de salário por estrato, corrigir-se-á em alta o rendimento dos empresários. De notar que está em causa o rendimento por hora; só assim a comparação poderá ser efetuada corretamente.

Face ao exposto, considera-se que o ajustamento que resulta do processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações constituirá o limite superior para o valor das atividades não observadas (por estimar

Figura 1 (Itália) - Limites mínimos e máximo da economia subterrânea calculada em percentagem do PIB



Fonte: UNECE; 2008: página 158

a ENO por motivos económicos e estatísticos), enquanto as correções que visam acomodar situações de produção não declarada, reporte parcial dos rendimentos/reporte de custos em excesso e a produção associada a trabalho não declarado, serão considerados como o limite inferior da ENO (porque apenas respeitam à ENO por motivos económicos).

A figura 1 apresenta os anteriores limites, em percentagem do PIB italiano, de 1992 até 2003. Neste último ano considerado, o limite inferior era de, aproximadamente, 14.8% do PIB, enquanto o limite superior rondava os 16.7% do PIB.

>> LETÓNIA**Ajustamentos de exaustividade segundo a ótica da produção**

As informações apresentadas de seguida respeitam às contas nacionais da Letónia no ano 2000. A metodologia adotada tem permanecido, em geral, inalterada, desde 1997, altura em que se iniciou o primeiro PPE. A classificação adotada segue as recomendações do Eurostat (N1-N7).

Por vezes, a distinção entre os vários tipos de ENO não é muito clara, pelo que se opta, nesses casos, por incluir o ajustamento em causa na categoria considerada dominante.

O cálculo do PIB inicia com a ótica da produção e inclui os resultados de todas as atividades económicas envolvidas na produção de bens e serviços. Inquéritos estatísticos e dados administrativos constituem as principais fontes de informação utilizadas na compilação das contas nacionais. A assegurar cobertura completa das atividades económicas, são realizados cálculos indiretos e inquéritos especiais.

A tabela 1 apresenta as principais fontes de dados utilizadas para o cálculo da produção bruta, consumo intermédio e valor acrescentado bruto, bem como os ajustamentos realizados para cada tipo de atividade económica.

Os ajustamentos para as atividades não registadas baseiam-se no método do emprego que compara o número total de pessoas empregadas (segundo o Inquérito ao Emprego) com a informação reportada nos inquéritos às empresas. Esta comparação é feita por ramo de atividade, no entanto, para alguns ramos (Administrações Públicas, eletricidade, gás e fornecimento de água), os inquéritos empresariais fornecem dados considerados como mais fiáveis, enquanto na agricultura se considera preferível recorrer aos dados do Inquérito ao Emprego.

Tabela 1 (Letónia) - Fonte dos dados para compilações e ajustamentos nas contas de produção

Código NACE	Fontes dos dados para cálculos da Contabilidade Nacional	Ajustamentos aos dados dos inquéritos de acordo com a tipologia de ENO	Ajustamento de atividades não registadas
A01	Inquéritos a grandes empresas e inquéritos amostra associados à atividade privada	não	não

Código NACE	Fontes dos dados para cálculos da Contabilidade Nacional	Ajustamentos aos dados dos inquéritos de acordo com a tipologia de ENO	Ajustamento de atividades não registadas
A02	Inquéritos anuais - dados orçamentais	N6	N1,N4
B	Inquéritos anuais - dados quantitativos	N6	N1, N4
C	Inquéritos anuais	N6	não
D	Inquéritos anuais - registo especial	N4, N6	N1, N4
E	Inquéritos anuais - dados quantitativos	N6	não
F	Inquéritos anuais - inquéritos especiais	N4, N6	N1, N4
G	Inquéritos anuais - inquéritos especiais	N4, N6, N7	N1,N4
H	Inquéritos anuais - inquéritos especiais	N4, N6, N7	N1,N4
I	Inquéritos anuais - inquéritos especiais	N6, N7	N1,N4
J	Lucros e perdas das instituições bancárias e companhias de seguros - relatório anual	N6	não
K	Inquéritos anuais - dados orçamentais	N6	N1,N4
L	Inquéritos anuais - dados orçamentais	N6	não
M	Inquéritos anuais - dados orçamentais	N6	N1, N4
N	Inquéritos anuais - dados orçamentais	N6	N1,N4
O	Inquéritos anuais - dados orçamentais	N6, N7	N1, N4

Fonte: UNECE, 2008; página 173.

N1 – Produtores deliberadamente não registados (Subterrâneo)

Esta categoria inclui a produção das famílias que não se encontra nos registos empresariais. Para obter o estatuto de entidade legal, para poder iniciar uma atividade, todos os produtores devem estar registados no Registo de Empresas da República da Letónia. Se os produtores individuais não estiverem registados, poderão exercer a sua atividade com uma licença atribuída para pequenos negócios sem registo.

Relativamente ao ano 2000, os resultados das atividades produtivas exercidas sob licença não se encontravam disponíveis, pelo que os ajustamentos do tipo N1 foram calculados em conjunto com os resultados das atividades não registadas de particulares, utilizando o método do emprego. Assume-se que a produção de todos os trabalhadores por conta própria não registados e metade dos trabalhadores não registados pertencem ao setor das Famílias. Os dados dos inquéritos às pequenas empresas são essenciais para esta estimação, assim como o inquérito especial ao orçamento familiar que auxilia na quantificação do consumo de bens e serviços não registados.

N2 – Produtores deliberadamente não registados (Ilegais)

Nesta categoria inclui-se a estimação do valor gerado pelo comércio de drogas e prostituição.

Quanto ao comércio de drogas, começa-se por estimar a quantidade consumida e o número potencial de consumidores através da informação disponibilizada pelas autoridades de saúde e pelos meios de comunicação social. As autoridades policiais fornecem informação quanto aos preços médios praticados. Comparando os preços praticados nas ruas com os preços pagos pelos vendedores de droga, estima-se que a margem de comercialização ronde os 50%. Assim, considera-se que o valor gerado por esta atividade seja cerca de metade do consumo de droga.

A estimação do valor criado por serviços de prostituição é efetuada com recurso à informação disponibilizada pela Polícia no que respeita ao número médio de pessoas que se dedicam a esta atividade e aos ganhos plausíveis obtidos através da mesma.

Os consumos intermédios das atividades ilegais não são estimados porque há indicações de que uma parte desses consumos possam já estar incluídas implicitamente nas contas nacionais. É possível que pequenos negócios privados, registados nos Registos Empresariais Administrativos, prestem simultaneamente serviços legais (por exemplo, hotéis e saunas) e, como atividade secundária, serviços ilegais ligados à prostituição. Nestes casos, os rendimentos apresentados nos inquéritos e declarações fiscais correspondem apenas aos rendimentos obtidos legalmente, no entanto, as despesas reportadas cobrem também os custos associados às atividades ilegais.

Além do mais, as despesas relacionadas com apartamentos privados (pagamento de rendas, aquecimento e serviços comunitários), utilizados neste tipo de atividade, são incluídas nas despesas de consumo privado, pelo que a estimação dos consumos intermédios exigia que se pudesse destringir a parte dos consumos privados associados a atividades de prostituição do restante consumo privado. Como tal não é possível, opta-se por não estimar os consumos intermédios das atividades ilegais.

Apesar de se estimar o valor gerado por atividades ilegais, o valor apurado não é incluída nas estimativas oficiais do PIB.

N3 – Produtores não sujeitos a registo

Não foi possível distinguir os ajustamentos de exaustividade associados a N3 dos ajustamentos associados a N1, pelo que se optou pela inclusão total dos ajustamentos em N1. Todavia, admitia-se a estimação de N3 quando estivessem disponíveis dados do Serviço de Receitas do Estado relativos ao rendimento de particulares a exercer atividades sob licença.

N4 – Pessoas Coletivas não inquiridas

A categoria N4 inclui ajustamentos de dois tipos. O primeiro (N4-1) encontra-se associado ao emprego não registado e é estimado com recurso ao método do emprego. Parte-se do pressuposto que cerca de metade dos trabalhadores não registados se encontram a laborar em empresas não financeiras. A produção não observada, criada por esses trabalhadores, é estimada através do número de funcionários não registados e de dados referentes à produtividade em pequenas empresas.

O segundo ajustamento (N4-2) surge dos dados de um inquérito especial para empresas recentemente criadas e empresas identificadas como ativas nos registos empresariais, mas que não constam na lista de empresas inquiridas no ano em análise.

N5 – Empresários registados e não inquiridos

Não são realizados ajustamentos especiais para esta categoria.

N6 – Produtores que reportam dados incorretos

Este tipo de ajustamento refere-se a pequenas empresas que empregam menos de 50 trabalhadores, uma vez que estas não estão sujeitas a auditorias para confirmar os dados reportados e, por vezes, os dados reportados nos inquéritos não são da melhor qualidade. Esta categoria tem apresentado uma representatividade crescente, dada a tendência para o aumento do número de pequenas empresas na Letónia.

Utilizando uma abordagem baseada na experiência italiana, a quantificação de salários e rendimentos ocultos é efetuada da seguinte forma: se os salários médios mensais forem inferiores ao nível mais baixo permitido por lei, considera-se que há sub-reporte e os dados são ajustados assumindo que os salários médios igualam esse nível mínimo permitido por lei; o lucro líquido de impostos deverá ser, pelo menos, igual ao montante de salário

médio mensal auferido pelos trabalhadores de pequenas empresas da atividade em causa.

Nas estimações do ano 2000 foram analisadas mais de 5500 contas de rendimentos e custos, bem como inquéritos relativos ao emprego e salários praticados. Os ajustamentos individuais foram extrapolados com recurso a um coeficiente para cada tipo de atividade.

N7 – Outras Insuficiências Estatísticas

Esta categoria inclui a estimação de gorjetas, cujo cálculo exige o recurso a dados relativos ao volume de negócios das seguintes atividades:

- Manutenção e reparação de veículos (NACE 502)
- Reparação de bens dos agregados familiares (NACE 527)
- Provisão de alojamento (NACE 5523)
- Restaurantes (NACE 553)
- Bares (NACE 554)
- Táxis (NACE 6022)
- Outros serviços (NACE 93)

Assume-se que as gorjetas representem cerca de 5% do volume de negócios líquido das empresas. Esta percentagem baseia-se na opinião de especialistas e na informação reportada pelos restaurantes (em que as gorjetas representam entre 5% a 12% do pagamento final e estão incluída na conta recebida pelo cliente). Optou-se por considerar a percentagem mais baixa, uma vez que na Letónia não é usual o pagamento de elevados montantes de gorjetas, sendo muitas vezes atribuídas para arredondar o valor final da conta a pagar.

Sumário dos Ajustamentos

Tabela 2 (Letónia) - Ajustamentos aos agregados das contas de produção por tipos de não exaustividade (milhões de Lats)

Tipos de não-exaustividade		Produção bruta	Consumos Intermedios	Valor acrescentado	% do PIB	% do ajustamentos para a ENO
N1	Produtores deliberadamente não registados - subterrânea	674,6	361,3	313,3	7,2	47,8
N2	Produtores deliberadamente não registados - ilegal	63,5		63,5	1,5	9,7

Tipos de não-exaustividade		Produção bruta	Consumos Intermediários	Valor acrescentado	% do PIB	% do ajustamentos para a ENO
N3	Produtores não sujeitos a registo	-	-	-	-	-
N4	Entidades não inquiridas, das quais	537,2	361,2	220,9	2,5	16,9
4-1	emprego não registado	327,2	178,7	148,5	3,4	22,7
4-2	empresas não inquiridas	210,0	137,6	72,4	1,7	11,1
N5	Empresas registadas e não inquiridas	-	-	-	-	-
N6	Reporte incorreto pelos produtores	52,9		52,9	1,2	8,1
N7	Outras insuficiências estatísticas	4,9		4,9	0,1	0,7
Total		1333,0	677,5	655,5	15,1	100

Fonte: UNECE, 2008; página 176.

Ajustamentos de exaustividade segundo a ótica da despesa

O cálculo do PIB através das componentes da despesa utiliza bases de dados totalmente diferentes das que servem de base à ótica da produção. Ambas as abordagens são comparadas e as discrepâncias são analisadas para reconciliar os resultados. As fontes de informação utilizadas para o cálculo dos principais agregados do PIB são apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 3 (Letónia) - Fontes de informação e ajustamentos para os agregados de despesa

Agregados de despesa	Fontes dos dados utilizados nos cálculos	Indicadores e fontes de dados para os ajustamentos de exaustividade
Despesas privadas de consumo final das famílias	Inquérito aos orçamentos familiares, dados dos principais produtores de bens específicos, dados do comércio a retalho	Dados relativos ao consumo (em volume) de bebidas alcoólicas, número de automóveis particulares registados pela primeira vez, inquéritos especiais às famílias relativos ao consumo de serviços não registados
Despesas de consumo final das ISFLSF	Inquérito anual	Não são realizados ajustamentos
Despesas de consumo final da Administração Pública	Dados orçamentais, dados sobre importações de serviços financiados por organizações internacionais	Não são realizados ajustamentos

Agregados de despesa	Fontes dos dados utilizados nos cálculos	Indicadores e fontes de dados para os ajustamentos de exaustividade
Formação bruta de capital fixo	Inquéritos estatísticos sobre investimentos	Dados quantitativos sobre investimentos no setor das famílias
Variação nos inventários	Dados de inquéritos anuais	Não são realizados ajustamentos
Exportação de bens	Documentação alfandegária	Diferencial de preços entre entrepostos alfandegários
Importações de bens	Informação relativa a transações sem declarações alfandegárias	Informação relativa a transações sem declarações alfandegárias

Fonte: UNECE, 2008; página 177.

N5 – Empresários registados e não inquiridos

Esta categoria inclui a estimação dos investimentos realizados no âmbito do setor das Famílias, incluindo os investimentos em terrenos agrícolas privados. Os investimentos em edifícios são estimados através dos metros quadrados afetos à construção de novos edifícios privados e ao preço médio de construção.

Os investimentos em maquinaria são estimados através de indicadores de volume (por exemplo, a variação do número de tratores ou outras máquinas detidas por particulares).

N6 – Produtores que reportam dados incorretos

Nesta categoria incluem-se ajustamentos relativos à exportação de bens, no sentido de compensar a subestimação dos bens produzidos na Letónia e que são armazenados na alfândega, tendo como destino o mercado externo.

N7 – Outras Insuficiências Estatísticas

Esta categoria inclui ajustamentos relativos à compra de bens e serviços para consumo privado e que não foram contabilizadas.

No caso do tabaco e bebidas alcoólicas, recorre-se à opinião de diversos especialistas (incluindo as autoridades dos serviços de saúde) e a indicadores de volume.

Para o consumo de serviços (por exemplo, serviços de manutenção e reparação de habitações) é conduzido um questionário especial ao orçamento familiar, destinado a todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos. Este inquérito visa registar as compras totais de bens

sujeitos a imposto especial (bebidas espirituosas, vinho, cerveja, cigarros, gasolina, combustível diesel) e os bens que foram adquiridos sem emissão de fatura ou outro documento comprovativo.

Sumário dos ajustamentos

Tabela 4 (Letónia) - Sumário dos ajustamentos ao PIB segundo a ótica da despesa

Agregados da despesa	Ajustamentos (milhões de Lats)	% do PIB
Despesas de consumo privado das famílias	235,5	5,4
dos quais incluídos nos dados publicados	148,0	3,4
Formação bruta de capital fixo	60,9	1,4
Importação de bens	31,1	0,7
Exportação de bens	120,2	2,8
Total	447,8	10,3
dos quais incluídos nos dados publicados	360,3	8,3

Fonte: UNECE, 2008; página 179.

>> LITUÂNIA

A estimação da economia não observada na Lituânia segue as recomendações emanadas pelo Eurostat e pelo manual da OECD et al. (2002). Tal como os restantes novos membros da UE, a Lituânia participou nos Projetos Piloto encetados pelo Eurostat, no sentido de obter cálculos mais exaustivos do PIB e da dimensão da ENO. Foram conduzidos, pelas Estatísticas Lituanas (*Statistics Lithuania*), dois estudos piloto relativos à ENO: o primeiro refletiu a situação nos anos de 1997 e 1998, enquanto o segundo descreveu o panorama do ano de 2001. Os resultados do segundo estudo encontram-se na tabela seguinte:

Tabela 1 (Lituânia) - Sumário dos ajustamentos ao valor acrescentado bruto: ótica da produção sendo 2001 o ano de referência (milhões de LTL)

Setores	Ajustamentos por tipo de ENO							Total incluído no PIB publicado	
	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Absoluto	% PIB
Empresas não financeiras						5713,3	127,7	5841,0	12,3
Empresas financeiras									
Governo									
Famílias	214,1	274,2				2586,4	12,1	2812,6	5,9
ISFLSF							26,8	26,8	0,1
Grupos NACE									
A	0,7					226,0	0,0	226,7	0,5
B	0,0					17,9	0,0	17,9	0,0
C	0,0					35,6	0,2	35,8	0,1
D	33,5	236,2				1538,3	57,9	1629,7	3,4
E	0,0					0,7	33,6	34,3	0,1
F	4,2					972,7	0,0	976,9	2,1
G	60,0	14,1				2527,3	4,2	2591,5	5,5
H	2,9					353,7	10,6	367,2	0,8
I	0,0					1403,4	21,9	1425,3	3,0
J									
K	2,0					528,7	0,2	530,9	1,1
L									
M	20,3					172,6	0,1	193,1	0,4
N	0,0					50,4	0,3	50,7	0,1
O	46,9	23,9				472,4	37,7	557,0	1,2
P	43,6							43,6	0,1
Total	214,1	274,2				8299,7	166,6	8680,5	18,3

Fonte: UNECE, 2008; página 186.

Fontes e Métodos de estimação

Em 1995 e 1996 as Estatísticas Lituanas levaram a cabo um estudo relativo à ENO, em cooperação com o Banco Mundial e outras organizações internacionais. Os resultados foram aplicados para ajustar e rever os indicadores das contas nacionais. Foi também possível delinear um esquema de compilação das contas nacionais que explica como é que os dados obtidos junto de fontes de informação primárias poderão ser ajustados para posterior inclusão nas contas do país. Os coeficientes de ajustamento obtidos em 1995 através de inquéritos especiais foram utilizados como referência para a mensuração de componentes do PIB mais específicas.

Uma vez que o Registo Estatístico Empresarial (SBR – *Statistical Business Register*) não estava suficientemente desenvolvido e os métodos amostrais não eram aplicados na altura, os ajustamentos por motivos estatísticos representaram uma parte significativas do total dos ajustamentos de exaustividade do PIB (sendo que a tendência desde essa altura foi de redução deste tipo de ajustamentos, à medida que as fontes de informação foram sendo melhoradas). A ENO por motivos económicos (não reporte da totalidade dos rendimentos) foi avaliada com base num inquérito de opinião destinado a especialistas dos Serviços de Inspeção Estatal Tributária (*State Tax Inspectorate*), no que respeita a rendimentos que as empresas não declaram.

Os ajustamentos às componentes do PIB foram realizados a um nível detalhado, tendo em conta o tipo de atividade, propriedade e dimensão da unidade produtiva.

Para além dos inquéritos especiais é realizada regularmente uma análise aos rendimentos e custos das empresas, por classes de dimensão. A análise baseou-se em dados obtidos através do SBS (*Structural Business Survey*) e permitiu detetar algumas situações de sub-reporte. Adicionalmente, os dados do Inquérito ao Emprego por tipo de atividade e situação face ao emprego (trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem) foram utilizados para a referida análise, atendendo também às discrepâncias entre a oferta e procura de emprego. No entanto, a regularidade e nível de detalhe do Inquérito ao Emprego não foi suficiente para que estas informações pudessem servir de base a cálculos mais extensivos nas contas nacionais.

As atividades ilegais foram também estimadas a título experimental nestes estudos, contudo, os valores apurados não foram incluídos nas estimativas oficiais do PIB.

Perante os resultados mais recentes (até à data de 2008) foi possível constatar que o não reporte da totalidade dos rendimentos representa uma parte significativa da ENO, devendo ser objeto de posterior investigação.

Na Lituânia uma grande parte das empresas não reporta a totalidade do seu volumen de negócios. Este facto foi constatado em 1995 e repetidamente confirmado por estudos e estimações de 2003, que tiveram por base entrevistas realizadas a inspetores tributários e dados estatísticos de fontes oficiais. Os inspetores tributários regionais expressaram a sua opinião no que concerne aos rendimentos não declarados pelas empresas no ano de 2002. Face à informação recolhida, a percentagem de rendimentos não declarados foi calculada para cada tipo de atividade económica, tipo de propriedade e dimensão das empresas.

Do supramencionado inquérito aos inspetores tributários foi possível constatar que as empresas privadas (e, particularmente, os empresários) frequentemente não declaram a totalidade das suas vendas. Para as vendas declaradas em 2002, as estimativas estatísticas deviam ser revistas para quase todas as atividades económicas: pelo menos em 1% na energia, 25% nos têxteis, 35.6% nas silvicultura e 50% nas atividades piscatórias.

O inquérito de 2002 revelou também que as empresas não financeiras, em média, não declararam cerca de 14.3% do seu rendimento.

Tabela 2 (Lituânia) - A percentagem de rendimentos não declarados por tipos de atividade económica, em 2002 (em %)

Tipo de atividade	Percentagem
Floresta e atividades madeiras	35,6
Pesca	50,0
Indústria Transformadora	9,1
Elettricidade, gás e abastecimento de água	2,8
Construção	18,3
Comércio por grosso e a retalho	15,0 - 16,5
Venda, manutenção e reparação de veículos a motor	22,7
Reparação de artigos pessoais e domésticos	26,6
Hoteis e restaurantes	20,3 - 21,1
Transportes rodoviários	19,2
Atividade imobiliária	24,1
Aluguer de máquinas e equipamentos sem operadores e aplicações pessoais	29,9
Outras atividades comerciais	35,9
Educação	15,1
Saúde e protecção social	25%

Tipo de atividade	Percentagem
Tratamento de resíduos	10,7
Atividades recreativas, culturais e desportivas	10,3
Outras actividades de serviços	32,9
Total	14,3

Fonte: UNECE, 2008; página 182.

No setor da indústria transformadora, que representa cerca de 20% do valor acrescentado bruto do país, a maior percentagem de rendimento não declarado foi identificada nos têxteis (25.2%), edição e impressão (17.8%), confeção de vestuário e peças em pele (16.5%), fabrico de móveis (15.4%), produtos alimentares e bebidas (13.3%), madeira e produtos fabricados em madeira, exceto móveis (13.2%). Nas restantes atividades deste setor a percentagem de rendimentos não declarados é inferior a 10%, enquanto a média para todo o grupo se situa entre os 8% e os 11%. Para tornar a análise mais enriquecedora, foram realizadas entrevistas a gestores associados a empresas da indústria transformadora, as quais confirmaram a opinião dada pelos inspetores tributários.

Ainda na indústria transformadora, considerado como um dos mais importantes na economia lituana, foi estimada a percentagem de rendimentos não declarados tendo em conta o tipo de propriedade. Os resultados obtidos constam na tabela seguinte.

Tabela 3 (Lituânia) - Percentagem de rendimentos não declarados na indústria transformadora em 2002 (%)

	Sociedades anónimas públicas e privadas	Proprietários em nome individual
Indústria de produtos alimentares e bebidas	13,3	13,9
Indústria textil	24,9	32,5
Indústria de vestuário	16,3	17,8
Indústria de madeira e produtos derivados (exceto mobiliário)	12,8	15,6
Indústria de mobiliário	15,0	29,0

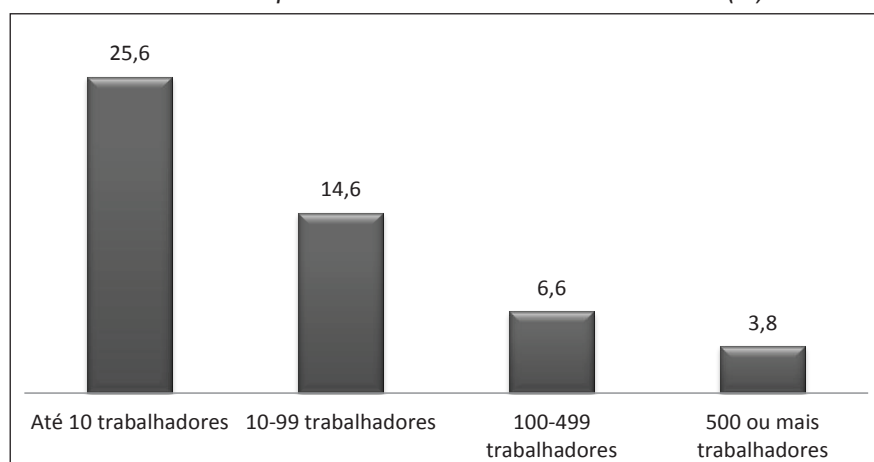
Fonte: UNECE, 2008; página 182.

De notar que o inquérito não cobriu empresas que se dedicam à produção agrícola, nem a serviços (serviços financeiros e serviços da administração pública) devido às particularidades que o cálculo da produção e valor acrescentado destas atividades assume nas contas nacionais. Apesar da grande

parte dos rendimentos não declarados respeitar a empresas que se dedicam a atividades piscatórias (cerca de 50%) e à silvicultura (cerca de 35.6%), o valor acrescentado gerado por estas atividades representa apenas 0.1% do valor acrescentado total gerado no país.

A Associação de Empresas de Comércio da Lituânia conduziu um inquérito entre os especialistas das maiores empresas de comércio que submeteram informação adicional. Após a análise dessas informações, e comparando com o resultado dos inquéritos aos inspetores tributários, foi possível constatar que as fontes de dados oficiais utilizadas em 2002 não contabilizaram cerca de 1.6 biliões de litas (LTL) do volume de negócios não declarado no comércio a retalho (o que equivale a aproximadamente 14.6%). Tal como é possível verificar na figura seguinte, este fenómeno faz-se sentir mais fortemente em empresas de menor dimensão.

Figura 1 (Lituânia) - A partilha do volume de negócios não declarados no total das empresas de comércio a retalho em 2002 (%)



Fonte: UNECE, 2008; página 183.

A percentagem de volume de negócios não declarado no comércio de automóveis em segunda mão foi estimada separadamente. Os valores estimados resultam da realização de inquéritos no mercado automóvel, bem como de estimativas realizadas por especialistas, demonstrando que, em 2002, a percentagem de volume de negócios não observado estará entre os 20% e os 30% (o que corresponde a cerca de 500 milhões de litas).

Foi também apurado, e incluído nas estimativas do PIB, que os funcionários de instituições de saúde públicas auferiam cerca de 59 milhões de litas não oficialmente. No que respeita à educação, este montante é de cerca de 27 milhões de litas (pela prestação de serviços não oficiais).

Parte do inquérito foi dedicada à análise do emprego e rendimentos não registados. Tendo por base a comparação com as estatísticas oficiais, foi possível concluir que, em 2002, o número de trabalhadores não registados ascendeu a 104 000. A maior percentagem de trabalho oculto foi encontrada no setor da construção e indústria transformadora (23% em cada grupo), seguida da agricultura, caça e silvicultura (20%).

Tabela 4 (Lituânia) - Distribuição dos trabalhadores não declarados por tipo de atividade económica

	Num. empregados	%
Total	104512	100,0
Agricultura, caça, silvicultura	20518	19,6
Pesca	0	0,0
Minas e pedreiras	1543	1,5
Indústria Transformadora	24190	23,1
Construção	24383	23,3
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e motociclos, aluguer de utensílios pessoais e domésticos	5463	5,2
Hotéis e restaurantes	3102	3,0
Transporte, armazenamento e comunicações	3452	3,3
Educação	6326	6,1
Saúde e trabalho social	3818	3,7
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais,	7100	6,8
Trabalho doméstico com pessoal contratado	4507	4,3

Fonte: UNECE, 2008; página 184.

Após uma análise comparativa dos resultados apresentados pelas bases de dados oficiais, foi possível estimar que, em 2002, pelo menos 23% das remunerações de trabalhadores não foram declaradas pela entidade patronal.

As Estatísticas Lituanas não incluem o valor das atividades ilegais no cálculo do PIB, todavia este valor é estimado. Durante os projetos de exaustividade haviam sido feitas várias melhorias na metodologia adotada para a estimação da economia ilegal, procurando simultaneamente uma cobertura mais extensiva das atividades que possam ser incluídas neste domínio. A análise, avaliação e ajustamentos ao valor acrescentado gerado por estas atividades cobriu, em 2002, as seguintes atividades: produção e venda ilegal de bebidas alcoólicas; produção e venda de drogas; prostituição; venda de

carros furtados; produção e venda de cópias ilegais de jogos de computador, vídeos e músicas.

Estima-se que, em 2002, o valor acrescentado bruto associado às atividades ilegais ascenda a 435 milhões de litas, o que corresponde a cerca de 0.9% do PIB. No entanto, tal como referido anteriormente, por motivos de comparação internacional, este valor ainda não é incluído nas estimativas oficiais do PIB.

Estimativas da ENO e o seu impacto no PIB

Tabela 5 (Lituânia) - Peso da ENO no total do PIB

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ajustamento total	21,0	17,9	17,7	18,0	18,3	18,9
Atribuído a razões económicas	17,0	15,3	15,7	16,8	17,5	18,2
Atribuído a razões estatísticas	4,0	2,6	2,0	1,2	0,8	0,7

Fonte: UNECE, 2008; página 185.

>> HOLANDA

Nos Países Baixos as atividades informais não têm muita representatividade. Incluem-se nas contas nacionais, mas apenas de uma forma implícita. De notar que a grande maioria das empresas holandesas, incluindo as informais, são obrigadas a registo, pelo que as bases de dados se mostram, à partida, mais completas.

No que respeita às atividades ilegais, não se procede ao cálculo de qualquer tipo de estimativa explícita, contudo, é possível que, implicitamente, estas atividades sejam tidas em conta (apesar de não se saber qual a sua dimensão).

Evasão Fiscal

A ocultação de atividades com o intuito de escapar ao pagamento de imposto ocorre, sobretudo, em pequenas empresas, empresas que concentram nas suas instalações uma grande parte (ou a totalidade) do processo produtivo, unidades que produzem que utilizam poucos bens e serviços e/ou empresas que falsificam os resultados da sua atividade. Quanto às empresas de maior dimensão, considera-se que estas são capazes de reduzir a sua carga fiscal de uma forma legal.

Existem duas formas de reduzir o montante de imposto a pagar: reportando um volume de negócios inferior ao real e/ou declarando um montante de custos superior ao efetivamente realizado. Quanto à primeira, o ajustamento a efetuar consistirá num aumento do valor acrescentado e dos consumos intermédios. No caso de fraude relativa aos custos reportados, torna-se necessário reduzir os consumos intermédios e aumentar o valor acrescentado pelo mesmo montante.

Os casos de fraude no reporte de custos são mais frequentes em pequenas empresas. Assim, da determinação das despesas incorridas por empresas com menos de 10 funcionários, para todos os ramos de atividade mais propícios a este tipo de fraude, resultou uma estimativa inicial de 700 milhões de euros a imputar nas estatísticas.

A fraude no reporte do volume de negócios é mais frequente no setor têxtil e do couro, construção, comércio e reparações, hotéis, restaurantes e cafés, cuidados de saúde e serviços comerciais.

Indústria têxtil e do couro

O ajustamento referente à ENO nestas atividades baseia-se num estudo conduzido em 1992 pela Associação da Indústria Têxtil. Este revela que a maioria da produção oculta é vendida através do mercado grossista.

A existência de lojas de vestuário ilegais nos países baixos está associada principalmente à forte oscilação dos gostos dos consumidores. O olhar mais atento às tendências de moda tornou a procura cada vez mais imprevisível e, para compensar os tempos de entrega mais longos associados à chegada das novas coleções, a criação de peças de vestuário mais em voga passou a ser levada a cabo em pequenas oficinas de costura.

Contudo, este não é um fenómeno exclusivo do setor retalhista. Estudos demonstram que o valor dos salários pagos para a produção de bens não declarados representará cerca de 4% do total das compras dos comerciantes grossistas de têxteis e vestuário (durante o período 1977-86).

A atividade produtiva subterrânea atingiu o seu pico em 1992, caindo drasticamente desde então. Em 1995, o valor acrescentado gerado por estas atividades foi estimado em cerca de 30 milhões de euros.

Construção

As estatísticas da produção neste setor são incompletas, não cobrindo, por exemplo, a fraude relacionada com os custos reportados pelas empresas construtoras. Assim, torna-se necessário estimar este tipo de fraude separadamente.

Comércio e reparação

As atividades de manutenção e reparação de veículos automóveis que não declaradas são estimadas em separado. As estimativas dos custos totais de manutenção têm por base as características do parque automóvel do país, entre as quais a quilometragem média dos veículos. É utilizada a mesma abordagem para os serviços de reparação.

Pressupõe-se que o montante não declarado corresponderá à diferença entre estas estimativas e o valor apurado segundo as estatísticas da produção disponíveis oficialmente.

Hotéis, restaurantes e cafés

As práticas associadas a evasão fiscal nestes ramos de atividade foi objeto de estudo em diversas investigações conduzidas nos anos 70. O vasto conhecimento disponível sobre esta matéria permitiu diminuir as oportunidades para incorrer em fraude fiscal. Desde o início das investigações especiais, que obrigaram os trabalhadores a regularizar a sua situação face ao emprego, assistiu-se a um “inexplicável” crescimento destas atividades nas estatísticas da produção.

Após vários estudos realizados pelas autoridades fiscais e associações setoriais, 5% parece ser uma estimativa razoável para a proporção de rendimentos ocultos face ao montante total de rendimentos declarados pelos funcionários de cafés e restaurantes. De notar que as gorjetas não são aqui consideradas, visto que a sua estimação é feita em separado.

Em hotéis, a existência de pagamentos ocultos é mais difícil, comparativamente à situação anterior. O extensivo recurso a pagamentos eletrónicos dificulta a manipulação do valor do volume de negócios e, consequentemente, das remunerações pagas aos trabalhadores. Estima-se que as remunerações ocultas neste ramo de atividade representem cerca de 1.5% do valor das atividades desenvolvidas (enquanto nos restaurante e cafés esta percentagem é de 3%).

O ajustamento global, no que concerne a pagamentos ocultos em cafés, restaurantes, hotéis,... foi de cerca de 300 milhões de euros, em 1995.

Cuidados de saúde

Apesar de ser possível ocultar rendimentos neste setor de atividade, as oportunidades são bastante limitadas. Ainda assim, as autoridades fiscais procedem a inspeções, sobretudo no caso dos serviços de medicina dentária.

O ajustamento total levou a um aumento do rendimento misto na ordem dos 100 milhões de euros.

Creches

Também neste domínio se dispõe de muita informação de estudos específicos realizados ao longo do tempo. Adicionalmente, a existência de bases de dados completas e credíveis facilita possíveis estimações, nos casos em que tal seja necessário.

Estima-se que 65 000 crianças com menos de três anos de idade estejam ao cuidado de pessoas/entidades que não reportam os rendimentos obtidos por esse serviço prestado, o que, multiplicado pelo preço médio cobrado, originou um ajustamento na ordem dos 100 milhões de euros.

No caso das crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos, o cálculo é mais elaborado, dada a necessidade de recorrer a uma outra base de dados que, apesar de exigir cálculos adicionais, se mostra mais fiável. O ajustamento apurado foi de 300 milhões de euros.

Serviços personalizados (Personal Services)

Uma parte significativa destes serviços não segue o circuito “normal” das restantes atividades económicas. É o que acontece, por exemplo, com os serviços de limpeza e de amas. Todavia, este facto não implica que se trate de economia subterrânea, uma vez que os montantes em causa estão abaixo do “limiar fiscal” (*tax threshold*)¹. A estimativa calculada será global, isto é, não distinguirá o rendimento oculto do não oculto.

Foram seguidas duas abordagens de estimação, sendo que ambas conduziram a um ajustamento de 100 milhões de euros, referente ao ano de 1995. A primeira abordagem baseou-se num detalhado inquérito às famílias e a segunda surgiu como conclusão de um estudo de M. E. Homan (conduzido em 1991). O estudo da UNECE em análise (UNECE 2008) transcreve uma afirmação que se mostrou essencial para o cálculo pretendido:

Cerca de 16% das famílias dispõem de auxílio no desempenho de tarefas domésticas durante uma média de 4 horas semanais, com um custo médio semanal de NLG 40 [equivalente a EUR 18.15]. Frequentemente, verifica-se um maior recurso a este auxílio por parte de pessoas reformadas que se encontram sozinhas e por agregados compostos por duas pessoas ativas. (UNECE; 2008: página 202; tópico 2.7)².

¹ Depreende-se que o que está em causa será a não obrigatoriedade de registo do sujeito passivo para efeitos de IVA, isto é, o montante a cobrar pelos serviços prestado não incluirá imposto, o que não implica que o valor recebido não seja declarado (ou seja, não se trata necessariamente de economia subterrânea).

² “Approximately 16% of households enjoy domestic help for an average of 4 hours a week at an average cost of approximately NLG 40,- [= Eur 18.15] per week. Domestic help is used relatively frequently by single retired people and active two-income families”

Gorjetas

Hotéis, restaurantes e cafés

A estimação das gorjetas recebidas conta com a informação recolhida pelas autoridades fiscais, bem como pela associação do respetivo ramo de atividade. Existem ainda dados documentados nos casos em que há um acordo coletivo entre proprietário do restaurante e os trabalhadores, para que estes deduzam a totalidade de gorjetas recebidas. Como resultado, estima-se que estas gratificações representem entre 15% a 20% do salário bruto dos funcionários, o que equivale a cerca de 4% da produção do setor.

Quanto aos hotéis, dado o elevado volume de pagamentos efetuados eletronicamente ou com recurso a cartão de crédito, admite-se que não haverá gorjetas ocultas neste setor, pelo que qualquer rendimento auferido pelos trabalhadores estará sujeito a tributação. As gratificações em dinheiro não apresentam uma relevância significativa, correspondendo a apenas 1% do volume de negócios.

Para outros tipos de alojamento (como, por exemplo, parques de campismo), serviços de *catering* e cantinas, considera-se que o montante de gorjetas será pouco relevante, ou até nulo, pelo que não se efetuam estimativas suplementares para estas situações.

Estima-se que o montante total de gorjetas concedidas em 1995 ascenda a 260 milhões de euros, importância esta que foi igualmente distribuída entre salários e rendimento misto.

Táxis

Durante o ano de 1995 esta atividade gerou 515 milhões de euros, dos quais 55% respeitam a viagens ditas normais, 30% a transporte de pessoas em grupo e 10% a transporte de doentes.

As gorjetas representarão cerca de 5% do valor dos dois primeiros tipos de transporte enunciados acima, enquanto no caso do transporte de doentes esta percentagem será de 2%.

O montante total será de, aproximadamente 25 milhões de euros, dois terços dos quais atribuídos a funcionários do setor. A remanescente terça parte será adicionada ao rendimento misto dos trabalhadores por conta própria.

Serviços de estética (cabeleireiras, manicuras,...)

Dos 850 milhões de euros arrecadados pela prestação deste tipo de serviços, durante o ano de 1995, estima-se que cerca de 20 milhões de euros correspondam a gorjetas.

Rendimentos em espécie

As autoridades fiscais holandesas apenas permitem a concessão de alguns benefícios a este título, nomeadamente: provisão de alimentação e bebidas por parte da empresa, transporte gratuito, utilização da viatura ou de telefones da empresa para fins particulares, subsídio de cuidados infantis, descontos em determinadas compras efetuadas pelos trabalhadores, alojamento por conta da empresa, subsídios educacionais atribuídos aos filhos dos trabalhadores e concessão de empréstimos a taxas de juro mais reduzidas. Todos estes benefícios são acordados com os trabalhadores, à exceção da utilização da viatura da empresa para fins particulares (o empregador apenas indica, na sua declaração fiscal, o direito concedido ao trabalhador).

Dada a obrigatoriedade de declarar este tipo de rendimento, e tendo em conta que as principais bases de dados, utilizadas nas contas nacionais, solicitam especificamente a indicação deste tipo de remuneração obtida, admite-se que a subavaliação será pouco significativa. Há, no entanto, certos setores ou entidades para os quais é necessário efetuar estimativas suplementares ou utilizar bases de dados mais adequadas: agricultura, instituições financeiras e governamentais e serviços não comercializáveis.

Benefícios relativos à taxa de juro de acesso ao crédito

Após inquirir as instituições de crédito no que respeita à concessão de empréstimos a taxas de juro mais baixas, concluiu-se que a maioria estava relacionada com créditos hipotecários. O montante em causa não chega a atingir os 165 milhões de euros e, além disso, não tem qualquer impacto no cálculo do PNB, se os conceitos estiverem em conformidade com o SEC 95.

No setor bancário, o aumento do valor acrescentado é compensado por um equivalente aumento referente ao uso da margem das taxas de juro. Quanto ao setor dos seguros, nem a produção, nem o valor acrescentado são afetados, uma vez que o aumento dos salários reduz simultaneamente o excedente de exploração.

Contributos do empregador para creches

Dados de 1994 indicam que os subsídios atribuídos pelas empresas com o intuito de contribuir para o pagamento de serviços de cuidado infantil dos filhos dos seus funcionários representam cerca de 30% do volume de negócios declarado pelas creches. Em 1995 esta percentagem equivalia a 165 milhões de euros.

Uso de viaturas da empresa para fins particulares

Em 1995 cerca de 375 000 viaturas de empresas eram utilizadas pelos funcionários da mesma, originando um aumento da respetiva remuneração no correspondente a 20-24% do valor de mercado do veículo em causa (dependendo da distância relativamente ao local de trabalho). As autoridades fiscais deverão tomar conhecimento desta situação, pelo que é possível dispor de dados relativos ao acesso a este benefício.

Como esta situação não é muito expressiva a nível governamental, o ajustamento realizado foca-se apenas na atividade empresarial.

Em 1995, dos 10 800 quilómetros percorridos, 4460 respeitavam a deslocações de e para o trabalho, 1 000 a utilização da viatura em férias e 5 340 por motivos particulares. Como o número de quilómetros percorridos por cada veículo pouco se alterou desde 1990, considerar-se-á a média desse ano para os anos seguintes. O custo total de cada quilómetro percorrido por veículos particulares é anualmente determinado pelo Ministério das Finanças.

Face ao exposto, e tendo em conta que cerca de 40% dos trabalhadores suportam, em média, cerca de 25% dos custos associados à viatura, o ajustamento em causa será de, aproximadamente, 1 000 milhões de euros.

Efeitos no PIB

O total dos ajustamentos explícitos ao valor acrescentado referentes a evasão fiscal ascenderam, em 1995, a 3000 milhões de euros (o equivalente a 1% do PNB). Todavia, esta importância não representa todo o valor acrescentado que é ocultado das autoridades fiscais, isto porque o processo de compilação das contas nacionais leva a que sejam produzidas estimativas implícitas. Quer isto dizer que o valor acrescentado que não é declarado surge nas contas nacionais holandesas de uma forma implícita e explícita.

Poder-se-á ter uma noção do montante estimado implicitamente através da diferença entre o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) que teori-

camente deveria ter sido arrecadado pelo Estado e o que foi efetivamente entregue às autoridades fiscais. Esta diferença representa cerca de 1.25% do PNB.

>> POLÓNIA

O Centro de Estatística da Polónia adotou a classificação das atividades não observadas proposta em 2002 pelo Eurostat no seu segundo projeto (N1-N7). Os ajustamentos são realizados segundo a ótica da produção e da despesa, para o ano 2002.

Fontes e Métodos de Estimação

Ótica da Produção

*N1 – Produtores que deliberadamente não se encontram registados
(Produtores subterrâneos)*

O trabalho não registado é estimado segundo o método do emprego. O Centro de Estatística aplica dois métodos para estimar o número de pessoas que se dedicam a atividades não observadas. Poder-se-ão destacar três fontes de informação primordiais: o Inquérito ao Emprego (Labour Force Survey), as estatísticas do emprego segundo os dados reportados pelas empresas e dados relativos ao emprego não registado disponibilizados pelos serviços/centros de emprego (labour offices).

O **primeiro método** compara o número de pessoas empregadas segundo os dados do Inquérito ao Emprego, com o número de pessoas empregadas reportadas pelas empresas (emprego formal). Considera-se que a diferença entre os dois valores será uma estimativa do número de pessoas afetas a atividades não observadas.

Na prática, a aplicação deste método acarreta alguns problemas: o Inquérito ao Emprego é direcionado exclusivamente a domicílios particulares, não cobrindo a população ativa que reside em domicílios comunitários, nem os indivíduos que trabalham no exterior para empregadores polacos. Contudo, este inquérito contabiliza como empregados os aprendizes que têm formação no próprio local de trabalho (on-the-job training), uma vez que estes são remunerados, e inclui também os indivíduos cuja remuneração é estabelecida segundo acordos de comissão. Assim sendo, tendo em atenção a dissemelhança no que respeita ao âmbito das duas fontes de informação utilizadas neste primeiro método, torna-se necessário realizar alguns ajustamentos aos dados disponíveis através do Inquérito ao Emprego para que estes possam ser comparáveis com os dados reportados pelas empresas.

O **segundo método** tem subjacente a convicção de que uma parte (possivelmente até a maioria) dos indivíduos registados como desempregados nos centros de emprego encontram-se, de facto, a prestar os seus serviços na ENO.

De acordo com a regulação polaca, uma pessoa registada como desempregada poderá trabalhar (e continuar registada como desempregada) desde que a remuneração auferida não exceda 50% do salário mínimo fixado legalmente. Os indivíduos que se encontrem nesta situação não serão considerados como desempregados no Inquérito ao Emprego, isto porque é adotada a definição de desemprego segundo a OIT: são considerados como desempregados os indivíduos que não desempenham qualquer tipo de atividade no mercado laboral.

As diferenças conceituais de desemprego existentes entre os serviços de emprego e o Inquérito ao Emprego formam a base de estimação para o número de pessoas desempregadas que desempenham atividades não observadas. Tal só é possível porque o Inquérito ao Emprego têm uma abrangência relativamente superior, permitindo recolher informação adicional relativa aos indivíduos que, apesar de registados como desempregados nos centros de emprego, encontram-se efetivamente a prestar o seu contributo com a força do trabalho.

A estimativa do número de pessoas afetas a atividades não observadas através deste segundo método é três vezes superior à obtida segundo o primeiro método, indiciando as dificuldades inerentes à estimação da dimensão do “emprego oculto”.

Inquérito ao Emprego Não Registado

O Centro de Estatística Polaco desenvolveu um novo módulo a incluir no Inquérito ao Emprego no sentido de obter informação adicional quanto ao emprego não registado. Este inquérito especial foi conduzido em agosto de 1995 e de 1998, bem como no quarto trimestre de 2004 (cujos resultados se encontraram disponíveis em outubro de 2005). Abordar-se-á de seguida apenas os dados disponíveis referentes a 1998.

O principal objetivo deste inquérito era medir o impacto das condições do mercado laboral na ENO, pelo que se procurou recolher informação não só quanto à dimensão do emprego não registado, mas também quanto ao tipo de serviços prestados e ao emprego desempenhado ao nível dos agregados familiares. Considerou-se emprego não registado:

- O trabalho desenvolvido sem a existência de uma relação laboral formal entre o empregador e o trabalhador, independentemente do setor de atividade;
- O trabalho desenvolvido por conta própria, mas cujas obrigações financeiras para com o Estado não são pagas (por exemplo, impostos).

Adicionalmente, distinguiram-se os indivíduos que apenas se dedicavam a atividades não observadas, dos indivíduos que desempenhavam estas funções como um complemento ao emprego principal.

De janeiro a agosto de 1998, pelo menos 1 431 000 pessoas dedicavam-se a atividades não observadas, o que representa um decréscimo significativo face aos valores apresentados em 1995 (de 7.6% do total do emprego em 1995 para 4.8% em 1998, o que representa uma diminuição de 2.8 pontos percentuais). De igual modo, o número de pessoas que admitiram desempenhar um trabalho não registado diminuiu em cerca de 768 000.

Quanto ao tipo de função desempenhada, os resultados demonstram que a maior percentagem do trabalho não observado está associado a atividades agrícolas e de jardinagem (20.3% do total não observado), o que poderá ser explicado pelo carácter sazonal do trabalho em causa. A tabela seguinte apresenta os principais resultados.

Tabela 1 (Polónia) - Pessoas empregadas na economia oculta, por tipo de atividades (% do total de empregados em cada atividade)

Tipo de atividade	Total de empregados	Homens empregados	Mulheres empregadas	Emprego urbano	Emprego Rural
Comércio	5,8	2,9	12,6	7,8	3,7
Serviços de construção	15,9	22,4	0,7	17,2	14,5
Reparação e manutenção de habitações	14,5	20,5	0,7	16,0	13,2
Reparação e manutenção de carros	5,3	7,6	..	5,6	5,2
Transportes	5,2	7,1	0,7	4,9	5,5
Reparação de artigos electricos	1,2	1,7	..	1,4	1,0
Serviços médicos e enfermagem	1,4	0,1	4,4	1,7	1,1
Cabeleireiros e serviços de beleza	0,7	0,1	1,9	0,7	0,6
Serviços de turismo e <i>catering</i>	2,5	1,1	5,8	3,8	1,3
Contabilidade e apoio jurídico	1,3	0,6	3,0	2,1	0,6
Aulas privadas	3,2	1,8	6,5	4,9	1,5
Serviços de tradução	0,1	..	0,2	0,1	..
Serviços de costura / alfaiate	4,4	0,4	13,7	5,1	3,6
Serviços domésticos	3,8	1,2	9,8	5,8	1,7
Cuidado de crianças e pessoas idosas	4,5	0,2	14,4	5,3	3,7
Serviços de segurança	0,6	0,8	0,2	0,8	0,4
Jardinagem e atividades agrícolas	20,3	22,2	15,6	11,8	29,0
Indústria Transformadora	3,3	2,6	4,9	3,5	3,1
Serviços à comunidade	17,3	19,5	12,3	11,9	22,6
Outras atividades	3,2	3,9	2,5	3,1	3,5

Fonte: UNECE, 2008; página 224.

Tal como anteriormente referido, o emprego não registado pode assumir duas formas: pessoas empregadas sem um contrato formal no setor formal da economia e/ou trabalhos ocasionais que surgem frequentemente no setor informal.

As famílias polacas revelam uma forte procura por emprego não registado: em 1998, mais de 1.4 milhões de agregados (o que corresponde a 12% do total) estavam associados a atividades não registadas. Este fenómeno é mais comum nas áreas rurais (16.8% dos agregados) do que nas urbanas (9.5% do total das famílias). Do mesmo modo, o tipo de funções procuradas difere consoante a área.

Nas zonas urbanas, cerca de 47% dos agregados que empregavam trabalhadores não registados solicitavam serviços de construção, instalação, manutenção e reparação, seguido de serviços de limpeza (22% dos agregados) e cuidado de crianças ou pessoas idosas (18.8%).

Por sua vez, nas áreas rurais solicitam-se sobretudo serviços de jardinagem e atividades agrícolas (procurado por cerca de 68% das famílias), serviços prestados na proximidade da área de residência – neighbourhood services (43.2%) e serviços de construção, instalação, manutenção e reparação (21.4%).

Tabela 2 (Polónia) - Pessoas empregadas na economia oculta: repartição por tipo de empregados

Tipo de empregadores	Total	Homens	Mulheres	Urbano	Rural
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Individual	68,9	69,1	68,4	63,9	74,0
Empresas privadas e cooperativas	16,8	16,7	17,0	20,4	13,2
Empresas públicas e municipais	1,7	1,7	1,9	2,4	1,0
Trabalhadores por conta própria	12,6	12,5	12,7	13,3	11,8

Fonte: UNECE, 2008; página 224.

Estimação do rendimento obtido através de trabalho não registado

A estimativa do número de pessoas a desempenhar funções na ENO é convertida em equivalentes a tempo inteiro e afeta às diversas atividades consoante as percentagens apresentadas na tabela 1 (exceto para o caso da jardinagem e agricultura que é estimado separadamente).

A estimação do rendimento obtido por estes trabalhadores não registados resulta da multiplicação do número médio de dias de trabalho em

cada ano pelas taxas médias de remuneração em vigor para cada atividade. A taxa aplicada será diferente consoante se considere que o emprego não registado representa a ocupação principal da pessoa em causa, ou se se apresenta apenas como uma atividade secundária (isto é, um complemento face ao trabalho desenvolvido no setor formal).

A tabela seguinte apresenta o número de pessoas empregadas e o valor acrescentado bruto gerado por trabalho não registado.

Tabela 3 (Polónia) - Valor acrescentado bruto para trabalho não registado, 2002

Setores NACE	Pessoas empregadas (milhares)	Valor acrescentado bruto (milhões de zlotys)
Total	302	26560,3
Indústria (C, D, E)	9	1089,4
Construção (F)	94	9052,8
Comércio (G, H)	62	8850,8
Transportes (I)	13	1818,7
Imobiliária e atividade empresarial (K)	9	738,0
Outros setores (A, B, M, N, O, P)	115	5010,6

Fonte: UNECE, 2008; página 225.

N2 – Produtores deliberadamente não registados – Produtores ilegais

A estimação da produção ilegal abrange a produção e venda de drogas, prostituição, roubo e contrabando de bens. Todavia, estas estimações são realizadas a título experimental, pelo que não são incluídas nas estimativas oficiais do PIB do país.

Drogas

Desde o início da década de 90 assistiu-se a um aumento do consumo de drogas na Polónia. Algumas são importadas, no entanto há também produção doméstica (como é o caso das plantas de cannabis e de palha de papoila – “poppy straw”). As atividades abrangidas vão desde a produção ao comércio o contrabando dessas mesmas drogas. De acordo com os princípios da Contabilidade Nacional, é levada a cabo a estimação do produto (produção e margens comerciais), consumos intermédios (na produção e comércio), salários (dos vendedores e contrabandistas), excedente bruto de exploração (rendimento auferido pelos indivíduos que se encarregam da

organização da produção e das vendas), importações, exportações e consumo.

A estimação destes valores exigiu o recurso à informação disponível nos seguintes documentos: “Programa Nacional contra as drogas 1999-2001” (“National programme against drugs 1999-2001”), elaborado pelo Ministério da Saúde e Assistência Social e “Dependência de drogas na Polónia em 2001 e 2002” (“Drug addiction in Poland in 2001 and 2002”), elaborado pelo Instituto de Psiquiatria e Neurologia. Adicionalmente, foi também necessário recorrer a informação disponibilizada pela polícia, Internet, rádio, televisão e jornais.

O número de utilizadores de estupefacientes poderá ser desagregado em consumidores regulares ou consumidores ocasionais, dependendo da quantidade em causa. Segundo estimativas do Ministério da Saúde e Assistência Social, existem cerca de 25 000 a 40 000 consumidores regulares. Para a estimação que se pretende efetuar, considerou-se que o número total de dependentes, em 2002, rondaria os 120 000.

O número de dependentes por tipo de droga consumida foi estimado tendo como referência o número de pessoas que receberam tratamento hospitalar em 2002. O número de consumidores ocasionais foi estimado com base numa amostra de 2002, recolhida entre adultos residentes em Varsóvia que admitiram ter consumido estupefacientes no ano anterior. Adicionalmente, procedeu-se à recolha de dados no que concerne à idade dos utilizadores e às diferenças regionais nos padrões de consumo.

No sentido de estimar a oferta e preços praticados, tornou-se necessário recorrer às estatísticas da polícia no que respeita às quantidades de droga confiscadas, número de produtores ilegais de droga e de plantações ilegais de papoila e de cannabis.

Os dados quanto aos preços praticados foram obtidos através da Polícia. A média dos preços mais baixos e mais altos registados em 1997 serviu de base para a estimação dos preços praticados, que foram também estimados para os anos seguintes (até 2002) através do índice de preços no consumidor.

A oferta de drogas (importadas ou produzidas internamente), bem como a procura (por parte do setor das Famílias ou via exportações) foram estimadas e balanceadas em termos quantitativos, originando os resultados apresentados na tabela seguinte.

Tabela 4 (Polónia) - Principais drogas transaccionadas, 2002 (milhões de zlotys a preços correntes)

Especificação	Produção	Consumo Intermediário	Valor acrescentado bruto	Salários	Excedente bruto de exploração	Importações	Consumo doméstico	Exportações
Total	1925,6	100,6	1825,0	354,5	1470,5	1557,3	681,3	2801,6
Heroína polaca	158,9	3,0	155,9	15,9	140,0	0	119,1	39,8
Marijuana e haxixe	311,2	15,6	295,6	49,1	246,5	180,0	190,2	301,0
Heroína	538,2	26,9	511,3	108,5	402,8	546,2	40,9	1043,6
Cocaína	733,2	47,7	685,5	148,2	537,3	748,8	77,9	1404,1
Amfetamina	92,4	1,5	90,9	9,2	81,7	0	79,3	13,1
Ecstasy	69,4	4,5	64,9	18,5	46,4	67,7	137,1	0
LSD	22,3	1,4	20,9	5,1	15,8	14,5	36,8	0

Fonte: UNECE, 2008; página 226.

Prostituição

Para efeitos de inclusão nas contas nacionais, os agregados que se apresentam como relevantes são o produto (valor dos serviços prestados por prostitutas de nacionalidade polaca), importações (valor dos serviços prestados por prostitutas não residentes na Polónia) e consumo. Para tal, tornou-se importante recorrer à informação disponível nos meios de comunicação social (sobretudo jornais) e relatórios da Polícia.

Em 2002, estimou-se que o existiriam cerca de 22 000 prostitutas na Polónia, tendo-se assumido que 40% seriam não residentes. A oferta anual de serviços de prostituição foi estimada com base em pressupostos quanto o número de serviços prestados por dia e ao número de dias de trabalho em cada mês (sem qualquer distinção entre residentes e não residentes). As estimativas apuradas para a oferta foram posteriormente confrontadas com as estimativas da procura.

A informação quanto aos preços praticados em 2002 foi recolhida através de entrevistas. Os resultados obtidos encontram-se na tabela seguinte.

Tabela 5 (Polónia) - Estimativa do valor dos serviços de prostituição

Especificação	2002
Número total de serviços disponíveis por ano	13.802.400
dos quais residentes	8.281.440
não residentes	5.520.960

Especificação	2002
Preço por serviço (zlotys):	
residentes	220
não residentes	30
Valor dos serviços (milhares de zlotys)	1.656.300
Importações (milhares de zlotys)	165.600
Consumo doméstico (milhares de zlotys)	1.821.900

Fonte: UNECE, 2008; página 227.

Contrabando

O contrabando encontra-se sobretudo associado a bebidas alcoólicas, cigarros, automóveis e drogas. Para efeitos de inclusão nas contas nacionais, importa calcular as margens comerciais dos intermediários e dos vendedores no mercado doméstico, consumo intermédio, valor acrescentado bruto, salários, importações, consumo das Famílias e exportações.

Tornou-se essencial recorrer aos dados disponibilizados pelas alfândegas, guardas fronteiriços e artigos de jornais, principalmente no que respeita às apreensões de automóveis nas fronteiras, bem como de álcool, cigarros, drogas e outros bens. Na falta de informação adicional, assumiu-se que os produtos apreendidos representam cerca de 10% do total contrabandeado (com base na experiência acumulada no que respeita a apreensões nas alfândegas).

As margens comerciais nas importações e exportações dos produtos que são alvo de contrabando foram estimadas através de estatísticas alfandegárias e informação proveniente de inquéritos às empresas. Como os preços dos bens contrabandeados não incluem direitos alfandegários (ou qualquer tipo de imposto a pagar na fronteira), imposto sobre o valor acrescentado, nem imposto especial sobre o consumo, facilmente se compreende que as margens comerciais tendem a ser superiores do que aquelas que se verificam para bens equivalentes legalmente transacionados além-fronteira.

Estima-se que as margens comerciais rondem os 50% no caso do contrabando de automóveis (sendo 11% a margem verificada no comércio oficial), 70% no caso do álcool (11% no mercado oficial), 85% para cigarros (9% no mercado oficial) e 50% para outros produtos. Foram aplicadas as mesmas margens para a exportação.

Os rendimentos gerados por esta atividade têm impacto no rendimento obtido pelos indivíduos diretamente envolvidos na transação, no entanto, dever-se-á também atender aos subornos pagos aos funcionários aduaneiros responsáveis pelo controlo das fronteiras. Neste caso, assumiu-se

que os subornos pagos representaram aproximadamente 8% do valor dos produtos contrabandeados e, para outras pessoas envolvidas no contrabando, assumiu-se que a mais adequado seria aplicar 2%. Tem-se, portanto, que o total dos rendimentos auferidos será de cerca de 10% do valor dos bens contrabandeados. Na falta de informação adicional, pressupõe-se que o consumo intermédio será nulo.

Tabela 6 (Polónia) - Margem comercial e valor acrescentado dos bens contrabandeados

Especificação	2002 (milhões de zlotys)
Margem comercial	684,6
* nas importações	670,7
carros	189,5
álcool	175,7
cigarros	244,8
outros	60,7
* nas exportações	13,9
álcool	1,2
cigarros	12,3
outros	0,4
Consumo intermédio	0
Valor acrescentado bruto	684,6
Salários	105,6
Excedente bruto de exploração	579,1
Importações	715,8
Consumo doméstico	1386,5
Exportações	37,5

Fonte: UNECE, 2008; página 228.

Roubo e recetação

A mensuração deste tipo de atividade ilegal apresenta problemas significativos. O valor dos produtos roubados deveria ser registado como “outros fluxos” (isto é, alterações no valor dos ativos) e não como transações. Não há qualquer tipo de registo para o valor dos roubos nas contas do setor das Famílias, pelo que se tornou necessário estimar com base nos Boletins Estatísticos da Polónia, estatísticas da Polícia, pagamentos por parte de agências de seguros (insurance claims), informações de jornais e preços praticados. Dada a falta de informação, realizaram-se suposições quanto à

percentagem de roubos que não são reportados e ao preço médio de alguns tipos de bens.

O valor dos veículos roubados foi calculado através dos dados referentes ao número de veículos roubados e recuperados, tipo de veículo em causa (transporte de passageiros, camiões, carrinhas, autocarros,...) e preços médios de cada tipo de veículo. Este montante foi comparado com o total de pagamentos efetuados pelas companhias de seguro em caso de roubo de veículos. Para os restantes bens, o valor dos roubos foi estimado separadamente para propriedade privada e pública.

Tabela 7 (Polónia) - Estimativa do valor das vendas decorrentes do roubo

Especificações	2002 (milhões de zlotys)
1. Total do valor das vendas resultantes do roubo (2+5)	4506,3
2. Carros roubados	1457,3
3. dos quais, destinados ao mercado doméstico (50%)	728,6
4. estrangeiro (50%)	728,6
5. Outros roubos	3049,0
6. Margem comercial (7+8+9)	486,9
7. na venda de carros no mercado doméstico (10%)	72,8
8. na venda de carros no mercado estrangeiro (15%)	109,2
9. na venda de outros bens (10%)	304,9
10. Consumo intermédio	0
11. Valor acrescentado bruto (6-10)	486,9
12. Salários (10% da margem comercial dos carros vendidos)	18,2
13. Excedente bruto de exploração (11-12)	468,7
14. Consumo	1750,6
15 Exportações	541,4

Fonte: UNECE, 2008; página 229.

A tabela seguinte apresenta o total dos ajustamentos associados à economia ilegal.

*Tabela 8 (Polónia) - Valor das atividades ilegais (todos os tipos), 2002
(milhões de zlotys)*

Especificação	Total	Drogas	Prostituição	Contrabando	Roubo e receitação
1. Produção	4753,4	1925,6	1656,3	684,6	486,9
2. Consumo intermédio	100,6	100,6	0	0	0

Especificação	Total	Drogas	Prostituição	Contrabando	Roubo e recepção
3. Valor acrescentado bruto	4652,8	1825,0	1656,3	684,6	486,9
4. Salários	478,3	354,5	0	105,6	18,2
5. Excedente bruto de exploração	4174,5	1470,5	1656,3	579,0	468,7
6. Importações	2438,7	1557,3	165,6	715,8	0
7. Consumo	5640,3	681,3	1821,9	1386,5	1750,6
8. Exportações	3380,5	2801,6	0	37,5	541,4

Fonte: UNECE, 2008; página 229.

N5 – Empresários registados, mas não inquiridos

Apesar de não se encontrarem registados no REGON (registo administrativo das unidades), estes empresários constituem contribuintes, pelo que é possível estimar o produto gerado através da multiplicação do número de empresários registados (enquanto indivíduos que procedem ao pagamento de impostos) pelos salários e rendimentos auferidos, em média, por empresário.

N6 – Produtores que deliberadamente reportam dados incorretos

Produção Oculta

É utilizado o método direto no sentido de estimar a produção oculta por unidades que se encontram registadas, tendo em conta a dimensão: são consideradas pequenas empresas as unidades produtivas com 9 ou menos trabalhadores, enquanto as médias empresas (excluindo cooperativas) poderão ter até 49 funcionários. Nas contas nacionais polacas, as pequenas empresas são incluídas no setor institucional das Famílias e as médias empresas pertencem ao setor das Empresas Não Financeiras.

Tabela 9 (Polónia) - Valor acrescentado bruto criado por produção oculta em 2002

Setores NACE	Dados obtidos por		Diferença 2-1 = Economia oculta	Peso da produção oculta
	Inquéritos estatísticos	Método directo		
	(milhões de zlotys)			%
	1	2	3	4
Todas as unidades (pequenas e médias)				

Setores NACE	Dados obtidos por		Diferença 2-1 = Economia oculta	Peso da produção oculta
	Inquéritos estatísticos	Método directo		
	(milhões de zlotys)			%
	1	2	3	4
Total	195451,6	252222,5	56771,0	22,5
Indústria (C,D,E)	31926,0	33403,8	1477,8	4,4
Construção (F)	17984,0	24162,2	6178,2	25,6
Comércio (G,H)	77153,0	109587,7	32434,7	29,6
Transportes (I)	13682,2	15577,9	1895,8	12,2
Imobiliário e atividade empresarial (K)	28862,8	40325,3	11462,5	28,4
Outros setores (A,B,M,N,O)	25843,6	29165,6	3322,0	11,4
Pequenas unidades				
Total	142061,5	197303,4	55242,0	28,0
Indústria (C,D,E)	15594,2	17072,0	1477,8	8,7
Construção (F)	10845,0	16726,1	5881,1	35,2
Comércio (G,H)	59875,2	91733,8	31858,6	34,7
Transportes (I)	11106,5	13002,2	1895,8	14,6
Imobiliário e atividade empresarial (K)	21347,3	32154,0	10806,7	33,6
Outros setores (A,B,M,N,O)	23293,3	26615,3	3322,0	12,5
Médias unidades				
Total	53390,1	54919,1	1529,0	2,8
Indústria (C,D,E)	16331,8	16331,8	0,0	0,0
Construção (F)	7139,0	7436,1	297,1	4,0
Comércio (G,H)	17277,8	17853,9	576,1	3,2
Transportes (I)	2575,7	2575,7	0,0	0,0
Imobiliária e atividade empresarial (K)	7515,5	8171,3	655,8	8,0
Outros setores (A,B,M,N,O)	2550,3	2550,3	0,0	0,0

Fonte: UNECE, 2008; página 230.

O método direto consiste na obtenção de estimativas elaboradas por especialistas no que respeita às vendas e remunerações médias. Estas estimativas são utilizadas para o valor da produção bruta, consumo intermédio e valor acrescentado bruto. Este método foi desenvolvido pelo Centro de Estatística de Kielce e ficou conhecido como o “método de Kielce”. Os pressupostos subjacentes são os seguintes:

- A produtividade média do trabalho deverá estar ao nível que assegura a lucratividade de uma dada atividade;

- As pequenas empresas são capazes de se adaptar às mudanças no mercado;
- As remunerações pagas aos trabalhadores das empresas são essencialmente as mesmas relativamente à média recebida em empresas de dimensão média (no mesmo ramo de atividade e localidade);
- O rendimento do proprietário é superior à média salarial.

Fraude relativa ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado

Nas contas nacionais polacas, o cálculo da fraude associada ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) segue a decisão da Comissão de 24 de julho de 1998. Procede-se ao cálculo do IVA “teórico”, o qual será confrontado com o IVA efetivamente arrecadado pelas autoridades tributárias. Os valores apurados para 2002, referentes à fraude fiscal sem a cumplicidade de uma das partes envolvidas na transação (o comprador), constam na tabela seguinte.

Tabela 10 (Polónia) - Cálculo de evasão ao IVA “sem cumplicidade”, 2002

IVA teórico	70390,5
IVA efetivo	57441,7
Diferenças temporais	587,4
Insolvências	78,7
Rendimentos omissos	7547,5
Evasão “sem cumplicidade”	4735,2

Fonte: UNECE, 2008; página 232.

N7 – Outras Insuficiências Estatísticas

N7a – Nem toda a informação necessária é recolhida

Esta tipologia de ENO abrange as estimativas de gorjetas para pequenas unidades produtivas pertencentes ao setor das famílias. Considera-se que estas representam cerca de 0.1% do consumo das famílias e são afetadas às seguintes atividades: transporte, hotelaria, restauração, saúde e trabalho social ou comunitário e serviços pessoais (cabeleireiras, enfermeiras, serviços de cosmética). O mesmo valor de gorjetas é incluído na produção (segundo a ótica da produção), no consumo das famílias (segundo a ótica da despesa) e nos salários auferidos (segundo a ótica do rendimento).

N7b – Não resposta

A “Não Resposta” é calculada para grandes e médias unidades do setor das Empresas Não Financeiras com base no método do emprego. Para estimar recorrem-se aos seguintes dados:

Número de unidades que não responderam e número de trabalhadores empregues nessas unidades;

Dados relativos às vendas de unidades produtivas similares (atendendo à dimensão, indústria e tipo de propriedade), obtidas através dos relatórios estatísticos;

O valor estimado para o rendimento proveniente das vendas (no caso das unidades que não reportam a sua atividade) corresponde ao rendimento médio das vendas por pessoa empregada (tendo como referência o valor apurado em unidades produtivas semelhantes) multiplicado pelo número de trabalhadores dessa unidade. Para estas unidades é também estimado o valor da produção bruta, consumo intermédio e valor acrescentado bruto.

A estimação dos consumos intermédios tem por base o rácio consumo intermédio/produção (utilizando os valores disponíveis para as empresas que serviram anteriormente de referência para o cálculo da produção bruta).

Tabela 11 (Polónia) - Valor dos ajustamentos relacionados com a não resposta por componentes da contabilidade nacional no setor das empresas não financeiras

	Valor (milhões zlotys)	Dimensão relativa (%)		
		das componentes		do PIB
		Setor	Total da economia	
Produção bruta	80166,2	8,6	5,2	10,3
Consumo intermédio	50652,4	8,2	5,9	6,5
Valor acrescentado bruto	29513,8	9,4	4,3	3,8

Fonte: UNECE, 2008; página 233.

*Ótica da Despesa**Despesas de Consumo Final das Famílias**N1 – Produtores que deliberadamente não se encontram registados
(Produtores subterrâneos)*

O método do inquérito ao consumidor é utilizado para estimar a dimensão da ENO que não pode ser estimada através do método direto ou do inquérito relativo ao mercado laboral, baseando-se essencialmente na recolha de in-

formação quanto às despesas das famílias em serviços pertencentes à ENO (definidos como serviços pagos sem a emissão da fatura respetiva).

Em outubro de 1998 o centro estatístico da Polónia conduziu um inquérito que cobriu cerca de 4 000 agregados familiares, procurando obter informação adicional quanto às despesas das famílias em serviços comumente associados à ENO (construção e renovação de imóveis, serviços de reparação de veículos automóveis, serviços turísticos, serviços de limpeza, aluguer de casas e apartamentos,...).

A tabela seguinte apresenta o consumo final das famílias medido segundo as estatísticas oficiais e ajustado para a ENO segundo os resultados inquérito ao consumo anteriormente referido.

Tabela 12 (Polónia) - Despesa das famílias em serviços criados pela economia oculta, 2002

Especificação	Dados obtidos por		Diferença = economia oculta	Peso na economia oculta
	inquérito ao consumo	estatísticas oficiais		
	(milhões de zlotys)			%
Consumo final das famílias	225120,9	235627,4	10506,5	4,7

Fonte: UNECE, 2008; página 235.

N3 – Produtores não sujeitos a registo

As despesas das famílias residentes efetuadas no estrangeiro são ajustadas, bem como as compras efetuadas na Polónia por não residentes. O total do ajustamento ascende a 7 343.7 milhões de PLN, o que representou cerca de 0.9% do PIB.

N6 – Produtores que deliberadamente reportam dados incorretos

Este ajustamento está fortemente relacionado com o reporte incorreto da produção, estimado segundo a ótica da produção. O valor total do ajustamento ascendeu a 5 060.7 milhões de PLN (0.7% do PIB).

Formação Bruta de Capital Fixo

N6 – Produtores que deliberadamente reportam dados incorretos

Os ajustamentos aos dados referentes à formação bruta de capital fixo (e ao consumo intermédio associado) são efetuados com base nas tabelas de recursos e utilizações. Quando as empresas desejam ocultar rendimentos,

a formação de capital é, tipicamente, sub-reportada, enquanto os custos são sobrestimados. Os dados são comparados segundo duas fontes: estatísticas financeiras relativas a investimentos e estatísticas da produção (que compõem as tabelas de recursos e utilizações).

A tabela 14 compara o valor da formação de capital apurada segundo estas duas fontes de dados, considerando que a diferença corresponde à formação bruta de capital fixo não observada.

Tabela 13 (Polónia) - Formação Bruta de Capital Fixo na economia oculta, 2002

Especificação	Dados obtidos por		Diferença = formação de capital oculto	Peso na economia oculta
	inquérito ao consumo	tabela de recursos e utilizações		
	(milhões de zlotys)			%
Total da economia	122238,1	148337,6	26099,5	17,6
Setor das empresas não financeiras	73893.2	78123,1	4229,9	5,4
Setor das famílias	14261,7	36131,3	21869,6	60,5

Fonte: UNECE, 2008; página 236.

Importações e Exportações de Bens e Serviços

N2 – Produtores deliberadamente não registados – Produtores ilegais

Os ajustamentos relacionados com a economia ilegal não são incluídos nas contas nacionais oficiais, no entanto, estima-se que as importações ilegais ascendam a 2 438.7 milhões de PLN (0.3% do PIB). No caso das exportações, estima-se que representem 0.4% do PIB, o equivalente a 3 380.5 milhões de PLN. Automóveis, álcool, tabaco e drogas são os bens mais comumente envolvidos nas importações e exportações ilegais.

N3 – Produtores não sujeitos a registo

São realizados ajustamentos para os bens adquiridos por turistas para revenda ou consumo próprio, bem como para os bens exportados sem quaisquer declarações aduaneiras associadas. Geralmente, as declarações aduaneiras associadas a exportações não estão sujeitas a um controlo tão rígido, comparativamente ao que se verifica nas importações, uma vez que os encargos associados à exportação são pouco significativos.

Implicações e efeitos dos ajustamentos nas contas nacionais*Ótica da Produção*

Segundo a ótica da produção, o total dos ajustamentos associados à ENO representam cerca de 15.7% do PIB, sendo que a maior parte está associada ao reporte incorreto dos dados (7.8% do PIB), seguido da não resposta (3.9% do PIB) e trabalho não registado (3.4% do PIB).

Os ajustamentos com vista à exaustividade das contas nacionais tiveram impacto em dois setores institucionais: Empresas Não Financeiras e Famílias. Para os restantes setores não foram realizados quaisquer ajustamentos.

Tabela 14 (Polónia) - Peso da economia não observada no PIB por setor institucional, em 2002, ótica da produção (%)

	N1 Produtores subterrâneos	N2 Produtores ilegais	N5 Empresários registados não inquiridos	N6 reporte incorreto	N7 Outras deficiências estatísticas	Total
Setor das empresas não financeiras				1,2	3,8	5,0
Setor das famílias	3,4	0,6	0,0	6,0	0,1	10,1
Fraude ao IVA				0,6	-	0,6
Total	3,4	0,6	0,0	7,8	3,9	15,7

Fonte: UNECE, 2008; página 237.

Para as Empresas Não Financeiras foram realizados ajustamentos do tipo N6 e N7, os quais foram incluídos nas contas nacionais, representando cerca de 5% do PIB.

Por sua vez, os ajustamentos realizados no setor das Famílias ascendem a 10.1% do PIB. N6 e N1 são os tipos de ajustamento com maior importância relativamente ao total.

No que concerne aos ajustamentos por indústria, o setor do comércio sofreu uma correção mais significativa face aos restantes setores (7.1% do PIB), seguido da construção (2.5% do PIB), setor imobiliário (2.1% do PIB), indústria transformadora (1.5% do PIB) e outros serviços (1.3% do PIB). A tabela seguinte sumariza os principais ajustamentos por indústria.

Tabela 15 (Polónia) - Peso da economia não observada no PIB em 2002 (%)

	N1 Produtores subterrâneos	N2 Produtores ilegais	N5 Empresários registados não inquiridos	N6 Reporte incorreto	N7 Outras deficiências estatísticas	Total
Indústria (C,D,E)	0,2	0,0	-	0,2	1,1	1,5
Construção (F)	1,2	-	-	0,8	0,5	2,5
Comércio (G,H)	1,1	0,4	-	4,1	1,5	7,1

	N1 Produtores subterrâneos	N2 Produtores ilegais	N5 Empresários registados não inquiridos	N6 Reporte incorreto	N7 Outras deficiências estatísticas	Total
Transportes (I)	0,2	-	-	0,2	0,2	0,6
Imobiliário e atividade empresarial (K)	0,1	-	-	1,5	0,5	2,1
Outros setores (A,B,M,N,O,P)	0,6	0,2	0,0	0,4	0,1	1,3
Fraude ao IVA	-	-	-	0,6	-	0,6
Total	3,4	0,6	0,0	7,8	3,9	15,7

Fonte: UNECE, 2008; página 238.

Ótica da Despesa

Segundo a abordagem da despesa, a ENO representou cerca de 7.8% do PIB, em 2002. As componentes da despesa associadas à ENO respeitam ao consumo das famílias, formação bruta de capital fixo, exportações e importações.

*Tabela 16 (Polónia) - Peso da economia não observada no PIB em 2002,
ótica da despesa (%)*

	N1 Produtores subterrâneos	N2 Produtores ilegais	N3 Produtores não sujeitos a registo	N5 Empresários registados não inquiridos	N6 Reporte incorreto	N7 Outras deficiências estatísticas	Total
Consumo das famílias	1,3	0,7	-0,9	0,0	0,7	0,1	1,9
Formação Bruta de Capital Fixo					3,3		3,3
Exportações e Importações		0,1	2,5				2,6
Total	1,3	0,8	1,6	0,0	4,0	0,1	7,8

Fonte: UNECE, 2008; página 238.

Impacto das atividades ilegais no PIB

A tabela 18 apresenta o valor do PIB a preços correntes, o valor estimado para as atividades ilegais e a sua representatividade face ao total da riqueza criada no país. Tanto o valor como a taxa de crescimento do PIB seriam pouco afetadas pela inclusão destas estimativas nas contas oficiais.

Tabela 17 (Polónia) - PIB e estimativa de atividades ilegais (milhões de zlotys)

Especificação	2001	2002	Índice 2001=100
PIB sem atividades ilegais	760595,3	781112,4	102,7
Total das atividades ilegais	3735,9	4652,8	124,5
Drogas	1212,3	18250,0	150,5
Prostituição	1500,1	1656,3	110,4
Contrabando de bens	535,1	684,6	127,9
Roubo e recetação	488,4	486,9	99,7
Pesos das atividades ilegais no PIB	0,49	0,59	120,4
Drogas	0,16	0,23	143,8
Prostituição	0,20	0,21	105,0
Contrabando de bens	0,07	0,09	128,6
Roubo e recetação	0,06	0,06	100,0

Fonte: UNECE, 2008; página 239.

>> REINO UNIDO

O Reino Unido preza pela qualidade das suas contas nacionais ao longo de todo o processo de elaboração das mesmas. Assim, a primeira fase consiste em escolher a fonte de informação que melhor sirva este propósito, optando por bases de dados administrativas e/ou resultados de inquéritos. Posteriormente, dar-se-á o processo de balanceamento através dos quadros de recursos e utilizações.

Não se efetuam quaisquer estimações explícitas referentes a atividades ilegais, no entanto, alguns valores serão incluídos no cálculo do PIB de uma forma implícita. Quer isto dizer que o processo de balanceamento dos quadros de recursos e utilizações leva a que surjam valores estimados implicitamente, em qualquer uma das três óticas adotadas para a estimação do PIB (produção, rendimento e despesa). Por exemplo, o rendimento obtido da venda de produtos roubados pode ser gasto de uma forma legal, pelo que a ótica da despesa será capaz de captar um rendimento auferido pelo exercício de atividades ilegais.

Fontes e métodos de estimação

A exaustividade das contas nacionais é alcançada por três vias: assegurando a qualidade dos dados recolhidos, recolhendo informação através de inquéritos e confrontando os dados a um nível macroeconómico.

Qualidade dos dados

O PIB é calculado segundo três óticas, não obstante cada uma delas se basear em diferentes fontes de informação. Cada uma terá os seus prós e contras: os dados administrativos não são os mais adequados para estimar atividades não observadas (porque há muita informação não reportada às autoridades), contudo, os inquéritos estão mais sujeitos à não resposta, para além de, frequentemente, não terem tanta qualidade ao nível dos dados recolhidos.

Este facto dificulta a tomada de decisão quanto à base de dados a ser utilizada nas contas nacionais, pelo que a escolha é feita caso a caso. Por exemplo, na abordagem da produção, as contas publicadas pelas empresas poderão ser a melhor base de dados, caso se trate de uma indústria caracterizada pela existência de um reduzido número de empresas, mas de grande dimensão (como é o caso das telecomunicações); se, pelo contrário, existir

no mercado um elevado número de empresas de pequena dimensão, a maior propensão à evasão fiscal faz com que os inquéritos sejam a fonte de informação mais adequada para garantir uma maior exaustividade das contas.

Inquéritos

O instituto de estatística do Reino Unido (*Office for National Statistics*) procurou sempre certificar-se que os inquéritos atribuídos às empresas e famílias fossem capazes de recolher a informação necessária à produção de estatísticas para as contas nacionais.

Ao nível empresarial é dado maior destaque ao Inquérito Anual às Empresas (*Annual Business Inquiry*) e, ao nível dos agregados familiares, o Inquérito à Despesa das Famílias (*Family Expenditure Survey*).

Haverá algumas situações em que se beneficiará do cruzamento de dados de ambos os inquéritos, podendo até ser necessário realizar ajustamentos (por exemplo, na estimação da despesa em consumo de tabaco, que é frequentemente subavaliada ao nível dos inquéritos à despesa das famílias). Sempre que possível, e sem prejuízo da qualidade da informação, dever-se-á balancear os dados dos inquéritos com os dados administrativos, ainda que estes últimos sejam utilizados apenas como forma de verificar os valores apurados através de inquéritos. Deste modo, haverá a possibilidade de, em certos casos, melhorar a qualidade das estimativas produzidas, estando menos dependentes da resposta dos inquiridos.

Confronto dos dados ao nível macroeconómico

A abordagem da produção é considerada a melhor por proporcionar inúmeras vantagens no que respeita à exaustividade das contas nacionais. O elevado grau de detalhe das contas, que advém do processo de balanceamento, permite a obtenção de medidas mais precisas para o cálculo do PIB, enquanto as outras abordagens se limitam a apresentar resultados globais ou com um nível de desagregação bastante reduzido.

Além do mais, o cruzamento dos dados relativos ao emprego (comparando a informação recolhida por inquéritos às empresas e pelo Inquérito ao Trabalho, *Labour Force Survey*) faz com que não haja um volume significativo de trabalho não observado que não esteja contemplado nas estimativas das contas nacionais.

O crescente recurso à abordagem da oferta na mensuração da formação de capital fixo (como forma de verificar os valores apurados pela ótica da

despesa) permite a realização de ajustamentos nos casos em que há setores de atividade não cobertos pelas estimativas baseadas na despesa.

Ótica do Rendimento

Esta abordagem baseia-se, sobretudo, nos dados reportados pelo *Inland Revenue* (entidade governamental responsável pela recolha dos impostos). Há alguns inconvenientes no recurso a esta fonte de dados, pelo que se torna necessário efetuar alguns ajustamentos tendo em vista: capturar atividades não observadas, assegurar uma maior cobertura da atividade económica e utilizar outras informações que se mostrem mais fiáveis e/ou atualizadas.

Os dados fiscais utilizados nas contas nacionais do Reino Unido advêm de três fontes (todas providenciadas pelo *Inland Revenue*): dados do *Pay-As-You-Earn* (PAYE), Inquérito ao Rendimento Pessoal (*Survey of Personal Income*) e as declarações fiscais das empresas (*Corporation Tax Returns*).

Dados do PAYE

O imposto devido pelos trabalhadores relativamente aos rendimentos do seu trabalho é, na grande maioria dos casos, calculado pelo empregador. O valor de imposto a pagar será deduzido à remuneração, logo, o trabalhador recebe da entidade patronal a remuneração líquida de imposto. Este sistema, conhecido como o PAYE, evita que os trabalhadores tenham de efetuar qualquer pagamento direto à *Inland Revenue*. Cerca de 90% dos indivíduos sujeitos a pagamento de imposto sobre o rendimento do trabalho encontram-se abrangidos por este sistema, pelo que esta base de dados assume especial relevância no cálculo da remuneração dos trabalhadores.

No final de cada ano fiscal, os empregadores enviam à *Inland Revenue* dados detalhados, referentes a pagamentos e contribuições de cada um dos seus trabalhadores. Será com base numa amostra de 1% dos documentos recolhidos que se estimará as remunerações dos trabalhadores, isto é, considera-se que dos 30 milhões de documentos recebidos anualmente (relativos a deduções fiscais), 300 000 registos serão suficientes para estimar o total de salários e ordenados pagos, com um desvio padrão de aproximadamente 0.25%.

Mesmo os indivíduos que não estão abrangidos por este sistema podem reportar à *Inland Revenue* os dados relevantes no que respeita aos seus rendimentos, no entanto, continua a ser necessário realizar um ajustamento adicional para que as contas nacionais sejam o mais exaustivas possível.

Inquérito ao Rendimento Pessoal (Survey of Personal Income)

Este inquérito anual cobre os indivíduos que obtêm rendimentos do trabalho exercido por conta própria e para os quais a *Inland Revenue* possui registos fiscais, sendo realizado com base numa amostra estratificada.

Os resultados obtidos são utilizados no cálculo dos rendimentos mistos (para os indivíduos que detêm a totalidade do seu negócio; “*sole traders*”) e do excedente de exploração bruto das quase-sociedades (para os negócios que assumem a forma de parcerias). Encontram-se nesta situação os médicos e os dentistas que exercem a sua atividade no Sistema Nacional de Saúde, mas excluem-se os profissionais abrangidos pelo sistema PAYE (por exemplo, quase todos os professores estão contemplados no sistema PAYE).

Este inquérito recolhe ainda informação quanto aos rendimentos recebidos sob forma de rendas.

Declarações Fiscais das empresas

Todas as empresas, industriais ou comerciais, são obrigadas a preencher este inquérito (exceto as quase-sociedades, que estão contempladas no inquérito referido anteriormente), quer tenham lucro ou prejuízo e independentemente da sua dimensão, pelo que a cobertura é de 100%.

Ótica da despesa

Há informação muito detalhada quanto às despesas abrangidas pelos inquéritos, reforçando o recurso ao cruzamento de dados, mas não há nenhum ajustamento “especial” que se possa destacar do que é praticado noutros países. A maioria visa assegurar uma maior cobertura/exaustividade.

Tabela 1 (Reino Unido) - Ajustamento da cobertura do consumo final das famílias

Categoria	Principal fonte dos dados	Ajustamento
Alimentação e bebidas não alcoólicas	NFS	• Ajustamento de fontes comerciais • Despesas em refrigerantes • Compras pontuais (chocolates, gelado, etc.) • Bens alimentares consumidos fora de casa

Categoria	Principal fonte dos dados	Ajustamento
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	HM <i>Customs and Excise</i> (HMCE)	• Dedução para remover as despesas empresariais em bebidas alcoólicas • Ajustamento ao contrabando através do <i>Blue Book</i> 2001
Vestuário e calçado	Inquérito às vendas a retalho	• Ajustamento para limpeza e reparação
Rendas imputadas	Estimativa ONS	• Variação do número de proprietários e das rendas médias
Bens e serviços de apoio doméstico	FES	• Ajustamento relacionado com rendimentos em espécie
Compra de veículos	ABI (comércio de carros)	• Deduções das vendas para empresas • Ajustamento relacionado com rendimentos em espécie em empresas de carros (ótica do rendimento)
Reparação de veículos	FES	• Ajustamento associado a pagamentos de seguradoras (Associação de Seguradoras Britânicas)
Viagens de comboio	DETR	• Dedução para despesas empresariais
Viagens de autocarro	DETR	• Dedução para despesas empresariais e despesas da administração pública
Viagens de avião	IPS/CAA	• Dedução para despesas empresariais
Equipamentos audiovisuais	ABI (retalho)	• Ajustamento associado a filmes, vídeos e reparações
Outros itens recreativos	ABI (retalho)	• Ajustamento para despesas veterinárias e manutenção de jardins
Serviços recreativos e culturais	FES	• Ajustamentos para despesas dos jovens em cinemas • Ajustamento associado ao aluguer de televisões e vídeos
Jogos de azar	HMCE/OFLOT	• Ajustamento para apostas em curso
Jornais / revistas	FES	• Ajustamento para registos em falta
Restaurantes e hotéis	FES	• Deduções associadas à despesa de turistas estrangeiros • Ajustamento para rendimentos em espécie
Serviços personalizados	FES	• Ajustamento para despesas em artigos de higiene pessoal, etc.
Bens privados de uso pessoal	ABI (retalho)	• Dedução da formação de capital

Categoria	Principal fonte dos dados	Ajustamento
Proteção social	FES	• Ajustamento para residências / lares de idosos
Seguros	FES	• Dedução associada à cobrança de serviços
Serviços financeiros	BOE / Inland Revenue	• Ajustamentos diversos para a cobrança de serviços

Fonte: UNECE; 2008: página 321

Atividades Ilegais

Um estudo publicado pela *UK Economic Trends* (na edição de julho de 1998) estimou o valor acrescentado proporcionado por atividades ilegais como o tráfico de droga, prostituição, venda de produtos roubados e apostas ilegais, tendo obtido os resultados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2 (Reino Unido) - Atividades ilegais que geram valor acrescentado, 1996

	Valor acrescentado (% do PIB)	Despesa dos consumidores (%)
Drogas	0,5 - 1,1	0,9 - 2,1
Prostituição	0,2	0,2
Venda de bens roubados	0,1	0,1
Apostas ilegais	0,1	0,2
Total	0,9 - 1,5	1,4 - 2,6

Fonte: UNECE; 2008: página 323

A inclusão de atividades ilegais nas contas nacionais teria três efeitos principais: o rendimento obtido através dessas atividades (que corresponde ao valor acrescentado) seria incluído na conta referente ao rendimento dos trabalhadores por conta própria; as despesas dos consumidores neste tipo de bens e/ou serviços seria classificado como despesas das famílias em consumo final; as importações ilegais incluir-se-iam na importação de bens. Depreende-se, portanto, que o setor institucional Famílias seria o mais afetado.

O instituto nacional de estatística não realiza qualquer estimativa explícita destas atividades por falta de fontes de informação adequadas que conduzam a estimativas credíveis e precisas.

Todavia, importa notar que as contas nacionais incluem algumas atividades desenvolvidas de uma forma ilegal, nomeadamente, a venda de álcool e tabaco a indivíduos com menos de 16 anos e a venda de bilhetes, a jovens com menos de 18 anos, para assistir a filmes cujos espetadores deveriam ter mais de 18 anos.

As contas publicadas em setembro de 2001 incluíram, pela primeira vez, estimativas das despesas das famílias em consumo de álcool e tabaco associados a contrabando. Estas estimativas referem-se ao ano de 1995 e resultam da combinação dos dados recolhidos pela “*HM Customs and Excise*” com alguns pressupostos no que respeita aos preços de venda desses bens.

O estudo de 1998 referido anteriormente, publicado pela *UK Economic Trends*, não é passível de utilização nas contas nacionais, uma vez que há estimativas que necessitam de alguns ajustamentos. Além do mais não é clara a ligação entre a economia legal e a ilegal (por exemplo, não se sabe se o rendimento obtido através de atividades ilegais será ou não utilizado em atividades legais), impedindo uma correta classificação das atividades.

Em suma, não se prevê uma inclusão de estimativas explícitas no que concerne a atividades ilegais, à exceção do contrabando.

Rendimentos Ocultos

No seguimento de uma recomendação feita pelo Eurostat, a metodologia adotada no que respeita à mensuração dos rendimentos não observados foi melhorada. O novo modelo a adotar foi conhecido após a publicação do *Blue Book*, em 1998, e originou uma revisão das contas nacionais desde 1989.

Assistiu-se, portanto, a uma melhoria da qualidade da informação produzida e apresentada nas contas nacionais, que se deveu, por um lado, ao recurso a uma fonte de informação mais completa e, por outro, à adoção de um modelo de estimação mais adequado.

O referido modelo assume que as estimativas anuais do rendimento oculto terão como referência o ano de 1994, dependendo também: do nível de rendimentos ocultos no ano anterior; do crescimento de um indicador que melhor represente as alterações da procura (seja o rendimento misto ou a remuneração dos trabalhadores); do volume de negócios, por indústria/setor de atividade, dos trabalhadores por conta própria (únicos detentores do negócio ou em parceria); do imposto pago, quer por trabalhadores por conta própria, quer por trabalhadores por conta de outrem.

$$\text{Nível}_{n-1} = \text{Nível}_1 \times \text{Variação do rendimento (ou do volume de negócios)} \times \text{Variação do montante de imposto pago}$$

Fonte: "UNECE; 2008: página 325

No Reino Unido, é mais frequente surgirem situações de sonegação por parte de trabalhadores por conta própria, pelo que este fenómeno terá uma dimensão mais reduzida no caso de trabalhadores por conta de outrem. Em 1994 (ano de referência) o ajustamento em análise gerou um aumento do valor total das remunerações dos trabalhadores na ordem dos 0.25%, enquanto o rendimento misto total foi elevado em cerca de 23.3%.

>> REPÚBLICA CHECA

O Centro de Estatística da República Checa (CZSO) procurou, desde o início da década de 90, compilar as contas nacionais de modo a que estas sejam o mais exaustivas possível. Para tal são realizados dois tipos de ajustamentos: o primeiro respeita a ajustamentos metodológicos e conceituais (estimação das rendas imputadas e ajustamentos despoletados pelo facto dos conceitos e regras de contabilidade de uma empresa serem diferentes dos que se aplicam às contas nacionais) e o segundo encontra-se associado à estimação de atividades não observadas.

Os ajustamentos de exaustividade foram incorporados nas contas nacionais da República Checa logo a partir do momento em que foram estimados. Durante o PPE de 1998 o processo de estimação da ENO tornou-se mais sistemático e consistente, tendo sido posteriormente melhorado com o segundo projeto, em 2003. A classificação da ENO segue, portanto, a classificação proposta mais recentemente pelo Eurostat (N1-N7).

Ótica da Produção

N1 – Produtores que deliberadamente não se encontram registados (Produtores subterrâneos)

Este tipo de ajustamentos referem-se a produtores que deliberadamente não procedem ao registo da sua atividade, com intuito de evitar o pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social. Este fenómeno é relevante na República Checa, sobretudo em unidades de pequena dimensão.

No sul da Morávia é possível observar a existência de atividades não observadas tanto em zonas rurais, como urbanas. A elevada taxa de desemprego poderá ser um dos fatores explicativos, bem como a existência de legislação desatualizada e regulação ineficiente.

Os artesãos não veem qualquer tipo de vantagem em reportar a sua atividade e nem sequer consideram que tal seja arriscado, dada a diminuta probabilidade de estarem sujeitos a auditorias ou qualquer tipo de sanção legal.

As estimativas da ENO do tipo N1 basearam-se, por um lado, no número estimado de produtores que deliberadamente não se encontram registados e, por outro lado, nas estimativas do consumo intermédio e valor acrescentado por trabalhador. A primeira estimativa foi apurada segundo os resultados do Inquérito ao Emprego, indicadores do mercado de trabalho e tabelas de recursos e utilizações.

*Tabela 1 (Rep. Checa) - Estimativa da produção por produtores
deliberadamente não registados, 2000*

NACE		Número de produtores deliberadamente não registados	Valor acrescentado por trabalhador	Valor acrescentado bruto	Consumo intermediário	Output bruto
			milhares de CZK	milhões de CZK		
A	Agricultura	2611	227,5	594	149	743
B	Pesca					
C	Indústria Extrativa					
D	Indústria Transformadora	10956	140,1	1535	387	1922
E	Electricidade					
F	Construção	2367	188,1	4451	1146	5597
G	Comércio, Reparação	3796	163,6	621	155	776
H	Hotéis, restaurantes					
I	Transportes, Comunicações	3876	248,2	962	241	1203
J	Finanças					
K	Imobiliário e serviços empresariais	3264	184,7	603	151	754
L	Administração Pública					
M	Educação	1462	210,7	308	77	385
N	Saúde, Segurança Social	1272	202,0	257	64	321
O	Outros serviços	4839	183,1	886	222	1108
P	Residências particulares	1468	89,9	132	0	132
	Total	57215	180,9	10349	2592	12941

Fonte: UNECE, 2008; página 96.

Observação: na coluna do valor acrescentado por trabalhador, no texto original tem para a Agricultura « 227 5 » e nós “traduzimos” por « 227,5 », procedendo da mesma forma nas linhas seguintes

N2 – Produtores deliberadamente não registados – Produtores ilegais

São considerados quatro tipos de atividades ilegais: prostituição, produção e consumo de drogas, venda de produtos roubados e contrabando. Para a prostituição e vendas de produtos roubados encontram-se disponíveis séries temporais longas para proceder às respetivas estimações que, posteriormente, são incluídas nas contas nacionais.

Prostituição

A estimação do valor gerado pelos serviços de prostituição assenta, essencialmente, em três estudos: a análise do Ministério do Interior, um inquérito telefónico e o estudo "Factos, Estimação e Tendências associadas à Prostituição na República Checa" ("*Facts, estimation and prostitution trends in Czech Republic*"). Através do recurso a estas fontes de informação foi possível concluir que existiam cerca de 6 300 pessoas a prestar serviços de prostituição, auferindo um rendimento diário de aproximadamente 2 500 coroas checas (CZK), o que equivale a um montante anual global de 5749 milhões de coroas checas (CZK).

De acordo com o parecer de especialistas, 65% dos consumidores são estrangeiros, pelo que 3737 milhões de coroas checas são incluídos nas contas nacionais como exportação de serviços e 2012 milhões de coroas checas constituem consumo final das famílias.

Estima-se que os custos associados à atividade (tais como a aquisição de vestuário, produtos de cosmética e despesas de táxi) representem cerca de 20% do valor gerado, o que equivale a 1150 milhões de coroas checas. Estes custos são considerados como consumo intermédio.

No total, o valor gerado por esta atividade ascendeu a 0.2% do PIB em 2000, ou seja, cerca de 1.985 biliões de coroas checas.

Consumo de droga

Do lado da procura, o valor do consumo final de drogas corresponde ao número de consumidores multiplicado pela quantidade média consumida valorada de acordo com os preços praticados nas ruas.

Os Serviços de Saúde e do Ambiente (*Environmental Health Office*) constituem uma importante fonte de informação para que o Centro de Estatística da República Checa possa estimar a quantidade média anualmente consumida. Por sua vez, os preços praticados nas ruas são estimados de acordo com dados obtidos junto da Polícia.

Do lado da oferta, o valor do consumo final de drogas corresponde ao valor das importações que têm como destino a República Checa, valoradas aos preços de rua, multiplicado por um coeficiente que tem em conta o grau de pureza das drogas.

Para estimar as importações com destino à República Checa é necessário conhecer as quantidades de droga apreendidas (recorrendo à Direção Geral das Alfândegas e aos relatórios da Polícia), que são multiplicadas por um coeficiente que terá em conta as drogas que são transacionadas, mas que

não foram apreendidas, e, finalmente, multiplicadas pela percentagem de drogas importadas que têm efetivamente como destino a República Checa. Os relatórios e estatísticas da Polícia são a principal fonte de informação utilizada.

Venda de Produtos Roubados

Assume-se que quase todos os produtos roubados (em domicílios, lojas, veículos de transporte de passageiros ou de mercadorias,...) se destinam a revenda através de um intermediário. Enquanto o roubo em si não constitui uma atividade produtiva, a transação dos mesmos com recurso a intermediário já constitui uma atividade comercial, pelo que deve ser estimada. Todavia, é necessário ter em atenção que uma parte dessas vendas poderá ser captada nas contas nacionais (por exemplo, via consumo final das famílias que constituem os compradores de produtos roubados). Além disso, poder-se-á assumir que uma parte dessas vendas poderá ser realizada de uma forma legal (basta que um retalhista adquira mercadoria roubada através do seu fornecedor, vendendo-a ao público num estabelecimento de uma forma perfeitamente legal).

A margem dos intermediários apenas foi estimada para o caso de furto de veículos de transporte de passageiros. Esta margem foi estimada (com recurso a estatísticas criminais) em cerca de 10%, pelo que, em 2000, estima-se que as margens deste tipo de roubo ascenderam a 0.4 biliões de coroas checas. Até ao momento, as vendas de outros produtos roubados ainda não foram estimadas, isto porque se admite que uma parte dessas vendas esteja já a ser captada através de estatísticas da economia legal. Trata-se, portanto, de evitar uma dupla contabilização.

Venda de produtos contrabandeados

A importação ilegal de bens para revenda é um fenómeno comum na República Checa, especialmente no caso do tabaco, bebidas alcoólicas, combustível, vestuário, calçado e carros em segunda mão (frequentemente roubados), em que o preço de compra se encontra significativamente abaixo do preço praticado no mercado em que estes bens são transacionados legalmente.

A venda produtos contrabandeados não foi estimada explicitamente, apesar das estatísticas criminais providenciarem dados referentes ao contrabando e à perda de direitos aduaneiros. Em vez disso, o CZSO assumiu que essas vendas constituem parte do total das vendas de pequenos re-

talhistas, para os quais o CZSO já dispõe de estimativas no que respeita aos rendimentos que possam ser ocultados. Além disso, entende-se que os dados disponibilizados pelas estatísticas criminais possam estar a subestimar o valor efetivamente gerado por atividades de contrabando, uma vez que apenas se têm em conta as infrações registadas.

N3 – Produtores Não Sujeitos a Registo

Setor Informal

Apenas algumas atividades produtivas levadas a cabo pelas famílias foram incluídas nas estimativas do setor informal, uma vez que há atividades que já foram estimadas para o tipo N1 e N5. Assim, resta estimar a produção ocasional de bens agrícolas e que não atingem o limiar para além do qual se exige o registo (isto é, atividades legais que as famílias não declaram pelo facto do rendimento obtido ser inferior a um determinado nível previamente fixado), bem como a prestação de serviços, por parte das famílias, com carácter informal. Este último é estimado com base no número de pessoas afetas a este tipo de serviços (convertido em equivalentes a tempo inteiro), assumindo um período de trabalho de 12 meses por 10 000 coroas checas (que corresponde, aproximadamente, ao ganho médio mensal líquido na República Checa).

Tabela 2 (Rep. Checa) - Estimativa da produção de serviços de pessoal doméstico

Número de pessoal	2400
Número de pessoal (equivalentes em tempo integral)	2280
Rendimento por mês	10000 CZK
Número de meses trabalhados	12
Total da produção bruta	274 milhões CZK

Fonte: UNECE, 2008; página 98.

Construção de moradias

Os dados referentes à construção de habitações por parte das famílias baseia-se principalmente nos relatórios estatísticos anuais relativos às autorizações de construção local.

Atendendo ao investimento total necessário à construção de uma habitação familiar, realizada por pessoas singulares, estima-se que entre 50% a 55% dos custos estão associados ao pagamento de trabalhos executados por empresas especializadas (dependendo se se trata da construção de uma

habitação ou de uma extensão), enquanto os restantes 45% a 50% são atribuíveis à construção realizada a título individual.

O Inquérito ao Orçamento Familiar (Household Budget Survey) constitui também uma fonte de informação que permite avaliar os consumos intermédios e trabalhos de restauração que não são captados pelas autoridades de planeamento e construção. Neste inquérito há um grupo especial de despesa relacionado precisamente com a construção executada a título individual. Estas despesas não são incluídas no consumo final das famílias e aplicam-se a dois itens: bens destinados à construção ou restauração de habitações; aquisição de serviços de construção para a construção ou restauração de habitações.

Produção agrícola para consumo final próprio

A produção agrícola realizada para consumo próprio é estimada através de dados referentes ao orçamento das famílias, dados do FADN (Farm Accountancy Data Network), estatísticas florestais e estimativas de especialistas. O consumo intermédio foi estimado, em 1995, por especialistas, tendo-se utilizado o valor apurado para os anos seguintes.

Os dados do FADN relativos ao consumo final próprio foram obtidos através do Instituto de Economia Agrícola (Research Institute of Agricultural Economics). O inquérito foi conduzido em março de 2000 e incluiu 1204 empresas agrícolas. Os dados deste inquérito referem-se apenas aos agregados familiares que desempenham atividades agrícolas e para os quais se dispõe de informação quanto aos bens produzidos.

Os dados florestais disponíveis nos relatórios publicados pelo Ministério da Agricultura revelam que a maior parte das famílias se dedica à produção de cogumelos e bagas (morangos, framboesas, amoras, mirtilos,...).

Tabela 3 (Rep. Checa) - Produção florestal (milhões de CZK)

Produtos florestais coletados pelas famílias	Produção total	Estimativa dos peritos da % destinada ao autoconsumo	Produção para autoconsumo final das famílias	Produção destinado ao mercado
Cogumelos	2007	80	1606	402
Mirtilos	985	50	492	492
Framboesas	219	95	208	11
Amoras	146	95	139	7
Oxicoco	109	90	98	11

Produtos florestais coletados pelas famílias	Produção total	Estimativa dos peritos da % destinada ao autoconsumo	Produção para autoconsumo final das famílias	Produção destinado ao mercado
Sambucos	184	10	18	166
Total	3650		2561	1089

Fonte: UNECE, 2008; página 100.

Tabela 4 (Rep. Checa) - Produtos agrícolas para consumo próprio (milhões de CZK)

Produto	Total	HBS	FADN	Produtos florestais
Carne de porco	2280	2280		
Carne de vaca, outra carne, miudezas comestíveis	581	578	3	
Carne de coelho	2617	2617		
Carne de porco fumada, bens de fumeiro	722	722		
Carne enlatada	144	144		
Aves domésticas	957	957		
Banha e <i>bacon</i>	337	337		
Ovos	1800	1198	602	
Leite	279		279	
Batatas	1303	515	788	
Vegetais frescos	2624	1694	930	
Frutos frescos de zona temperada	4776	4630	146	
Outros alimentos e bebidas	2539	1607	932	
Uvas	468	202	266	
Bebidas espirituosas e alcoólicas	552	552		
Produtos florestais	2561			2561
Total	24540	18033	3946	2561

Fonte: UNECE, 2008; página 100.

N4 – Pessoas Singulares não inquiridas

A atualização dos registos estatísticos é essencial para a compilação das contas nacionais. Na maioria dos países da UE, os institutos de estatística têm acesso permanente a bases de dados administrativas relativas a contribuições para Segurança Social, impostos sobre o rendimento e impostos sobre o consumo. No outono de 2002 os registos empresariais foram atua-

lizados, mas, pela primeira vez, com a base de dados referente aos contribuintes. Deste modo, o número de pessoas singulares ativas aumentou em cerca de 79 667 e o número de pessoas coletivas aumentou 2 550, para o ano de 2000.

Esta atualização dos dados originou, em termos agregados, um aumento da produção em 2.3% e do consumo intermédio em 1.8%.

N5 – Empresários registados e não inquiridos

Incluem-se na categoria N5 as atividades económicas para as quais não se exige o registo na base de dados empresarial (*Business Register*), mas que se encontram registadas noutras bases de dados (por exemplo, contribuintes).

Tendo em conta a definição de empresário, as pessoas singulares que se dedicam às artes (escultores, pintores, escritores), jornalistas, profissionais de desporto, e outras ocupações de *freelancer*, não se encontram registadas e, portanto, também não são inquiridas. Além do mais, a lei não define que as pessoas singulares que desempenhem atividades produtivas devem estar registadas, sendo que algumas nem sequer são obrigadas a registo para pagamento de imposto sobre o rendimento obtido através dessa atividade.

A extensão e natureza das atividades não registadas na base de dados empresariais, mas oficialmente reportada nas declarações fiscais (como é o caso dos direitos de autor, rendimentos de artistas e de profissionais do desporto, rendas recebidas pelo aluguer de imóveis,...) deu origem a um ajustamento da produção bruta (em cerca de 26 680 milhões de coroas checas), consumo intermédio (estimado em cerca de 5 330 milhões de coroas checas) e, consequentemente, do valor acrescentado (21 350 milhões de coroas checas), referentes ao ano 2000.

As estimativas anteriores não incluem as atividades produtivas que não atingem o limiar a partir do qual é obrigatória a declaração fiscal das mesmas. De igual modo, as atividades ocultas deliberadamente pelos produtores não estão aqui incluídas, por pertencerem às categorias N3 e N6.

N6 – Reporte Incorreto de dados por parte do produtor

O reporte incorreto de dados no sentido de reduzir o pagamento de impostos e outras contribuições é um fenómeno comum na República Checa, sobretudo em atividades com um baixo grau de controlo.

Em 1999 foi conduzido um inquérito especial para este tipo de situações, cujos resultados foram utilizados nas contas nacionais de 1997 até 2000.

No âmbito do PPE de 2002 foi realizado um novo inquérito para rever os resultados anteriores.

Dados os contornos deste fenómeno, se o inquérito fosse dirigido às unidades produtivas seria necessário manter o anonimato dos inquiridos, uma vez que, se tal não fosse feito, as respostas não seriam verdadeiras. Assim, considerou-se mais adequado recorrer à opinião de 3000 especialistas (tais como auditores, conselheiros fiscais e financeiros e contabilistas) que apresentaram as suas estimativas. Foi-lhes solicitada uma descrição geral da situação de acordo com a experiência e contacto com os clientes e não por tipo de unidades produtivas em particular.

As taxas médias de distorção intencional (ajustadas para outliers) foram calculadas por categorias de atividade e por dimensão da unidade, isto é, por número de funcionários. Os valores apurados para os anos de 1999 e 2003 constam na tabela seguinte.

Tabela 5 (Rep. Checa) - Taxas de distorção intencional dos dados reportados (%)

CZ-NACE	Rendimentos		Materiais		Serviços		Salários	
	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003
A+B	12,28	0,00	2,60	0,00	0,54	0,00	3,05	0,00
C+D+E	5,41	1,76	2,98	0,72	3,11	1,92	1,00	0,26
F+I	9,90	7,88	8,42	8,09	8,39	7,82	2,99	6,50
G+H	23,08	8,29	9,50	5,13	12,15	6,91	7,85	6,41
J+K+L+M+N+O	2,56	2,27	5,38	3,55	10,88	5,60	0,34	0,38
Total	8,74	5,12	4,40	4,08	7,69	5,06	2,63	3,29

Fonte: UNECE, 2008; página 103.

Tabela 6 (Rep. Checa)- Estimação do reporte incorreto de dados intencional (milhões de CZK)

CZ-NACE	Produção bruta P.1	Consumos Intermediários P.2		Salários e ordenados D.11	Valor acrescentado B.1g	Excedente bruto operacional / Rendimento misto	Peso no valor acrescentado total por NACE
		Materiais	Serviços				%
1999							
A+B	5196	604	38	586	5838	5252	7,7
C+D+E	6473	4887	1328	1105	12688	11583	2,1
F+I	15303	4642	5597	1462	25542	24080	7,5
G+H	32606	2494	6392	4699	41492	36793	13,3
J+K+L+M+N+O	1890	1092	5833	129	8815	8686	1,4

CZ-NACE	Produção bruta P.1	Consumos Intermédios P.2		Salários e ordenados D.11	Valor acres- centado B.1g	Excedente bruto ope- racional / Rendimento misto	Peso no valor acrescentado total por NACE
		Materiais	Serviços				%
Total	61468	13718	19189	7981	94375	86394	4,8
2003							
A+B	0	0	0	0	0	0	0,0
C+D+E	2414	1329	1483	42	5226	5184	0,8
F+I	23369	9133	12813	1850	45315	43465	13,3
G+H	27374	3512	8731	3054	39617	36563	12,7
J+K+L+M+N+O	2877	1570	7117	56	11564	11508	1,8
Total	56034	15544	30144	5002	101722	96720	5,1

Fonte: UNECE, 2008; página 103.

N7 – Insuficiências Estatísticas

Na categoria N7 são estimados os salários e rendimentos em espécie, bem como as gorjetas. Em pormenor, requer-se a estimação de:

- Salários e rendimentos em espécie sujeitos a tributação
- Vales de refeições
- Contribuições de fundos sociais
- Ajudas de custo para viagens de negócio
- Despesas de vestuário dos membros das Forças Armadas
- Outras despesas sociais
- Benefícios associados à habitação (housing contribution)
- Bens disponibilizados a custos inferiores
- Veículos da empresa postos à disposição para uso pessoal dos colaboradores
- Alojamento e alimentação sem pagamento associado.

Para quantificar os salários e rendimentos em espécie recorreu-se a três fontes de informação: questionários estatísticos e financeiros referentes a rendimentos e custos das unidades produtivas residentes, inquérito estatístico dos custos laborais e estimações realizadas por especialistas.

O CZSO assume que apenas são atribuídas aos profissionais das seguintes áreas: restaurantes e bares, salões de cabeleireiros e tratamentos de estética, atividades de bem-estar e táxis.

As gorjetas são estimadas segundo dois métodos: o primeiro (tabela 9) baseia-se nas despesas de consumo final das famílias e visitantes estrangeiros (o montante de gorjetas varia entre 3% e 10% do total do pagamento

efetuado, dependendo das práticas locais e da qualidade do serviço); o segundo método (tabela 10) tem por base o número de pessoas ativas em cada área acima referida, o montante de gorjetas recebidas por dia e o número médio de dias de trabalho por ano.

Após comparar os resultados obtidos pelos dois métodos, e procurando aproximar as estimativas obtidas por cada um, estima-se que as gorjetas ascendam a 3270 milhões de coroas checas para o ano 2000. Este valor foi incluído nos cálculos da produção e do rendimento, de acordo com o número de trabalhadores em cada um dos setores.

Tabela 7 (Rep. Checa) - Rendimentos em espécie e gorjetas: estimativa e registo nas contas nacionais, 2000 (milhões de CZK)

Tipo de rendimento em espécie (códigos do SNA)		Produção	Consumo Intermédio	Salários e ordenados		Consumo privado às famílias	Juros
				Total	Acre- centado		
		P.1	P.2	D.11	D.11	P.31	D.41
1.	Salários e ordenados em espécie (tributáveis)			997		997	
2.	Senhas de refeição		-426	9607	2152	4803	
3.	Contribuições para fundos sociais		-192	3705	967	3705	
4.	Ajudas de custo			7923			
5.	Despesas em vestuário de membros das forças armadas		-327	327	327	327	
6.	Outras despesas sociais (cobertas por custos)		-1365	1365	1365	1365	
7.	Contribuições para o domicílio	267	-217	484	484	484	
8.	Bens providenciados a baixo custo ou livres de cobrança	122		122	122	122	
9.	Juros remetidos			130	130		130
10.	Carros da empresa utilizados para usos pessoais	3734		3734	3734	3734	
11.	Alojamento e alimentação providenciados gratuitamente	742		742	742	742	
12.	Gorjetas	3269		3269	3269		
Total		8134	-2527	32405	13292	16279	130

Fonte: UNECE, 2008; página 107.

Tabela 8 (Rep. Checa) - Gorjetas: estimativa em percentagem do consumo final, 2000 (milhões CZK)

	Total	Restaurantes	Bares	Táxi	Cabeleireiro	
					H	M
Despesas de consumo final das famílias e dos não residentes	58283	27852	16875	3625	1015	8916
% relativa às gorjetas		7,0	3,5	5,0	10,0	5,0
Gorjetas (milhões de CZK)	3270	1950	591	181	102	446

Fonte: UNECE, 2008; página 107.

Tabela 9 (Rep. Checa) - Gorjetas: estimativa por número de pessoas, 2000 (milhões de CZK)

	Total	Restau- rantes	Bares	Outros trans- portes terrestres	Outras ati- vidades de serviços
Número de pessoas - Total	295659	112268	3850	131728	47813
Número de empregados	192926	80111	2701	96365	13749
Número de trabalhadores proprietários das empresas	102733	32157	1149	35363	34064
Trabalhadores com oportunidade de receber gorjetas	51430	22454	3850	13173	11953
Gorjetas por dia		420	650	70	220
Número médio de dias de trabalho		211,65	211,65	201,76	205,88
Gorjetas (milhões de CZK)	3253	1996	530	186	541

Fonte: UNECE, 2008; página 107.

*Sumário dos ajustamentos segundo a ótica da produção**Tabela 10 (Rep. Checa) - Sumário dos ajustamentos pela ótica da produção 2000 (milhões de CZK)*

Componentes	Tipo de ajustamento							Total		
	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Absoluto	% do item	% do PIB
Produção bruta	12941	6169	58001	86144	26680	65787	7199	262921	4,9	
Consumos intermédios	2592	1234	30743	53291	5330	-29307	0	63883	1,9	
Valor acrescentado bruto	10349	4935	27258	32853	21350	95094	7199	199038	10,3	9,3
% do PIB	0,5	0,2	1,3	1,5	1,0	4,4	0,3	9,3		

Fonte: UNECE, 2008; página 108.

Ótica da Despesa

Despesas de Consumo Final das Famílias

No que concerne às despesas das famílias (de notar que os empresários pertencem a este setor institucional) são efetuados os ajustamentos apresentados na tabela abaixo.

Estimação dos serviços ilegais (N.2) – os serviços de prostituição têm sido incluídos nas contas nacionais, sendo que a parte consumida por residentes constitui consumo final das famílias.

Produção para consumo final próprio (N.3) – a estimação é efetuada com base em três fontes de informação: o Inquérito ao Orçamento das Famílias (*Household Budget Survey*), dados do FADN (*Farm Accountancy Data Network*) e o relatório florestal publicado pelo Ministério da Agricultura.

Consumo Privado dos Empresários (N.6) – esta estimação tem por base os cálculos associados à ENO, nomeadamente a estimação dos custos reportados em excesso por parte dos produtores. Uma parte desses custos “adicionais” são fictícios, no entanto, admite-se que uma outra parte corresponda a consumo privado dos empresários, reportados como custos da atividade empresarial.

Consumo de produtos recebidos como rendimentos em espécies (N.7) – para estimar os rendimentos em espécie de militares, o Instituto de Estatística da República Checa recorreu a um inquérito estatístico aos orçamentos das organizações em 1999.

Bebidas alcoólicas e tabaco (N.7) – para este tipo de produtos, os dados referentes ao imposto especial sobre o consumo são indispensáveis. Os cálculos para produtos domésticos e importados são efetuados separadamente. Além do mais, é necessário conhecer os preços médios praticados, para que assim seja possível calcular as despesas representativas do consumo das famílias.

Tabela 11 (Rep. Checa) - Consumo privado das famílias por tipo de ajustamento, 2000 (milhões de CZK)

Produtos (Classificação do Consumo Individual por Objetivo)	Correção do Inquérito ao orçamento familiar (IOS)	Fontes alternativas (-/+)	Consumo dos residentes no estrangeiro	Consumo em organizações sociais	Atividades ilegais	Consumo final próprio	Consumo pessoal dos empresários	Salários em espécie
	Total							
1. Alimentação, bebidas não alcoólicas			2228			18622		122
2. Bebidas alcoólicas, tabaco	73376	71087	710			1579		0
3. Vestuário e calçado	2904		2203				374	327

Produtos (Classificação do Consumo Individual por Objetivo)	Correção do Inquérito ao orçamento familiar (IOS)	Fontes alternativas (+/-)	Consumo dos residentes no estrangeiro	Consumo em organizações sociais	Atividades ilegais	Consumo final próprio	Consumo pessoal dos empresários	Salários em espécie
	Total							
4a. Rendas	4956	4246	226					484
4b. Habitação, água, eletricidade e gás	324		194			-347	327	150
5. Equipamento doméstico	6186		1599			-115	4702	
6. Saúde	483		108			-171		546
7. Transportes	11987		6032			-166	1397	4724
8. Comunicações	1600		15				1585	
9. Serviços de lazer, cultura e desporto	26218	14800	2807			1783	2515	4313
10. Educação	68		0					68
11. Hotéis, cafés e restaurantes	13424		4934				2945	5545
12. Outros bens e serviços	24369	18076	637	3544	2012			
TOTAL	186867	108209	21693	3644	2012	21185	13845	16279
% do total do IOS	16,9	9,8	2,0	0,3	02	1,9	1,3	1,5

Fonte: UNECE, 2008; página 109.

Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas e ISFLSF

Em ambos os setores, os ajustamentos de exaustividade referem-se apenas a salários e rendimentos em espécie. No caso das ISFLSF as estimações são realizadas com base num inquérito amostral.

Formação Bruta de Capital Fixo

No que respeita à formação bruta de capital fixo são realizados quatro ajustamentos: balanceamento das aquisições, alienações e transferências livres de cobrança de ativos fixos existentes (que, em 2000, originou uma correção no montante de 8142 milhões de coroas checas); balanceamento dos fluxos de mercadorias (N6) através das tabelas de recursos e utilizações; atualizações dos registos empresariais (N4); construções efetuadas a título individual (N3) que, em 2000, originou uma correção no montante de 34830 milhões de coroas checas.

Exportações e Importações de Bens e Serviços

Para assegurar a exaustividade das exportações e importações de bens e serviços é estimado o consumo de residentes a laborar no estrangeiro, o consumo de não residentes que trabalham na República Checa e a exportação de serviços de prostituição.

Consumo de residentes a trabalhar no exterior (N7) – tem por base o número de residentes que trabalham fora da República Checa (obtido trimestralmente através do Inquérito ao Emprego) e as estimativas anuais de consumo de alimentos, bens manufaturados e serviços por pessoa.

Consumo de trabalhadores não residentes (N7) – é estimado com base no número de indivíduos não residentes a laborar na República Checa (divididos por grupos de acordo com o país de origem e estimados com base nos hábitos de consumo) e nas estimativas anuais de consumo de alimentos, bens manufaturados e serviços por pessoa.

Sumário dos ajustamentos segundo a ótica da despesa

Tabela 12 (República Checa) - Sumário dos ajustamentos na ótica da despesa, 2000 (milhões de CZK)

Componentes	Tipo de ajustamento							Total		
	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Abs.	% item	% PIB
Despesas de consumo final das famílias		2012	21185	0	11393	14451	4866	53907	4,9	2,5
Compra de bens e serviços		2012				14451		16463	1,5	0,8
Produção para consumo próprio			21185					21185	1,9	1,0
Outras componentes do consumo final das famílias							4866	4866	0,4	0,2
Consumo final da administração pública								0	0,0	0,0
Consumo final das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias						978		978	7,3	0,0
Formação bruta de capital fixo			31482	9300		13369		54151	9,2	2,5
Variação das existências				3929		-16769		-12840	-33,8	-0,6
Exportações							4371	4371	0,3	0,2
Importações							870	870	0,1	0,0
Total		2012	52667	13229	11393	12029	8367	99697	4,6	4,6
% do PIB	0,0	0,1	2,5	0,6	0,5	0,6	0,4	4,6		

Fonte: UNECE, 2008; página 112.

Ótica do Rendimento

Como as estimativas efetuadas segundo a ótica do rendimento utilizam as mesmas fontes de informação e procedimentos para lidar com a “não resposta” comparativamente à ótica da produção, poder-se-á admitir que os ajustamentos de exaustividade segundo a ótica do rendimento tem as mesmas vantagens e desvantagens que as estimativas obtidas segundo a ótica da produção.

Nesta abordagem, apenas os salários e rendimentos, excedente de exploração líquido e rendimento misto são alvos de correções. A tabela seguinte apresenta os principais ajustamentos realizados.

Tabela 13 (República Checa) - Sumário dos ajustamentos na ótica do rendimento, 2000

Item		Tipo de ajustamento							Total		
		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Abs.	% item	% PIB
D.11	Salários e ordenados	0	0	272	0	0	8355	8339	16966	2,08	0,66
125	Contribuições sociais dos trabalhadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
D.12											
D.21	Impostos sobre os produtos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
D.29	Outros impostos sobre a produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
D.31	Subsídios aos produtos (-)	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
D.39	Outros subsídios sobre a produção (-)	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
K.1	Consumo de capital fixo	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
B.2n	Excedente operacional líquido	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
B.3	Rendimento misto	12593	4026	25515	0	14151	55313	-2	111596	32,36	4,36
	Serviços de intermediação financeira medidos indiretamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
B.1g	PNB	12593	4026	25787	0	14151	104664	8271	169492	6,62	6,62
% PIB		0,49	0,16	1,01	0,00	0,55	4,09	0,32	6,62	6,62	6,62

Fonte: UNECE, 2008; página 113.

>> ROMÉLIA

Para a identificação das atividades não observadas, toda a economia é dividida em dois setores: formal e informal.

O setor formal da Roménia inclui sociedades, quase-sociedades e instituições públicas. Estas constituem unidades produtivas, reconhecidas como entidades legais, e abrangem todas as unidades públicas independentes na tomada de decisão (quase-sociedades associadas ao setor da energia, ferrovia, metro,...), empresas, bancos, companhias de seguros, sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas e diversas ISFLSF.

O setor informal inclui empresas familiares (*family associations*) e trabalhadores por conta própria, existindo a obrigatoriedade de submeter uma declaração anual de rendimentos ao Ministério das Finanças Públicas. Esta declaração contém informações relativas ao rendimento bruto, rendimento coletável e o imposto sobre o rendimento por atividades e por região. Os dados são agregados pelo Ministério das Finanças Públicas, a nível regional e, posteriormente, a nível nacional.

Todas as unidades dos setor formal e informal encontram-se registadas no Registo Fiscal (*Fiscal Register*), mantido pelo Ministério das Finanças Públicas, e no Registo Estatístico, mantido pelo Instituto Nacional de Estatística (*National Institute of Statistics*).

Na Roménia consideram-se três tipos de atividades não observadas: unidades não registadas, reporte incorreto dos rendimentos (*under-reporting*) e não resposta/ falta de informação atualizada.

1. Unidades não registadas

Qualquer atividade económica na Roménia está sujeita a registo, tanto no Registo Fiscal como no Registo Comercial. Assim, as unidades não registadas que levem a cabo uma atividade legal apenas podem existir no setor informal (cabeleireiros, costureiras/alfaiates, reparadores de automóveis, aulas privadas, pessoas que disponibilizem habitações para alugar em tempo de férias,...).

2. Reporte incorreto dos rendimentos (*under-reporting*)

Tanto no setor formal como no setor informal, é possível encontrar unidades registadas que não reportem totalmente a sua atividade. O objetivo é evitar o pagamento de diversos encargos, tais como impostos e contribuições para a Segurança Social. Esta tipologia abrange uma importante parte da economia não observada, pelo que é utilizado um método específico para a sua estimação.

3. Não resposta/ falta de informação atualizada

O Registo Estatístico (REGIS) é a única fonte de informação que providencia toda a nomenclatura das unidades produtivas (no sentido de conduzir os inquéritos necessários), sendo compatível com os restantes registos, nomeadamente o Registo Fiscal e o Comercial. O Registo Estatístico é atualizado mensalmente.

Fontes e Métodos de Estimação

O Instituto Nacional de Estatística da Roménia estima a economia não observada desde 1996. A metodologia utilizada para tal foi melhorada a cada ano, através do recurso a novas fontes de informação que se tornaram disponíveis. Em 2002, a estimação da economia não observada deu origem aos resultados apresentados na tabela seguinte.

Tabela 1 (Roménia) - Parte da ENO no PIB

Grupo NACE	Setor formal		Setor informal		Total
	10º Lei	%	10º Lei	%	%
Indústria	96726,2	6,4	13320,8	0,9	7,3
Construção	10294,9	0,7	9293,8	0,6	1,3
Comércio, hotéis e restaurantes	22569,5	1,5	36541,1	2,4	3,9
Transportes e comunicações	36610,6	2,4	6467,2	0,4	2,8
Outros serviços	19,958,6	1,3	15851,4	1,0	2,4
TOTAL	186159,8	12,3	81474,3	5,4	17,7

Fonte: UNECE, 2008; página 253.

Reporte incorreto dos rendimentos

A estimação do reporte incorreto do valor acrescentado, por parte das unidades institucionais registadas, inclui duas componentes:

- Trabalho oculto
- Evasão fiscal ao imposto sobre o valor acrescentado

Estimação do trabalho oculto

As atividades reportadas incorretamente são estimadas com base no emprego e segundo o procedimento recomendado pelo SCN 93. Esta abordagem possibilita a estimação do emprego informal afeto aos processos produtivos e do sub-reporte da produção obtida com a participação de emprego considerado formal. Será através do confronto entre a oferta e a procura de

emprego que se poderá identificar os indivíduos não declarados que exercem atividades legais no setor formal.

Para estimar a oferta de emprego utilizam-se os dados referentes ao Inquérito ao Emprego outras fontes administrativas relativas à participação da população no mercado laboral. O inquérito providencia informações quanto ao número de pessoas que declararam o pagamento recebido como contrapartida do seu trabalho no período de referência, número de pessoas que trabalharam a tempo inteiro e a tempo parcial, identificação dos indivíduos que têm um segundo emprego (desagregadas por ramo de atividade, por tipo de empresa ou por profissão) e dos indivíduos que trabalharam ocasionalmente.

A estimação da oferta de trabalho é feita por ramos de atividade homogéneos, excluindo a Agricultura (cuja produção é calculada com base em dados quantitativos) e Administração Pública (admite-se que não existe sub-reporte neste setor institucional).

A estimação da procura de emprego é feita com base na informação anual providenciada pelo SBS (Structural Business Survey), também denominado como Inquérito Anual às Empresas, que constitui a principal fonte de dados empresariais na Roménia. Para estimar a oferta de postos de trabalho recolhem-se informações como, por exemplo, o número médio de trabalhadores por atividade e número de pessoas empregues a tempo parcial ou ocasionalmente. Para as atividades a tempo parcial, a única informação disponível refere-se ao número de pessoas que trabalharam metade ou um quarto do tempo, tornando-se necessária a conversão em unidades a tempo inteiro.

O emprego oculto (também denominado “hidden labour” ou “black labour”) será dado pela diferença entre o número de pessoas que se declaram como empregues e o número de trabalhadores reportados pelas empresas. A tabela seguinte confronta esses mesmos valores.

Tabela 2 (Roménia) - Produção, consumos intermédios e valor acrescentado por trabalho oculto

	Indústria	Construção	Comércio, hotéis e restaurantes	Transportes e comunicações	Outros serviços	Total
Trabalho oculto - diferença entre os valores do inquérito ao emprego e dos inquéritos empresariais (milhares de pessoas)	226,4	60,80	129,0	110,7	67,5	594,5
Remunerações dos trabalhadores (milhares de Lei por pessoa e por ano)	67700,3	58320,2	46408,7	94286,4	66976,2	
Total das remunerações dos trabalhadores (milhares de milhões de Lei)	15328,9	3546,9	5988,9	10436,6	4514,2	39815,5
Valor acrescentado bruto (milhares de milhões Lei)	44690,7	7763,8	19299,0	26746,4	13582,3	112982,3
% do PIB						7,4
Consumo intermédio (milhares de milhões de Lei)	21419,8	3210,7	4158,2	7283,3	4722,7	40794,7
Produção bruta (milhares de milhões de Lei)	66110,5	10945,5	23457,2	34029,8	18305,0	152877,0

Fonte: UNECE, 2008; página 254.

Os consumos intermédios são determinados com base na percentagem de consumos intermédios verificada em pequenas empresas, de acordo com o respetivo ramo de atividade. O trabalho oculto é estimado com base nas mesmas componentes (salário bruto médio e contribuições para a Segurança Social).

Estimação da evasão fiscal ao imposto sobre o valor acrescentado

Uma parte deste tipo de evasão fiscal é estimada através dos métodos anteriormente apresentados, pelo que esta estimativa explícita visa captar a evasão fiscal que surge associada ao volume de negócios das empresas. Assim, considerar-se-á evasão a diferença entre o imposto sobre o valor acrescentado que “teoricamente” se deveria ter arrecadado (theoretical VAT) e o que foi efetivamente entregue aos cofres do Estado. Este theoretical VAT é calculado para os consumos intermédios, consumo final das famílias, consumo final do governo e formação bruta de capital fixo, com base nas taxas de imposto fixadas por lei.

Tabela 3 (Roménia) - Estimativa da fraude ao IVA

Grupo NACE	Total da economia não observada baseada na fraude ao IVA (milhares de milhões de Lei)
Indústria	52340,7

Grupo NACE	Total da economia não observada baseada na fraude ao IVA (milhares de milhões de Lei)
Construção	2585,3
Comércio, hotéis e restaurantes	3270,5
Transportes e comunicações	9864,2
Outros serviços	6016,9
TOTAL	74077,6
% do PIB	4,9

Fonte: UNECE, 2008; página 255.

Setor Informal

A estimação do setor informal cobre todas as atividades desempenhas ao nível familiar (family associations) e por trabalhadores por conta própria. Por pertencerem ao setor informal, estas unidades não são cobertas pelo SBS, no entanto, o Ministério das Finanças Públicas detém dados referentes a este tipo de atividades.

A estimação refere-se não só ao reporte incorreto de dados, mas também à existência de unidades não registadas e à falta de informação/inquéritos estatísticos.

O Inquérito ao Emprego providencia informações quanto ao número de pessoas que se dedicam a atividades informais. As estimações têm como pressuposto que o rendimento adquirido por estes trabalhadores não poderá ser inferior à média salarial dos trabalhadores de pequenas unidades produtivas que desempenhem a mesma atividade. A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos.

Tabela 4 (Roménia) - Estimativa do valor acrescentado bruto do setor informal

	Indústria	Construção	Comércio, hotéis e restaurantes	Transportes e comunicações	Outros serviços	Total	% do PIB
<i>Trabalho oculto</i>							
Pessoas	34908,6	5354,4	97221,2	7596,8	26040,9	171121,9	
Salários médios brutos (milhões de Lei)	65096,6	56077,1	43851,9	85780,7	53138,5		
Valor acrescentado bruto (milhares de milhões de Lei)	10539,5	1625,4	20001,0	2553,5	5086,7	39806,2	2,6
<i>Associações familiares e trabalhadores por conta própria</i>							
Valor acrescentado bruto (milhares de milhões de Lei)	3219,6	2321,8	3056,3	3370,8	6896,2	18864,6	1,2

	Indústria	Construção	Comércio, hotéis e restaurantes	Transportes e comunicações	Outros serviços	Total	% do PIB
<i>Gorjetas</i> (milhares de milhões de Lei)		246,3	1930,3	548,7	1211,1	3936,4	0,4
<i>Não reporte</i>		5346,6	9983,8		3536,8	18867,1	1,2
Total do setor informal	13759,1	9540,0	34971,4	6473,0	16730,8	81474,3	5,4

Fonte: UNECE, 2008; página 256.

Por outro lado, há atividades que não são registadas e, de igual modo, é necessária a sua estimação. É o caso dos cabeleireiros, costureiras/al-faiates, mecânicos, canalizadores, entre outros. Contudo, os pressupostos assumidos são distintos, bem como os dados disponíveis (a fonte de informação a que se recorre depende do tipo de atividade em causa).

Hotéis: assume-se que o número de turistas não registados equivale a um terço do total dos turistas registados. Partindo do pressuposto que cada turista tem 15 noites de férias por ano, o preço médio cobrado por uma noite de alojamento é posteriormente multiplicado pelo número de turistas não registados no sentido de aferir o produto não observado. Os consumos intermédios são estimados através do rácio consumos intermédios/produto, que vigora no setor formal.

Construção: assume-se que 75% dos trabalhadores por conta própria registados neste setor se dedicam também a atividades não registadas. O valor obtido é multiplicado pelo salário médio bruto no setor da construção, no sentido de apurar o valor acrescentado bruto (VAB). Para o cálculo da produção recorre-se ao rácio VAB/Produto das pequenas empresas de construção do setor formal.

Educação: considera-se que cerca de metade dos alunos registados no último ano do 2º ciclo (*secondary school*) e no último ano do ensino secundário (*high school*) têm aulas privadas. Este número será multiplicado pelo preço médio de cada aula, pelo número de aulas semanais e, finalmente, pelo número de semanas existentes num ano.

Tabela 5 (Roménia) - Estimativa dos agregados das contas nacionais para as unidades não registadas (milhares de milhões de Lei)

Indústrias	Valor acrescentado bruto	Consumos intermédios	Produção total
Construção	5346,6	943,5	6290,1
Comércio, hotéis e restaurantes	9983,8	8168,6	18152,4
Outros serviços	3536,8	437,1	3973,9

Indústrias	Valor acrescentado bruto	Consumos intermédios	Produção total
Total	18867,1	9549,2	28416,4
% do PIB	1,2		

Fonte: UNECE, 2008; página 256.

Sumário dos ajustamentos realizados

Tabela 6 (Roménia) Ótica da produção, ajustamento do VAB

	Empresas não financeiras públicas e privadas				Famílias (unidades não empresariais)				Total dos setores			
	T4	T5	Total	% do PIB	T4	T5	Total	% do PIB	T4	T5	Total	% do PIB
	10º de Lei				10º de Lei				10º de Lei			
D	44691	52341	97031	6,4	13759		13759	0,9	58450	52341	110791	7,3
F	7764	2585	10349	0,7	3947	5593	9540	0,6	11711	8178	19889	1,3
G+H	19299	3271	22570	1,5	23057	11914	34971	2,3	42356	15185	57541	3,8
I	26747	9864	36611	2,4	5924	549	6473	0,4	32671	10413	43084	2,8
J-O	13582	6017	19599	1,3	11983	4748	16731	1,1	25565	10765	36330	2,4
Total	112083	74078	186160		58670	22804	81474		170753	96882	267635	

Observações: Total do PIB = 1514750,9 milhares de milhões de Lei

Fonte: UNECE, 2008; página 257.

Tabela 7 (Roménia) - Ótica da Produção, ajustamento ao VAB associado à fraude ao IVA e economia subterrânea

	T4	T5	Absoluto	% do PIB
	(milhares de milhões de Lei)			
Fraude ao IVA	74077,6		74077,6	
Total da economia subterrânea	244830,6	22803,5	267634,1	17,7

Fonte: UNECE, 2008; página 257.

Tabela 8 (Roménia) - Ótica da despesa

Componente da despesa	Tipo de ENO (milhares de milhões de Lei)		Total	% do PIB
	T4	T5		
Despesas de consumo final das famílias				
Indústria	87121,1		87121,1	5,8
Construção	3452,0	3355,7	6807,7	0,4
Comércio, hotéis e restaurantes	5648,4	10007,8	15656,2	1,0
Transporte	12810,6		12810,6	0,8
Serviços	9875,4	4035,7	13911,1	0,9

Componente da despesa	Tipo de ENO (milhares de milhões de Lei)		Total	% do PIB
	T4	T5		
Consumo final total	118907,5	17399,2	136306,7	9,0
Formação bruta de capital fixo (FBCF)				
Construção	10211,6		10211,6	0,7
Total FBCF	10211,6		10211,6	0,7
Variação das existências				
Indústria	1468,0		1468,0	0,1

Fonte: UNECE, 2008; página 257.

Tabela 9 (Roménia) - Ótica do rendimento

Componente NACE	Valor absoluto (10 ⁹ Lei)		% do PIB	
	Remuneração dos trabalhadores	Excedente bruto operacional	Remuneração dos trabalhadores	Excedente bruto operacional
Empresas não financeiras				
D		97031,4		6,4
F		10349,1		0,7
G+H		22569,5		1,5
I		36610,3		2,4
J-O		19599,2		1,3
Famílias (unidades não empresariais)				
D	1767,2	11991,9	0,1	0,8
F	730,7	8809,4	0,0	0,6
G+H	2131,7	32839,8	0,1	2,2
I	674,1	5798,9	0,0	0,4
J-O	691,9	16039,0	0,0	1,1
Total	5995,6	251289,5	0,4	16,6
Total da economia subterrânea (ótica do rendimento)	257285,1		17,0	
Total da economia subterrânea (ótica da produção)	267634,1		17,7	

Fonte: UNECE, 2008; página 258.

>> 19. SUÉCIA

As contas nacionais da Suécia seguem a abordagem da produção e da despesa. Ambas produzem estimativas independentes para o cálculo do PIB.

Entre 1980 e 1993 realizaram-se estimativas segundo a ótica do rendimento, também de uma forma independente e por ramos de atividade, parte delas a título experimental. Desde a mudança para o SCN 93 não foi possível obter estimativas dos rendimentos suficientemente completas, de tal modo que esta abordagem deixou de ser utilizada.

Até à data do estudo em análise (UNECE 2008), as contas nacionais suecas não incluíam qualquer valor referente a atividades ilegais. Todavia, em 2005, efetuou-se um cálculo experimental para a prostituição, drogas e contrabando de álcool e tabaco, esperando, no futuro, incluir essas estimativas na Contabilidade Nacional. Havia-se estimado que esta inclusão traduzir-se-ia num aumento do PIB em cerca de 0.15 pontos percentuais.

No âmbito da ENO importa distinguir três conceitos: produção subterrânea, atividades informais e atividades ilegais.

Fontes e métodos de estimação

Os métodos utilizados para medir a ENO podem ser diretos ou indiretos. Os métodos diretos incluem ajustamentos baseados em inquéritos estatísticos, entrevistas, dados referentes a evasão fiscal,... enquanto os indiretos encontram fundamento em discrepâncias observadas no confronto de dados (por exemplo, na comparação de estimativas obtidas utilizando várias fontes de dados, comparação entre o número de horas trabalhadas e o rendimento declarado,...).

A ótica da produção

Tanto na ótica da produção como da despesa, obter-se-á uma estimativa mais verosímil do PIB se se recorrer aos quadros de recursos e utilizações.

Segundo um estudo conduzido, em 1997, pelo *National Audit Office*, as atividades não observadas são particularmente relevantes nos seguintes ramos: agricultura, indústria transformadora, construção, distribuição e reparação de veículos, restaurantes, táxis, jogos, empresas transportadoras e outros serviços (tais como limpezas, cabeleireiros,...). Justifica-se, portanto,

a realização de ajustamentos explícitos (com base nos quadros de recursos e utilizações) ao valor da produção referente a atividades não observadas nestes ramos.

Rendimentos em espécie e outras gratificações

O rendimento em espécie mais relevante corresponde à atribuição de viaturas aos trabalhadores. Como consequência, essa gratificação será adicionada ao valor da produção do trabalhador e ao consumo do seu agregado familiar.

Os benefícios associados à alimentação são, geralmente, atribuídos sob a forma de vales de refeição. O seu valor será adicionado ao montante total do consumo apurado nos inquéritos ao consumo das famílias.

Quanto à cedência de um imóvel, apurar-se-á o valor da renda a imputar.

A tabela seguinte apresenta alguns valores apurados no ano 2000.

Tabela 1 (Suécia) - Ajustamentos explícitos para as atividades ocultas e informais e a relação com o valor acrescentado nestas indústrias e com o PIB, 2000 (milhões de SEK)

Atividade		Valor acrescentado		
		Oculto	Observado + Oculto	% das act. ocultas
22	Publicação, impressão e reprodução de suportes para gravação	587	28598	2,1
28	Fabricação de produtos metálicos, exceto maquinaria e equipamento	342	36764	0,9
29	Produção de maquinaria e equipamento	165	53091	0,3
33	Produção de instrumentos médicos, de precisão e óticos, relógios	168	12449	1,3
45	Construção	6145	78955	7,8
50-52	Distribuição	2230	208265	1,1
55	Restaurantes	4591	30537	15,0
6022	Táxis	1346	7073	19,0
6024	Reboques	4846	31070	15,6
74	Limpeza, etc.	4809	125731	3,8
92	Apostas, etc.	1496	23650	6,3
93	Cabeleireiro, etc.	2460	7277	33,8
	Total para estas indústrias	29185	643460	4,5
	PIB	29185	2194967	1,3

Fonte: UNECE; 2008: página 286.

A ótica do Rendimento

Os ajustamentos aos rendimentos ocultos (*"black" wages*) totalizaram, em 2000, 14 bilhões de coroas suecas, o que representou 1.6% do total dos salários. No caso dos rendimentos mistos, o ajuste ascendeu a 99 bilhões de coroas suecas, o que corresponde a 73% do valor total do rendimento misto reportado às autoridades.

Os rendimentos em espécie são considerados como rendimento, sendo obrigatória a sua declaração às autoridades fiscais. A sua valoração é feita a preços de mercado.

As gorjetas não são muito comuns na Suécia, no entanto são atribuídas mais frequentemente aos funcionários de restaurantes e a taxistas. Os inquéritos às famílias contemplam esta componente do rendimento, via consumo do agregado familiar, contudo não é possível obter explicitamente o seu valor.

O método do Emprego

Comparação entre os dados do Inquérito ao Emprego (LFS – Labour Force Survey) e as estatísticas da atividade empresarial (BS – Business Statistics)

Total de horas de trabalho

Existem três métodos de cálculo para averiguar o número total de horas trabalhadas na Suécia:

O método direto: estimação através dos dados recolhidos junto das famílias e empresas (LFS e BS);

Combinação de dados referentes ao número de pessoas empregadas com o número de horas dedicadas ao trabalho (declarados no LFS);

As horas de trabalho dedicadas a atividades não observadas baseiam-se na estimativa dos salários e dos rendimentos horários praticados na ENO.

É dada maior importância ao método direto; a tabela seguinte mostra a relação entre o número total de horas que constam nas contas nacionais e o valor apurado pelo LFS.

Tabela 2 (Suécia) - Total de horas trabalhadas (x 10000) de acordo com o Inquérito ao Emprego e as Contas Nacionais

Conceito doméstico	2000	2001	2002
Total de horas trabalhadas, Inquérito ao Emprego	676801	680328	671224
Ajustado de acordo com a definição do SEC 95			
Horas trabalhadas por indivíduos com 65 ou mais anos	8085	8077	8708
Horas trabalhadas por indivíduos até 15 anos	2161	2140	2048
Trabalho ilícito	3239	3280	3263
Recrutas	2527	2535	2048
Total de horas trabalhadas, Contas Nacionais (média anual)	692813	696360	687489

Fonte: (NECE; 2008: página 291)

O segundo método é mais utilizado para estimar as horas de trabalho dedicadas ao Governo Central e Local e às Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF).

A verificação dos dados obtidos pode ser feita através de um método direto ou indireto. Este último compara as estatísticas das contas nacionais com a informação de outros inquéritos às empresas efetuados pelo Instituto de Estatística da Suécia, isto é, procede-se ao cálculo do salário horário de acordo com os valores que figuram nas contas nacionais e, posteriormente, comparam-se com os dados reportados pelas empresas no que se refere a salários e custos do trabalho. O método direto compara as estimativas apuradas segundo o LFS com as estimativas que advêm da utilização da BS como fonte de dados, após efetuar as correções necessárias (sobretudo no que respeita à abrangência dos dados e às diferenças conceituais), para que os valores sejam comparáveis, tal como figura no quadro seguinte.

Tabela 3 (Suécia) - Comparação entre o Inquérito ao Emprego e as estatísticas empresariais, 1998 (centenas de pessoas)

SNI	Inquérito ao emprego							Estatísticas empresariais		Diferença	
	Horas	Horas trabalhadas por conta própria	Horas x 53 semanas	Média anual de horas trabalhadas	Número de trabalhadores a tempo inteiro	Inclusão dos trabalhadores em idade não ativa	Redução para as ISFLSF	Número de trabalhadores a tempo inteiro ajustado	Número de trabalhadores a tempo inteiro	Valor absoluto	%
C,D	2283	95	100000	1800	7002	50		7052	7311	-259	-3,7
E	95	0	5035	1800	280	2		282	264	18	6,3
F	471	81	29256	1800	1625	8		1633	1697	-64	-3,9
G	1277	189	77698	1800	4317	117		4434	4180	254	5,7

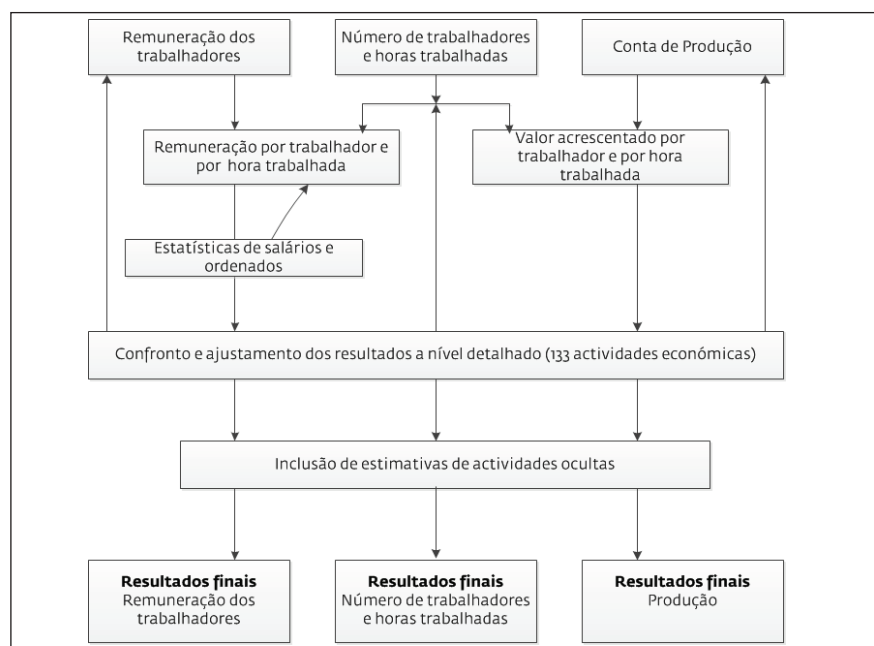
SNI	Inquérito ao emprego							Estatísticas empresariais		Diferença	
	Horas	Horas trabalhadas por conta própria	Horas x 53 semanas	Média anual de horas trabalhadas	Número de trabalhadores a tempo inteiro	Inclusão dos trabalhadores em idade não ativa	Redução para as ISFLSF	Número de trabalhadores a tempo inteiro ajustado	Número de trabalhadores a tempo inteiro	Valor absoluto	%
H	245	35	14840	1800	824	45		869	713	156	18
I	692	67	40227	1800	2235	11		2246	2485	-239	-10,6
K	947	147	57982	1800	3221	171		3392	3131	261	7,7
M	74	7	4293	1800	239	14		253	133	-120	47,3
N	166	19	9805	1800	545	17		562	570	-8	-1,5
O	301	25	17278	1800	960	21		981	514	467	47,6
Total					21247	456	-846	20857	20998	-141	-0,7

Fonte: UNECE; 2008: página 292.

Confronto de estimativas

Uma vez realizada a comparação dos valores obtidos através de diversas bases de dados e findo o processo de balanceamento, adicionam-se as estimativas respeitantes à ENO.

Figura 1 (Suécia) - Confrontando diferentes estimativas



(UNECE; 2008: página 293)

O ajustamento alusivo ao trabalho ilícito deriva da combinação de informação das contas nacionais com os resultados do estudo feito pelo *Swedish National Audit Office*.

No que concerne às remunerações ocultas das autoridades considerar-se-á que o seu valor estimado corresponde à diferença entre o PIB apurado segundo a ótica do rendimento e o PIB calculado segundo a ótica da produção.

O estudo a que se aludiu acima revela ainda que há indivíduos que conciliam um emprego legal com o exercício de atividades ilícitas. Assim, para ter em conta o trabalho dedicado a atividades não observadas, será mais correto aumentar a estimativa do número de horas trabalhadas no ano em causa, do que aumentar o número de trabalhadores empregados e registados.

>> CONCLUSÃO

Após a distinção dos conceitos teóricos relevantes, exposição das principais recomendações emanadas pelas mais diversas organizações internacionais (tais como a OCDE, o Eurostat e as Nações Unidas) e apresentação dos vários métodos e técnicas adotadas pelos 19 países europeus que participaram no inquérito das Nações Unidas, poder-se-ão destacar três conclusões.

Em primeiro lugar, os conceitos teóricos inerentes à Economia Não Observada (como sejam o conceito de economia informal, economia subterrânea,...) nem sempre têm uma definição precisa e universal. Quer isto dizer que, por um lado, estes conceitos são dotados de uma certa ambiguidade, dificultando uma clara compreensão da realidade que pretendem retratar. Por outro lado, existem conceitos bem definidos, mas cujos critérios estipulados para atribuir essa denominação diferem de país para país.

A segunda conclusão surge estreitamente relacionada com a ideia anteriormente apresentada, podendo, em parte, representar um corolário da mesma: ainda que se tenham desenvolvidos esforços no sentido de promover uma maior harmonização no que concerne à estimação e inclusão da ENO nas contas nacionais, os resultados do inquérito das Nações Unidas revelam um longo caminho a percorrer para que a harmonização apresente níveis satisfatórios. Esta situação é motivada, sobretudo, por dois fatores: em primeiro lugar, os conceitos nem sempre são universais (repercutindo-se negativamente na comparabilidade das estimativas, uma vez que não é garantido que estas quantifiquem exatamente os mesmos fenómenos); em segundo lugar, os países apenas dispõem de orientações/recomendações quanto à melhor forma de mensurar as atividades não observadas, o que se traduz numa significativa discricionariedade na adoção de técnicas e métodos.

A terceira e última conclusão poderá ser inferida da análise das práticas dos 19 países europeus considerados, no entanto, encontra-se revestida de um maior grau de subjetividade relativamente às conclusões anteriores: enquanto alguns países demonstram uma maior preocupação em assegurar que os métodos adotados culminam numa estimação o mais próxima possível do seu valor efetivo, outros países há que não manifestam um interesse tão pronunciado na estimação dessas atividades. De notar que não se pretende aqui estabelecer uma ligação entre a complexidade do método e a qualidade da estimação; em muito casos, um método elementar poderá ser bastante satisfatório e até mais apropriado para quantificar a(s) atividade(s) em causa.

O que se pretende relevar é o facto de existirem métodos que têm subjacente um raciocínio lógico, enquanto outros não revelam tão afincadamente esse requisito (por exemplo, estimar que a componente não observada de uma determinada atividade é de x% do seu valor observado poderá suscitar que se questione o porquê de considerar o valor x e não y; explicar a ideia/raciocínio que conduziu à consideração do valor x poderá beneficiar a própria credibilidade das estimações produzidas).

Por fim, gostaria de partilhar uma visão crítica relativamente às ideias expostas ao longo o presente working paper. A meu ver, uma adequada estimação das atividades não observadas exige que se tenha em conta as especificidades de cada economia. Deste modo, delinear um método de estimação com aplicabilidade universal poderá não assegurar a obtenção de uma apropriada estimativa, ainda que se traduza numa maior harmonização internacional (beneficiando a comparabilidade das estimativas, tal como explicado na secção intitulada “Harmonização das Contas Nacionais”).

Todavia, ainda que considere mais apropriado adaptar a técnica de estimação às particularidades das economias, não se pode ignorar a elevada discricionariedade no que respeita às atividades que são ou não estimadas. Quer isto dizer que se devem evitar situações em que há países a estimar determinadas atividades (e a incluir essa estimativa nas contas nacionais), enquanto outros não o fazem. Estes casos são particularmente frequentes na quantificação das atividades ilegais: alguns países estimam e incluem nas contas nacionais; outros estimam, mas consideram mais prudente não a incluir nas contas do seu país; enquanto outros países nem sequer procedem à sua mensuração. Face ao exposto, seria porventura benéfico chegar a um consenso quanto às atividades que deverão ou não ser estimadas e incluídas nas contas nacionais.

Em suma, uma vez alcançada uma maior harmonização em termos de tipos de atividades suscetíveis de quantificação, cada país deverá adaptar o método de estimação à realidade da sua economia, podendo, para tal recorrer às orientações emanadas por intuições como a OCDE, Eurostat, Nações Unidas,... ou até mesmo às conclusões retiradas da partilha de experiências entre países. Assim, a promoção de iniciativas internacionais que visem a partilha de ideias poderá revelar-se frutífera ao permitir que cada país consiga progredir e adequar as técnicas e métodos de estimação aos fenómenos que pretende mensurar.

Bibliografia

- Blades, D. e Roberts, D. (2002), "Measuring the non-observed economy", OECD Statistics Brief, november 2002, N.º5, Paris, <http://www.oecd.org/std/2389461.pdf> , [acedido em março de 2014].
- European Commission, International Monetary Fund, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations e World Bank (2008), "System of National Accounts", <http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/statmanuals/files/SNA2008.pdf> , [acedido em outubro de 2013].
- Eurostat (2010), "Essential SNA: Building the basics", Eurostat - Methodologies & Working Papers, Luxemburgo, <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5927149/KS-RA-13-003-EN.PDF/c544a279-51d9-4a8c-b0cc-ea9b1b6d212f?version=1.0> , [acedido em fevereiro de 2014].
- Eurostat (2013), "Guide to Statistics in European Commission Development Co-operation", Eurostat - Methodologies & Working Papers, Luxemburgo, <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5926413/KS-RA-13-002-EN.PDF> , [acedido em fevereiro de 2014].
- International Labour Organisation (1993), "Resolution concerning statistics of employment in the informal setor, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians", The Fifteenth International Conference of Labour Statisticians, Geneva, http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087484.pdf , [acedido em março de 2014].
- Lequiller, F. e D. Blades (2014), "Understanding National Accounts: Second Edition", OECD Publishing, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264214637-en> , [acedido em fevereiro de 2014].
- Organisation for Economic Co-operation and Development, International Monetary Fund, International Labour Organisation e CIS STAT (2002), "Measuring the Non-Observed Economy: A Handbook", OECD, Paris, <http://www.oecd.org/std/na/measuringthenon-observeconomy-ah-andbook.htm> , [acedido em fevereiro de 2014].
- União Europeia, (2010), Jornal Oficial da União Europeia de 26.6.2013, L 174/1 https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parent-Boui=215821289&att_display=n&att_download=y
- United Nations Economic Commission for Europe (2007), "Eurostat's Tabular Framework for Measuring The Non-Observed Economy", Workshop on Measuring the Non-Observed Economy (NOE) in National Accounts, Paper no.9, Bishkek, Kyrgyz Republic, <https://www.unece.org>

[org/fileadmin/DAM/stats/documents/2007/04/noe/9.e.pdf](http://www.unstats.un.org/fileadmin/DAM/stats/documents/2007/04/noe/9.e.pdf) , [acedido em março de 2014].

United Nations Economic Commission for Europe (2008), “Non-Observed Economy in National Accounts: Survey of Country Practices”, United Nations Publication, United Nations Economic Commission for Europe, New York and Geneva, <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/NOE2008.pdf> , [acedido em novembro de 2013].

United Nations Statistics Division, “Historic Versions of the System of National Accounts”, <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp> , [acedido em março de 2014].